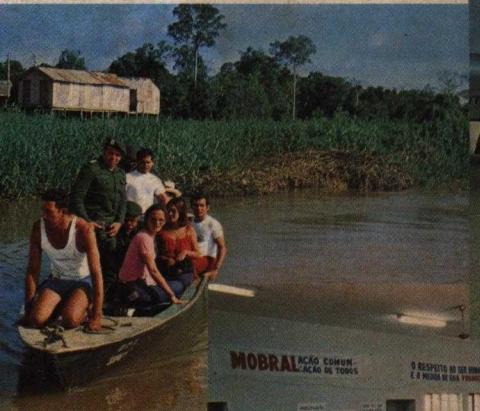




A DEFESA NACIONAL

ISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



EXÉRCITO E MOBRAL
o êxito de uma
ação comunitária conjunta
Arlindo Manes

cões aeroestratégicas-
ção do poder aeroespacial
dos Santos Seixas

JUL/AGO-80
N.º 690



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO, HISTÓRIA

Págs.

O EXÉRCITO E O MOBRAL — O Êxito de uma Ação Comunitária Conjunta — Arlindo Manes	5
OPERAÇÃO DOCUMENTO — Maj Art QEMA José Ribeiro Magalhães Maj Inf QEMA Fernando Reigada Leme Junior	9
A HISTÓRIA, O CHEFE E A DOUTRINA MILITAR — Ten Cel Inf QEMA Nilton Moreira Rodrigues	25
A FORÇA DA OPINIÃO PÚBLICA — Caio Augusto do Amaral	87



POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

OPERAÇÕES AEROESTRATÉGICAS — Evolução do Poder Aeroespacial — Ten Cel Av Antônio dos Santos Seixas	49
PENSAMENTO GEOPOLÍTICO LATINO-AMERICANO — John Child	55
BRASIL: POTÊNCIA MUNDIAL EM 2000? — Jordan M. Young	81
INFLUÊNCIA DA GEOPOLÍTICA NA POLÍTICA E ESTRATÉGIA DAS GRANDES POTÊNCIAS — Lewis A. Tambs	127

FORMAÇÃO, TÁTICA E TÉCNICA MILITARES

A FORMAÇÃO DO CHEFE MILITAR DE HOJE — Gen Gino Pezzopane (Itália)	111
A PROBLEMÁTICA DA ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO NA AMAZÔNIA — Ten Cel Eng QEMA Virgílio da Veiga	159

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

ESTUDO INTERMODAL DO TRANSPORTE DE CARGAS EM CORREDOR — Maj QEM Amadeu H. S. de Mesquita	95
NOS "PEIXES" DE CAMPOS, PETRÓLEO PARA O BRASIL — Informe Especial da Petrobrás	183

ADMINISTRAÇÃO, ECONOMIA, FINANÇAS

PROHASP PODERÁ ELIMINAR DEFÍCIT HABITACIONAL	189
INFORMAÇÕES	197
LIVROS	201

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

REDAÇÃO — ENRICO TERRA — EDITORIAL: SENHOR ENTRETEVE MUSEU DO SABERES — 2.º DA SÉRIE 1913

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Ano I.

Grupo-mantenedor: Bernardo Klüger, Ezequiel Lobo de Carvalho, Joaquim de Souza Ribeiro (redator-chefe), Francisco da Paula Cidade, Mario Cleonimino, Lima e Silva, Pará Rodrigues, Jorge Pinheiro, Homero Cesário, Euclides Pimentel, Tarsila, Amaro Villa Nova, Marçal do Corra.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

ANUNCIAM NESTE NÚMERO

VASP — Viação Aérea São Paulo	28 Capa
COCA-COLA	3º Capa
Grupo João Santos	4º Capa
Cotonifício da Torre S.A.	4
BANERJ	23
Caderneta de Poupança	24
Fleischmann & Royal	47
BANESPA	48
Cia. Vale do Rio Doce	54
UNICON	80
CAPEMI	94
Mercedes Benz	108
Esso Brasileira de Petróleo	109
NUCLEBRÁS	110

Banco Sul Brasileiro	126
Cia. de Explosivos Valparába	157
TRANSBRASIL	158
Itapemirim	181
GBOEx	182
IMBEL	187
Volkswagen	188
CPRM	195
DERSA	196
Furnas	199
CAEAB	200
Geneal/Clínica Dr. Aloan	203
BIBLIEX	204/205
NOVATRAÇÃO	206
Federação Nacional dos Bancos	207
Caixa Econômica de São Paulo	208

NOSSA CAPA

Aos dez anos de atividades o MOBRAL se renova.

A AÇÃO COMUNITÁRIA intensa a que se lança agora, abrange a todos os setores de vida brasileira — da saúde ao trabalho; da cultura ao lazer puro e simples — motivando a união em torno do objetivo comum. Sem abandona o alvo primeiro, a alfabetização, o MOBRAL parte para o acompanhamento quase que total e permanente das classes mais necessitadas, cobrindo literalmente todo o País. Aliado ao Exército Brasileiro, através do Programa Diversificado de Ação Comunitária e da Ação Cívico-Social desde 1976, intensifica agora, ainda mais, o trabalho de agente mobilizador da comunidade, levando-a a identificar os seus próprios problemas e a buscar-lhes soluções de acordo com a realidade local.





A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual A DEFESA
NACIONAL.

DIRETOR-PRESIDENTE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo;
DIRETOR-SECRETÁRIO: Gel Inf Edmar Eudóxio Telesca; DIRE-
TOR-ADMINISTRATIVO: Ten Cel Cav Lino Palha de Castro; DIRE-
TOR-TESOUREIRO: Maj Int Luiz Carlos de Moura Simonetti.

- Revista "A DEFESA NACIONAL"

REDATOR-CHEFE: Gen Bda Diogo de Oliveira Figueiredo; REDA-
TORES: Gen Bda R/1 Taunay Drummond Coelho Reis; Cel Cav Ed-
son Alves Mey; Desembargador Antonio Arruda; Ten Cel Art Luiz
Paulo Macedo de Carvalho; Ten Cel Art Agenor Francisco Homem de
Carvalho; Ten Cel Art Carlos Alfredo Pellegrino; Ten Cel Art Fran-
cisco Stuart Campbell Pamplona; Ten Cel Eng Rubens Esnarriaga;
Ten Cel Eng R/1 Alceste Guanaberino de Oliveira; CF José Corrêa de
Sá e Benevides; Ten Cel Av Antonio dos Santos Seixas; Maj Inf Marco
Antonio Savio Costa; Maj Art Marcello Rufino dos Santos; Prof. José
Alberto Assumpção; EDITORAÇÃO: José Lívio Dantas; PUBLICI-
DADE: Floriano Serpa.



PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura Anual — 6 (seis) números — Cr\$ 200,00 — Exterior —
US\$ 35,00 — Número avulso — Cr\$ 50,00. As importâncias deverão
ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, s/n — Tel.: 243-0563 — CEP 20221 — Rio
de Janeiro, RJ, Brasil.

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem
pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos
originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.
Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Composição e Impressão:

Empress Editora Carioca Ltda.
Rua Dona Isabel, 126 — Tel.: 230-7896
Rio de Janeiro — RJ



EXÉRCITO E MOBRAL

O ÉXITO DE UMA AÇÃO COMUNITÁRIA CONJUNTA

Arlindo Manes

Chefe do Setor de Imprensa do MOBRAL

O Exército e o MOBRAL vêm realizando, desde 1976, nos municípios mais carentes do interior do Brasil uma ação comunitária conjunta, através da Ação Cívico Social — ACISO — do Exército e do Programa Diversificado de Ação Comunitária — PRODAC — do MOBRAL.

Iniciada em agosto de 1976 em municípios do interior paulista, a Operação PRODAC-ACISO já atingiu até agora, além de São Paulo, os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Paraíba, Pernambuco e a Região Amazônica, através da campanha "Amazônia, um desafio para uma ação comunitária".

A Operação PRODAC-ACISO está sendo pouco a pouco estendida a todas as Unidades da Federação, como consequência de uma iniciativa que conquistou a adesão das comunidades, movimentando-as e mobilizando-as para a solução de uma série de problemas que as afetam diretamente. A operação terá prosseguimento permanente, pois se trata de um processo de conscientização, agindo MOBRAL e Exército como mobilizadores da comunidade, levando-a a identificar seus próprios problemas e a buscar a solução para esses de acordo com a realidade local.

A Operação PRODAC-ACISO inclui alfabetização, fornecimento de documentação, realização de obras de canalização de água, construção de escolas, implantação de hortas comunitárias, além da formação de cooperativas habitacionais. As Prefeituras das localidades participam ativamente dos programas.

O INÍCIO

A ação Cívico-Social do Exército vinha se realizando isoladamente desde a sua criação. As atividades eram desenvolvidas pelas unidades militares que iam fazer exercícios no campo. Assim, enquanto os médicos e dentistas do Exército davam assistência à população local, os soldados eram mobilizados para a reforma de escolas, postos de saúde e até mesmo de pequenas pontes.

Por outro lado, o Programa Diversificado de Ação Comunitária do MOBRAL já vinha, desde maio de 1975, atuando nas comunidades do interior do país, através de subprogramas que abrangiam as áreas de educação, cultura, saúde e saneamento, nutrição, habitação, atividades de produção e conservação da natureza. Com isso, o PRODAC visava a integrar o aluno do MOBRAL na comunidade, multiplicar o resultado dos esforços desenvolvidos pelas entidades locais e, em última análise, transformar o homem em agente de seu próprio desenvolvimento.

Assim, enquanto o trabalho do MOBRAL tinha um caráter permanente dentro da comunidade, as ações do Exército eram episódicas, uma vez que a assistência era dada apenas nas oportunidades dos exercícios de campo. Como as atividades dos dois órgãos tinham objetivos semelhantes, e mais que isso, se completavam, foram iniciados contatos entre o MOBRAL e o Comando da 11ª Brigada de Infantaria do II Exército.

O resultado destes contatos foi a Operação PRODAC-ACISO, que realizou o seu primeiro trabalho prático em agosto de 1976 nos municípios paulistas de Lins, Cafelândia, Guaimbá, Sabina, Casa Branca, Aguaí, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz da Palmeira, Itu, Salto, Porto Feliz, Boituva, Morungaba e Jaguariúna.

A segunda operação teve lugar no Vale do Paraíba, em uma das regiões menos desenvolvidas do Estado de São Paulo, tendo atingido os municípios de Redenção da Serra, Natividade da Serra, São Luís do Paraitinga e Lagoinha, tendo contado com a participação da 12ª Brigada de Infantaria Blindada.

Após o sucesso obtido com as experiências pioneiras o III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, deu início, em 1977, à terceira Operação MOBRAL-ACISO, atingindo 11 municípios: Alecrim, Barra do Ribeira, Calendário, Dom Pedro, General Câmara, Itaqui, Rosário do Sul, Santo Ângelo, São Francisco de Paula, São José do Norte e São Nicolau.

Nesse mesmo ano, no Estado da Paraíba, MOBRAL e IV Exército, através dos Batalhões de Infantaria Motorizada, deram continuidade às ações atingindo mais 5 municípios, envolvendo, nas atividades educativas, populações e entidades.

No 1º semestre de 1978, o PRODAC-ACISO foi estendido ao Estado de Santa Catarina, direcionado à região Leste, atingindo 3 municípios: Indaial, Biguaçu e Araguari. A execução dessa operação esteve a cargo do MOBRAL e III Exército, tendo ainda como participantes várias entidades interessadas no desenvolvimento daqueles municípios.

PRIMEIROS RESULTADOS

A Operação PRODAC-ACISO beneficiou, nos municípios paulistas atingidos em 1976 e 1977, uma população superior a 300 mil pessoas, enquanto nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná foram fornecidas 60 mil consultas, distribuídos 18 mil medicamentos e fornecidos oito mil documentos, durante as operações realizadas.

Estes resultados foram revelados e avaliados durante o encontro promovido pelo MOBRAL em Teresópolis no Estado do Rio de Janeiro, em dezembro de 1977, presentes autoridades militares e todos os Coordenadores Estaduais e agentes de mobilização do MOBRAL.

Nessa reunião, foi estabelecido que as ações comunitárias se deveriam revestir de caráter permanente e foi ressaltada a necessidade de esse trabalho ser feito em todo o País.

NA AMAZÔNIA

Dentro desse objetivo de expandir a Operação PRODAC-ACISO para todo o País, o Exército e o MOBRAL lançaram em março de 1978, em Manaus, a campanha "Amazônia, um desafio para uma ação comunitária", com a intenção de levar a Operação a diversas localidades fronteiriças daquela região, entre as quais Tabatinga, Benjamin Constant, Vila Bitencourt, Ipiranga, Estirão do Equador, Palmeiras e Cucurú.

Para a realização da campanha, o Comando Militar da Amazônia realizou um estudo sobre as condições dessas localidades, a fim de que os técnicos do MOBRAL pudessem fazer um projeto de acordo com as realidades locais. Assim, concluiu-se que as carências fundamentais daquelas localidades eram nutrição, comunicações, habitação e lazer.

Com isso, o MOBRAL elaborou um plano de ação incluindo o aparelhamento dos centros esportivos, instalação de parques infantis, construção de praças de esporte, realização dos cursos do MOBRAL, implantação de hortas cobertas e desenvolvimento dos hábitos de higiene, além de orientação para a conservação do meio ambiente, instalação de olarias e carpintarias, bem como ampliação das bibliotecas escolares.

Em julho foi realizado em Manaus, o treinamento dos técnicos responsáveis pela execução da Operação. Deste treinamento participaram 50 técnicos do MOBRAL e 80 representantes das entidades envolvidas, dentre as quais a Secretaria de Educação e Saúde do Estado do Amazonas, EMATER, INCRA, Universidade do Amazonas, Projeto Rondon, SUCAN, FUSESP, FAB, COBAL e todo o pessoal das unidades militares das localidades selecionadas para a implantação do programa.

Assim, a partir de agosto foi iniciado o trabalho de campo da campanha "Amazônia, um desafio para uma ação comunitária", que utilizou inicialmente 300

toneladas de material, entre vacinas; impressos com programas do MOBRAL; material para montagem de postos culturais como rádio, livros, instrumentos musicais, material de pintura e jogos; sementes de frutas e hortaliças; e milhares de pintos, sendo parte para corte e parte para criação.

Para assegurar os objetivos estabelecidos pelo PRODAC-ACISO no documento "Operação Amazônia: um desafio para uma Ação Comunitária", o projeto estendeu-se até o Território Federal do Amapá, atingindo 3 localidades do município de Oiapoque — área de fronteira sob a responsabilidade da Colônia Militar de Oiapoque.

Nessas localidades longínquas e carentes: Taperibá, Vila Velha e Manga, foi deflagrada a operação pelo MOBRAL e 8ª Região Militar — através da Colônia Militar de Oiapoque —, com a participação ativa de 13 entidades locais, desenvolvendo atividades educativas com vistas à maior integração e participação do homem para a melhoria de vida da comunidade.

Entre os meses de novembro e dezembro de 1978, o MOBRAL e o IV Exército, através dos Batalhões de Infantaria Motorizada, executaram o projeto PRODAC-ACISO no Estado de Pernambuco, atingindo 5 municípios carentes: Garanhuns, Jaboatão, Paranatama, Angelim e Petrolina. Esse projeto, que na ocasião tomou o nome de "Operação Pernambuco", envolveu 31 entidades, as quais participaram com programas que pretendiam viabilizar as soluções propostas pela comunidade para os seus próprios problemas e se propunham a desenvolver um processo de aceleração desenvolvimentista, embasado na realidade de vida social.

A ação do PRODAC-ACISO vai abrangendo pouco a pouco os municípios brasileiros, principalmente os mais carentes, através de um trabalho de natureza educacional. Assim, no mês de julho de 1979, mais uma operação PRODAC-ACISO foi executada pelo MOBRAL e III Exército, no Estado do Paraná, atingindo 2 municípios: Marilândia do Sul e Tijucas do Sul, contando com a participação de várias entidades locais.

Os resultados obtidos comprovaram que a operação PRODAC-ACISO é uma ação comunitária que tende a se afirmar em caráter mais permanente nos municípios onde foi implantada, contribuindo assim para a operacionalização de um trabalho mais consistente na área de desenvolvimento comunitário.



OPERAÇÃO DOCUMENTO

**José Ribeiro Martins
e Fernando Reigada Leme Junior**

José Ribeiro Martins é Major de Artilharia OEMA, Bacharel em Ciências Econômicas, Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Fernando Reigada Leme Junior é Major da Infantaria OEMA, ex-Instrutor de Educação Física da EsEFEx.

Um dos mais sérios problemas que assolam o Estado do PARÁ e outros grandes estados brasileiros são as questões fundiárias, cuja solução tem merecido crescente preocupação das autoridades constituídas. O INCRA vem atuando dentro de suas possibilidades a fim de atenuar os efeitos nefastos das irregularidades constatadas nesse setor, procurando distribuir títulos de terras aos colonos amparados pela lei e também atender aos posseiros que reivindicam terras em glebas da União.

O surgimento de estradas em áreas até então isoladas, agravou o problema fundiário ainda mais. A grande maioria dos colonos e posseiros não possui documento de qualquer natureza e, em parte devido à pouca instrução, em parte à falta de recursos, não se preocupa em obtê-los. A criação da iniciativa pioneira, a "Operação Documento", associando vários órgãos da administração pública no sentido de levar até o homem a possibilidade de ter acesso aos documentos necessários à garantia dos direitos que lhe são inerentes, resultou num grande êxito, com reflexos de profundo alcance social e cuja repercussão vem auxiliando também o difícil trabalho de entidades que têm a seu cargo a solução das questões de terras, a exemplo do INCRA, ITERPA, etc.

Os resultados foram tão auspiciosos que a "Operação Documento" vem se sucedendo com freqüência cada vez maior e mais aperfeiçoada, aumentando assim o volume de benefícios prestados às pessoas atendidas, até então sujeitas a sérias injunções legais e sociais.

A razão de nosso trabalho reside exatamente no grande valor social e na possibilidade de melhor equacionamento das questões fundiárias, claramente eviden-

ciados pelos resultados obtidos até o momento através da "Operação Documento".

Os reflexos altamente significativos para a Segurança Nacional decorrentes dos aspectos acima apontados, tornam desejável e até mesmo necessário o estabelecimento de uma organização com bases permanentes para melhor atender suas finalidades.

Em nosso trabalho, procuraremos, inicialmente, estudar a viabilidade da criação de uma organização em bases permanentes. Em seguida, apresentar a proposta de uma estrutura organizacional, na qual seriam definidos um organograma experimental, atribuições, etc. Finalmente, seriam estudadas a procedência e a administração dos recursos necessários à criação e manutenção do novo órgão.

VIABILIDADE DE UMA ORGANIZAÇÃO EM BASES PERMANENTES

Estudo dos Diversos Aspectos da Operação

Documentos distribuídos

Dos diversos documentos que a vida comunitária requer de um cidadão comum, os de maior necessidade são os abaixo especificados:

— Certidão de Nascimento

É o documento básico e essencial de todo o sistema, pois dele dependem todos os demais. Nas operações anteriormente realizadas, a certidão de nascimento constituiu-se num ponto de estrangulamento do processo, uma vez que no Cartório ocorre inicialmente a lavratura do Termo no livro registro, para em seguida ser expedida a certidão, normalmente datilografada, perdendo-se assim muito tempo, com reflexos na baixa média diária de fornecimento desse documento, cerca de apenas 60 unidades.

Através da adoção de medidas legais adequadas, alcançou-se melhor rendimento na sua produção, chegando-se a distribuir, num só dia, cerca de 700 certidões.

A ignorância e o alheamento caracterizam muitas das pessoas que buscam documentos, as quais nada sabem a respeito de si próprias (data de nascimento, idade aproximada, filiação, etc), obrigando à autoridade que deseja atendê-las a estimar sua idade, apoiado apenas em sua observação pessoal e nas informações de testemunhas locais.

— Registro de Casamento

É outro documento de obtenção morosa, com produção diária de cerca de quinze unidades. Atualmente, graças a LBA que introduziu modernos formulários, agilizou-se o processo que permite obter, normalmente, cerca de 100 certidões por dia. É um documento também de muita

importância pois permite aos colonos legitimar seus filhos, com reflexos evidentes nas questões de herança.

– *Documentos militares*

- Certidão de Alistamento Militar (CAM);
- Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI);
- Certificado de Isenção (deficientes físicos);
- Atestado de Desobrigado (maiores de 45 anos).

Para sua obtenção é necessária a apresentação da certidão de nascimento e duas fotos 3x4.

– *Carteira de Trabalho*

São necessários os seguintes documentos para sua obtenção:

Entre 18 e 45 anos:

- Documento militar;
- Duas fotos 3x4

Menores de 18 anos:

- Preencherão documento especial fornecido na oportunidade.

Para mulheres:

- Entre 18 e 70 anos, qualquer documento apresentado.

– *Título de Eleitor*

A obtenção do título de eleitor requer do interessado a apresentação de:

- Certidão de nascimento ou certificado de reservista;
- Atestado de vida e residência;
- fotos 3x4

Também é fornecido o Atestado de Inalistável aos portadores de sérias deficiências físicas, mediante a apresentação da certidão de nascimento.

– *Carteira de Identidade Civil*

É fornecida mediante a apresentação de:

- certidão de nascimento;
- documento militar;
- título de eleitor ou atestado de inalistável;
- 2 fotos 5x7.

– *Cadastro de Pessoa Física (CPF)*

É obtido mediante a apresentação de um documento de identidade e do preenchimento da ficha de inscrição cadastral (FIC), formulário fornecido pela Delegacia da Receita Federal.

– *Entidades empenhadas*

Vários órgãos públicos prestam sua colaboração na "Operação Documento", através da cessão de pessoal, de material e de recursos financeiros. Destacam-se atualmente as seguintes:

- Ministério do Exército — executor da operação, através da equipe de militares que, além de conduzi-la, fornece também documentos militares;
- Ministério da Fazenda — através das Delegacias da Receita Federal, fornecem o CPF;
- Ministério da Justiça — através dos Tribunais de Justiça do Estado, dos Cartórios, Delegacias de Polícia e dos Tribunais Regionais Eleitorais, fornece diversos documentos e administra a justiça (carteira de identidade, certidão de nascimento, de casamento, título de eleitor, etc);
- Ministério do Interior — através da SUDAM, financia parte da operação através de convênios;
- Ministério da Agricultura — através do INCRA, que além de dar grande apoio material e financeiro parte da operação, também presta assessoria legal nas questões fundiárias;
- Ministério do Trabalho — através das Delegacias Regionais do Trabalho, fornece a Carteira de Trabalho;
- Governo do Estado — através da Secretaria de Segurança Pública, que fornece a Carteira de Identidade Civil e, no caso do PARÁ, do ITERPA, que se empenha na solução de problemas fundiários no âmbito estadual;
- A LBA também participa financiando parte da operação (torna a seu cargo todas as despesas de cartório).

— Autoridades regionais:

Normalmente têm participação ativa na "Operação Documento" as seguintes autoridades:

- Prefeito Municipal;
- Juiz de Direito (acumula a Justiça Eleitoral);
- Promotor Público;
- Pretor do Termo Judiciário (localidade onde não há Juiz);
- Delegacia de Polícia;
- Comandante de Organização Militar da área;
- Oficial do Cartório do Registro Civil;
- Presidente de Sindicatos;
- Outras pessoas influentes na área.

— Relações públicas e veículos de difusão:

Antes de iniciar-se a operação, o local escolhido é visitado a fim de serem levantados os elementos necessários a sua montagem e também é feito um primeiro contato com as autoridades e outras pessoas que têm ligação direta com o assunto. Nesta oportunidade, também se procura obter o apoio dos órgãos de divulgação locais (jornais, rádio, TV, alto-falantes, etc) e dar início às atividades de relações públicas junto à população, despertando seu interesse para a operação que breve ocorrerá.

Aqui cabe lembrar da necessidade de haver um intervalo de tempo entre a realização de uma e outra operação, a fim de permitir a oportuna divulgação prévia, os deslocamentos de pessoal e a preparação material para cada região selecionada.

As comunicações normalmente utilizadas são as da rede de fonia do Ministério do Exército (RM), do INCRA e da ECT.

– *Reflexos da "Operação Documento":*

– Sociais

A repercussão tem sido excelente no seio das populações atendidas, que muitas vezes ignoram a necessidade de se estar documentado e os benefícios decorrentes. O fornecimento de todo tipo de documento, rápido e gratuitamente, tem grangeado as simpatias populares, daí resultando muito boa acolhida aos membros da operação e o empenho dos municípios junto às autoridades para serem beneficiados pela realização daquela atividade. Muitas crianças deixaram de ser matriculadas nas escolas por não possuírem certidão de nascimento; a carteira de trabalho, embora alguns patrões reajam negativamente, veio pôr fim a uma série de irregularidades cometidas contra o trabalhador rural, além de, juntamente com um documento militar, permitir que o colono tenha condições de receber o seu título de proprietário de terra. Hoje em dia, também, a liberdade de ir e vir está intimamente ligada à documentação devida. Uma pessoa sem seus documentos de identidade não pode locomover-se de um Estado para outro. Estas são algumas das consequências que, associadas a outros fatores, têm trazido gradativamente às regiões atendidas pela "Operação Documento" um clima de ordem, de tranquilidade e de paz social, anteriormente inexistentes, permitindo que o progresso encontre um campo mais favorável para desenvolver-se, beneficiando, assim, toda a comunidade.

– *De Segurança Nacional:*

Também sob este aspecto, consideráveis tem se mostrado os benefícios trazidos pela "Operação Documento". A atuação de órgãos do Governo no sentido de atender às necessidades da população, sem que isto traga ônus aos já minguados recursos de que dispõe, vem conquistando as simpatias do povo para com os poderes constituídos.

As regiões beneficiadas, normalmente estão afastadas dos grandes centros e são carentes de recursos de toda a ordem. A presença do governo e das FA, além de produzir os efeitos de uma "ação presença", serve para levantar qualquer indício de insatisfação que possam estar decorrendo na área.

Especial cuidado deve ser tomado com alguns patrões inescrupulosos que mantinham seus empregados irregularmente no que se refere às leis trabalhistas, e ao serem instados a normalizar a situação através do correto procedimento em relação à carteira de trabalho, limitam-se simplesmente a demití-los, gerando assim grandes descontentamentos passíveis de serem canalizados noutro sentido pelos agentes de subversão. Outro enfoque negativo que deve ser previamente contemporizado é a possibilidade de ocorrência de boatos desvirtuando as finalidades da operação e declarando, como já aconteceu, que o governo vai arregimentar gente para seu Exército, podendo ocasionar o afastamento da população cuja conquista foi bastante trabalhosa.

— *Criação de uma organização permanente — Estudo:*

Vimos no estudo anterior que normalmente acham-se empenhados na "Operação Documento" diversos ministérios, dela também participando vários órgãos do governo estadual. Até agora, todos os participantes da referida operação têm trabalhado harmoniosa e eficientemente, sob a direção de pessoal do Ministério do Exército, executor da atividade. Em todos os lugares atendidos pela operação, os ministérios já referidos têm participação ativa através de seus representantes regionais, o que possibilitaria, em princípio, a qualquer um deles ter a seu cargo a condução da operação. A fim de melhor dimensionar este aspecto, apreciaremos cada um deles separadamente.

— *Ministério do Exército*

Seu pessoal é quem atualmente organiza, dirige e conduz a operação, não excedendo, via de regra, a uma dezena de pessoas empenhadas. Para o Exército, esta atividade é positiva, pois as repercussões junto à população são muito favoráveis.

— *Ministério da Fazenda*

Sua participação prende-se basicamente ao fornecimento do CIC.

— *Ministério da Justiça*

É o que desenvolve o maior número de atividades, relacionadas tanto à justiça civil quanto à eleitoral. É, juntamente com o Ministério da Agricultura, o maior beneficiado pela execução da operação, pois por seu intermédio são abertos os caminhos para solucionar as múltiplas e complexas questões fundiárias que ocorrem em todo o território nacional, sobre carregando a já tão desgastada justiça brasileira.

— Ministério do Interior

Vem participando da operação através da alocação de recursos para auxiliar sua eficiência, cujo sucesso tem como consequência o desenvolvimento das áreas atendidas.

— Ministério da Agricultura

Também financia parte da operação, cujo êxito lhe é muito importante, particularmente com vistas à reforma agrária, problema crucial de toda nação de grande extensão territorial e com o grau de desenvolvimento como o BRASIL.

Ministério do Trabalho

Participa com o fornecimento da carteira profissional, promovendo a regularização da situação do trabalhador rural.

— *Conclusão parcial:*

Assim, ao concluirmos este estudo sumário, parece-nos ressaltar claramente que os ministérios mais diretamente beneficiados pelo sucesso da "Operação Documento" são os seguintes:

1º — Ministério da Justiça

2º — Ministério da Agricultura

3º — Ministério do Exército

Concluímos também, num primeiro estágio, da viabilidade da criação de um órgão de caráter permanente para a condução da "Operação Documento", equacionada segundo as seguintes opções:

— A cargo do Ministério da Justiça

— A cargo do Ministério da Agricultura

— A cargo do Ministério do Exército

— A cargo de dois ou mais dos ministérios acima. Qualquer destas opções não excluiria participação de outros ministérios, autarquias e órgãos dos governos federal, estadual e municipal.

ESTRUTURA DA ORGANIZAÇÃO

Organograma (Anexo)

Do estudo anteriormente realizado, apreciados os vários aspectos até então analizados, conclui-se que a Operação Documento vem adquirindo experiência e, consequentemente, ampliando seu campo de atuação. O número e o tipo de documentos é cada vez maior. O problema fundiário tem uma importância destacada, sem que as demais missões tenham perdido sua importância. O aumento das atividades fez com que os problemas administrativos se avolumassem. Assim sendo, no organograma que a seguir propomos, além de natural criação de uma SEÇÃO DE PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS, coordenando todas as atividades relacionadas

com o fornecimento de documentos, foi criada uma SEÇÃO DE ASSUNTOS GERAIS, encarregada de coordenar o apoio logístico, produzir informações e realizar a atividade de relações públicas.

Atribuições

O pioneirismo da Operação Documento traz, como consequência, improvisações geradoras, muitas vezes, de falhas que ao longo do tempo vão sendo levantadas e, dentro do possível eliminadas, surgindo, ao mesmo tempo, novas idéias, novos conceitos.

Passados quase dois anos desde sua implantação na área da 8^a RM, durante os quais procurou-se definir, ainda que de forma empírica, as atribuições de seus componentes, este trabalho, após a realização de pesquisas e de levantamentos relativos ao assunto, apresenta uma sugestão no que se refere às atribuições dos diversos elementos que participam, direta ou indiretamente, das atividades referentes a "Operação Documento".

— *Comandante da operação:*

- Conduzir todas as atividades relacionadas com o planejamento e execução da operação;
- Manter o escalão superior informado sobre todas as atividades relacionadas com a operação;
- Gerir os recursos destinados a operação;
- Manter ligação com as diversas autoridades e entidades envolvidas na operação;
- Manter a disciplina, a boa apresentação e o moral elevado, de todo o pessoal empenhado na operação;
- Coordenar a ação dos chefes de seção;
- Fazer sugestões visando o aprimoramento dos trabalhos;
- Para cada operação, elaborar o plano correspondente que deverá ser submetido à apreciação do escalão superior;
- Após a realização de cada operação, elaborar relatório contendo críticas e sugestões visando o aprimoramento dos serviços prestados as comunidades.

— *Chefe de Seção de Produção de Documentos*

- Coordenar as atividades relacionadas com a expedição de documentos;
- Manter o comandante da operação constantemente informado sobre o desenrolar das atividades inerentes a seção;
- Para cada operação elaborar o "PLANO DE EXPEDIÇÃO DE

"DOCUMENTOS", devendo submetê-lo a apreciação do comandante da operação;

- Após a realização de cada operação, elaborar relatório contendo críticas e sugestões a serem apresentadas ao comandante da operação.

— *Chefe da Subseção de documentos militares:*

- Assessorar o Chefe da Seção de Produção de Documentos nos assuntos referentes à expedição de documentos militares: Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado de Isenção e Atestado de Desobrigado.
- Levantar as necessidades de pessoal e material para a execução da operação, no âmbito da Subseção;
- Após a realização de cada operação, elaborar relatório, contendo críticas e sugestões a serem apresentadas ao Chefe da Seção de Expedição de Documentos;
- Providenciar a elaboração dos seguintes documentos:
 - Certificado de Alistamento Militar
 - Certificado de Dispensa de Incorporação
 - Certificado de Isenção
 - Certificado de Desobrigado

— *Chefe da Subseção de CPF*

- Assessorar o Chefe da Subseção de Produção de Documentos nos assuntos referentes à expedição do CPF;
- Levantar as necessidades de pessoal e material para a execução da operação, no âmbito da Subseção;
- Após a realização de cada operação, elaborar relatório contendo críticas e sugestões a serem apresentadas ao Chefe da Seção de Expedição de Documentos;
- Providenciar a elaboração do CPF.

— *Chefe da Subseção de Documentos Trabalhistas*

- Assessorar o Chefe da Seção de Produção de Documentos nos assuntos referentes à expedição de carteira de trabalho;
- Levantar as necessidades de pessoal e material para a execução da operação, no âmbito da Subseção;
- Após realização de cada operação, elaborar relatório contendo críticas e sugestões a serem apresentadas ao Chefe da Seção de Expedição de Documentos;
- Providenciar a elaboração da Carteira de Trabalho.

— *Chefe da Subseção de Registro Civil*

- Assessorar o Chefe da Seção de Produção de Documentos nos assuntos referentes à expedição das Certidões de Nascimento e Casamento;
- Levantar as necessidades em pessoal e material para a execução da operação no âmbito da Subseção;
- Após a realização de cada operação, elaborar relatório contendo críticas e sugestões a serem apresentadas ao Chefe da Seção de Expedição de Documentos;
- Providenciar a elaboração dos seguintes documentos:
 - Certidão de Nascimento
 - Certidão de Casamento

— *Chefe da Subseção de Identificação Civil*

- Assessorar o Chefe da Seção de Produção de Documentos nos assuntos referentes à expedição de Carteira de Identidade Civil;
- Levantar as necessidades em pessoal e material para a execução da operação no âmbito da Subseção;
- Após a realização de cada operação, elaborar relatório contendo críticas e sugestões a serem apresentadas ao Chefe da Seção de Expedição de Documentos;
- Providenciar a elaboração da Carteira de Identidade Civil.

— *Chefe da Subseção de Assuntos Fundiários*

- Assessorar o Chefe da Seção de Produção de Documentos nos assuntos fundiários;
- Levantar as necessidades em pessoal e material para a execução da operação no âmbito da Subseção;
- Após a realização de cada operação, elaborar relatório contendo críticas e sugestões a serem apresentadas ao Chefe da Seção de Expedição de Documentos;
- Tomar as providências necessárias para a solução dos problemas fundiários existentes.

— *Chefe da Subseção de Título Eleitoral*

- Assessorar o Chefe da Seção de Produção de Documentos nos assuntos referentes à expedição do Título de Eleitor;
- Levantar as necessidades em pessoal e material para a execução da operação no âmbito da Subseção;
- Após a realização de cada operação, elaborar relatório contendo críticas e sugestões a serem apresentadas ao Chefe da Seção de Expedição de Documentos;

- Providenciar a elaboração do Título de Eleitor.

– Chefe da Seção de Assuntos Gerais

- Coordenar as atividades relacionadas com Logística, Informações e Relações Públicas, no âmbito da operação;
- Manter o comandante da operação constantemente informado sobre o desenrolar das atividades inerentes a seção;
- Para cada Operação elaborar o "PLANO DE APOIO ADMINISTRATIVO", devendo submetê-lo à apreciação do comandante da operação;
- Após a realização de cada operação elaborar relatório, contendo críticas e sugestões a serem apresentadas ao Comandante da Operação.

– Chefe da Subseção de Logística

- Assessorar o Comandante da Operação nos assuntos referentes à Logística da Operação;
- Levantar as necessidades de pessoal e material para a execução da Operação;
- Após a realização de cada operação elaborar relatório, contendo críticas e sugestões a serem apresentadas ao Chefe da Seção de Assuntos Gerais;
- Planejar e executar o Apoio Logístico da Operação.

– Chefe da Subseção de Informações

- Assessorar o Comandante da Operação nos assuntos referentes à atividade de Informações;
- Levantar as necessidades de pessoal e material para a execução da operação no âmbito da Subseção;
- Após a realização de cada Operação elaborar relatório sobre a atividade de Informações na área;
- Planejar e executar a atividade de Informações na operação.

– Chefe da Subseção de Relações Públicas

- Assessorar o Comandante da Operação nos assuntos referentes à atividade de Relações Públicas;
- Levantar as necessidades de pessoal e material para execução da Operação no âmbito da Subseção;
- Após a realização de cada Operação elaborar relatório, sobre a atividade de Relações Públicas na Operação;
- Planejar e executar a atividade de Relações Públicas na Operação.

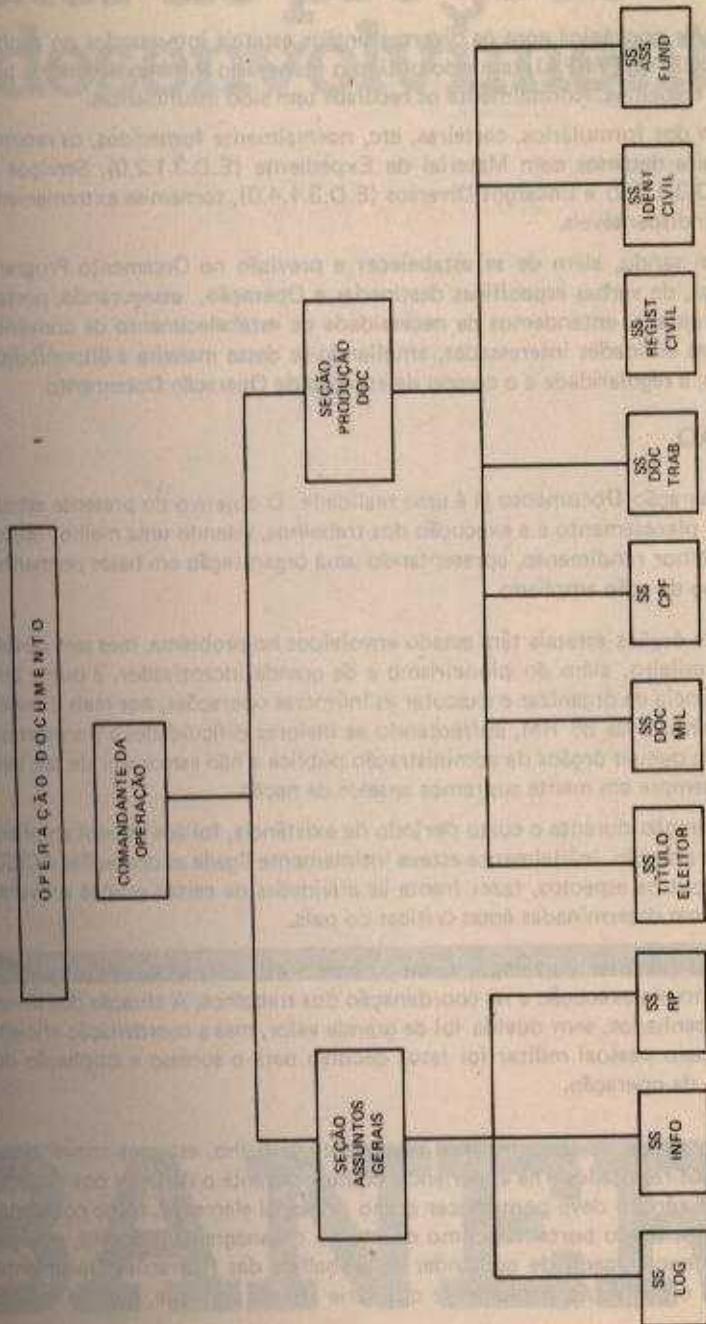
Atribuição de responsabilidade

O Exército Brasileiro foi o idealizador e principal suporte para o sucesso das diversas operações realizadas até o presente. Este sucesso, no entanto, só foi possível devido a cooperação, o empenho e a dedicação de uma série de entidades que cooperaram na produção e fornecimento de diversos documentos, que são um dos objetivos principais da operação. Sendo uma atividade envolvendo assuntos, aspectos e documentos diversos, sugeriremos, a seguir, as responsabilidades dos vários Órgãos estatais com atribuições na operação:

- O Ministério do Exército, através das Regiões Militares, como principal sustentáculo da Operação, deverá exercer um maior número de funções, ficando responsável pelos setores que se seguem:
 - a) Comandante da Operação
 - b) Seção de Assuntos Gerais
 - c) Seção de Produção de Documentos
 - d) Subseção de Logística
 - e) Subseção de Informações
 - f) Subseção de Relações Públicas
 - g) Subseção de Documentos Militares
- O Ministério da Justiça, atuando através dos Tribunais Regionais Eleitorais e dos Cartórios de Registro Civil, deverá indicar os Chefes e os componentes, respectivamente, da Subseção de Título de Eleitor e da Subseção de Registro Civil.
- O Ministério do Trabalho, atuando através dos Tribunais Regionais do Trabalho, deverá indicar o Chefe e os componentes da Subseção de Documentos Trabalhistas.
- O Ministério da Fazenda, atuando através das Secretarias Regionais da Fazenda, deverá indicar o Chefe e os componentes da Subseção do CPF.
- O Ministério da Agricultura, atuando através o INCRA, deverá indicar o Chefe e os componentes da Subseção de Assuntos Fundiários.
- Os Governos dos Estados e Territórios, atuando através das Secretarias de Segurança Pública, indicará o Chefe e os membros da Subseção de Identificação Civil.

RECURSOS

A disponibilidade de recursos tem sido, no curto prazo de existência, o Calcanhar de Aquiles de todas as operações até aqui realizadas. O Ministério do Exército, em seu Orçamento-Programa, não tem alocado recursos para o fim específico da Operação.



Através convênios com os diversos órgãos estatais interessados no problema, (LBA, INCRA, ITERPA), tem sido obtido o numerário mínimo necessário para execução dos trabalhos. Normalmente os recursos tem sido insuficientes.

Além dos formulários, carteiras, etc, normalmente fornecidos, os recursos específicos para despesas com Material de Expediente (E.D.3.1.2.0), Serviços de Terceiros (E.D.3.1.3.2) e Encargos Diversos (E.D.3.1.4.0), tornam-se extremamente necessários e indispensáveis.

Assim sendo, além de se estabelecer a previsão no Orçamento Programa dos Ministérios, de verbas específicas destinadas a Operação, assegurando, portanto, sua continuidade, entendemos da necessidade de estabelecimento de convênios com as diversas entidades interessadas, ampliando-se dessa maneira a disponibilidade de recursos, a regularidade e o campo de atuação da Operação Documento.

CONCLUSÃO

A Operação Documento já é uma realidade. O objetivo do presente estudo é aprimorar o planejamento e a execução dos trabalhos, visando uma melhor objetividade, um melhor rendimento, apresentando uma organização em bases permanentes, com campo de ação ampliado.

Vários órgãos estatais têm estado envolvidos no problema, mas sem dúvida o Exército Brasileiro, além do pioneirismo e de grande incentivador, é quem tem tido a incumbência de organizar e executar as inúmeras operações, nos mais diversos rincões do território da 8ª RM, enfrentando as maiores dificuldades e transtornos, incentivando os demais órgãos da administração pública a não esmorecer de tais percalços, tendo sempre em mente supremos anseios da nação.

A operação durante o curto período de existência, foi aos poucos ampliando sua área de atuação. Inicialmente estava intimamente ligada as operações ACISO e visou, entre outros aspectos, fazer frente às atividades de certos grupos subversivos que atuam em determinadas áreas críticas do país.

Com o decorrer do tempo, ficou patente a eficiente atuação do Exército no planejamento, na execução e na coordenação dos trabalhos. A atuação dos diversos órgãos empenhados, sem dúvida foi de grande valor, mas a coordenação eficiente executada pelo pessoal militar foi fator decisivo para o sucesso e ampliação do campo de ação da operação.

Assim sendo, ao terminarmos o presente trabalho, estamos convencidos que, baseado nos resultados e na experiência colhida durante o decorrer dos tempos, sem dúvida o Exército deve permanecer como principal elemento, como coordenador da operação, sendo portanto, como consta no organograma proposto, o Organismo Federal encarregado de comandar os trabalhos das Operações Documento dentro de uma organização permanente que seria ativada somente, quando fosse o caso de atuar.



A HISTÓRIA, O CHEFE E A DOUTRINA MILITAR

Nilton Moreira Rodrigues

*"Temos todos que vivemos
uma vida que é vivida
e outra vida que é pensada;
e a única vida que temos
é essa que é dividida
entre a verdadeira e a errada"*

Fernando Pessoa

A história é uma disciplina científica que tem por objetivo o estudo sistemático dos fatos sociais, considerados em suas particularidades de tempo e lugar. Ciência da mudança perpétua das sociedades humanas, como a definiu um historiador de nossos dias, ela é também o próprio acontecer dessa mudança: a ascensão, o apogeu e a decadência das civilizações.¹

Os casos ou fatos históricos são as fontes da história.

O historiografo, através do método histórico, examina e interpreta as ações passadas, proporcionando ao homem um conhecimento mais amplo de seu próprio ser e colhendo os benefícios da experiência de outras gerações. Os casos históricos são as parcelas de uma soma onde o resultado é a própria história.

A história militar é um dos ramos da história geral. Nela estudamos os feitos militares — as guerras — seus antecedentes, suas consequências e o quadro político-econômico-social cristalizador dos eventos considerados.

O caso histórico militar é a particularização da história militar. Tanto pode ser uma ação desenvolvida por uma patrulha de combate de valor pelotão ou grupo de combate, como pode ser a invasão da Normandia na 2^a Guerra Mundial, ou ainda, o conjunto das campanhas napoleônicas. Assim, notamos que o caso históri-co-militar tem uma importância relativa no conjunto da história militar. Ora poderá ter um valor preponderante, ora será insignificante. O ângulo de observação do his-

¹ Enciclopédia Barsa, Vol 16. Planos de Estudo. Pág. 279. Ed. 1973.

teriorador é que lhe conferirá a devida essencialidade. Naturalmente que tudo se subordinará ao grau de amplitude e ao destino que serão dados ao estudo em curso.

Procuraremos realizar um estudo global. Optaremos pelas generalizações e somente quando absolutamente necessário, para maior clareza e entendimento do assunto, particularizaremos.

Conscientemente, confundiremos casos históricos militares com a própria "história militar". Naturalmente que a razão de tal procedimento tem uma explicação óbvia: a generalização desejada.

Aos vocábulos Chefe, Comandante e Líder daremos a mesma conotação. A proposital mistura na compreensão de tais palavras em nada prejudicará a condução do assunto. Assim agiremos, para uma maior facilidade de concatenação das idéias aqui apresentadas.

No decorrer do estudo, analisaremos como se procede a formação do chefe militar, a formulação da doutrina correspondente e como a história militar influí marcatamente nessa formação do chefe e na formulação da doutrina militar. Em rápidas incursões, apresentaremos como anda a doutrina militar terrestre nacional, sua tradição, o estágio atual e as nossas perspectivas nesse campo. Finalmente, teremos algumas conclusões generalizantes a respeito do tema proposto.

O CHEFE MILITAR

Fontes do conhecimento

"O chefe é o homem ou organismo que deve impor sua vontade a um conjunto humano (jogo de outras vontades) e levá-lo à conquista do objetivo comum."²

Segundo o Gen Juan Enrique Guglielmelli, "A guerra é ciência e é arte. Ciência no estudo de sua teoria, no caudal dos conhecimentos que possam adquirir-se mediante uma disciplina intelectual sistemática. É arte em sua execução, na imaginação criadora do comandante, pronto a encontrar a solução do problema concreto nas raízes mais profundas de seu espírito."³ Por isso a ESG da República Argentina dá especial atenção em seus cursos ao estudo do Comando e da História Militar.

Assim, o chefe militar obtém experiência nas duas fontes retro-citadas e mais uma terceira, que é a própria guerra.

"Somente a paixão do estudo e uma grande experiência poderão formar o grande capitão. Não basta o que se observou com os próprios olhos, pois a vida do homem não é suficientemente fecunda em acontecimentos para conferir uma

² História e História Militar. Importância e finalidade na formação do comandante. Maj Alfredo S. Diaz. Revista Militar Brasileira – N° 4 – Out a Dez de 1970 – Vol XCVI.

³ Aula inaugural na ESG e Centros de Altos Estudos da Argentina, pronunciada pelo autor citado, em 1964.

experiência universal. É um erro afirmar que um general nasce feito não havendo necessidade de estudo para a sua formação." Assim expressou-se o Arquiduque Carlos, o maior general austríaco que enfrentou Napoleão.⁴

Já o velho Marechal prussiano Moltke afirmava: "As melhores lições para o futuro obteremos de nossa própria experiência; porém, como esta última não nos será concedida senão em forma muito limitada, é necessário utilizar, mediante o estudo da História Militar, a experiência dos demais."⁵

Verificamos então, que o estudo do Comando, da História Militar, mais a experiência vivida na própria guerra, são as fontes de conhecimento, onde o chefe militar pode buscar a inspiração para a sua conduta futura no Teatro de Guerra.

Sabemos ser impossível provocar-se uma guerra unicamente para se exercitar os chefes militares e proporcionar-lhes uma experiência de presença. E ainda, o escalão vivido em um dado momento por um chefe, dar-lhe-ia um conhecimento nem sempre válido para a função de comando que ele desempenharia no futuro. Poderia, inclusive, ser uma experiência danosa para a nova conduta, visto que o ângulo de observação do fenômeno vivido poderia não corresponder às novas necessidades requeridas.

Resta-nos portanto, o estudo do Comando e da História Militar como fontes reais da educação do espírito do Chefe Militar. "Sem o conhecimento da História, não existe uma verdadeira compreensão do presente e de suas necessidades", já opinava Gerhard Ritter destacando o valor da história.

Deduzimos existirem duas formas de experiência: a direta e a indireta.

Lembramos as palavras do Cel Leopoldo R. Ornstein, historiador argentino, quando dizia: "Pode a experiência teórica, nascido do estudo e da reflexão, ser o único caminho para se chegar a ser um grande general e dominar-se os segredos da arte da guerra. Que experiência tinha Frederico, o Grande, ao começar o seu ciclo de campanhas de retumbantes êxitos contra rivais de uma experiência prática consagrada pela guerra efetiva? E Napoleão ao iniciar-se na Campanha da Itália? Qual a experiência de Moltke nas campanhas contra a Áustria e a França, que o elevaram a situação de um dos grandes capitães da história, aos 65 anos de idade e quando se sabe que jamais havia servido na tropa ou comandado um simples batalhão?

Igualmente essa mesma história nos recorda que os condutores abatidos por aqueles gênios, foram justamente aqueles, famosos por serem práticos e experimentados na guerra real, que não puderam opor aos vencedores outros recursos senão aqueles que esse tipo de experiência os havia brindado, isto é, os procedimentos dogmáticos. Em uma palavra: a rotina."⁶

⁴ A concepção da vitória entre os grandes Generais. C. L. Dervieu. Tradução de Frederico Minâlio. Edição 1942.

⁵ Idem ao número anterior.

⁶ El Estudio de la Historia Militar. Cel. L. R. Ornstein. B. Of.

Alguns historiadores chamam a experiência indireta de pré-experiência. É aquela que se obtém unicamente pelo estudo da História e História Militar e do Comando (em forma teórico-prática).

Segundo Bismarck, "Só os tolos desprezam a experiência alheia". É preciso instruir-se pelas experiências dos outros, confirma Mao Tse Tung. Finalmente, "não se pode desprezar trinta séculos de conhecimentos".

Frederico, o Grande, gostava de repetir: "O jurista, o político e o guerreiro que recorreu ao ensinamento histórico, aprendeu a ligação existente entre os acontecimentos do presente e os do passado. Ele adquiriu, também, na história, uma pré-experiência".

O Marechal Foch nos deixou o grande ensinamento de que "nenhum estudo é possível no campo da batalha. Ali se faz o que se pode, a fim de aplicar-se o que se sabe. As improvisações geniais nos campos de batalha não são mais do que o resultado das meditações anteriores".

Não podemos esquecer o pensamento universalmente aceito de George Santayna: "Os que ignoram a História estão condenados a repetí-la".

É preciso inclusive se observar que o estudo do Comando e o da História Militar, tem suas bases alicerçadas em um ponto comum: a ação dos grandes chefes do passado. Quando se monta um exercício teórico-prático com a finalidade de se adestrar uma organização, busca-se os ensinamentos dos grandes chefes do passado, apenas adaptando-se esses ensinamentos para as novas contingências do momento. Em suma, recorre-se à experiência vitoriosa já testada em um combate. É raro aquele que procura o ensinamento histórico no derrotado. Normalmente, quando se busca uma lição no exército vencido, assim se procede, apenas para se observar o que não deve ser feito. No entanto, o derrotado, algumas vezes, concebeu manobras de alto valor estratégico ou tático que seriam de grande valor caso alguns condicionantes impeditivos fossem superados. É de grande interesse conhecer-se o pensamento militar dos que perdem uma batalha. Poderemos obter, inclusive, mais experiências nesse estudo do que rebuscando apenas a manobra do vencedor.

O General Peucker, inspetor geral dos Institutos de Ensino da Prússia, dizia no programa destinado à Academia de Guerra de Berlim, em 1868: "Quanto mais escassa for a um exército a experiência da guerra, mais importa recorrer à história como base dessa instrução. Embora a história da guerra não possa substituir a experiência adquirida, pode contudo prepará-la. Na paz, ela constitui o verdadeiro meio de aprender a guerra, de determinar os princípios fixos da arte. É indubitavelmente, a fonte imediata e eterna de todos os conhecimentos utilizáveis na guerra".

As regras de Tática não dispensam a experiência histórica, pois é dela que emanam. O estudo da Casos Históricos, aliado à experiência de guerra — sempre limitada e sujeita às distorções naturais do momento e do escalão que se viveu — vai desenvolver no militar a sua capacidade de comando. Em última análise, o Chefe necessita educar o espírito numa predisposição à direção e é na História que ele adquire tais atributos.

O Cel De La Ruelle, Ex-Diretor do Curso de História Militar da Escola Superior de Guerra da França, citando o Chefe do Estado-Maior do Exército Francês, afirma que a sua escola deve ter no programa o estudo da História Militar e que este estudo devia "ter por fim essencial a formação dos Chefes e não a análise detalhada e estéril das Campanhas".⁷

Cita o próprio Comandante da Escola, quando diz: "Integrado nos estudos táticos, o curso de História é, antes de qualquer outro, um verdadeiro curso de moral militar e de comando, apoiando-se nos exemplos encontrados em nossos anais e procurando fazer ressaltar os ensinamentos de valor permanente que podem ser tirados do exame metódico do comportamento dos chefes e da tropa em determinadas conjunturas".⁸

O Exército Americano, de filosofia pragmática por excelência, atualmente procura se voltar para o estudo da História Militar, a quem relegou, por longo período de tempo, ao segundo plano em seus currículos escolares.

Reconhecendo o fenômeno da insuficiência do conhecimento histórico militar de seus alunos, a Escola de Blindados do Exército citado, iniciou um programa de leitura sistemática sobre história, aliado a seminários, destinados a dar aos alunos de cursos avançados, certos conhecimentos históricos básicos. O programa salienta as seguintes áreas: Guerra da Independência Americana, Guerras Napoleônicas, Guerra da Secessão, 1^a e 2^a Guerras Mundiais (Teatro da Europa e do Pacífico) e o conflito Coreano.

Ao todo, cada aluno deve ler, de uma lista de obras cuidadosamente selecionadas, o mínimo de um livro por mês, durante sete meses. O aluno também tem a oportunidade de ampliar seus conhecimentos, através de discussões em pequenos grupos, compostos de indivíduos que leram obras de autores diferentes, mas relativas ao período determinado pela coordenação.⁹

Finalmente, citamos Wilhelm Bauer, de sua "Introdução ao estudo da História", o seguinte: "Os casos históricos militares permitem um importante ponto de apoio pedagógico para a formação do militar. As conclusões sobre as guerras enquadram-se dentro do pragmatismo histórico e servem de modelo aos comandantes militares para suas futuras atuações no campo operacional".

Sua formação

Aspectos gerais

O militar é essencialmente formado para a guerra. Essa formação é basicamente realizada em tempo de paz e os responsáveis não podem esquecer que a instrução deve ser orientada para essa destinação: a guerra.

⁷ Método de Estudo de Casos Históricos – Exercício da ECEME 4.1, B-1.1 – An A Doc N° 1 A – Fl 4.

⁸ Idem ao número anterior.

⁹ Quem não lê História – Maj Carl Wesnoski-Military Review-Ago/73.

Em "Introdução à Estratégia", o Gen André Beaufre nos alerta: "Porque a ausência de guerra não significa o reinado da paz. Pois a paixão do poderio dos homens e as forças obscuras que influem no desenvolvimento da espécie humana, farão que os conflitos sem dúvida inerentes à nossa natureza social, tenham que ser resolvidos mediante lutas, através de novas formas bélicas, nas quais, se bem será evitado o confronto armado, ficará subsistente esse conteúdo fundamental de imposição de vontade que caracteriza a guerra."

Infelizes daqueles que procuram desviar os militares, em suas origens formadoras, desse espírito guerreiro tão necessário a uma Força Armada. Alguns apregoam uma formação humanista. Outros, através das ciências exatas. Poucos, procuram o ecletismo das generalizações, com grande dosagem de história militar como disciplina complementar.

"Enfim, a verdadeira guerra é a do tempo de paz: ela prepara a outra".¹⁰

"Alguém já disse que: "Não se pode preparar convenientemente um Exército para a Guerra, se não estivermos *convictos* de que ela pode eclodir amanhã".

Todas as citações anteriores tiveram um só objetivo: alertar-nos para a diversidade de programas e currículos das diferentes escolas de formação de oficiais, em grande número de países, completamente divorciados da atividade-fim. Não é possível que o Chefe Militar seja surpreendido pelo fracasso por ter incorrido em um erro histórico. Estuda-se a técnica de comando mas, normalmente, olvida-se o estudo histórico.

Em países belicosos

Nas nações em que a guerra permanentemente está presente, fácil se desprende que todas as forças vivas nacionais se voltam para o problema fundamental: a conduta das operações. A experiência direta vivida pela maioria dos Chefes Militares, faz surgir em diferentes níveis funcionais, casos históricos militares pessoalmente observados. Esses casos disseminam-se para os demais componentes da organização, boca a boca e através da divulgação realizada pela unidade enquadrante.

Ao estreante no campo de batalha, procura-se proporcionar uma pré-existência. Esta experiência indireta servirá de grande apoio ao combatente como subsídio para a educação do espírito. Lembramo-nos de Clausewitz ao proclamar: "Dos livros não se devem levar para a guerra nada mais que a educação do espírito". E, ainda: "Seria um imenso serviço o ensinar a guerra unicamente por intermédio de exemplos colhidos na história".

Esses ensinamentos são seguidos à risca pelas nações em guerra ou que realmente preparam-se para ela. Os Estados Unidos, como vimos atrás, descuidaram-se

¹⁰ Mal Moltke — Citado em "A Concepção da Vitória entre os Grandes Generais" — C. L. Dervieu — Trad de Frederico Mindello — 1944.

¹¹ Citação do Cel Affonso von Trompowsky no artigo "Princípios de Guerra — Para que servem afinal" — Rev Mil Bras — N° 2 — Abr a Jun.

por longo tempo do estudo histórico-militar. Não esqueçamos de que as forças aliadas na 2^a Guerra Mundial, lideradas pelos Estados Unidos, lograram o triunfo graças a uma superioridade de material e não a uma arte ou técnica de comando superior.

Os fracassos após 1945, na Coréia e no Vietname, demonstraram aos americanos que uma nova linha militar teria que ser seguida. Hoje, eles se voltam para a História Militar. Em todos os cursos militares o incentivo para o estudo da História é uma constante.

As Forças Armadas de Israel, atualmente vedetas das citações militares, não esquecem o estudo dos casos históricos. Os ensinamentos buscados na história têm correspondido positivamente nos campos de batalha. Esse estudo complementa a formação militar do chefe israelense. Liddell Hart é um dos estrategistas dos mais estudados e suas idéias de emprego dos blindados são experimentadas continuamente.

Naturalmente que as nações em guerra não procuram nos casos históricos do passado fórmulas, generalizações ou leis rígidas para ganhar batalhas. Jean Petit, bem define esse objetivo, quando diz: "Explorar racional e metodicamente o passado, não só para registrar fatos, o que levaria apenas a uma vã erudição, mas sobretudo, para ali descobrir princípios e fixar idéias, exige uma vontade persistente, uma formação intelectual e uma educação da inteligência que a História Militar nos auxilia a adquirir".¹²

No Brasil

Em nossa nação, como na maioria dos países pacifistas, a formação do Chefe Militar é realizada sem que se acredite que a "guerra possa eclodir amanhã". O espírito guerreiro do Chefe e dos comandados fica bastante abalado.

A experiência militar nacional em guerras externas é pequena. Poucos são os veteranos e dia-a-dia mais diminui o seu número. A experiência vivida pela Força Expedicionária Brasileira, (FEB) afasta-se no tempo e cai para o conhecimento histórico. O Batalhão Suez e o Destacamento Brasileiro da Força Interamericana de Paz (FAIBRAS) foram experiências pacificadoras. Para o campo da segurança interna, mercê do ótimo trabalho dos órgãos de informações, a nossa capacitação militar se acumula.

Mas, como anda a nossa formação do chefe para um conflito externo? Quais as fontes do conhecimento que nos tem valido?

Acreditamos que basicamente, nos socorremos da técnica do comando (procedimento, mecanismos executivos, regras e princípios explicativos, etc.) e da pré-experiência (através do estudo da História Militar). Temos uma experiência direta tão pequena que se dilui na imensidão do problema. Resta-nos apelar para os

¹² Citação de Jean Petit, no artigo "Princípios de Guerra, para que servem afinal?" do Col. A. Von Trompowsky, Rev Mil Bras, Nº 2 - Abr a Jun 66.

casos históricos militares. Infelizmente o estudo nesse campo, observado sob o prisma da interpretação histórica, ainda engatinha. Mais se agrava o fato quando nos voltamos para a História do Brasil, em seu tríplice conceito: conhecimento de fontes, historiografia e disciplina. Segundo o Cel Francisco Ruas Santos, "a razão dessa falha decorre de uma conjuntura militar já inteiramente superada, mas cujos reflexos projetaram-se muito além".¹³

A exceção de trabalhos de pesquisa com finalidade doutrinária realizados pela Escola de Comando e Estado-Maior, nesses últimos quinze anos, o Exército ignorou, praticamente, a nossa História Militar.

Vimos que no Brasil, o próprio treinamento do Chefe Militar na técnica de comando é falha. "Nosso Exército, numa conjuntura de Desenvolvimento e Integração, não possui condições ideais para a realização intensiva de manobras. E a razão? Seu alto custo. As manobras em tempo de paz e a guerra, sempre foram as melhores formas de se testar e aperfeiçoar a doutrina de emprego de uma força terrestre.

Por esta razão, o estudo histórico-militar brasileiro deverá idealmente, dominar a doutrina da força terrestre, em todas as ocasiões onde for empregada, determinando de modo sistemático e completo, as soluções corretas e falhas. Nossa experiência de guerra não pode ser abandonada".¹⁴

E quais os casos históricos militares nacionais que deveriam prioritariamente ser estudados?

Como uma idéia inicial, no campo externo: — A Campanha da Cisplatina, A Guerra da Tríplice Aliança é a atuação da FEB na 2ª Guerra Mundial; no campo interno: — A Invasão Holandesa, Canudos e o Contestado.

Esse mínimo de conhecimento histórico militar, teria que ser abordado no aspecto do aperfeiçoamento de uma doutrina militar brasileira.

Para comprovar o descaso no trato de nossa História Militar, há poucos meses, um excelente instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, discutia com uma turma de oficiais-alunos, os problemas existentes com um comando combinado interaliado. Citou numerosos exemplos históricos militares alienígenas e particularizou no problema que existiu com o comando interaliado de Eisenhower, na 2ª Guerra Mundial.

Ao término da discussão-dirigida, um oficial-aluno levanta-se e lembra ao instrutor os excepcionais ensinamentos existentes na Guerra do Paraguai, quando por várias vezes a aliança periclitou pelas arestas naturais que se criaram entre os comandos brasileiro, argentino e uruguai. O exemplo clássico nacional estava muito próximo, mas somente um entre cento e dez oficiais presentes o invocou. Isso mostra o pouco interesse que se dá à História Militar pátria.

13. "Rumos da História do Exército" — Cel F. Ruas Santos — Rev Mil Bra — N° 1 e 2 — Jan a Jun 73 — pág. 28.

14. "O Culto das tradições no Exército" — TC Cláudio Moreira Bento — Rev Mil Bras — N° 1 e 2 — Jan a Jun 73 — Pág. 38.

A eleição de casos históricos estrangeiros como modelo é uma constante. Naturalmente que não se deve abominá-los, muito pelo contrário. No entanto, como na indústria, se temos um produto nacional idêntico ao pé da obra, por que importar? Não queremos dizer que Napoleão, Moltke, Montgomery, Eisenhower, Guderian, Mao Tse Tung, Ho Chi Minh, etc, não devam ser estudados.

Não poderemos deixar de mencionar o fato de que atualmente o Exército Brasileiro procura debruçar-se sobre suas origens. O livro "História do Exército Brasileiro", em três volumes, apesar de não realizar uma análise interpretativa dos eventos e simplesmente narrá-los cronologicamente, dá um passo significativo pois poderá incentivar vários chefes, em diferentes níveis hierárquicos, ao gosto histórico. Ressalte-se ainda que a idéia e responsabilidade de editar a obra partiu do órgão máximo de planejamento da nossa força terrestre, o Estado-Maior do Exército.

A integração dos currículos de ensino entre as diversas escolas de formação de oficiais foi efetivada. Isto é algo alentador pois sabemos que o conhecimento histórico-militar desejável aos alunos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) são de profundidade e graus absolutamente diferentes. Com a presente integração, haverá uma sucessividade no aprendizado histórico e um curso complementar e ampliará o conhecimento adquirido no anterior.

Estas mudanças serão bastante benéficas para a educação do espírito dos futuros chefes militares brasileiros.

DOUTRINA MILITAR

Preliminares

Começaremos com a definição do Marechal Castello Branco, sabidamente um apaixonado do assunto: "Uma Doutrina Militar forma um corpo de princípios e processos, retirados quase sempre de dados de uma teoria, ou de várias teorias, todos adaptados, a fim de atender aos problemas militares de uma nação para organizar suas forças, prepará-las para a guerra, levá-las a operação admitidas e previstas. Além de adaptar dados teóricos, pode ainda criar elementos doutrinários próprios, tendo em vista atender particularidades da nação e de seus prováveis contendores."¹⁵

Segundo o Gen Obino Álvares: "Doutrina Militar é o conjunto codificado das leis que regem a guerra e dos princípios de estratégia; dos métodos de tomada de decisão e de planejamento, da ação administrativa como da ação operacional das idéias e conceitos de guerra no mais alto nível; dos processos de treinamento da tropa e de emprego das formações de combate; das normas e práticas padronizadas do procedimento militar".¹⁶

¹⁵ Doutrina Militar Brasileira — Conferência do Mai Castello Branco, constante do livro "Marechal Castello Branco: seu pensamento militar". Organizado pelo Cel F. Ruas Santos.

¹⁶ "Doutrina Militar" — Gen Obino Álvares — Defesa Nacional — Nº 643, de Mai/Jun de 1972.

Arriscamos conceituar a Doutrina Militar como um conjunto de princípios que servem de base a um sistema militar. É fruto de trabalho intelectual e de experiências próprias ou de outras nações.

A doutrina de um exército é encontrada em seus regulamentos, manuais, textos escolares, quadros de organização e dotação (QOD), programas-padrão de instrução (PP) e na legislação militar.

Aproveitamos um trabalho do então Maj Mário José Sotero de Menezes, para transcrever: "Parece ponto pacífico que a doutrina militar de um país deve ser consequência da conjugação de vários fatores, entre os quais podemos alinhar:

Econômico — traduzindo as possibilidades econômico-financeiro, particularmente do parque industrial, das reservas de minerais estratégicos, etc.

Psicossocial — especialmente no que se refere a população apta para o serviço militar, padrão de vida, habilitações profissionais, nível de educação, etc.

Político — basicamente no que concerne aos antagonismos externos e internos (estes também fruto do fator psicossocial), tendo como manifestações mais palpáveis as hipóteses de guerra e os Teatros de Operações prováveis de atuação.

Militar — tradição militar, cultura e tendências dos cidadãos fardados, etc.¹⁷

Para sentirmos o real valor de uma doutrina militar bem codificada e principalmente assimilada e aplicada, buscamos o exemplo do trabalho do Marechal Moltke, na reorganização do exército alemão, anterior ao conflito com a França em 1870 e citado pelo Cel Pedro Cordolino F. de Azevedo: "Moltke dotou o exército prussiano de uma doutrina guerreira. Os fundamentos dessa doutrina ele os investigara, com tenacidade e espírito positivo, no estudo das campanhas de Napoleão, procurando tanto quanto possível, apropriar-se do espírito da arte do grande corso.

Uma das consequências notáveis da atuação uniforme e metódica de Moltke na instrução do corpo de oficiais prussianos foi a unidade de doutrina que soube incutir no espírito dos chefes e que se tornou notável. Rousset, a propósito, cita dois casos chocantes e contraditórios passados na guerra de 1870, um com o exército francês e outro com o prussiano. No combate de Spicheren, por exemplo, quatro chefes prussianos se sucedem no comando por causas várias: entretanto, todos agiram dentro da mesma concepção estratégica sem que nenhum deles abdicasse de sua ação pessoal, própria como chefe da tropa. Em Sedan, ao contrário, houve três comandantes franceses que se sucederam e cujas resoluções variaram profundamente: o primeiro queria resistir a pé firme naquela praça, o segundo desejava abandoná-la efetuando uma retirada e o terceiro adotou a ofensiva. Cada cabeça, cada sentença e o resultado, apesar do brilho da luta, foi a derrota do exército francês e seu consequente aprisionamento".¹⁸

17 "Doutrina norte-americana, espírito alemão e tradição brasileira". Maj Mário J. Sotero de Menezes — Rev Mil Bras — Nº 2, Abr a Jun de 1966.

18 "História Militar" — Cel Pedro Cordolino F. de Azevedo.

Preceitua a Escola Superior de Guerra que, ao estabelecer-se uma doutrina militar, três fases sejam consideradas, muito embora na prática, seus limites não sejam nítidos e, muitas vezes, se desenvolvam simultânea e não sucessivamente. Essas três fases são:

- a da Formulação, em que são encarados os fundamentos sobre os quais se assenta toda a doutrina e considerados os fatores de influência que atuam, direta ou indiretamente, sobre eles;
- a da Corporificação, que decorre da aceitação das conclusões da fase anterior e se traduz na elaboração das normas e princípios doutrinários, consubstanciados em documentos diversos;
- a da Aplicação e Verificação, em que se procura, através da aplicação objetiva e prática, comprovar a validade do que foi estabelecido nas fases precedentes, para consolidação ou rejeição posteriores.

"Entre os vários fatores que influenciam a formulação da doutrina militar podemos salientar os de natureza histórica, geográfica, política, econômica e os fatores psicossociais.

A corporificação envolve a aceitação dos princípios estabelecidos e adotados os aspectos ligados à tradição histórico-militar, reações decorrentes do estudo dos fundamentos e da análise dos fatores de influência e os elementos das doutrinas militares estrangeiras incorporadas.

Na fase da aplicação e verificação, procura-se testar, na vida diária das organizações militares, nos estados-maiores, nas escolas, nas manobras e nos exercícios combinados, tudo o que já houver sido incorporado à doutrina militar.¹⁹

Sabemos que a doutrina militar pode ser importada, desde que bem adaptada às novas circunstâncias. Lógico que a procura nas fontes nacionais, na experiência dos que nos antecederam, será muito mais racional e os seus ensinamentos já estarão testados dentro das condicionantes do usuário. Perigoso será copiar de uma nação estrangeira a sua doutrina, esquecendo-se de que os fatores econômico, psicossocial, político e militar que impuseram a adoção de tais princípios na nação formuladora não serão os mesmos da copiadora. Em suma, sempre que possível procura-se elaborar uma doutrina militar condizente com o poder existente.

Apelando mais uma vez para o Marechal Castello Branco, diríamos: "A doutrina militar tem que concordar com os recursos nacionais e com as necessidades da segurança nacional".

Exemplificando esse aspecto importante de ajustamento doutrinário às peculiaridades do poder nacional, lembramo-nos da doutrina preconizada para os movimentos retrógrados no Brasil, na Alemanha Ocidental, nos Estados Unidos e na França.

No Brasil, face a sua extensão territorial e grandes espaços vazios, damos ao luxo de trocar o espaço pelo tempo; na Alemanha Ocidental, a largura de seu

¹⁹ "Estudos de Estratégia" — Gen Obino L. Álvares — Bib Ex — 73.

território, no sentido Leste-Oeste, de pouco mais de 200 km, não permite estabelecer-se o princípio da troca do terreno pelo tempo; nos Estados Unidos, não é levantada a hipótese de guerra em seu território, estando assim prejudicado o princípio em questão; finalmente na França, o inimigo é retardado da sua fronteira até o interior do seu próprio território e, após detido ou quebrada a sua impulsão, é destruído pelo lançamento de um artefato nuclear.

Vimos assim, quatro conceitos doutrinários diferentes, para a resolução de um mesmo problema militar.

Formulação

Meditemos como poderemos criar uma doutrina militar. Sabemos que qualquer doutrina deve assegurar ao combatente o cumprimento de sua missão. A doutrina militar dispõe de um elemento *estável*, como bem disse o Cel Affonso von Trompowsky, "seu esqueleto", os Princípios de Guerra, desvendados após secular observação histórica. A outra parte, essencialmente evolutiva, como "músculos e carne"²⁰ completam o *corpo* da doutrina. É sobre o revestimento carnal que vão influir os elementos conjunturais, para dar-lhe a fisionomia adequada à época contemporânea.

A pesquisa histórico-científica é primordial para o estabelecimento e desenvolvimento de uma doutrina militar.

A análise de casos históricos-militares proporciona os ensinamentos necessários para a formulação da doutrina militar. Naturalmente que as "bases estáveis" da doutrina não necessitam de mudanças continuadas; o "corpo" da doutrina sim, deve-se ajustar o ensinamento sugerido pelo caso histórico às novas condicionantes ambientais.

"A elaboração de uma doutrina exige um trabalho contínuo de pesquisas, avaliações e conclusões, tudo dentro de uma intransigente objetividade. Para fazê-lo além de se tomar por base uma realidade inelutável, os seus organizadores têm que empreender uma luta incessante contra o conservantismo e contra a visão simplista de problemas complexos e difíceis."²¹

É interessante lembrar Stanley Sandler quando formulou: "Devemos encarar a dura verdade de que o planejamento feito pelos militares para as guerras futuras quase sempre visou à guerra errada, todas baseando-se em lições do conflito anterior".²²

²⁰ "Princípios de Guerra — Para que servem afinal?" — Artigo do Cel Affonso von Trompowsky — Rev Mili Bras — Nº 2 — Abr a Jun 66.

²¹ "Doutrina Militar Brasileira" — Conferência do Mal Castello Branco e constante do livro org. pelo Cel Ruas Santos: "Marechal Castello Branco: seu pensamento militar".

²² "A História e os Militares" — Stanley Sandler — Artigo transscrito em Military Review, Ed Bras, Jan de 1972.

É oportuno recorrermos à história contemporânea, transcrevendo dois casos históricos-militares recentes, onde procuraremos destacar deles alguns ensinamentos doutrinários de ordem geral.

O primeiro, oriundo da 2ª Guerra Mundial, no episódio da surpreendente contra-ofensiva alemã nas Ardenas.

Em fins de dezembro de 1944, Charles G. Bolte, escrevendo na "Nation", interpretava a campanha das Ardenas em termos nacionais amplos e radicais: — "Nos campos tático, estratégico e psicológico, portanto, cometemos o mais grave pecado (subestimar o inimigo) em guerra. A única explicação possível ou satisfatória deste estado de coisas, parece-me, é que incorremos no que podia ser denominado um *erro histórico*²³ em um nível mais vital do que qualquer outro já mencionado: enganamo-nos, a maioria de nós, acerca da natureza essencial desta guerra. A despeito dos protestos em contrário daqueles dentre vós que vêem esta guerra como alguma coisa mais do que uma guerra nacional-imperialista de conquista e de contra-resistência, nosso pensamento tem sido deformado pela história das guerras do passado, em que as nações abandonavam a luta quando se viam derrotadas. Agora estamos engajados em uma guerra em que as nações não desistem mesmo quando derrotadas, em que não existe coisa parecida com rendição, em que o fascismo domina o mundo ou é completamente dominado".²⁴

O próprio analista tirou os ensinamentos doutrinários existentes no caso apresentado: não subestimar o inimigo e não acreditar que o conflito presente é idêntico ao conflito anterior. Houve o esquecimento do princípio básico na formulação de uma doutrina militar: ela é essencialmente evolutiva.

Outro caso histórico de real interesse, é ainda mais recente. Trata-se da Guerra Árabe-Israelense desenvolvida em outubro de 1973. Para maior clareza da notícia apresentada pelo jornal "O Globo", edição dominical do mês de novembro de 73, transcreveremos, na íntegra, o informe apresentado, quando o articulista rotula a nota de: *Infantaria, fator decisivo na guerra*, e diz: "A alta tecnologia das guerras modernas converteu novamente a infantaria em fator decisivo nas batalhas e coloca em xeque a eficiência das ações combinadas de aviões e blindados, opinam peritos militares franceses.

Os ensinamentos da quarta guerra do Oriente Médio são motivo de estudo pormenorizado nos EM das potências ocidentais e, ao que tudo indica, introduzirão modificações nos conflitos militares da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A infantaria, afirmaram os especialistas militares, decidiu as três batalhas mais importantes da guerra entre Israel e países árabes: o ataque de surpresa egípcio, a seis de outubro último, que permitiu atravessar o Canal de Suez; os últimos

²³ Destaque nosso.

²⁴ Citação de Charles G. Bolte, no livro "Florestas Armadas", de John S. D. Eisenhower, Tomo I, pág 51.

combates nas colinas de Golan e a contra-ofensiva israelense na margem ocidental do Canal.

NOVA CONCEPÇÃO

Portanto, a alta tecnologia militar atingida nas últimas décadas permite à infantaria combater os tanques empregando foguetes anticarro (AC) e, inclusive, operar bases móveis de foguetes terra-ar tipo SAM-6 e SAM-7.

Com estas armas, a infantaria está em condições de destruir os blindados antes que a tripulação do carro possa avistar o inimigo, prova disto é o grande número de tanques destruídos durante a última guerra entre árabes e israelenses.

Estes fatos começaram a por em questão a supremacia dos blindados no campo de batalha e até mesmo das ações combinadas de tanques e aviões, armas que decidiram guerras nas últimas três décadas.

A infantaria, afirmou este grupo de peritos, também pode exercer o controle do espaço aéreo pelo uso das baterias móveis de foguetes terra-ar, de difícil destruição, mesmo com o emprego das bombas inteligentes, teleguiadas até o objetivo.

A ação combinada de tanques e aviões, tática inaugurada pelos alemães na Guerra Civil Espanhola e aperfeiçoada durante a 2ª Guerra Mundial, foi brilhantemente empregada por Israel em 1967. Mas esta tática demonstrou alto grau de vulnerabilidade na última guerra entre árabes e israelenses, frente aos foguetes que se converteram donos do espaço aéreo e terrestre.

Os egípcios incorreram no erro de manter seus foguetes em posição estática — enterrados — mas sua capacidade de movimentação transformou totalmente a concepção da guerra vigente desde o período 1939-1945.

Dificilmente Israel teria destruído as bases de foguetes egípcios sem a intervenção de sua infantaria, que tomou de assalto essas rampas, às vezes em combate corpo-a-corpo.

A guerra do mês passado demonstrou, segundo os analistas, que, devido a alta tecnologia bélica aviões e blindados voltam a depender da infantaria.”

O caso apresentado corrobora a assertiva de que a doutrina militar, em sua parte evolutiva, forçosamente necessita considerar a tecnologia, os novos meios e a mutação da política de segurança nacional, para a sua eficiente formulação.

O binômio força aérea-blindados, de doutrina de emprego tão alicerçada, sofreu um abalo em seus princípios. É um acontecimento militar novo que merece profundos estudos, numerosos treinamentos em manobras e a futura codificação doutrinária para as nações onde o poder nacional comporta tais alterações.

Vemos, particularizando nos dois exemplos apresentados, como o formulador da doutrina militar é obrigado a rebuscar na história acontecimentos que possam criar determinados princípios doutrinários ou mesmo alterá-los quando os existentes se tornam caducos.

Finalmente, não podemos esquecer que: "Se a doutrina como um todo pode vir a ser alterada periodicamente, com a freqüência imposta pela evolução da técnica, suas bases são mais estáveis, menos sujeitas a modificações. Acreditamos que o cerne de sua estrutura, fundamentado em leis, princípios e conceitos muitos gerais, resiste mesmo a grandes alterações nos próprios processos de combate".²⁵

Brasileira

Passado.

Analisaremos sucintamente, a tradição da força terrestre nacional, visto que, segundo Tocqueville: "Os povos ressentem-se eternamente de sua origem. As circunstâncias que os acompanharam ao nascer que os ajudaram a se desenvolver influem sobre toda a sua existência".²⁶

Da descoberta e até a independência, a tradição militar brasileira se superpõe e se confunde com a portuguesa.

A falta de persistência do índio atenuou a virtude contrária do português, dando ao brasileiro resultante o meio termo.

A capacidade de improvisação do indígena transmitiu-se integralmente ao brasileiro.

Por influência do negro e do índio — idênticos nesse particular — o brasileiro tem-se mostrado dependente inteiramente da qualidade do chefe para chegar à vitória. Temos exemplos notáveis que comprovam tal característica:

- a resistência nula oferecida pelos baianos aos holandeses, por culpa de um chefe fraco; os mesmos homens, mais tarde, conduzidos por chefes capazes, formam as guerrilhas que foram um dos fatores da vitória contra o invasor;
- a transformação do exército em operações na Guerra da Tríplice Aliança, antes de Tuiuti e após a chegada de Caxias.

A falta de objetividade e freqüência das reformas. Começamos em 1824 e a seguir: 1825, 1826, 1828, 1830, 1831, 1832, 1833, 1838, 1839, 1842, 1844, 1851, etc. O exame dessas pseudo-reformas denuncia um choque entre as necessidades e as possibilidades da política militar brasileira e mostra que havia uma preocupação em melhorar apesar de soluções nem sempre satisfatórias.

Durante a guerra da Tríplice Aliança, tivemos um chefe como Osório que recebeu a herculea tarefa de organizar o primeiro corpo de exército brasileiro. A improvisação foi a tônica dominante. Os manuais de campanha foram feitos apressadamente.

²⁵ Doutrina Militar — Artigo do Gen. Obino Álvares — Defesa Nacional — Nº 643 — Mai/Jun — 1972.

²⁶ Doutrina norte-americana, espírito alemão e tradição brasileira — Citação encontrada — Maj. Mário J. S. Menezes — Rev. Mil. Bras. — Nº 2 — Abr. a Jun. de 1966.

mente e até mesmo no Teatro de Operações. A esta obra gigantesca do Marechal Osório, principal alicerce para a vitória final, não se tem dado o devido realce.

Após a Campanha do Paraguai, embora se tenha feito uma pesquisa entre os chefes militares, perdeu-se quase por completo a experiência de guerra.

Na República, as reformas militares sucederam-se com a mesma intensidade. O objetivo permanecia o mesmo: imitar as nações mais adiantadas, sem o conseguir, em detrimento do fim precípua da força terrestre — sua preparação para a guerra.

O Marechal Mallet realizou uma reforma das mais objetivas. O nosso Estadão-Maior passou a inspirar-se no exército Prussiano. Felizmente não se copiaram as organizações, tornando-a mais duradoura do que as outras.

A Missão Militar Francesa deu novos rumos à nossa doutrina militar. "Tendo pela frente tarefa enorme, a Missão Militar Francesa procurou sabiamente atacar os pontos mais críticos. No caso do ensino da História Militar, não dispondo de textos brasileiros adequados e pensando no aproveitamento pragmático dos fatos histórico-militares no terrreno da estratégia e da tática, os instrutores franceses, muito acertadamente aliás, exerceram o esforço didático divulgando fatos da História Militar Geral e estudando casos históricos para evidenciar a doutrina ou comprová-la. Não obstante, os mestres franceses deixaram-nos mensagem salutar, que assim expressamos: Estudem a História Militar do Brasil e dela procurem tirar a substância que há de corporificar uma doutrina militar brasileira".²⁷

A necessidade de se organizar a FEB e enviá-la à Itália, obrigou-nos a adotar a doutrina militar norte-americana, desprezando-se em parte, os frutos do trabalho da missão francesa. Agora, "a fúria copiadora" foi em todos os setores. Adotaram-se quase sem qualquer adaptação, organização, equipamento, métodos, quadro de organização, manuais, etc. Esqueceu-se que a potencialidade dos Estados Unidos e a do Brasil são bastante diferenciadas. Enquanto durou a guerra, o fenômeno era absolutamente explicável.

Terminado o conflito, extinta a FEB, a imitação e a cópia doutrinária continuaram. Este estado constrangedor permaneceu até a última reforma, a iniciada em 1971, e que, em nossos dias está em fase de implantação.

Presente e Perspectivas

No momento, o Exército Brasileiro realiza uma reforma militar de grande profundidade. Não se procurou esquecer um passado. Não se abandonou o acervo histórico-militar já existente. Aproveitou-se todos os meios em uso e planejou-se objetivamente, o emprego de meios disponíveis em seu próprio território. Procurou-se, mediante pequenas transformações materiais, tirar o obsoletismo de alguns engenhos de guerra mediante felizes e oportunas transformações.

27. "Rumos da História do Exército" — Artigo do Cel F. Ruas Santos, na Rev Mil Bras, Nº 1 e 2 — De Jan a Jun 73 — pág 28.

Considerou-se todas as hipóteses de guerra possíveis e as consequentes respostas bélicas necessárias.

As mudanças sofridas pela força terrestre nos campos operacional e principalmente administrativo, compatibilizaram plenamente esta força com as aspirações nacionais.

As estratégias de ordem interna — presença e edificação — apesar de importantes e construtivas, não perturbam as estratégias de ordem externa — alianças e ação independente.

Parece-me que o conceito seguinte do Mal Castello Branco, está sendo inteiramente respeitado pelo Estado-Maior do Exército, órgão que estruturou essa reforma: "Uma Doutrina Militar é delineada para uma época e a sua evolução decorre da influência da ciência e da técnica, do aparecimento de novos meios e da mutação da política de segurança nacional. Não é estabelecida para uma guerra qualquer e sim, para um conflito ou conflitos que uma nação pode admitir em seus antagonismos, na vigência de determinadas hipóteses de guerra. A Doutrina Militar tem que concordar com os recursos nacionais e com as necessidades da segurança nacional".²⁸

As Divisões de Exército e as Brigadas recém-organizadas, enquadram-se dentro do espírito Castelista.

Voltam-se os nossos organismos de formulação da doutrina militar para o estudo científico de nossas experiências. Procuram-se os ensinamentos válidos, sejam sob a forma de acertos para a incorporação da doutrina ou sob a forma de erros a serem evitados.

Na atual conjuntura, conforme já vimos anteriormente, o Exército não possui condições ideais para a realização intensiva de manobras. O alto custo das mesmas reduz praticamente a uma grande manobra anual.

A perspectiva é voltarmo-nos intensamente para a nossa experiência de guerra. Na verdade continuaremos a traduzir a doutrina alienígena, agora adaptando-a para as nossas condições geográficas, políticas, econômicas, sociais e militares.

Pensaremos e organizaremos a nossa doutrina militar com os "pés no chão". Isto quer dizer que compatibilizaremos a missão e os meios do inimigo potencial. Não se deve ficar no hoje, mas também, não se deve procurar o amanhã inatingível. Seria insensato continuarmos a pensar — até mesmo organizando no papel — em Divisões Blindadas, Mecanizadas, Páraquedistas, etc, quando não temos um suporte econômico-industrial compatível com a grandeza do sonho alçado.

É lícito estudarmos os avanços tecnológicos dos outros exércitos, com seus consequentes reflexos na doutrina militar, nas escolas de altos estudos e nos órgãos setoriais do Ministério do Exército encarregados de formular ou aperfeiçoar a doutrina militar. Nunca se deve lançar a doutrina militar como simples cópia de outros

²⁸ Doutrina Militar Brasileira — Conferência do Mal Castello Branco. Do livro "Marechal Castello Branco: seu pensamento militar" — Organizado pelo Cel F. Ruas Santos.

exércitos. Aliás, esse já é o pensamento atual e acreditamos que permanecerá para as gerações militares futuras essa mudança lógica no pensamento doutrinário.

Acreditamos que com essa mudança de mentalidade serão abolidos do nosso exército:

- o copiar, dando vazão à criatividade;
- a obtenção de equipamentos estrangeiros — pela facilidade aquisitiva que representa — intensificando-se a produção no país;
- a idéia de que a possibilidade de atuação em Área Operacional Extra-continental, face aos compromissos internacionais, obrigue-nos a adoção da doutrina militar norte-americana, em prol de uma doutrina essencialmente nacional; e
- a busca continuada nos casos histórico-militares estrangeiros de ensinamentos doutrinários, em detrimento total de nossa tradição militar nacional.

CONCLUSÕES

Os casos históricos militares

Na formação do chefe

O chefe militar é formado para a sua atividade-fim: a guerra. Essa formação é realizada ao longo de toda a vida do militar. A guerra é arte e é ciência. Como é ciência, o chefe militar deve buscar na história militar os seus princípios básicos, o exemplo dos grandes capitães do passado e os ensinamentos histórico-militares mais relevantes. Como é arte, o chefe militar, após a sua formação histórica, procurará nas raízes do seu próprio ser as respostas aos problemas inéditos que se lhes apresentarem. Deverá imprimir um máximo alento à criatividade. Porém, jamais poderá esquecer que a guerra é também, ciência. Integram-se arte e ciência. Do conhecimento prévio, a imaginação e a criatividade emergirão no verdadeiro chefe militar. Não serão frutos do acaso ou da sorte e sim, de uma preparação anterior.

As fontes de experiência de um chefe militar são: o comando, a história militar e a própria guerra. O número de comandos existentes em nosso exército é reduzido. O tempo destinado ao oficial em função de Chefia — pelo menos até galgar o generalato — é em torno dos dois anos. O número de manobras-ano é pequeno. Assim, a experiência de comando é bastante limitada.

Não se provoca uma guerra para se treinar os chefes militares. O número de veteranos em guerras passadas é diminuto. O ângulo de observação dos casos históricos vividos, pode não ter sido o ideal para os ensinamentos futuros necessários a um Chefe Militar. Dos que fizeram a guerra e estão no serviço ativo, restam somente aqueles que desempenharam as funções de oficiais subalternos e capitães. Ao Chefe Militar brasileiro avulta o estudo da História Militar.

Quanto menor a experiência de guerra de um exército, maior deve ser o empenho de seus componentes na obtenção de uma pré-experiência, através do estudo dos casos histórico-militares.

O ensino da História Militar em nossas escolas modeladoras de Chefes, deve ser aperfeiçoado e valorizado. Deve existir nos três degraus da formação — Academia Militar, Escola de Aperfeiçoamento e Escola de Comando. Esse aprendizado dará oportunidade ao oficial de obter uma visão global da História, alargando o seu horizonte interpretativo e tornando-o capaz de perceber certos fenômenos, aparentemente novos para um leigo, mas já explorados e vividos por outras gerações que nos antecederam. Tornar-se-á bem menos espinhoso o exercício da Chefia Militar.

Não se deve procurar nos casos histórico-militares fórmulas mágicas ou generalizações inexistentes para se ganhar batalhas. Não se deve esquecer que ao ensinamento auferido no caso histórico, deve-se acrescentar a nova conjuntura a ser vivida. Basta variar um dos elementos: o homem, o meio ou o terreno, para que em consequência, a solução também varie. Não há e não haverá jamais, esquemas ou modelos para se ganhar a guerra ou as batalhas. O alemão Schlieffen ao procurar em Napoleão, com a batalha do duplo envolvimento, a fórmula do sucesso, esqueceu-se de que o meio conjuntural já não era o mesmo vivido pelo grande corso. Enfim, o que deve ser almejado no estudo da História Militar é a educação do espírito.

Não se pode deixar de lembrar o Marechal Foch quando disse: "As improvisações geniais no campo de batalha não são mais do que o resultado de meditações anteriores". Ao se interpretar um caso histórico-militar, deve-se também, com profundidade, observar o planejamento e a condução das operações do exército derrotado. O normal é obter-se os ensinamentos advindos do vitorioso — o *como fazer* — e do derrotado, apenas as causas do insucesso — o *que não se deve fazer*. Acreditamos que uma gama de ensinamentos positivos possa ser colhida do perdedor. O Chefe Militar deve dissecar completamente o caso histórico-militar, para que o ensinamento a ser incorporado à sua mente, não sofra as distorções possíveis do ângulo de observação unilateral.

Na formulação da doutrina militar

O estabelecimento de uma doutrina militar comporta três fases, sem limites distintos e se desenvolvendo, às vezes, simultânea e sem sucessividade: formulação, corporificação e aplicação. Entre os vários fatores que influenciam a formulação de uma doutrina militar destacamos, como o mais importante, o de natureza histórica.

Uma doutrina militar para ser formulada necessita:

- ser importada (copiada integralmente ou aproveitada com as adaptações para a nova conjuntura);
- inspirar-se em casos histórico-militares alienígenas;
- utilizar-se dos processos anteriores (cópia com as adaptações necessárias).

e aproveitamento dos casos históricos alienígenas) e mais, de casos históricos autóctones.

Sempre que possível, uma nação deve optar pelo terceiro processo para o estabelecimento de sua doutrina militar. Neste caso aproveita-se basicamente a tradição militar nacional. Para determinadas necessidades doutrinárias, onde não é possível uma inspiração nativa, por inexistência ou inadequação, recorre-se às doutrinas estrangeiras, adaptando-as às novas contingências do poder nacional.

As "bases estáveis" de uma doutrina militar não necessitam de continuadas modificações. Sua perenidade é visível. Ela recorrerá obrigatoriamente, aos ensinamentos sugeridos pelos grandes capitães que escreveram a História. Os Princípios de Guerra ao serem aceitos e incorporados como verdades indiscutíveis — Ofensiva, Objetivo, Massa, Manobra, Economia de Forças, Unidade de Comando, Simplicidade, Segurança e Surpresa (para o nosso exército) — passaram por uma verdadeira destilação histórica.

O "corpo da doutrina" deve ajustar o ensinamento sugerido pelo caso histórico-militar às novas condicionantes ambientais. É por isso mesmo, sujeito a um trabalho contínuo de pesquisas, avaliações e conclusões. Os avanços tecnológicos, os meios postos à disposição da força militar, as hipóteses de guerra formuladas, etc., têm que ser sabiamente consideradas. Não se pode esquecer que se prepara um exército para uma guerra futura. Não se pode imaginar que uma guerra passada estudada vá se repetir. Apenas observamos que tanto as "bases estáveis" como o "corpo" de uma doutrina militar, buscarão nos casos histórico-militares, a fonte segura e primeira para o estabelecimento dessa doutrina desejada.

Os planejadores militares estão submetidos a dois tipos contraditórios de influências. De um lado, as forças de mudança que lutam pela renovação da organização militar; de outro lado, as forças que representam a tradição e a experiência da "guerra passada", que se batem pelo "status quo". Ao se formular uma doutrina militar raramente se parte do nada. Há normalmente um acervo grande de conceitos doutrinários já incorporados ao "modus vivendi" da força em questão. Reformular uma doutrina implica em uma série de atos consubstanciados em várias etapas distintas:

- reexame das idéias e conceitos básicos;
- reorganização e reequipamento de unidades militares;
- verificação experimental da nova organização em campos de instrução e manobras;
- reformulação dos manuais doutrinários.

Achamos formidável quando executamos uma reforma militar que é absolutamente inadiável. No entanto, o nosso otimismo se desvanece, quando sentimos que na atual reforma executada pelo nosso exército, algumas etapas que são inseparáveis quando se executa uma mudança na doutrina militar, deixam de ser efetivadas. Exemplificaremos para maior clareza. A nossa força singular terrestre, mudou recentemente, o seu sistema de apoio administrativo. A prestação do apoio adminis-

trativo por meio dos serviços técnicos, deu lugar à execução do serviço considerado, por "atividades funcionais". É de se notar que o anterior sistema não havia ainda sido completamente testado. As etapas necessárias para a concretização da doutrina a respeito do assunto não haviam sido integralizadas totalmente. Mudamos radicalmente baseados na experiência norte-americana no setor e apoiado no avanço tecnológico atingido pela informática. Desconfiamos que a mentalidade nova, necessária para que o novo sistema de apoio vingue, não esteja sendo buscada. E ainda, por motivos econômicos óbvios, não possamos verificar com profundidade, nos campos de instrução e nas manobras, a excelência do sistema tão em uso na nação líder do bloco ocidental.

Em suma, as reformas doutrinárias são salutares, mas além da inspiração oriunda do caso histórico-militar, quer nacional ou alienígena, há necessidade de compatibilizar-se às condicionantes do novo poder nacional.

Está havendo uma inflexão na mentalidade para o estabelecimento da doutrina militar brasileira terrestre. Já copiamos menos e iniciamos a procura das fontes históricas nacionais para a sua formulação. Procura-se compatibilizar o ensinamento histórico auferido, às novas evidências conjunturais. Por economia, a verificação doutrinária tem sido desprezível. Os graves reflexos negativos na eficiência operacional não tardarão a se manifestar. Urge buscarmos o equilíbrio na formulação da doutrina militar, seguindo sucessivamente, todas as etapas indispensáveis para a real reformulação doutrinária.

Somente pela corajosa mudança de mentalidade no estabelecimento da doutrina militar e pelo engajamento de todos no sentido da ação, poderemos conhecer um exército operacional e capacitado a cumprir as missões porventura emergentes da estratégia de ação independente.



O Tenente-Coronel Inf QEMA Nilton Moreira Rodrigues, natural de Capela, Alagoas, atualmente Instrutor da ECUME, é da turma da AMAN de dezembro de 1956. Além dos cursos normais necessários ao oficial de Estado-Maior, possui o de Guerra na Selva, feito no Exército dos EUA, em Fort Sherman, Zona do Canal, Panamá.

5. BIBLIOGRAFIA

a. Livros

- 01) A concepção da vitória entre os grandes capitães — C. L. Dervieu — Trad. de Frederico Mindello.
- 02) A Estratégia dos Aliados na 2ª Guerra Mundial — Heitor de Almeida Herrera.
- 03) A Guerra de Canudos — Macedo Soares.

- 04) A Segunda Guerra Mundial – Winston Churchill.
- 05) Chefia e Liderança – Col 22 – O – 1. ECEME.
- 06) El Estudio de la Historia Militar – Cel Leopoldo R. Ornstein.
- 07) Encyclopédia Abril – Ed 1974.
- 08) Encyclopédia Britânica – Ed 1973.
- 09) Estratégia – B. H. Liddell Hart – Trad Ten Cel Celso Meyer.
- 10) Estratégia Militar e Desarmamento – Nelson Fraire L. Wanderley.
- 11) Estudos de Estratégia – Obino Lacerda Álvarez.
- 12) Florestas Amargas – John S. D. Eisenhower – Trad Ten Cel – L.P. Macado Carvalho.
- 13) História Militar – Cel Cordolino F. de Azevedo.
- 14) História do Brasil – Rocha Pombo.
- 15) Introdução à Estratégia – Gen André Beaufre.
- 16) Marechal Castello Branco – seu pensamento militar. Livro organizado pelo Cel F. Ruas Santos.
- 17) Método de Estudo de Casos Históricos – Exercício da ECEME.
- 18) Poesias – Fernando A. N. Pessoa.
- 19) Risco Calculado – Mark W. Clark.
- 20) Segurança Nacional; problemas atuais – Gen Aurélio de Lyra Tavares.

b. Artigos

- 01) A Arte Militar de Sun Tzu – Mensário de Cultura Militar – Jul/Ago de 1964.
- 02) A História e os militares – Stanley Sandler – Military Review – Ed. Bras. – Jan 72.
- 03) A Mobilidade Tática: definição e princípios – Trad do artigo do Ten Cel Prentice G. Morgan – Cultura Militar Brasileira – Nº 211 – 2º Sem de 1967.
- 04) Campanha do Contestado; Guerrilha e Antiguerrilha – Ten Cel Milton Pedro Weise – Cultura Militar Nº 214 – 2º Sem 69.
- 05) Doutrina Militar – Gen Obino Álvares – Defesa Nacional – Nº 643 – Mai/Jun de 1972.
- 06) Doutrinas Norte – Americana, espírito Alemão e Tradição Brasileira – Maj Mário J. Sotero de Menezes – Rev Mil Bras Nº 2 – Abr a Jun de 1966.
- 07) Formação do Chefe na opinião de um industrial – Marcel Demontonque – Mensário de Cultura Militar – Nº 163/4 – Mai/Jun 62.
- 08) História e História Militar. Importância e finalidade na formação do comandante – Maj Alfredo S. Diaz – Rev Mil Bras – Nº 4 – Out a Dez de 1970.
- 09) O Culto das tradições do Exército. Maj Cláudio Moreira Bento – Rev Mil Bras – Nºs 1 e 2 – Jan a Jun 73.
- 10) Princípios de Guerra – Para que serve afinal? – Cel Affonso von Trompowsky – Rev Mil Bras – Nº 2 – Abr a Jun 66.
- 11) Quem não lê história – Maj Carl Wesnoski – Military Review – Ed Bras – Ago 73.
- 12) Rumos da História do Exército – Cel F. Ruas Santos – Rev Mil Bras – Nºs 1 e 2 – Jan a Jun de 1973.

AIRARDOUJSHB



OPERAÇÕES AEROESTRATÉGICAS- EVOLUÇÃO DO PODER AEROESPACIAL

Antonio dos Santos Seixas

Quando de sua ascensão ao poder, Charles de Gaulle, com uma visão realista do mundo atual e do lugar que a França deveria e poderia nele ocupar, houve por bem dirigir os esforços político e estratégico de seu governo para colocar o país na posição de potência militar influente.

Aquele estadista, aproveitando-se das lições propiciadas pela História nos últimos cem anos, sobretudo a grande lição de que "as alianças não são tudo" e que, muitas vezes, um país pode encontrar-se só, com as responsabilidades de seu destino, resolveu somar esforços para colocar a França em condições muito superiores àquela em que se encontrava ao começar a 2ª Grande Guerra.

Em decorrência desses esforços, os principais objetivos da política de segurança da França passaram a ser assim expressos:

- Defender a integridade de seu território contra todas as ameaças, em particular a nuclear;
- Concorrer para a manutenção da paz na Europa, apoiando-se numa liberdade exclusiva de intervenção, nas possíveis crises;
- Defender os interesses franceses fora da Europa;
- Fazer ouvida a voz da França em todas as circunstâncias, em todos os problemas de ordem internacional e de manutenção da paz.

Para a consecução desses objetivos, aquele Governo buscou a constituição de um sistema de forças que a eles melhor se ajustasse. Assim, grande parcela do esforço governamental voltou-se para a busca de:

- Obtenção de um potencial nuclear suficiente;
- Participação do país, como um todo, no esforço de defesa, em particular por meio do serviço militar para todos os franceses;
- Inserção do esforço de defesa, no conjunto de atividades econômicas do país, a fim de ser obtido um desenvolvimento global equilibrado.

O sistema de defesa francês, representado por sua expressão militar do Poder Nacional, como consequência do esforço daquele governo, passou a ser assim constituído:

- Uma Força Nuclear Estratégica;
- Uma Força de Manobra;
- Uma Força de Intervenção;
- Uma Força de Segurança.

A Força Nuclear Estratégica representada, no que diz respeito à Força Aérea, por aviões estratégicos de ataque e aviões reabastecedores, assim como por mísseis balísticos de natureza estratégica. Em termos de Força Naval, por submarinos nucleares lançadores de mísseis, também estratégicos.

Por sua vez a Força de Manobra ficou constituída pela Força Terrestre, com seus Exércitos equipados com modernos carros de combate lançadores de mísseis nucleares táticos e outros equipamentos altamente sofisticados e, em termos de Força Aérea e de Força Naval, constituída pela Força Aerotática e pela Esquadra, respectivamente.

Forças Pára-quedistas, Unidades Anfíbias e os correspondentes apoios aéreo e naval, representam a Força de Intervenção.

A Força de Segurança se constituiu de elementos da Força Territorial Terrestre, da Força Naval de Defesa Aproximada e pela Força Aérea.

Considerando o enfoque "Sobrevivência das Nações", pareceu-nos oportunno deixar à reflexão dos leitores esta grande transformação ocorrida à França após a II Guerra Mundial, pois que, o conhecimento do legado histórico é indispensável à compreensão da atualidade.

Seguindo o raciocínio no qual Política é a arte de estabelecer os Objetivos Nacionais, mediante a interpretação dos interesses e aspirações da Nação, e Estratégia a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional para alcançar e manter aqueles Objetivos, podemos concluir que o propósito das ações militares é apoiar a Política Nacional, através do uso, ou ameaça de uso, da força.

Essas ações podem variar, desde uma simples demonstração de força até os extremos de uma guerra nuclear.

Em suas grandes linhas, as ações militares na guerra atual podem ser agrupadas em três importantes categorias:

- Ações feitas diretamente contra os elementos vitais da nação inimiga, no interior de seu território;

- Ações de defesa do território pátrio;
- Ações em que as forças oponentes se chocam, seja pela conquista, seja na busca de domínio de áreas terrestres ou marítimas, ou ainda na tentativa de romper as defesas do adversário ou de destruir suas forças.

As ações enquadradas na primeira categoria são conduzidas por forças estratégicas de ataque; as enquadradas na segunda, isto é, as ações de defesa do território pátrio, são atribuídas às forças para isso especialmente designadas e, as ações da terceira categoria são, normalmente, desempenhadas por forças do Teatro de Operações.

Logicamente, como partes integrantes de uma mesma Estratégia Militar, as ações de todas essas forças são correlacionadas e mutuamente dependentes em relação aos efeitos desejados. Assim, por exemplo, as ações contra a "área do coração" do inimigo favorecem não somente as ações políticas conduzidas nos organismos internacionais, mas também, outras ações que se desenrolam no Teatro de Operações e vice-versa.

Com esta compreensão das ações militares, pode-se depreender que a decisão na guerra moderna deverá ser obtida se o apoio ao esforço de guerra for afetado a ponto de não permitir a manutenção de um poder militar suficiente, se a vontade de lutar for diminuída ao ponto em que deixa de existir uma determinação nacional para o prosseguimento da guerra, se o governo perde o controle necessário para congregar o povo e dirigir o esforço de guerra, ou ainda, se a capacidade de suas forças militares for reduzida a um ponto tal que seja impossível uma efetiva oposição ao inimigo.

Qualquer dessas condições, ou a totalidade delas, será alcançada pelo emprego judicioso e coordenado do Poder Nacional, no âmbito do qual o Poder Aeroespacial desempenha papel de relevante importância.

Rebuscando a história vemos que, no passado, as guerras caracterizavam-se por uma estratégia fundamentada em conceitos de "invasão e ocupação", que buscava a derrota das forças de superfície inimigas como pré-requisito para a imposição de sua vontade ao adversário. Naqueles conflitos, a conquista da decisão era lenta, protegida e custosa, em vidas e em material. Forças defensivas, juntamente com acidentes naturais do terreno e com fortificações adequadamente preparadas, constituíam obstáculos de difícil transposição para as forças de invasão.

Com o advento do Poder Aeroespacial como instrumento de guerra, a estratégia militar sofreu profunda evolução.

Esta evolução iniciou-se na I Guerra Mundial, quando foram feitas tentativas, muito limitadas, de emprego do Poder da Força Aérea para ultrapassar as defesas hostis, sobrevoando as barreiras e os obstáculos existentes ou criados na superfície, vindo atacar, diretamente, os órgãos vitais que mantinham a máquina de guerra inimiga.

Depois da I Guerra Mundial, o conceito de emprego estratégico do Poder Aéreo continuou a desenvolver-se, lenta mas firmemente.

Durante a II Guerra Mundial, os progressos tecnológicos permitiram melhorar consideravelmente a capacidade do Poder Aéreo como instrumento de guerra.

Após a II Guerra Mundial, com o grande acréscimo obtido na velocidade e no raio de ação dos engenhos aéreos, com a elevação do poder de destruição do armamento aéreo, com o desenvolvimento de dispositivos de visada de extrema precisão e com o desenvolvimento dos veículos espaciais, o Poder Aéreo ganhou nova dimensão, aumentando sensivelmente a sua influência na estratégia moderna.

Dada a potência das armas atuais, a guerra poderá ter uma duração muito curta, e uma nação, potencialmente mais forte que sua adversária, poderá ser derrotada antes que chegue a lançar mão de todos os seus recursos. A fase tradicional de mobilização, subsequente ao início das hostilidades e preparatória para a tomada da ofensiva, dificilmente será assegurada.

Uma reação imediata e efetiva às ameaças à Segurança Nacional, em qualquer forma de conflito ou agressão, torna-se um imperativo de sobrevivência da Nação. A organização, desde o tempo de paz, de uma Força Aérea adequada é um dos requisitos primordiais para a segurança da Pátria, pois, a presteza com que esta força pode desempenhar suas tarefas operacionais poderá ser o fator determinante do desenrolar do conflito.

As operações realizadas por uma Força Aérea variam numa escala que vai desde a defesa interna até a guerra envolvendo grandes potências. Essas operações podem ser de natureza tática ou estratégica — função dos objetivos a alcançar e da extensão e intensidade do conflito.

As Operações Aeroestratégicas são, genericamente, operações realizadas pela Força Aérea, visando a consecução dos objetivos mais amplos, de caráter estratégico, da guerra. Realizam-se, normalmente, de forma independente, com penetração profunda no interior do território inimigo ou em proveito de deslocamento ou atuação de forças de superfície, de vulto estratégico.

Os ataques aéreos a sistemas de objetivos no interior do território inimigo, os transportes aéreos para deslocamento de Grandes Unidades terrestres, reconhecimentos ou esclarecimentos aéreos de áreas em profundidade, podem ser operações aéreas tituladas como aeroestratégicas.

As Operações Aeroestratégicas colocam ao alcance da Força Aérea, a estrutura inteira dos Poderes Econômico, Militar, Político e Psicossocial da Nação adversária. Deste modo, intensificam e ampliam o aspecto total da guerra moderna.

Em virtude de seus efeitos sobre todo o esforço de guerra do inimigo, os ataques aeroestratégicos concorrem para o apoio às ações das Forças de Superfície e para o apoio às demais ações da Força Aérea; concorrem também para a defesa aérea do território pátrio, pelos ataques às forças aeroestratégicas inimigas.

O determinante básico, para o êxito das Operações Aeroestratégicas, não é o peso do esforço aéreo desenvolvido, nem a extensão da destruição imposta à

Nação inimiga, mas sim a proporção que essas operações contribuem para a conclusão da guerra, com sucesso.

As características que mais distinguem e identificam as Operações Aeroestratégicas são a Independência de Emprego, que está diretamente ligada ao fato de não interferirem diretamente na condução das operações de superfície; o Poder de Destrução que é requerido aos vetores e seus armamentos, a fim de neutralizar ou destruir o potencial adversário; o Alcance desses vetores, possibilitando atingir os objetivos profundamente dispostos no território inimigo; a Flexibilidade que permite abranger um largo espectro de missões. Poderíamos também incluir os Efeitos Paralelos no rol das características das Operações Aeroestratégicas, pois elas são realizadas, normalmente, à vista das populações das cidades inimigas, gerando efeitos psicológicos que repercutem em todos os campos do seu Poder Nacional, especialmente no Psicossocial e Político. Além da destruição material que produz, induz na população um sentimento de insegurança, derivado da dúvida quanto à capacidade de defesa de suas forças.

Um país cuja Força Aérea esteja equipada, treinada e pronta para realizar Operações Aeroestratégicas é capaz de desencorajar eventuais agressões externas. Este conceito de "dissuasão" se aplica à defesa dos interesses vitais da Nação por impedir, "a priori", o desencadeamento de ações que trariam, por certo, ao coração do Território do próprio agressor, danos tais que poucos ou nenhum chefe de Estado ou de Governo consideraria, por um só instante, expor o seu povo.

Poderíamos concluir repetindo aqui a importância das Operações Aeroestratégicas e suas influências na consecução dos Objetivos Nacionais, mas preferimos nos valer do pensamento de CLAUSEWITZ, estrategista que não chegou a conhecer as armas atômicas:

"É inútil falar de Generais que vencem sem morticínios. Se o banho de sangue é um espetáculo horrível, isso deveria ser motivo para que tratássemos a Guerra com maior respeito, mas não para que os sentimentos humanos tirem o fio da nossa espada, porque, então, virá alguém com uma espada afiada e nos cortará as mãos e os pés."



O Tenente-Coronel Aviador Antonio dos Santos Seixas tem os cursos de Formação de Oficial Aviador, Tática Aérea, Aperfeiçoamento de Oficiais, Psicotécnica Militar, Estado-Maior e Padronização de Instrutores (ECEMAR). É atualmente Instrutor da ECEMAR e da ECENE.



PENSAMENTO GEOPOLÍTICO LATINO-AMERICANO

John Child

Geopolítica como abordagem de assuntos político-militares foi de considerável importância até o final da II Grande Guerra, quando declinou em respeitabilidade e prestígio devido à sua correlação com as teorias nazistas de conquista do mundo. Em consequência disso, muito pouca literatura militar ou sobre estratégia, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, desde a II Guerra Mundial tem sido rotulada "de geopolítica", embora possa trazer no contexto vários dos conceitos englobados pelo termo dos anos que antecederam a 1945. Todavia, bastante interessante é que a idéia acha-se viva e tem boa aceitação na América Latina, especialmente nos países do Cone Sul (Argentina, Brasil e Chile) onde os pensamentos e trabalhos escritos mais férteis relativos à geopolítica vêm se desenvolvendo nos últimos trinta anos.

Na sua acepção mais simples, geopolítica pode ser definida como a ciência da relação da política com a geografia. Entretanto, tal definição, que nada mais é realmente do que a de "geografia política", deixa de abranger todo o domínio e o tempero da geopolítica, que inclui o relacionamento entre a geografia e a estratégia militar, o desenvolvimento do poder nacional, o expansionismo e o imperialismo. Na década de trinta, também a geopolítica tornou-se associada a poder político e especificamente à escola germânica de "Geopolitik", liderada⁽¹⁾ por Karl Haushofer, que forneceu as convenientes bases intelectuais para os sonhos hitleristas da destinação global alemã. Geopolítica na acepção dos escritores contemporâneos latino-americanos, naturalmente, rejeita este aspecto da escola alemã, mas em geral aceita o conceito básico do estado como um organismo vivo que responde às pressões geográficas, políticas, militares, econômicas, demográficas e psicológicas em sua luta pela sobrevivência na competição com os outros estados.

A significância do pensamento geopolítico latino-americano como uma estrutura intelectual para relações internacionais e desenvolvimento nacional torna-se mais evidente quando, numa análise mais acurada, constata-se que a maioria de seus adeptos são militares. Dado o histórico papel político desempenhado pelos militares na América Latina, particularmente no Cone Sul, é evidente que o estudo do pensamento geopolítico da área pode trazer valiosa compreensão das percepções nacionais e internacionais desses militares.

A ESCOLA BRASILEIRA

A mais notável escola latino-americana de pensamento geopolítico é a brasileira, tanto por seu produto imaginativo e frutificativo como pelo fato de seus conceitos haverem sido incorporados na política de desenvolvimento nacional e nas relações internacionais do Brasil. Sustando devastador movimento subversivo, a obtenção pelo Brasil do "status" de potência mundial na próxima ou em duas gerações afigura-se uma clara possibilidade e séria, em não menor escala, devido à influência de seus pensadores geopolíticos. Os maiores pontos de convergência do pensamento geopolítico brasileiro são: a vinculação dos conceitos de "segurança" e "desenvolvimento" que se transformam então na "terceira missão" das forças armadas (sendo as duas primeiras as clássicas defesa contra um invasor convencional e a insurreição armada); a integração de todo o território nacional; a "marcha para o Oeste" rumo ao coração da Amazônia; a segurança do Atlântico Sul e interesses nos estreitos do Atlântico, na África Ocidental e Antártica; a falta de acesso do Brasil às fontes de energia e recursos naturais; a rivalidade com a Argentina na bacia do Rio da Prata; e a busca do "status" de grande potência (grandezza).

O pensamento geopolítico brasileiro recebeu seu primeiro impulso com o trabalho original do Coronel do Exército (mais tarde Marechal) Mário Travassos na década de 1930⁽¹⁾, o qual argumentava dever o Brasil desenvolver-se (tanto interna como internacionalmente) ao longo de um eixo Leste-Oeste (Brasil longitudinal) em vez de simplesmente ao longo da costa do Atlântico. Concentrava-se ele nestes dois eixos: um conduzindo à bacia amazônica e outro apontando na direção do centro do "triângulo mágico" formado pelas cidades bolivianas de Cochabamba, Sucre e Santa Cruz. Em assim procedendo, o Brasil poderia conter a dominação Argentina da bacia do Prata, do estado tampão do Paraguai e da Bolívia.⁽²⁾ Somente "projetando-se" nestas duas direções poderia o Brasil cumprir sua "destinação continental". Posteriormente, Travassos lutou com a FEB na II Guerra Mundial e retornou à ECEME *onde influenciou as gerações futuras de pensadores geopolíticos no Brasil. Um contemporâneo de Travassos foi Everardo Backheuser, que defendia precisar o Brasil ocupar e desenvolver efetivamente todas as suas regiões de fronteiras, a fim de consolidar os ganhos territoriais obtidos pela diplomacia do Barão

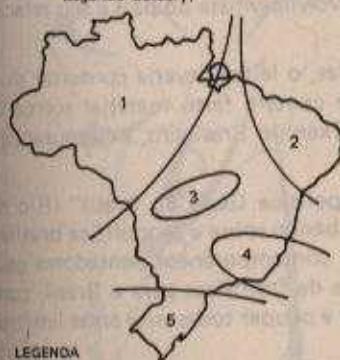
* N. do T. — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

de Rio Branco, considerado por muitos o principal precursor dos modernos geopolíticos brasileiros.

A primeira figura contemporânea é o General Golbery do Couto e Silva, assessor imediato de todos os presidentes brasileiros desde a Revolução de 1964, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações e por um longo período membro do corpo permanente da ESG.* * Golbery advoga que o Brasil deve progredir de maneira ordenada, do controle de seu próprio território para a projeção continental e influência internacional, valendo-se dos seguintes princípios geopolíticos:⁽⁴⁾ integração nacional e efetivo uso do espaço; expansão interior e projeção externa pacífica; manutenção das atuais fronteiras; participação na defesa da civilização ocidental; colaboração continental; cooperação com o mundo em desenvolvimento; e adoção de uma geo-estratégia nacional em face dos dois grandes centros de poder externo.

Golbery vê o Brasil (figura 1) como um arquipélago constituído de uma série de ilhas e penínsulas (incluído o "porta-aviões do Nordeste") que deve se interligar efetivamente para assegurar o desenvolvimento nacional do interior do país. Concebe a área de Mato-Grosso-Paraguai-Bolívia como o núcleo da "zona de soldadura" que deveria ficar sob o controle brasileiro de modo a permitir ao Brasil a exercer o seu predestinado papel continental (figura 2). Em termos internacionais, Golbery vislumbra a necessidade de associação (mas não subordinação) com os Estados Unidos, a quem pode ofertar recursos naturais, o "porta-aviões do Nordeste" e o apoio brasileiro na preservação do Atlântico Sul. Contrabalançando os focos continentais básicos de Travassos, Backheuser e Golbery, outros geopolíticos têm

O ARQUIPELAGO BRASILEIRO
(segundo Golbery)



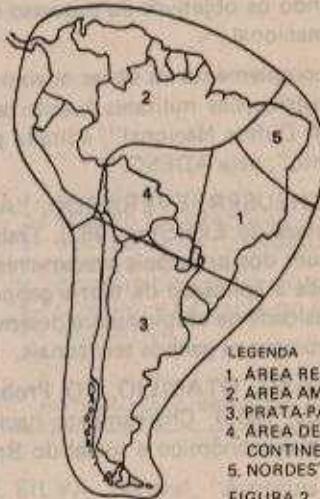
LEGENDA

1. A ILHA AMAZÔNICA
2. A PENÍNSULA DO NORDESTE
3. A PENÍNSULA DO CENTRO-OESTE
4. O NÚCLEO CENTRAL
5. A PENÍNSULA SUL

FIGURA 1

FONTE: GOLBERY, "GEOPOLITICA DO BRASIL", MAP. 117

DIVISÃO GEOPOLÍTICA DA AMÉRICA DO SUL



LEGENDA

1. ÁREA RESERVA
2. ÁREA AMAZÔNICA
3. PRATA-PATAGÔNIA
4. ÁREA DE SOLDADURA CONTINENTAL
5. NORDESTE BRASILEIRO

FIGURA 2

FONTE: GOLBERY, "GEOPOLITICA DO BRASIL", MAP. 69

acentuado a necessidade do Brasil adotar um pólo de atração marítima para atingir seu merecido lugar como potência do Atlântico Sul. Delgado de Carvalho estudou o papel do Brasil no Atlântico Sul e Terezinha de Castro deu um passo mais à frente, sustentando que também o Brasil possui um legítimo papel geopolítico a exercer na Antártica.⁽⁵⁾ Não surpreendentemente, os oficiais da Marinha Brasileira apóiam intensamente esta faceta do pensamento geopolítico.

Como declarou o Contra-Almirante Freitas, "o destino do Brasil, desde o tempo de sua descoberta, tem estado na dependência do mar e, no futuro, o país terá de ser uma potência marítima se espera tornar-se potência mundial".

Os autores atuais enfatizam o uso equilibrado das correntes geopolíticas na busca racional pelo "status" de grande potência. O General Meira Mattos, cujo recente livro sumariza e aprecia as principais correntes do pensamento geopolítico brasileiro⁽⁷⁾, assevera que, se o Brasil pretende tornar efetiva sua destinação como potência continental e mundial, deve integrar seu próprio território, exercer seu mercido papel de defender o continente americano, colocar o estratégico Nordeste à disposição de seu aliado Estados Unidos e constituir-se num fator de segurança para o Atlântico Sul e a África Ocidental.

Além da importante contribuição dos pensadores e escritores individualmente cumpre salientar a dada, de forma sem paralelo, pela ESG — a "escola que mudou o Brasil" com que participação especial, quer como instituição acadêmica militar quer na qualidade de laboratório de idéias nacional. Todos os pensadores geopolíticos ou estrategistas do Brasil foram professores ou conferencistas dela por longo período. A ESG refinou e consolidou teorias enquanto, ao mesmo tempo, dissemina a essência da geopolítica brasileira para a elite militar-tecnocrata, orientando e traçando os objetivos do processo desenvolvimentista do país e seu relacionamento internacional.

Em complemento às obras abaixo citadas, o leitor deveria consultar duas importantes publicações militares brasileiras que contêm farto material acerca de geopolítica: "A Defesa Nacional", editada pelo Exército Brasileiro, e "Segurança e Desenvolvimento", pela ADESG.^{***}

BACKHEUSER, EVERARDO, "A Geopolítica Geral do Brasil" (Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1952). Trabalho básico sobre a geopolítica brasileira escrito por um dos principais precursores dos contemporâneos pensadores geopolíticos, enfoca a aplicação da teoria geopolítica de fronteiras para o Brasil, com ênfase na necessidade de efetivamente desenvolver e ocupar todas suas áreas limítrofes, a fim de proteger os ganhos territoriais.

CARTAXO, OTACÍLIO, "O Problema Geopolítico Brasileiro" (Rio de Janeiro, Ouvidor, 1965). Chamamento nacionalista à ação para desenvolver totalmente o potencial econômico e social do Brasil. O esforço principal é o desenvolvi-

** N. do T. — Escola Superior de Guerra.

*** N. do T. — Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra.

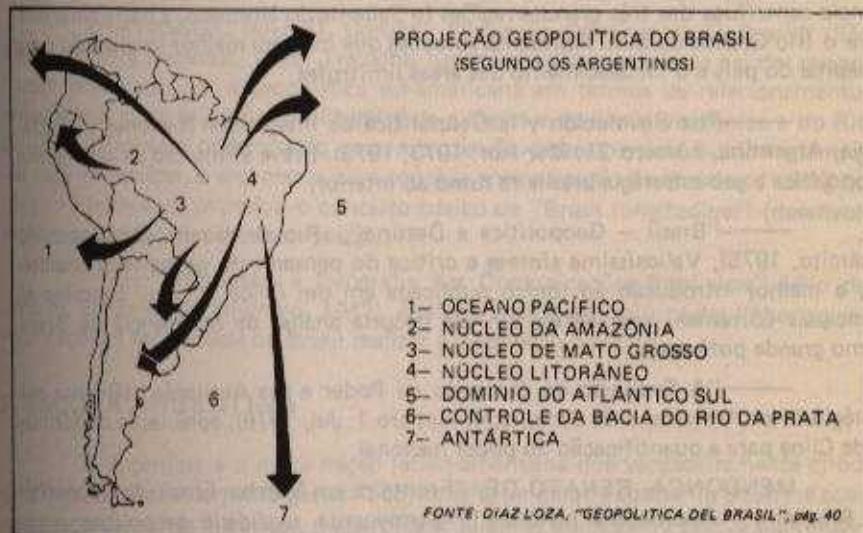
mento do interior do país e da região Nordeste. Traça uma analogia entre a expansão para o Oeste, do século dezenove nos Estados Unidos e o "problema geopolítico brasileiro" (o interior vazio).

CASTRO, TEREZINHA DE, "Antártica - Assunto do Momento" (Revista do Clube Militar, 1958). Formula o caso brasileiro para desempenho de papel geopolítico na Antártica. Prova que o Brasil não deve aceitar o Tratado Internacional da Antártica por impedir-lo de exercer seu legítimo papel estratégico naquela área.

— "Estudos de Geo-História" (Rio de Janeiro, Distribuidora Record, 1972). Aborda os correntes eventuais, estabelecendo ligação entre a história e a geopolítica.

FLORES, MÁRIO CÉSAR, CMG, "Panorama do Poder Marítimo Brasileiro" (Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1972). Antologia na qual a maioria dos autores são oficiais da Marinha Brasileira. Ênfase maior é dada à importância econômica e estratégica do mar para o desenvolvimento do Brasil. Contém defesa violenta do direito ao mar de 200 milhas do Brasil.

FREITAS, PAULO, Contra-Almirante, "Uso del Mar" (Estratégia, Argentina, números 34-35, Mar-Ago, 1975). Analisa o papel do Brasil como potência naval do Atlântico Sul.



GOLBERY DO COUTO E SILVA, General, "Aspectos Geopolíticos do Brasil" (Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1957). Seu primeiro trabalho geopolítico de vulto. Apresenta a teoria geral de geopolítica, com algumas análises

específicas dos problemas de integração nacional do Brasil e a necessidade de expansão para a bacia amazônica.

——— "Geopolítica do Brasil", 2^a edição (Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1967). A única obra mais importante sobre geopolítica brasileira. Numa série de ensaios claros e sistematicamente apresentados, expõe todos os capitais princípios de seu pensamento político.

ILTON BERUTTI, A. MOREIRA, Vice-Almirante, "Vamos Falar do Mar" (Segurança e Desenvolvimento, número 135, 1970). Estuda o valor geopolítico do mar para o Brasil.

LIMA, S.E. DE OLIVEIRA, "O Despertar de um Continente" (Brasília, Editora de Brasília, 1975). Vale-se da análise geopolítica para defender a integração subregional sul-americana sob a liderança do Brasil. Apresenta seu "princípio de desenvolvimento bi-nuclear", consistindo de um eixo entre dois núcleos desenvolvimentista (o primeiro é o Brasil e o segundo o pólo perúvio-chileno na costa do Pacífico). Tal eixo iria preencher o vácuo do coração sul-americano. Nega que o Brasil procure obter hegemonia sobre a América do Sul e minimiza a rivalidade argentino-brasileira.

MEIRA MATTOS, CARLOS DE, General, "Aspectos Geopolíticos de Nosso Território", (Boletim Geográfico, Rio de Janeiro, Jan-Fev, 1952, pp. 48-49). Sucintamente define os maiores problemas geopolíticos brasileiros em termos da tendência centrífuga das três grandes regiões (o Saliente do Nordeste, a bacia amazônica e o Rio Grande do Sul). Apresenta soluções que incluem melhor localização para a capital do país e o fortalecimento das áreas limítrofes.

——— "La Revolución y la Geopolítica de Integración Nacional", (Estratégia, Argentina, número 21, Mar-Abr, 1973, 1973). Breve afirmação da arremetida geopolítica e geo-estratégia brasileira rumo ao interior.

——— "Brasil — Geopolítica e Destino", (Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1975), Valiosíssima síntese e crítica do pensamento geopolítico brasileiro; a melhor introdução ao tópico publicada em um único volume. Examina as principais correntes, com ênfase em sua própria análise de emergência do Brasil como grande potência.

——— "A Evolução do Conceito de Poder e sua Avaliação" (Revista del Colegio inter Americano de Defensa, 4, número 1, Jul, 1976), apreciação da fórmula de Cline para a quantificação do poder nacional.

MENDONÇA, RENATO DE, "Fronteira em Marcha: Ensaio de Geopolítica Brasileira". Abordagem histórica à permanente rivalidade geopolítica entre Portugal/Brasil e Espanha/Argentina na bacia do Prata, desde o século dezesseis até nossos dias.

NERY DA FONSECA, LEOPOLDO, Coronel, "Geopolítica" (Rio de Janeiro, Bedeschi, 1940). Advoga um governo autoritário no Brasil, guiado por

princípios geopolíticos, de modo a alcançar o "status" de grande potência dentro de "vinte anos".

OLIVEIRA, JOSÉ CLÁUDIO DE, "Escola Superior de Guerra – um Laboratório de Idéias", (*Segurança e Desenvolvimento*, número 125, 1967). Típico artigo dos numerosos divulgados, explicando a significância da ESG no pensamento geopolítico brasileiro.

RICARDO, CASSIANO, "Marcha para Oeste" – (Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1942). Também publicado em Espanhol sob o título "La Marcha Hacia el Oeste" (México, Fondo de Cultura Econômica, 1956). Análise histórica e geopolítica do valor dos "bandeirantes" no Brasil. Incita a uma contínua "marcha para o Oeste".

SHILLING, PAULO R. "Irá Brasil a la Guerra?" (Montevideo, Uruguai, Fundación de Cultura Universitaria, 1973). Usando idéias e trabalhos de geopolíticos brasileiros, desenvolve a tese que o Brasil é um "subimperio" aliado dos Estados Unidos. Retrata o Brasil pronto para invadir o Uruguai em busca de um império expandido. O autor era um jornalista e político brasileiro escrevendo do exílio no Uruguai.

——— "La Lucha por la Amazonia y el Expansionismo Brasileño" (Estratégia, Argentina, 33, Mar-Abr, 1975). Adverte sobre o expansionismo do Brasil como uma frente "subimperial" para os Estados Unidos.

TRAVASSOS, MÁRIO, Coronel, "Projeção Continental do Brasil" (São Paulo, Editora Nacional, 1935). Trabalho fundamental de autoria do pai dos geopolíticos brasileiros. Vê a geopolítica sul-americana em termos de relacionamento, antagônicos entre as nações do litoral Este e Oeste e da bacia amazônica e do Rio da Prata. Expressa preocupação com a expansão argentina pela Bolívia adentro, via rede ferroviária, e argumenta para contê-la com a ligação do Brasil ao "triângulo mágico" boliviano. Introduz o conceito básico de "Brasil longitudinal" (desenvolvimento ao longo do eixo Este-Oeste).

——— "Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras" (Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1942). Aplica a análise geopolítica das linhas de comunicações à necessidade do Brasil realizar a integração nacional.

A ESCOLA ARGENTINA

A Argentina é a outra nação latino-americana que verdadeiramente criou uma "escola" de pensamento geopolítico, considerando que apresenta doutrina coerente e possui raízes históricas, numerosos seguidores assim como exerce significativa influência na política doméstica e internacional do país. Desde 1969, o Instituto Argentino de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais (INSAR), sob a direção do General Juan E. Guglielmelli, vem editando a mais completa e sofisticada revista de grande penetração, sobre geopolítica, da América Latina (e possivelmente do mundo) – "Estratégia".

A característica fundamental da escola geopolítica argentina é sua obsessão para com o Brasil e percepção de um expansionismo brasileiro, particularmente na bacia do Rio da Prata, refletindo e estimulando assim a histórica rivalidade pela disputa da liderança e hegemonia no Cone Sul. Os trabalhos produzidos por essa escola são altamente fecundos, mas de certo modo, revelam-se menos criativos do que os da brasileira. Grande parte de seus estudos, na verdade, traduzem uma reação ao que é interpretado como intromissão brasileira na natural esfera de influência argentina. A geopolítica argentina tem também sido alvo de influências alienígenas, especificamente alemãs. Os pensadores geopolíticos argentinos nas décadas de 1930 e 1940 seguiram exatamente as idéias de Karl Haushofer e seus discípulos. O argentino Atencio,⁽⁸⁾ em excelente análise das influências estrangeiras no pensamento geopolítico de seus patrícios, assinala que, enquanto o mundo atacava a "ciência nazista", não temiam ou relutavam eles em empregar a palavra "geopolítica" ou, até mesmo, "Geopolitik" na Argentina; de fato, defendiam muitos conceitos da escola alemã de geopolítica.

Os principais focos de atenção do pensamento geopolítico argentino dizem respeito à expansão e hegemonia brasileira; à aliança Brasil-Estados Unidos; ao papel da Argentina como líder do Cone Sul; à ênfase do poder marítimo (contrapondo-se à maior pressão continental do Brasil) no Atlântico Sul, objetivando a recuperação do controle das Ilhas Malvinas sob domínio britânico e cobertura das reivindicações argentinas na Antártica; à energia nuclear e a possibilidade de fabricação de armas atômicas especialmente na eventualidade do Brasil vir a ter armamento deste gênero; ao impacto no desenvolvimento nacional e nas relações internacionais da aparente incapacidade argentina de colocar ordem em casa.

Conforme mencionado acima, a pedra angular do pensamento geopolítico argentino é o problema brasileiro. O General Gulalmelli⁽⁹⁾ explica o longo processo histórico de expansão do Brasil iniciado com os "bandeirantes" portugueses, dando particular ênfase à diplomacia de Rio Branco de aprofundamento das "fronteiras naturais do Brasil"; o controle do Uruguai e do Paraguai; o enfraquecimento da Argentina e a substituição da Grã-Bretanha pelos Estados Unidos como principal aliado brasileiro. Mostra também enorme preocupação com a "doutrina Travassos" pela qual o Brasil desenvolver-se-ia ao longo de um eixo Leste-Oeste em direção à Bolívia, quebrando assim o natural eixo de comunicações Norte-Sul via Argentina.

Um conceito brasileiro que causa especial alarme entre os pensadores argentinos é a doutrina das "fronteiras vivas", originárias das idéias da escola alemã de geopolítica acerca da necessidade de "espacos vivos" ou *lebensraum*. Duas opiniões argentinas a este respeito são ilustrativas:

"(Para os brasileiros) uma região, zona ou área é vista como uma "fronteira viva" por várias razões (históricas, políticas, econômicas, de segurança etc.). Isto significa que, de uma forma ou de outra, dependendo do seu interesse nacional, deve ser desenvolvida ou, se não pertence ao país, precisa ficar sob a esfera de influência brasileira."⁽¹⁰⁾"

"A fronteira (assim os autores e especialistas em geopolítica dos países vizinhos afirmam) é uma força a serviço das contingências políticas, uma "isobárica" que estabelece o equilíbrio entre duas pressões. Este conceito indica claramente a extrema sensibilidade e importância que o Brasil atribui à sua tradicional política de demarcação de limites, a qual tem estado em evidência desde a violação do Tratado de Tordesilhas."

Tais preocupações com a expansão do Brasil pelas áreas fronteiriças adentro dizem respeito não somente com a penetração nos estados tampões do Uruguai, Paraguai e Bolívia, mas também com o próprio território nacional argentino, especialmente no vulnerável saliente de Misiones.⁽¹²⁾

Um outro aspecto significante da percepção geopolítica argentina sobre o Brasil é a natureza das relações brasileiras com os norte-americanos. Certo escritor argentino⁽¹³⁾ vê o Brasil como uma nação satélite dos Estados Unidos por questões de dependência. Os motivos disto são considerados essencialmente estratégicos, assim como econômicos: os EUA precisam do Brasil para estender suas linhas defensivas de Natal ao Cabo Horn; os EUA devem assegurar-se de que o Brasil jamais "tornar-se-á comunista", pois tal eventualidade "ameaçaria o flanco Sul dos Estados Unidos e poderia atuar como detonador para uma revolução latino-americana da mesma natureza";⁽¹⁴⁾ e o Brasil acha-se dentro da esfera econômica norte-americana.

Este relacionamento é também encarado como um exemplo de estratégia dos Estados Unidos de selecionar determinados "países chaves" para se constituírem em pontos fortes da sua estrutura geopolítica de alianças; dentro de tal concepção, o "status" do Brasil como um país "chave" é também compartilhado pela Alemanha Ocidental, Formosa e outras nações.⁽¹⁵⁾ Uma iniciativa norte-americana-brasileira específica que acentua o "subimperialismo" do Brasil é a venda de armamento. Um autor argentino⁽¹⁶⁾ vizualiza a indústria bélica brasileira como uma extensão da norte-americana, sendo ainda a exportação de armas do Brasil para os países vizinhos um outro fator de sua expansão. Um aspecto mais positivo desta preocupação argentina reside na busca de uma cooperação argento-brasileira para um equilíbrio dinâmico no Cone Sul, sob a condição implícita de que o Brasil liberte-se dos laços de dependência com os Estados Unidos. Guglialmelli, por exemplo,⁽¹⁷⁾ colocou a questão em termos de uma confrontação estéril ou de uma "aliança para libertação" em bases cooperativas.

À parte das preocupações relativas ao equilíbrio com o Brasil, o pensamento geopolítico argentino representa uma forte corrente que tem em mira a merecida posição, no seu próprio entender, de líder no Cone Sul.

Às vezes, esta demanda pela liderança tem sido expressa em termos da responsabilidade especial argentina de preservação da paz e segurança no Cone e, outras, assume um tom mais estridente e agressivo, tal como o objetivo de Perón de criar uma "grande Argentina" no final dos anos quarenta.⁽¹⁸⁾ Como o Coronel Pinochet do Chile indicou em seu trabalho sobre geopolítica, a escola argentina sente que a posição geográfica daquele país o coloca fora da órbita das maiores potências

mundiais, propiciando-lhe assim liberdade de ação para exercer hegemonia no extremo sul do continente sul-americano.⁽¹⁹⁾ Uma outra perspectiva foi transmitida a este autor por categorizado general argentino, que explicou o atual domínio da bacia do Rio da Prata pela Argentina como sendo devido a "El Camino de la Naranja" (O Caminho da Laranja), pelo qual entendia ele que uma laranja (ou qualquer outra coisa) lançada em algum lugar na bacia do Prata devia mais cedo ou mais tarde flutuar além de Buenos Aires e, portanto, estar sujeita ao controle argentino.

O pensamento geopolítico argentino é muito mais orientado para o mar do que o brasileiro, concentrando-se especificamente nos seguintes temas: papel da Argentina como nação marítima devido à sua predominante função no que Atencio chama o "Hemisfério oceânico" (figura 4); responsabilidade especial argentina como elemento controlador em vários pontos chaves de entrada e saída para . . . e do Atlântico Sul⁽²¹⁾; domínio argentino do acesso ao Estreito de Magalhães e Cabo Horn, que adquiririam crucial significado estratégica exercida pelas Ilhas Malvinas, fator que tem renovado a determinação argentina para recuperá-las do controle britânico (a figura 5 ilustra a concepção geopolítica argentina a respeito); importância estratégica presente e potencial do Atlântico e a necessidade da Argentina defender suas reivindicações na Antártica de violação por parte de outras nações interessadas naquela área.

ARGENTINA
COMO POTÊNCIA MARÍTIMA



FIGURA 4

FONTE: ALENCIO,
"QUE ES LA GEOPOLITICA?", pág. 63.

PAPEL ESTRATÉGICO
DAS ILHAS MALVINAS

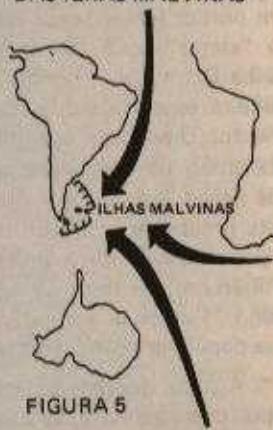


FIGURA 5

FONTE: CONSENTINO, "EL VALOR
ESTRATÉGICO", pág. 84.

Um campo de interesse relacionado intimamente com o pensamento geopolítico é o nuclear, onde a Argentina disputa de situação favorável em relação ao Brasil. A principal questão geopolítica é a decisão para fabricar um artefato explosivo. Gulaimelli expressa sua avaliação nos seguintes termos:

"Concluímos... que o Brasil decidiu produzí-la (uma arma nuclear). Pouco se sabe acerca do prazo, em outras palavras, ignoramos quando os trabalhos para desenvolvê-la começarão; o processo de fabricação levaria oito anos ou menos em consequência do acordo. Estes dois fatores — a decisão de produzir o explosivo nuclear e quando — constituem os pontos capitais para a Argentina, uma vez que o engenho atômico de nosso vizinho, se não for contrabalançado, terá um efeito notável e decisivo para nossa segurança."(22)

A bibliografia que se segue, embora extensa, omite muitos artigos interessantes contidos em "Estratégia" e o leitor desejoso de maiores informações deveria consultar todos os números deste periódico, desde o primeiro (maio-junho de 1969) até o presente, para ter completa visão dos ensaios argentinos sobre geopolítica.

ATENCIO, JORGE E. Coronel, "Que es la Geopolítica" (Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1965). Fonte muito útil para conhecer as principais influências externas sofridas pelo pensamento geopolítico argentino. Ataca os autores norte-americanos dos anos quarentas que denunciaram severamente as obras geopolíticas alemãs. Vê a Argentina como a maior potência naval, em potencial, no Atlântico Sul e na Antártica.

BRASIL, MIGUEL ANGEL, "Bosquejo de Una Apreciación Geopolítica Argentina" (Estratégia 36, Set-Out 1975). Análise equilibrada da situação geopolítica argentina. Conclui que a primeira prioridade geopolítica do país deveria ser a integração nacional e a ordem interna.

BESSONE, JUAN E., "Ubicación Geopolítica de La República Argentina", (Revista de la Facultad de Ciencias Económicas, Comerciales e Políticas — Rosário, 52-53, Mai-Dez 1950). Defesa contundente das reivindicações de soberania argentina no Atlântico Sul, Malvinas e Antártica. Acentua a importância dessas áreas se o Canal do Panamá fosse fechado.

BIANCHI, A., "Análisis del valor Estratégico del Atlântico Sur". (Estratégia — 34-35 — Mai-Ago 1975). Inquietação argentina sobre o domínio do Atlântico Sul pelo Brasil.

BOSCOVICH, NICOLAS, "Um Proyecto Regional Argentino y la Natural Salida de Bolivia al Mar" (Estratégia 30-Set-Out 1974) Focaliza a significância geopolítica da Bolívia. Propõe uma saída boliviana para o Atlântico (sua "saída natural"), via Rio Bermejo, sob os auspícios de Argentina, como u'a maneira de conter a expansão brasileira na Bolívia.

_____, "Análisis Comparativo: Argentina y Brasil en el Espacio Geo-económico del Cone Sur" (Estratégia 31-32 — Nov 1974 — Fev 1975). Avaliação do expansionismo brasileiro da bacia do Rio da Prata.

BRIANO, J.T., "Geopolítica y Geoestratégia Americana" (Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1966) Argumenta que a Argentina será a maior força moral, econômica e política do mundo no século XXI.

CAMILLO N. OSCAR, "Relaciones Argentino-Brasileñas" (Estratégia 21-Mar-Abr 1973). Análise geopolítica das relações Brasil-Argentina em termos dos

efeitos do "eixo" Brasil-EUA. Assinala que muitos dos problemas da Argentina são gerados por ela própria.

CERESOLE, NORBERTO, "Geopolítica de Liberación" (Buenos Aires, Editorial Corregidor, 1972) Sustenta que a grandeza da Argentina encontra-se na liderança de um movimento de integração latino-americano para deter a expansão do Brasil-EUA. Desde que o Atlântico acha-se sob o domínio da aliança brasileira com os norte-americanos, a Argentina deve integrar-se com os países do Pacífico.

CIRIGLIANO, GUSTAVO, "La Argentina Triangular" (Buenos Aires, Editorial Humanitas, 1975). Apresenta uma visão da liderança argentina no Cone Sul independente de influência norte-americana. Refere-se ao desenvolvimento do "triângulo" do Cone Sul ao longo de três eixos controlados pela Argentina: "Eixo Ribeirinho" (Rio da Prata), "Eixo Andino" (Noroeste da Argentina, Chile e Peru) e o "Eixo Sul" (Estreito de Magalhães, Malvinas e Antártica). Culpa a exploração da Grã-Bretanha e dos EUA pelo fracasso do movimento passado em prol da grandeza argentina.

CONSENTINO, BENJAMINO, Capitão-de-Fragata, "El Valor Estratégico de las Islas Malvinas" (Estratégia 6-Mar-Abr 1970). Análise geopolítica, histórica e estratégica da importância das Ilhas Malvinas do Atlântico Sul.

DE HOYOS, RUBÉN J., da Universidade de Wisconsin, EUA, "Geopolítica Sul-Americana e o Desenvolvimento Hidrelétrico da Bacia do Rio da Prata" (Ensaio produzido para a Associação Internacional de Ciências Políticas, Edinburgh, 1976). Imaginativa análise das implicações geopolíticas dos projetos internacionais em desenvolvimento na bacia do Rio da Prata. Prevê como resultado final maior cooperação, mas com crescentes possibilidades de conflito.

DIAZ BESSONE, RAMÓN G., General, "Proyecto Nacional — Documento de Trabajo" (Buenos Aires, Imprensa Oficial, 1973). Maior afirmação dos objetivos nacionais argentinos e programas de desenvolvimento em curso no Ministério de Planejamento da Argentina. Defende o consenso nacional argentino de seu desenvolvimento e destinação em termos de integração sul-americana.

DIAZ LOZA, FLORENTINO, Coronel, "Geopolítica del Brasil" (Estratégia 29, Jul-Ago 1974). Análise crítica da geopolítica brasileira sob o ponto de vista nacionalista argentino. Retrata o Brasil com "subimperialista" e subserviente aos interesses norte-americanos.

FERNANDEZ CENDOYA, ANDRÉS, "Ideas Geopolíticas del General Augusto Pinochet" (Estratégia 24, Set-Out 1973). Severa crítica dos trabalhos sobre geopolítica, escritos pelo presidente chileno Pinochet.

_____, "Una Nueva Guerra del Pacífico" (Estratégia 27, Mar-Abr 1974). Análise geopolítica das tensões correntes que podem levar a uma nova Guerra do Pacífico. Vê a Bolívia como um títere do Brasil em sua arrancada expansionista para Oeste rumo ao Pacífico. Prediz a emergência de duas grandes "alianças geopolíticas": Brasil-Chile e Argentina-Peru.

GÓMEZ RUEDA, HÉCTOR, "Realidad Geopolítica Mundial y Argentina" (Mendoza, Universidad Nacional de Cuyo, 1969). Debate a grandeza e liderança geopolítica argentinas por meio de integração com os vizinhos.

GUALCO, JORGE NELSON, "Cone Sur: elección de um destino" (Buenos Aires, Fabril Editor, 1972). Planifica a integração do Cone Sul (excluído o Brasil) sob a liderança argentina. O modelo desenvolvimentista brasileiro é rejeitado por ser considerado neo-capitalista e subserviente aos Estados Unidos.

GUGLIALMELLI, JUAN E., General, "Argentina Frente al Operativo Misiones del Brasil" (Estratégia 19-20, Nov 1972-Fev 1973). Ataca as idéias geopolíticas de Travassos. Advoga o ativismo argentino para conter o expansionismo brasileiro no Nordeste da Argentina (as "Misiones Ofensiva").

_____, "Itaipu - Corpus" (Estratégia 33, Mar-Abr 1975). Alega que o real significado do projeto hidrelétrico de Itaipu-Corpus é o expansionismo brasileiro pela bacia do Rio da Prata.

_____, "Análisis del Acuerdo Nuclear Brasileño-Alemán" (Estratégia 34-35, Mai-Ago 1973). Expressa a preocupação argentina relativa ao acordo nuclear Brasil-Alemanha.

_____, "Argentina-Brasil: enfrentamiento o alianza para liberación" (Estratégia 36, Set-Out 1975). Análise geopolítica da rivalidade argentino-brasileira. Sugere uma "aliança para libertação", como alternativa, se o Brasil desejar romper os laços estreitos com os Estados Unidos.

_____, "Argentina: política nacional y política de fronteras" (Estratégia 37-38, Nov 1975-Fev 1976). Aplicação da teoria geopolítica de fronteiras aos problemas fronteiriços da Argentina.

_____, "El Destino Manifesto Brasileño en el Atlántico Sur" (Estratégia 39, Mar-Abr 1976). Análise crítica do pensamento geopolítico de Golbery. Considera a aliança Brasil-EUA como ameaça à Argentina.

KOZLOWSKI, T.A., "Nuevos Potenciales en la Política Mundial" (Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1967). Perspectiva geopolítica global, somente com limitado material acerca da América Latina e da Argentina.

LUCCHINI, ADALBERTO P., "Geopolítica del Cone Sur": la Cuenca de la Plata" (Buenos Aires, Juárez Editora, 1971). Análise técnica dos projetos hidrelétricos do Cone Sul. Afirma que se as nações latinas envolvidas não assumirem a liderança, os projetos serão manipulados por outros.

MACHICOTE, EDUARD, "La Expansión Brasileña" (Buenos Aires, Ciencia Nueva, 1973). Obra extremamente anti-brasileira. Ataca as idéias de Golbery como estando a serviço dos objetivos imperialistas dos EUA.

MASTRORILLI, CARLOS P., "Una Actualización de la Doctrina Golbery" (Estratégia 39, Mar-Abr 1976). Forte crítica dos trabalhos geopolíticos de Meira Mattos. Classifica o Brasil como aliado "subimperial" dos Estados Unidos.

MILIA, FERNANDO A., CMG, "Estratégia y Poder Militar" (Buenos Aires, Instituto de Publicaciones Navales, 1965). Equilibrada análise geopolítica, sobretudo predominantemente marítima. A Argentina é encarada como nação insular e marítima com papel chave a desempenhar no Atlântico Sul, especialmente se o Canal do Panamá for fechado.

MONETA, CARLOS JUAN, "Antártica Argentina: los problemas de 1975-1990" (Estratégia 31-32, Nov 1974-Fev 1975). Visão retrospectiva genérica dos interesses geopolíticos argentinos na Antártica; avverte que estes interesses estão ameaçados por outras potências, principalmente pelos EUA e URSS.

PIÑEIRO, ARMANDO ALONSO, "El Equilibrio Geopolítico Sudamericano" (Estratégia 30, Set-Out 74). Expressão de alarme sobre a expansão brasileira nos estados-tampões (Bolívia e Paraguai). Levanta a tese de que a Argentina deve assumir a liderança da comunidade hispano-americana para equilibrar a aliança Brasil-EUA.

RÄTTENBACH, AUGUSTO B., Coronel, "Estados Unidos y la Venta de Armas à América Latina" (Estratégia 28, Mai-Jun 1974). Analisa a venda de armas à América Latina pelos EUA como sendo uma ferramenta da penetração imperialista, em sociedade com o Brasil.

ROJAS, ISASC F., Almirante, "Intereses Argentinos en la Cuenca del Plata" (Buenos Aires, Ediciones Librería, 1974). Alerta dos perigos de projetos hidrelétricos e expansão brasileiros na bacia do Rio da Prata. Conclama a Argentina a tirar vantagem de seu potencial hidrelétrico inaproveitado em face da crise de energia. Argumenta que o projeto de Itaipu (Brasil-Paraguai) requer prévio consentimento argentino devido ao impacto no projeto de Corpus rio abaixo. Exposição bem justificada e, de um modo geral, positiva, feita por um almirante reformado argentino que foi vice-presidente do país após a queda de Perón em 1955.

SEGUNDO SILONI, ROLAND, Vice-Comodoro, "La Diplomacia Luso-Brasileña en la Cuenca del Plata" (Buenos Aires, Editorial Rioplatense, 1975). Análise histórica e geopolítica de expansão luso-brasileira na bacia do Rio da Prata.

STORNI, SEGUNDO, Almirante, "Intereses Argentinos en el Mar" (Buenos Aires, Moen, 1916). Expressão bastante clara do interesse argentino no mar.

URIBURU, EDUARDO, JUAN, General, "El Plan Europa, el Ejército y su Contribución a la Estratégia del Desarrollo" (Estratégia 2, Jul-Ago 1969). Explicação e análise do "Plano Europa" argentino que visava a redução da excessiva dependência de armas norte-americanas.

VENERONI, HORÁCIO, "Los Estados Unidos y las Fuerzas Armadas de América Latina" (Buenos Aires, Editorial Periferia, 1971). Afirma que os Estados Unidos controla o poder militar da América Latina por um relacionamento de dependência.

VILLEGRAS, OSIRIS GUILLERMO, General, "Políticas y Estratégias por el Desarrollo y la Seguridad Nacional" (Buenos Aires, Círculo Militar, 1970). Proveitosa análise geopolítica, estratégica e política de situação argentina no final dos

anos 60. Revela preocupação da Argentina falhar em desenvolver e atingir seu completo potencial.

PENSAMENTO GEOPOLÍTICO CHILENO

Como o próprio Pinochet assinalou (e lamentou), não há "escola" geopolítica chilena, embora haja no país considerável interesse pelas idéias geopolíticas. Os focos de geopolítica do Chile são: proteção dos ganhos territoriais obtidos na Guerra do Pacífico (1879-1883); arranco para tornar-se a potência marítima do Pacífico Sul; controle do Estreito de Magalhães e do Cabo Horn; e interesse na Antártica.

A influência de escola alemã de geopolítica é mais forte no Chile do que em qualquer outra nação latino-americana, fato que não constitui surpresa, levando-se em conta o impacto ocasionado pela imigração germânica e pela missão militar prussiana no final do século XIX. Os escritores geopolíticos chilenos dão ênfase especial à concepção arraigada de Ratzel do estado como um organismo vivo, lutando para sobreviver em um mundo onde o direito é ditado pela força. Como Pinochet declara, "não interessa quanto se gostaria de pensar na lei como um elemento equalizador entre as várias categorias de nações, quando se enfrenta a dura realidade é o país mais forte (militar, econômica, demográfica ou diplomaticamente) que leva vantagem nos litígios fronteiriços. Disto tem-se vários exemplos na América do Sul".⁽²³⁾ Ou, como outro autor chileno assevera, ainda mais incisivamente: "Um país artificial não tem direito a sobreviver."⁽²⁴⁾

Um tema a que sistematicamente o pensamento geopolítico chileno recorre é a análise da Guerra do Pacífico (1879-83). O conceito orgânico do estado e de suas implicações operacionais inserido nas citações anteriores tem se mostrado compatível com as posições diplomáticas assumidas pelo Chile na Guerra do Pacífico e na questão da saída boliviana para o mar. Como Pinochet explica a situação: "A falta de clareza na delimitação dos Estados após a independência da América e, posteriormente, a grande negligência de parte do Chile, permitiu à Bolívia atingir a Costa do Pacífico em detrimento do litoral chileno. Em 1879, a Guerra do Pacífico possibilitou ao Chile recuperar o litoral que lhe pertencia. A Bolívia, como estado mediterrâneo, recebeu amplas facilidades do Chile".⁽²⁵⁾

A geopolítica chilena revela forte orientação marítima, especialmente em termos de projeção do poder no Pacífico Sul, do controle do Estreito de Magalhães e da sua soberania no setor reivindicado na Antártica. Tal obsessão pelo Pacífico alcançou o auge com a proclamação de um diplomata chileno, em 1887, de que aquele oceano devia ser um "lago do Chile".⁽²⁶⁾ O General Cañas Montalva, editor da "Revista Geopolítica de Chile", tem firmemente enfatizado o perigo para o Chile resultante de negligenciar com respeito à sua destinação de potência do Pacífico Sul, descendo este que constitui um convite para outras nações (principalmente a Argentina) preencherem tal vácuo. Cañas Montalva antevê a grandeza futura do Chile associada a um privilegiada posição com saída para ambos os oceanos e domi-

nando o Estreito de Magalhães, as passagens de Drake e Beagle, a Antártica, além da posse das Ilhas de Páscoa e de Juán Fernandez. A grandeza regional do Chile transformar-se-á em mundial, segundo Cañas Montalva, quando o "centro de gravidade do mundo" transferir-se do Mediterrâneo para o Atlântico e o Pacífico.⁽²⁷⁾

Não existe um periódico chileno, especializado em divulgar o pensamento geopolítico do país, apesar da "Revista Geográfica de Chile" vir servindo como o principal veículo para o aspecto marítimo da geopolítica do Chile.

BUNSTER, ENRIQUE, "Penetración de Chile en el Pacífico" (Mar, Valparaíso, 22, nº 139, Jan 1951) Lamenta o fato que o Chile tenha desviado a atenção dada ao Pacífico no século dezenove.

CAÑAS MONTALVA, RAMÓN, General, "Reflexiones Geopolíticas" (Revista Geográfica de Chile, 1, nº 1, Set 1948). Desenvolve sua tese básica acerca da grandeza futura do Chile em termos do potencial geopolítico da nação na área do Pacífico Sul e no pressuposto de uma mudança histórico-geopolítica do Mediterrâneo para o Atlântico e agora para o Pacífico.

_____, "Estruturación Geográfica de América" (Revista Geográfica de Chile 2, nº 2, Dez 1949). Emprega conceito geopolíticos para argumentar em favor de uma "Confederação do Pacífico (Chile, Peru, Bolívia, Equador) à semelhança da comunidade do Atlântico Norte. Devido à sua favorecida posição geopolítica, o Chile seria o líder natural desta confederação.

_____, "Chile el más Antártico de los Países del Oeste y su Responsabilidad Continental em el Sur Pacífico" (Revista Geográfica de Chile 4, nº 1, Out 1950). Discute a "continuidade" do território chileno do continente sul-americano para a Antártica. Esta região, junto com o Pacífico Sul, está destinada a tornar-se um dos "epicentros da Nova Era."

_____, "El Valor Geopolítico de la Posición Antártica de Chile" (Revista Geográfica de Chile 6, nº 9, Jun 1953). Suspeita das intenções geopolíticas argentinas no Pacífico Sul e na Antártica.

_____, "Chile en el Pacífico, Argentina en el Atlântico — Fatores de Estabilidad Continental" (Revista Geográfica de Chile 14, 1956-57). Defende a adoção de "esferas de influência geopolítica", dando à Argentina predominância no Atlântico Sul e, ao Chile no Pacífico Sul.

CERECEDA, DOMINGO, "Los Imperativos Geopolíticos de Chile" (Santiago, Editorial Universitária, 1962). Abordagem mais econômica do que geopolítica, sustenta que para o Chile desenvolver-se precisa romper os laços de dependência com os Estados Unidos e integrar-se com a América Latina.

CHAVES, VICTOR, Tenente-Coronel, "Chile y el Pacífico Sur" (Estratégia 31-32, Nov 1974-Fev 1975). Ecos das teses geopolíticas de Cañas Montalva sobre o Chile como potência do Pacífico Sul.

BIL CLERICUS, PABLO, "El Pacífico, Mar de Nuestro Destino" (Revista Geográfica de Chile 6, Abr 1952). Traça as raízes históricas do destino geopolítico

do Chile como potência do Pacífico Sul. Acentua o tema que no século dezenove o Pacífico Sul era um "Mar Chileno".

_____. "Línea Geopolítica de Chile" (Revista Geográfica de Chile 6, nº 8 Fev 1953). Divide o mundo geopoliticamente em um hemisfério Norte "continental", em disputa pelo EUA e URSS, e um hemisfério Sul "oceânico", que pode isolando-se do confronto Estados Unidos-União Soviética, bem como de seus avanços imperialistas gêmeos. O Chile, conclui o autor, tem grande potencial geopolítico no hemisfério "oceânico".

LASTARRIA SERVAT, MIGUEL, "El Espacio Vital" (Santiago, Simiente, 1944). Tratado mais teórico e legalistas sobre o "lobensraum" (espaço vital). Conclui que "um país artificial não tem direito de viver".

MARULL, FEDERICO, "Introducción a la Geopolítica" (Santiago, Universidad Nacional de Chile, 1972). Breve monografia devotada primordialmente à considerações do pensamento geopolítico clássico. Inclui uma curta parte que lamenta a inexistência de uma escola bem definida do pensamento geopolítico chileno e pugna pelo ensino de geopolítica nas universidades chilenas. Adverte a respeito do movimento geopolítico argentino em direção ao Pacífico, via Antártica e o Estreito de Magalhães.

_____. "Bases para uma Geopolítica Chilena" (Santiago, Universidad Nacional de Chile, 1974) Mostra a necessidade de um "Mar Chileno" abrangendo o Pacífico Sul para além de Ilha de Páscoa. Não se trata de uma reivindicação de soberania, mas de uma concepção ecológica e geopolítica.

PINOCHET UGART, AUGUST, General — President, "Geopolítica" (Santiago, Editorial Andrés Bello, 1974). A maior parte deste trabalho dedica-se à apresentação dos conceitos clássicos de geopolítica, com ênfase na teoria do estado como organismo vivo. Oferece uma explicação geopolítica para a Guerra do Pacífico: O Chile estava forte; o Peru e a Bolívia achavam-se debilitados; o Chile meramente recuperou territórios que por direito lhe pertenciam.

RODRIGUEZ, GREGÓRIO, Tenente-Coronel, "La Geopolítica y sus Teorías" (Santiago, Academia de Guerra del Ejército, 1950). Explora a teoria geopolítica do estado como organismo vivo. Declara que a destinação geopolítica do Chile reside não no Leste, onde se sente bloqueado pela Argentina, mas no Oeste e Sul. O Pacífico Sul é visto como um centro emergente de poder mundial.

PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BOLÍVIANO

O pensamento geopolítico boliviano, especialmente o de seu maior formulador, Alípio Valencia Vega, reflete a infeliz experiência internacional daquele país e concentra-se na saída para o mar, na recuperação das terras perdidas para o Chile e na necessidade de ocupar efetivamente todo o território nacional da Bolívia a fim de evitar mais desintegrações. As idéias geopolíticas desenvolvidas na Bolívia fazem interessante uso da "teoria do coração do mundo" de Mackinder, argumentando

que aquele país está no centro da América do Sul e que seu desmembramento no passado se verificou por sua incapacidade para dominar tal área em face da agressão dos vizinhos.⁽²⁾ Ao contrário das três nações precedentes, a Bolívia não produziu qualquer literatura sistematizada acerca de Geopolítica nem tem um periódico especializado no assunto. Trabalhos de natureza geopolítica são poucos e esporádicos. No princípio de 1977, surgiram notícias na imprensa referindo-se a um "Instituto Boliviano de Estudios Geopolíticos", o qual era citado como editor de um documento geopolítico expressando preocupação com os objetivos expansionistas do Brasil e do Paraguai em território boliviano.

PRUDENCIO, ROBERTO, "El Problema Geopolítico de Bolivia" (La Paz, Bolivia, Editorial de la Universidad Mayor de San Andrés, 1951). Argumentação nacionalista boliviana em favor de uma saída para o mar.

VALENCIA VEGA, ALÍPIO, "Geopolítica em Bolivia" (La Paz, Bolivia, Librería Juventud, 1965). A primeira metade deste livro é um tratado padrão dos conceitos básicos geopolíticos. Na segunda o autor aplica tais princípios ao problema específico do desmembramento da Bolívia pelas mãos de seus vizinhos. Emprego utilíssimo de geopolítica do "coração do mundo".

_____, "Geopolítica del Litoral Boliviano" (La Paz, Bolivia, Librería Juventud, 1974). Extensos e solidamente fundamentados argumentos históricos, econômicos e geopolíticos em prol de uma saída boliviana para o mar. Conclui que o progresso da América Latina depende da sua integração e que, se a Bolívia participar desta, precisa ter uma saída para o mar.

PENSAMENTO GEOPOLÍTICO PERUANO

Pareceria razoável existir no Peru uma forte escola geopolítica, à luz da influência do "Centro de Altos Estudios Militares" (CAEM) e do papel desempenhado desde o golpe de 1968 pelos militares peruanos. Mas os militares peruanos concentraram suas atenções mais nas questões sócio-econômicas do que nas estratégicas ou de segurança, e, portanto, há poucas obras peruanas que possam ser consideradas de geopolítica ou estratégia. A maior preocupação geopolítica tem sido a "marcha para la Selva" — uma arremetida para Leste a fim de explorar a região peruana da bacia amazônica,⁽³⁾ mas não envolveu os recursos nem obteve o sucesso do esforço brasileiro realizado em contrapartida na mesma área. Outras inquietações geopolíticas dizem respeito a Guerra do Pacífico e ao conflito fronteiriço com o Equador.

BENAVIDES CORREA, ALFONSO, "Antiguo y Nuevo Peru: esquema para una interpretación geopolítica" (Revista de América, Colômbia, Jul-Ago 1948). Lança mão de argumentos geopolíticos para dar respaldo à orientação pacifista peruana. Aparenta ser uma resposta às acusações equatorianas de agressão peruana.

MENESES, RÓMULO, "Tres Ensayos de Geopolítica Indoamericana" (Lima: Ediciones Continente, 1963). Faz uso da geopolítica, arqueologia e história para apresentar a civilização pré-colombiana Tiahuanaco como o antigo "heartland"

da América do Sul. Defende a "aliança indo-americana" do Peru com a Bolívia contra o Chile, a fim de reconquistar uma saída boliviana para o mar.

MERCADO JARRÍN, EDGARD, General, "La Política Nacional Y la Estratégia Militar en el Perú" (Estratégia 27, Mar-Abr 1974). Tece algumas considerações acerca dos interesses geopolíticos do Peru na Amazônia.

ROMERO, EMÍLIO, "El Pacífico Sur, Mar de Chile y Perú: Interpretación Geopolítica" (Revista Geográfica de Chile 9, Jun, 1953). Sugere uma aproximação, em termos cooperativos, do Peru com o Chile em benefício da geopolítica do Pacífico Sul.

PENSAMENTO GEOPOLÍTICO EQUATORIANO

O aspecto mais interessante identificado foi o emprego de idéias geopolíticas para apoiar as reivindicações equatorianas de territórios perdidos para o Peru na Amazônia. Tais obras tendem a ser bombásticas e polêmicas.

LARREA ALBA, LUIS, General, "La Defensa del Estado" (Quito, Casa de la Cultura, 1972) Análise dos elementos que constituem o poder nacional, incluindo um capítulo sobre "Estratégia Geopolítica."

NAVARRO ANDRADE, ULIPIANO, "El Determinismo Geográfico" (Quito, Talleres Gráficos de Ecuador, 1957). Tratado geral de geopolítica clássica.

VILLACRÉS MOSCOSO, JORGE, "La Gran Vía Interoceánica Ecuatoriana a Través del Amazonas: estudio geopolítico (Guayaquil, Ecuador, 1952). Argumento geopolítico para recuperação dos territórios e do "status" de potência amazônica perdidos pelo Equador. Alega que um "insaciável expansionismo imperialista" deu ao Peru a rota interoceânica do Amazonas, que por direito pertence ao Equador.

_____. "Geopolítica del Mundo Tropical Sudamericano" (Guayaquil, Ecuador, Imprenta de la Universidad, 1963). Obra polêmica que utiliza conceitos geopolíticos para defender a recuperação dos territórios perdidos na Amazônia.

PENSAMENTO GEOPOLÍTICO COLOMBIANO

Somente um autor (Londoño) identifica-se. Seus escritos tendem a ser mais de geografia política do que geopolíticos, revelam-se equilibrados e não polêmicos, sem qualquer conteúdo que possa ter significativo impacto, atualmente, nas relações externas da Colômbia.

LONDOÑO, JÚLIO, General, "Suramérica o la Geografía Como Destino" (Bogotá, Imprenta del Ministerio de Guerra, 1948). Considera as características geopolíticas e culturais de cada nação sul-americana, apreciando os problemas de fronteiras e fontes de possíveis conflitos.

_____. "Nueva Geopolítica de Colombia" (Bogotá, Imprenta de las Fuerzas Armadas, 1964?) É mais um estudo de geografia política da Colômbia do que

de geopolítica. Contém farta matéria sobre limites, recursos naturais e meios de comunicações.

____ "Geopolítica del Caribe" (Bogotá, Imprenta de las Fuerzas Armadas, 1973). Versa sobre a geografia política da área.

PENSAMENTO GEOPOLÍTICO URUGUAIO

Dois autores ocupam-se de geopolítica no Uruguai. Ambos vêem o Uruguai desempenhando importante papel como tampão entre a Argentina e o Brasil. Valem-se das ferramentas geopolíticas e da análise de dependência para atacar o que classificam como imperialismo brasileiro-norte-americano.

METHOL FERRÉ, ALBERTO, "Geopolítica del Cuenca del Plata" (Buenos Aires, Editorial Pena Lilla, 1973). Autor uruguai que apresenta o seu país como estando em crise sob a pressão da hegemonia do Brasil-EUA em expansão na bacia do Rio de Prata. Declara que a Argentina deve resistir a esta pressão, mas não pode enfrentar a aliança brasileiro-norte-americana sem o apoio das nações do litoral do Pacífico.

TRIAS, VIVIÁN, "Imperialismo y Geopolítica en América Latina" (Buenos Aires, Editorial Jorge Álvarez, 1969). O autor é secretário-geral do Partido Socialista Uruguai. O livro é uma análise de teoria de dependência do imperialismo norte-americano e do "subimperialismo" brasileiro. Sustenta que primeiro a Grã-Bretanha e agora os EUA têm mantido a América Latina dividida (e portanto mais fácil para explorar), estimulando a rivalidade Brasil-Argentina.

PENSAMENTO GEOPOLÍTICO CENTRO-AMERICANO

Vários escritores centro-americanos têm se valido de temas geopolíticos para lutar pela unidade da América Central, como consequência lógica das realidades estratégica e geopolítica.⁽³¹⁾ Este pensamento domina, em particular, o movimento para criar e apoiar o Conselho de Defesa Centro-Americano (CONDECA).⁽³²⁾

HERNÁNDEZ MÉNDEZ, JORGE, Coronel, "Geopolítica" (Tegucigalpa, Honduras, Fuerzas Armadas de Honduras, 1960). Apóia a união política e econômica da América Central para fortificar-se diante da latente dominação dos Estados Unidos e México.

____ "Estudio Geoestratégico del Istmo Centro-Americanano" (Guatemala, Imprenta del Ministerio de Defensa, 1967). Mostra a necessidade do Conselho de Defesa Centro-Americano (CONDECA) para opor-se à subversão inspirada por Castro.

____ "Geopolítica — Áreas Estratégicas del Continente Americano" (Guatemala, Imprenta del Ministerio de Defensa, 1969). Basicamente apresenta o mesmo tema contido nas duas fontes de consulta previamente referenciadas.

JEFES DE ESTADO-MAYOR DE CENTRO AMÉRICA (Primera Reunión de Jefes de Estado-Mayor del Istmo Centro-Americano, Guatemala, 1961). Documento oficial da primeira reunião de chefes de estado-maior das nações centro-americanas. Contém breve análise da situação geopolítica das nações da América Central.

RUIZ GARCIA, ENRIQUE, Coronel, "Ensayo Geopolítico de Centro América" (Guatemala, Ministério de Educação Pública, 1961). Tratado versando mais sobre relações internacionais do que geopolítica, apresenta algumas análises de geografia política da América Central, mas o capítulo maior é dedicado à defesa das reivindicações guatemaltecas sobre Belize.

PENSAMENTO GEOPOLÍTICO MEXICANO

Considerando a massa de publicações editadas pela imprensa mexicana, as obras que tratam de geopolítica são mínimas. Se algum tema puder ser identificado, é a condenação da geopolítica como uma "pseudociência fascista". Tema menos significante do pensamento geopolítico mexicano relaciona-se com a necessidade do México exercer a liderança geopolítica sobre os países divididos na América Central.

ESCALONA RAMOS, ALBERTO, "Geopolítica Mundial y Geoeconomia" (México, Editorial Ateneo, 1959). Tratado geral de geopolítica. Possui um apêndice sobre "Geopolítica do México", no qual argumenta que o México ocupa posição geopolítica importante. Julga o Isthmo de Tehuantepec de maior significância geopolítica e sugere que a capital daquele país deveria ser transferida para lá.

LAVIN, JOSÉ D., "Geografia Mexicana (geopolítica)" (México, Editorial América Nueva, 1959). Avalia o impacto da tecnologia na geografia política. Tece algumas considerações a respeito da necessidade de um mar de 200 milhas a fim de preservar a soberania mexicana.

MIRAVITLES, JAIME, "Geografía contra Geopolítica" (México, Editorial Prometeo, 1945). O autor é catalão refugiado da Guerra Civil Espanhola. O livro resume-se num severo ataque contra a escola alemã de geopolítica. Seu propósito declarado é combater a geopolítica ("criação do homem") com a geografia (criação de Deus").

OJEDA, MÁRIO, "La realidad Geopolítica de Mexico" (Foro Internacional 17, Jul-Set 1976). Trabalho mais de relações internacionais do que de geopolítica. Considera que o fato básico geopolítico da vida mexicana é sua proximidade dos Estados Unidos. Conclui que o valor estratégico do México para os EUA (e sua capacidade de tirar proveito disto) aumenta em tempo de crise.

URIBE VILLEGAS, OSCAR, "Causación Social y Vida Internacional" (México, Universidad Nacional Autónoma de México, 1958). Abordagem sociológica de geopolítica e relações internacionais. Tem um capítulo sobre "Geopolítica e Relações Internacionais", no qual critica asperamente a pseudociência geopolítica.

tica. Apresenta determinadas considerações sobre o México e a América Central como "ponte" geopolítica entre a América Latina e a anglosaxônica.

VIVO, JORGE A., "La Geopolítica" (México, El Colégio de México, 1943).

Justifica uma unidade geopolítica da América Central sob a liderança mexicana.

CONCLUSÃO

Talvez devido ao estigma conferido à escola alemã pela II Guerra Mundial, o pensamento e a literatura geopolítica na América Latina são mal interpretados e analisados erroneamente pelos estudiosos contemporâneos do assunto. Acresça-se à confusão o fato de que muitos trabalhos que tratam de geopolítica não sejam facilmente identificáveis como tal, enquanto vários outros intitulados de "geopolíticos" constituam pouco mais do que interpretações de questões correntes político-militares ou de estratégia.

Contudo, um cuidadoso estudo do pensamento geopolítico contemporâneo na América Latina é importante pelas inúmeras razões apontadas nesta pesquisa bibliográfica:

(1) A geopolítica abre uma "janela" para o pensamento e uma série de elucubrações de um núcleo politicamente significante de militares e estrategistas latino-americanos. Geopolítica é levada a sério por muitos destes indivíduos e fornece aos observadores externos valiosas introspecções sobre como encaram os papéis por eles desempenhados, sentem suas nações, o mundo exterior e as relações internacionais em geral;

(2) Quando operacionalizado por um governo cujos os líderes principais raciocinarem nestes termos, a geopolítica pode oferecer uma explicação consistente para seus esquemas de desenvolvimento nacional, integração territorial e relacionamento com os vizinhos.



O Ten Cel John Child, do Exército dos EUA, é especialista em Área Estrangeira (América Latina) e membro do corpo docente do Colégio Interamericano de Defesa (Washington, DC). Bacharelou-se pela Universidade de Yale e obteve o título de Doutor em Relações Internacionais da América Latina, da Universidade Americana. Seus diversos trabalhos têm enfocado questões estratégicas e geopolíticas do Hemisfério, citando-se entre eles o livro recentemente publicado intitulado "Unequal Alliance: The Inter-American Military System, 1938-1978". É adjunto de professor de Relações Internacionais da Universidade Americana, onde ministra o curso "Conflito e a Manutenção de Paz na América Latina".

(³) No Cone Sul, em particular o predomínio do pensamento geopolítico sugere uma moldura de referência para explicar algumas das rivalidades internacionais duradouras que persistem nesta área.

Entre os maiores conceitos geopolíticos que devem ser considerados figura a visão fundamental orgânica do estado como um ser vivo que deve expandir-se e projetar-se para fora, de modo a que possa subsistir. Esta visão orgânica acha expressão interna na arrancada para ocupar completa e efetivamente toda a extensão geográfica da nação. Para as grandes nações há também uma expressão externa que envolve a projeção de poder e influência sobre os estados mais fracos em rivalidade com outras nações maiores. Assim, constata-se uma divisão entre o que pode ser chamado "geopolítica interna" (esquemas para desenvolvimento interno, combinação de "segurança interna" com o "desenvolvimento interno", total integração de longínquas partes de território nacional, etc.), e "geopolítica externa" (projeção internacional de poder, decisão pela força de problemas de fronteiras, pressões sobre estados vizinhos, etc.). Quase por definição, é a segunda categoria de pensamento geopolítico que traz consigo um grande potencial para desentendimentos e conflitos. Outra distinção bastante útil é a feita entre o pensamento geopolítico ativo e reativo. O pensamento geopolítico ativo é rapidamente operacionalizado em programas positivos de colonização, desenvolvimento nacional e movimentos impetuoso na área internacional, enquanto o de aspecto reativo diz mais respeito a descobrir explicações conspiratórias ou ameaçadoras para as ações agressivas de vizinhos mais audaciosos.

Esta pesquisa indica a existência de duas "escolas" de geopolítica bem estruturadas na América Latina, (a brasileira e a argentina), com fortes correntes também num terceiro país (Chile). As idéias geopolíticas, com uma variedade de temas, são encontradas da mesma forma na literatura divulgada em vários outros países latino-americanos. Pode-se concluir, portanto, que a conscientização das implicações e do campo do pensamento geopolítico na América Latina, particularmente, no Cone Sul, pode constituir-se numa proveitosa ferramenta para compreensão e explicação das idéias defendidas pelos líderes nacionais e suas preocupações com o desenvolvimento interno e projeção externa de influência e poder.

NOTAS

1. Robert Strausz-Hupé, "Geopolitics: The Struggle for Space and Power (New York, G. P. Putnam's Son, 1942), pp. VIII-IX
2. Mário Travassos, "Projeção Continental do Brasil". (Rio de Janeiro, Editorial Brasiliense, 1938).
3. General Juan E. Guglielmetti, (argentino) "Argentina Frente al "Operativo Misiones del Brasil" (Estratégia 19-20, Nov 1972-Fev 1973), pp. 7-8.
4. General Golbery do Couto e Silva, "Geopolítica do Brasil" (Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1967), pp. 137-38.

5. Terezinha de Castro, "Antártica — Assunto do Momento" (Revista do Clube Militar, 1958).
6. Contra-Almirante Paulo Freitas, (brasileiro), "Uso del Mar" (Estratégia 34-35, Mai-Ago 1975).
7. General Carlos de Meira Mattos, "Brasil-Geopolítica e Destino" (Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1975) pp. 74-76.
8. Coronel Jorge E. Atencio, "Que es la Geopolítica?" (Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1965), p. 125.
9. General Juan E. Guglielmelli, "Argentina-Brasil: enfrentamiento o alianza para liberación" (Estratégia 36, Set-Out 1975).
10. Ibid p. 14.
11. Teniente-Coronel Florentino Diaz Loza, "Geopolítica del Brasil" (Estratégia 29, Jul-Ago 1974), p. 35.
12. Guglielmelli, "Argentina Frente . . .", p. 7.
13. Júlio E. Sanguinetti, "Geopolítica del Cuenca del Prata", (Estratégia 19-20, Nov. 1972-Fev 1973) pp. 72-76.
14. Ibid, p. 73.
15. T.A. Koslowski, "Nuevos Potenciales en la Política Mundial" (Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1967), p. 60.
16. Coronel Augusto B. Ratzenbach, "Estados Unidos y la Vesta de Armas a América Latina" (Estratégia 28, Mai-Jun 1974), p. 85.
17. General Juan E. Guglielmelli, "Argentina-Brasil: enfrentamiento . . ."
18. Walter M. Daniels, ed., "Latin America in the Cold War" (The Reference Shelf, vol. 24, n° 6, New York, H. W. Wilson Co., 1952), pp. 126-27.
19. General Augusto Pinochet Ugarte, "Geopolítica" (Santiago, Chile, Editorial Andrés Bello, 1974), pp. 63-64.
20. Entrevista com general argentino, Washington, D. C., 1 Set 1976.
21. A. Bianchi, "Análisis del Valor Estratégico del Atlántico Sur", (Estratégia 34-35, Mai-Ago 1975).
22. General Juan E. Guglielmelli, "Análisis del Acuerdo Nuclear Brasileño — Aléman" (Estratégia 34-35, Mai-Ago 1975) pp. 40-41.
23. Pinochet, "Geopolítica", p. 165.
24. Miguel Lastarria Servat, "El Espacio Vital" (Santiago, Chile, Editorial Simiento, 1944), p. 135.
25. Pinochet, "Geopolítica", p. 97.

26. Robert N. Barr, "By Reason on Force" (Berkeley, California, University of California Press, 1974), p. 184.
27. General Ramón Cañas Montalva, "Reflexiones Geopolíticas" (Revista Geográfica de Chile, 13, Mai 1955).
28. Alípio Valencia Vega, "Geopolítica en Bolivia" (La Paz, Bolivia, Librería Juventud, 1965).
29. "Foreign Broadcast Information Service", Latin-America (31 Mar 1977) p. H-1, (4 Abr 1977) p. C-1.
30. General Edgardo Mercado Jarrín, "La Política Nacional y Estratégia en el Perú" (Estratégia 27, Mar-Abr 1974) p. 26.
31. Ver, por exemplo, Coronel Jorge Hernández Méndez, "Estudio Estratégico del Istmo Centro-American" (Guatemala, Ministerio de Defesa Nacional, 1967).
32. Chefes de Estado-Maior da América Central, "Primeira Reunión de Jefes de Estado-Maior del Istmo Centroamericano (Guatemala, Jefes de Estado-Maior, 1961) pp. 32-33.

Tradução do Cel Art OEMA, PSC Luiz Paulo Macedo Carvalho



BRASIL: POTÊNCIA MUNDIAL EM 2000?

Jordan M. Young

Professor de História na Pace University, Cidade de Nova York.

O acompanhamento do Brasil não é uma arte tão reconhecida como o da China ou de Cuba, mas, após um contato íntimo da ordem de 35 anos com o país mais embricado da América do Sul, julgamos que nem nós nem os outros três ou quatro brasilianistas que vêm seguindo suas pegadas, desde o início da década de 40, chegamos a uma conclusão definitiva quanto ao tempo estimado para o Brasil alcançar o "status" de potência mundial.

Embora os observadores estrangeiros possam ser ambivalentes no que se refere à arrancada do Brasil para tornar-se uma potência mundial, não há no espírito da maioria dos brasileiros nenhuma dúvida a esse respeito. Estão absoluta e inequivocamente convencidos de que isso é inevitável e alcançável dentro dos próximos 25 anos.

O economista Roberto Campos, um dos arquitetos do modelo econômico pós-64, escreveu em 1972: "O ano 2000 parece adequado como um marco viável para a grandeza nacional... não está tão distante de modo a ser irrelevante, nem tão próximo para que possa parecer irreal". Um categorizado oficial-general do Exército, o General Meira Mattos, afirmou em seu livro *Brasil: Geopolítica e Destino* (1975) que "...a missão da Revolução de 31 de março de 1964 é fazer o Brasil atingir, no ano 2000, seu lugar entre as nações mais desenvolvidas do globo". Esse tema de grandeza nacional e de "status" de potência mundial é encontrado com frequência na literatura contemporânea brasileira.

O curioso e fascinante é que os brasileiros não estão mais especificamente inclinados a chegar à potência mundial do que os Estados Unidos estavam há 100 anos atrás. Os norte-americanos sentiam que tornar-se uma potência mundial seria

consequência natural da forma pela qual o país estava se desenvolvendo. Os brasileiros também pensam assim. Acham-se empenhados no processo de desenvolvimento e desbravamento do seu próprio país. Através desse processo, o Brasil também tornar-se-á uma potência mundial. É simples e tranquilo.

Como ponto de partida, mas de modo algum definitivo, os seguintes fatores são geralmente associados ao "status" de potência mundial: extensão territorial e população, recursos naturais, industrialização, poder nuclear, capacidade militar e política externa. A quantos desses fatores o Brasil atende?

CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

A imensa massa territorial do Brasil afetou o povo psicologicamente, tornando os brasileiros super-nacionalistas. Não há complexo de inferioridade nacional — se algo existe é a mania de grandeza dos brasileiros. São atraídos pela tecnologia e as realizações das superpotências e as admiram. O restante do mundo simplesmente não é levado em consideração.

A população, estimada em 107.145.200 habitantes, significa que há uma grande força de trabalho disponível e um potencial mercado de massa. O crescimento da população tem sido ligeiramente inferior a 3% ao ano. Essa taxa é considerada demasiadamente elevada por alguns críticos do atual governo, uma vez que leva os planejadores sociais a se descuidarem das vidas humanas. No entanto, muitos outros acham que a taxa de crescimento populacional não é excessiva quando comparada com o imenso vazio interior. A população ativa — pessoas que podem comprar bens de consumo — é estimada aproximadamente entre 25 e 30 milhões.

Atualmente, a abundância de recursos naturais é um dos requisitos básicos para qualquer país ingressar no rol das potências mundiais, e o Brasil não tem problemas nesse particular. No entanto, possui quantidades insuficientes de carvão e petróleo. O fracasso de não encontrar petróleo suficiente em território nacional é um dos aspectos frustrantes do esforço desenvolvimentista brasileiro. Em 1975, o consumo diário era de aproximadamente 900.000 barris de óleo. A produção doméstica supria cerca de 185.000 barris, ou 20% — o restante tinha de ser importado. Quando se concretizou o embargo, os gastos do Brasil com importação de petróleo passaram de 507 milhões de dólares, em 1972, para três bilhões e 75 milhões de dólares em 1975. Isso deteriorou o balanço de pagamentos do Brasil.

Embora as exportações brasileiras em 75 fossem significativas (girando em torno de 8 bilhões e 600 milhões de dólares), as importações — refletindo o alto preço do petróleo — chegaram a 12 bilhões e 200 milhões de dólares. O déficit de 3 bilhões e 600 milhões de dólares foi compensado pela entrada maciça de capitais estrangeiros sob forma de empréstimos. Segundo algumas fontes de Wall Street, qualquer país que tenha um débito externo de 27 bilhões de dólares deve ser uma potência destacada.

O brasileiro em geral julga que a questão do petróleo é um problema com laivos de conspiração. O petróleo é encontrado em grandes quantidades em todos os

países sul-americanos que fazem fronteira com o Brasil – por que não no Brasil? O homem da rua sente que as grandes companhias petrolíferas estrangeiras – que, até 1976, eram proibidas por lei de realizar prospecções ou explorar campos de petróleo potenciais – tenham acordado em bloquear a descoberta de óleo.

A permissão para companhias estrangeiras operarem no Brasil é um aspecto político altamente explosivo que tem sido debatido desde 1953, quando a Petrobrás, uma companhia estatal, foi criada pelo Congresso Brasileiro, com direitos de monopólio sobre a perfuração e a prospecção de petróleo. Embora a Petrobrás tivesse fracassado na descoberta de novos campos, foi bem sucedida no refino e na distribuição.

Entretanto, em 1975, como resultado do alto custo do petróleo importado e do aumento do consumo interno, o governo decidiu permitir às companhias estrangeiras explorar e desenvolver novas áreas petrolíferas. Foi uma decisão extremamente difícil de tomar, e o presidente brasileiro, Ernesto Geisel, fez um grande esforço para explicar sua decisão ao povo brasileiro. Na qualidade de ex-dirigente da Petrobrás, seu conhecimento do problema que o Brasil estava enfrentando nesse setor dava credibilidade à sua decisão e tornava-a mais aceitável aos olhos dos ultranacionalistas.

No entanto, não houve uma corrida das maiores companhias petrolíferas solicitando novos direitos de exploração. A menos que novos e grandes campos petrolíferos sejam descobertos e entrem em produção nos próximos anos, a escassez de petróleo poderá ser o maior obstáculo ao prosseguimento da expansão econômica brasileira e a sua ascensão ao "status" de potência mundial.

INDÚSTRIA

Muitos norte-americanos ficam de alguma forma surpresos e céticos quando, ao comprarem autopeças, encontram "Made in Brazil" nelas estampado. Atualmente, quase todas as peças da Volkswagen vendidas nos Estados Unidos são fabricadas no Brasil ou no México. Mais de 1.000 motores de automóveis de quatro cilindros são embarcados diariamente no Brasil para as fábricas Ford da Alemanha, do Canadá e da Argentina. Mais de 8.000 rádios Philco para automóveis são exportados todos os dias. A industrialização brasileira é um fato.

Entretanto, a pergunta inquietante e não respondida sobre o futuro dessa industrialização diz respeito ao papel e à influência dos empresários dos Estados Unidos e de outros países estrangeiros no controle do desenvolvimento econômico brasileiro. Muitas das indústrias importantes – tais como a automobilística, a de fibras sintéticas, a química, a da borracha sintética e a farmacêutica – estão controladas por companhias multinacionais.

Os técnicos da economia brasileira estão dolorosamente cônscios do problema da desnacionalização. Os empresários de pequenas e médias empresas estão vendendo tudo tão rapidamente quanto possível para os investidores estrangeiros, em vez de competir com eles. Poderá o Brasil evitar a situação enfrentada pelo Mé-

xico, em 1910, quando Porfirio Diaz fez seu país a Meca dos industriais norte-americanos e outros estrangeiros? Naquela oportunidade, o mexicano em geral sentia-se como um filho adotivo em seu próprio país. A explosão que se seguiu — a Revolução Mexicana — ceifou 1.000.000 de vidas e redefiniu a ordem política e econômica do México.

Para evitar tal situação, o governo brasileiro assumiu um papel importante na vida econômica do país e fixou setores onde o estado controla e opera companhias que impedem a usurpação por parte das multinacionais ou, pelo menos, competem com elas. Por exemplo, a indústria do aço, a mineração, os serviços públicos e os transportes são completamente controlados ou dominados por empresas estatais. Estima-se que mais da metade do investimento total da economia brasileira é feita pelo governo brasileiro.

O futuro do desenvolvimento brasileiro pode depender da luta que se desenrola, hoje, nos círculos governamentais. De um lado, estão aqueles que são favoráveis a uma maior participação do capital estrangeiro na arrancada para a industrialização.⁷ O ponto de vista oposto, que é o dos chamados nacionalistas, foi expresso pelo ex-Ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes, favorável a que o Estado invista mais fundos em áreas críticas, impedindo efetivamente que firmas estrangeiras se apossem de setores vitais da economia brasileira.

A proporção que o Brasil aproxima-se do objetivo de tornar-se um estado industrial moderno e determinado a governar seu próprio destino, a delicada parceria econômica Brasil-Estados Unidos (os investimentos norte-americanos estão estimados em mais de 2 bilhões e 400 milhões de dólares) pode criar problemas de difícil solução.

PODERIO NUCLEAR

A maior parte do mundo teve a primeira indicação de que o Brasil era algo mais do que café, samba, Carmem Miranda e Pelé quando, em junho de 1975, foi assinado o pacto de energia nuclear Brasil-Alemanha Ocidental.

O pacto, profundamente analisado por Narman Gall (em "Átomos para o Brasil", Foreign Policy, janeiro, 1976), permitirá a construção de reatores, fabricação de componentes para mantê-los em funcionamento e o treinamento de profissionais brasileiros. Um dos aspectos mais importantes do acordo é a participação maciça da indústria brasileira. Também permitirá ao Brasil atingir uma capacidade de geração elétrica de 10.000 megawatt, prevista para 1990. Muito embora a capacidade instalada tenha crescido de 2.000.000 para 16.000.000 kilowatts, entre 1950 e 1973, a potência disponível tem caminhado atrás da demanda. Este pacto nuclear foi olhado com desagrado pelo governo dos Estados Unidos, mas os brasileiros seguiram em frente e assinaram um polpudo negócio para as suas concorrentes da Alemanha Ocidental, avaliado entre 2 e 8 bilhões de dólares.

As usinas de energia nuclear fazem parte definitivamente dos planos de desenvolvimento industrial do Brasil. Mesmo correndo o risco de desagradar a seus

aliados norte-americanos, eles caminham para a frente a todo vapor. Os primeiros sinais de que o Brasil não seria sempre um parceiro tímido e silencioso apareceram em 1972, quando o governo brasileiro recusou-se a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear que era patrocinado pelos Estados Unidos. O embaixador brasileiro na ONU afirmou que o tratado era inaceitável: "... ele institucionaliza a desigualdade entre as nações. O Tratado aceita a premissa de que os países fortes tornar-se-ão mais fortes e os fracos tornar-se-ão mais fracos... O Tratado é o mais flagrante exemplo de todo o processo de congelamento da estrutura de poder do mundo".

Segundo estimativa atual, o Brasil será uma potência nuclear independente antes do ano 2000.

POLÍTICA EXTERIOR E PODER MILITAR

A política exterior brasileira reflete o avanço para modernização que se verifica no país. O Brasil, no entanto, leva uma grande vantagem sobre a maioria dos países em desenvolvimento — possui um serviço diplomático sofisticado e altamente credenciado com tradição, experiência e habilidade que remontam a mais de 150 anos. Uma política externa calma, mas agressiva, iniciou-se no começo do século XIX, quando o país se tornou independente de Portugal, e prosseguiu através do século XX. No quadro sul-americano de 1977, o parque industrial do Brasil e sua potencialidade como parceiro econômico têm ampliado a influência do país.

A comunidade empresarial mundial está apoiando os brasileiros decisivamente. A viagem do Presidente Geisel, em 1976, à França e à Inglaterra não resultou somente na recepção destinada à figura do Presidente, mas também aos negócios comerciais, pois, em ambos os países, foram assinados contratos de empréstimo e investimentos que atingiram bilhões de dólares. Em setembro de 1976, o presidente brasileiro visitou o Japão, e os contratos e acordos comerciais assinados irão elevar os investimentos japoneses no Brasil a mais de 1 bilhão de dólares. O Japão é hoje o segundo maior investidor no Brasil, ultrapassando a Alemanha Ocidental.

A proporção que a industrialização brasileira avança, ampliar-se-ão a influência e o relacionamento com o resto do mundo. Os brasileiros buscam novos mercados e o Itamaraty apóia ativamente os empresários patrícios nas operações externas. O esquema utilizado é similar ao norte-americano de pouco depois de 1900.

A capacidade militar e a chegada ao "status" de potência mundial constituem uma questão aberta. O Exército Brasileiro, a mais importante das três forças singulares, tem um efetivo de cerca de 167.000 homens, o que é pouco se considerados o tamanho e a população do país (como contraste, Cuba possui efetivo militar superior ao do Brasil). Rijo e completamente modernizado, o Exército Brasileiro não luta há mais de 100 anos contra qualquer dos seus vizinhos, embora o Brasil tenha enviado uma pequena força para a República Dominicana, em 1965, em operação conjunta com os Estados Unidos, para sufocar uma suspeita rebelião esquerdistas.

Equipes especializadas em mísseis da Alemanha Ocidental estão trabalhando em íntima ligação com o Exército Brasileiro em testes de mísseis e foguetes no Nordeste do Brasil. Considerando esse fato à luz do Tratado de Tecnologia Nuclear de 1975, o Brasil pode estar na iminência de possuir a bomba atômica e o respectivo sistema de lançamento. Não resta dúvida de que o militar brasileiro tem um armamento moderno e sofisticado, assim como habilidade e treinamento para ameaçá-lo.

CAUSAS DA APREENSÃO

Há, no entanto, alguns aspectos do desenvolvimento brasileiro que causam apreensão, se o "status" de potência mundial for atingido pelo Brasil. Os brasileiros são elitistas e revelam muito pouca preocupação com a massa. O sucesso para a classe média significa dinheiro, que lhe dá "status" social e econômico. Parece que os brasileiros abraçaram decisivamente o Darwinismo Social.

Correndo o risco de estabelecer uma comparação histórica indevida, os brasileiros parecem estar atravessando um período pós-jacksoniano, onde todos estão em busca de 1 milhão de dólares, associado ao pior aspecto da "Idade Dourada" dos Estados Unidos, quando o governo apoiava os industriais com altas tarifas, normas monetárias e generosas doações de terras.

Espera-se que o Brasil — da mesma forma que os Estados Unidos — venha a dispor de um moderno parque industrial quando concluir seu período de desenvolvimento. Talvez a massa dos brasileiros tenha, então, bens e serviços e também melhor padrão de vida. Hoje, no entanto, a maioria dos brasileiros não desfruta de um estilo de vida compatível com a classe média. No seu esforço para a industrialização, estão queimando e consumindo seus cidadãos da mesma maneira que os norte-americanos empregaram o trabalhador imigrante no período de 1876 a 1900.

A seguinte afirmativa pode nos ajudar a estabelecer alguma perspectiva sobre o problema do Brasil tornar-se uma potência mundial: "... os líderes (brasileiros) também insistem (atualmente) que o Brasil não quer ser uma superpotência. A maioria deles nos fez esta afirmação. A única resposta honesta e polida foi que um Brasil verdadeiramente bem sucedido não poderá deixar de ser uma superpotência. Entretanto, é óbvio que se o Brasil não sofrer percalços e se também for bem sucedido em outros aspectos, automaticamente tornar-se-á potência mundial... Tal fato é inegável, pelo menos para qualquer um que esteja familiarizado com a História brasileira, amplamente conhecedor dos dados referentes a território, população e recursos naturais. Pressupondo um Brasil sem percalços e bem sucedido em outros aspectos, o problema não é saber se o Brasil será uma superpotência, mas quando".

Joseph Alsop escreveu o trecho do texto acima sobre a China, para o New York Times Magazine (11 de março de 1973). Trocar "China" por "Brasil" não é difícil, impossível ou inimaginável.

(Transcrito do "Intellect Magazine", de junho de 1979, tradução da Maj Art QEMA Oscyr Pizzatti Minervino)



A FORÇA DA OPINIÃO PÚBLICA

Caio Augusto do Amaral

Tenente Coronel R/1 do Exército, profissional e estudosso de Relações Públicas, assunto sobre o qual tem escrito diversos trabalhos.

A FORÇA DA OPINIÃO PÚBLICA

A vida apresenta, freqüentemente, aspectos extremamente curiosos, se analisados à luz da razão dos homens.

Entre esses aspectos ressaltamos aquele decorrente do uso automatizado de certos preceitos, sem que tenhamos tido a preocupação de analisá-los nas perspectivas daquela razão. Apesar disso, com fundamento nesses preceitos, defendemos uma série de valores que irão regular e condicionar nosso comportamento.

Entre outros casos enquadrados nestas condições, citamos o fenômeno da Opinião Pública, hoje considerada como força indispensável à vivência democrática.

Se analisarmos a fundo, queremos dizer, as suas origens e causas, bem como as deformações decorrentes de sua aplicação, poderemos concluir que não existem motivos que justifiquem o valor atribuído ao credenciamento desse conceito como sendo uma característica do processo democrático.

Não precisamos de nos aprofundar muito para constatar a incoerência de ser utilizada a Opinião Pública, nas condições atuais, como elemento indispensável à vida democrática. Para isso basta considerarmos o seu posicionamento no campo científico. Senão vejamos:

Qual é a sua origem nessa perspectiva?

Quais são as causas que geram a Opinião Pública?

Qual é a duração ou vigência de determinada Opinião Pública?

Eis as indagações fundamentais, cujas respostas ensejarão o desenvolvimento do tema proposto.

A característica da Opinião Pública que a distingue das demais é concentrar em si a expressão de uma coletividade chamada "público".

A opinião exprime um juízo, é o sim ou o não, ou seja, a aceitação ou a recusa de determinado acontecimento. Até aqui estamos utilizando os conhecimentos básicos da lógica elementar.

Ressaltamos, então, nossa primeira ilação, qual seja, a de que a condição necessária à formação de uma Opinião Pública é o surgimento de um acontecimento que atinja determinada coletividade.

É evidente que a coletividade submetida ao acontecimento reagirá, aceitando-o ou recusando-o, de forma que essa manifestação coletiva será chamada de Opinião Pública, em relação ao acontecimento.

Podemos dizer, pois, que o acontecimento constituiu-se em estímulo àquele coletividade e, consequentemente, irá integrar o processo de formação de Opinião Pública. Concluimos, assim, que o conhecimento da essência do acontecimento é muito importante no processo de formação da Opinião Pública.

O processo de formação da Opinião Pública poderá, portanto, ser esquematizado como sendo o efeito da ação de um acontecimento sobre uma coletividade, ou seja, a reação dessa coletividade em relação ao acontecimento. Isso nos leva a admitir que a fase mais importante desse processo é a da percepção do acontecimento pelo público que por ele foi atingido.

As distorções a que fica sujeita a percepção do acontecimento, em função da maneira pela qual é apresentado ao público (versão) e das predisposições subjetivas do público, no processo de formação da Opinião Pública, nos levam a duvidar da validade dessa Opinião Pública, como elemento essencial de representação de um modelo democrático.

A solução, que poderia corrigir o fato acima apresentado, nos leva à preliminar da necessidade de um exame detalhado dos aspectos da senso-percepção, para que, a partir de suas conclusões, possamos chegar aos fundamentos do processo de formação de uma Opinião Pública.

É o que pretendemos apresentar, embora o façamos de forma esquemática.

Numa perspectiva empírica do problema proposto, podemos dizer que, quando determinado estímulo atinge várias coletividades, o primeiro trabalho de quem estuda o problema consiste em pesquisar a reação, de cada uma delas, àquele estímulo.

A indagação que se impõe, nestas circunstâncias, é a de saber de que maneira aquele estímulo atinge as coletividades analisadas.

A resposta a esta indagação nos leva a admitir a existência de dois grupos distintos, segundo a maneira de serem atingidos pelo estímulo: o primeiro é aquele que é atingido diretamente, ou seja, aquele que está sendo submetido aos efeitos

gerados pelo acontecimento; o outro grupo é aquele que toma conhecimento do acontecimento sem que, entretanto, sofra suas consequências.

O primeiro grupo toma conhecimento do acontecimento pela observação direta de sua implantação e de seu desenvolvimento. Admite-se, pois, já existir nesse grupo uma predisposição anterior, sobre a necessidade, ou não, da existência do acontecimento e do grau de prioridade de sua implantação.

O segundo grupo toma conhecimento dos assuntos referentes ao acontecimento, normalmente, através dos veículos de comunicação. Este grupo está, logicamente, alheio às causas que lhe deram origem e desconhece os efeitos de sua implantação.

Então, essas duas coletividades, de certo, terão a visão do problema expresso pelo acontecimento, através de percepções próprias e diferentes. Portanto, os julgamentos que formarão a respeito dos assuntos relativos ao acontecimento se processarão desvinculados um do outro, podendo, entretanto, existir entre eles conceituações aproximadas sobre as questões enfocadas no conteúdo do acontecimento, na medida em que a capacidade de percepção de cada um dos grupos o permita.

Não é só a capacidade de perceber, mas, também, a de transmissão do acontecimento pelos veículos de comunicação que irão condicionar as percepções do acontecimento publicado. Os valores predominantes na subjetividade dos diferentes públicos que recebem a notícia do fato, igualmente influenciarão na dita percepção, posto que, esses valores estão incluídos entre os fatores que determinam o comportamento coletivo dos públicos.

Em verdade, ao nosso ver, o único julgamento válido e autêntico é aquele dos públicos submetidos à ação direta do acontecimento.

Entretanto, o número de pessoas que compõe essa coletividade constitui um mínimo, se comparada ao restante, que toma conhecimento do fato através dos veículos de comunicação. É tão pequeno, e a influência do noticiário tão grande que podemos considerar essa coletividade absorvida pela segunda.

Nesta contingência, afirma-se que os veículos de comunicação são agentes formadores de Opinião Pública.

Eis que, em tais circunstâncias, é válido o interesse de estudarmos como se desenvolve o processo que gera a manifestação das coletividades, quando atingidas pelo noticiário dos veículos de comunicação.

Evitamos, neste momento, dar a essas manifestações o nome de Opinião Pública, de vez que, para nós, a Opinião Pública se restringe à manifestação das coletividades atingidas diretamente pelo acontecimento, dada a impossibilidade da percepção real do acontecimento pelas outras.

Vamos analisar a impossibilidade de percepção do real pelas coletividades não atingidas diretamente pelo acontecimento, examinando a estrutura que dá vida aos veículos de comunicação.

Criaram-se, como base dos noticiários, os jornais e seus afins (rádio e TV). Independente deles, criou-se a agência de publicidade que, embora integrada no mecanismo de funcionamento daqueles veículos, constitui empreendimento de livre atuação.

Nesse conjunto opera o profissional de Relações Públicas, ambíguo, mísico, e cujo conteúdo de atuação ele próprio ignora. Nesta posição de desequilíbrio atribui-se-lhe a função de criar a "imagem institucional". A nosso ver, com a responsabilidade profissional de Relações Públicas e estudioso de seus problemas, essa condição de instabilidade funcional justifica-se, não só por desempenhar uma profissão em fase inicial, como também, pela indefinição da perspectiva que lhe descortina um futuro promissor, sem que, entretanto, possa, no momento, traduzi-la em nítidos termos de ação.

Essa estruturação é válida e representa um sistema genialmente criado, no qual se alicerça o aspecto ético do profissional da imprensa, pois o jornalista não atua em termos de propaganda... mas o veículo de comunicação usa a propaganda como meio de sobrevivência empresarial que, em verdade, representa a mesma coisa, se considerada a influência desses veículos, com as propagandas que eles contêm, sobre seus leitores. De fato, em verdade, os veículos de comunicação influem no julgamento do leitor usando a propaganda como instrumento de formação desse julgamento, embora a fonte da propaganda seja diferente e diversa da fonte e origem da informação. Isto porque, ao efetuar-se a leitura, elas se confundem.

A sofisticação dessas estruturas é de tal ordem que, hoje, pode distinguir-se a informação sobre o mercado de trabalho, que é denominada de "classificados", da propaganda sobre condições de trabalho, que é atributo da agência de propaganda.

Como consequência dessa estruturação e da realidade empresarial que envolve o veículo de comunicação, realidade essa que visa corretamente, a otimização do lucro, têm os veículos de comunicação, por objetivo empresarial, incluir entre seus leitores um maior número possível de pessoas.

Para conseguir tal objetivo precisam, obrigatoriamente, de interessar o máximo possível de leitores a lerem seus artigos.

Esse interesse é proporcionado não só pelo atendimento dos desejos e aspirações de cada coletividade, discriminados em termos de suas atividades, como também, pelo uso de um linguajar adequado, de molde a tornar inteligível, ao maior número possível de leitores, o que deseja transmitir.

Nesta perspectiva, reconhecemos como sendo essencial à sobrevivência dos veículos de comunicação, como empresa, que as notícias transmitidas sobre um acontecimento venham a ter uma visão setorial, condizente com as aspirações de cada coletividade de per si, e que o relato venha a ter um desenrolar adequado à capacidade de compreensão da mesma coletividade, que nem sempre alcança o significado do acontecimento em face de sua complexidade.

Ora, em verdade, nessas condições, o acontecimento enfocado está sendo conduzido e posicionado segundo uma versão adequada ao leitor, a qual nem sem-

pre está de acordo com a realidade em que o acontecimento se desenvolveu. O entendimento expresso por essa versão passará a ser aceito por um número cada vez maior de leitores e, como consequência, o acontecimento passará a ser percebido de acordo com aquela projeção transmitida pelo veículo. A reação da coletividade ao julgar o acontecimento assim apresentado será expressa de acordo com a referida percepção.

As características dessa manifestação não correspondem às que definem a Opinião Pública, como fator essencial da democracia.

A Opinião Pública é democrática porque se fundamenta no juízo que cada membro de uma coletividade faz a respeito de determinado acontecimento.

Os elementos utilizados para tal reflexão é que determinam a tendência das pessoas, levando-a incluir-se nesta ou naquela corrente de opinião.

Mas, no caso aqui apresentado, as manifestações das coletividades fogem às características de uma Opinião Pública para se definirem como manifestação de massa.

Essas manifestações de massa estão criando hábitos e costumes que levarão as coletividades a se distanciarem de uma das principais faculdades da natureza humana, qual seja, a da capacidade de refletir, pois, verifica-se que, nessas condições, as massas estão aceitando a versão dos fatos como sendo os próprios fatos, sem a menor possibilidade de verificar outras alternativas que expliquem o acontecimento. Esse hábito, negativo, está levando as coletividades a se afastarem da realidade da vida, por efeito da redução de aspectos que, na verdade, constituem o fato. Este é, então, projetando, de forma mutilada, como sendo o verdadeiro acontecimento. E, assim, as massas passam a desconhecer o que a vida possa apresentar de bom ou de ruim, ficando sujeitas a frustrações quando a realidade revelar-lhes que estão vivendo um mundo fictício de ilusões.

A concentração humana em áreas densamente urbanizadas agrava a distorção apresentada, ao diminuir o tempo dedicado a esse tipo de especulação. A luta pela vida, por outro lado, absorve a maior parte da atenção e do tempo do homem, contribuindo para agravar o processo de massificação, o qual, repetimos, distancia-lo da realidade da vida, proporcionando frustrações, tão frequentes na vida moderna.

Nesta condições, surge a necessidade de trazê-lo à realidade de sua vida, anulando, parcialmente que seja, o aspecto negativo da influência da massificação, de vez que, sua anulação total é, atualmente, impossível, dada a sua vinculação com o processo industrial que dirige a sociedade e lhe impõe intenso consumo nas sociedades altamente desenvolvidas.

As atividades que executarão esta missão, de aproximar o homem de sua realidade, são as Relações Públicas.

As atividades de Relações Públicas já estão sendo sentidas desta maneira. Eis a razão porque alguns a conceituam como a atividade que promove a institucionalização da empresa. Os que assim conceituam as atividades de Relações Públicas são, em sua maioria, aqueles profissionais que tiveram suas origens nas atividades de

comunicação e que, com experiência própria são capazes de caracterizar a deficiência ora determinada neste trabalho, sem contudo, precisar a forma mais adequada de promover a sua correção, em face das dificuldades que nos oferecem sua extraordinária complexidade.

A forma de ajustar o homem à sua realidade exigirá do profissional de RP que execute esta função consciente da necessidade de adequar os valores filosóficos, que dão sentido às aspirações e desejos e que diferenciam os grupos de uma coletividade, à forma de viver de cada uma dessas coletividades. Essa adequação é obtida, em síntese, através do interrelacionamento desses grupos e sociedades que compõem a citada coletividade, respeitando-lhes as características resultantes dos valores acima referido.

Esse ajustamento à realidade da vida, que é o processo de ação do profissional de Relações Públicas, foi o conceito defendido pela "Delegação Brasileira à X Conferência Interamericana de Relações Públicas", realizada em Caracas no ano de 1971, e sua reapresentação, em 1973, em Bogotá, foi a forma adotada para permitir às outras delegações um estudo mais substancial dos conceitos apresentados.

Neste posicionamento as atividades de Relações Públicas atuam em apoio à função administrativa, à qual compete a ordenação das ações relativas a cada empreendimento, mediante o relacionamento de seus grupos constitutivos. Internamente, a função administrativa atua na montagem de uma infra-estrutura, na qual a entidade funciona como um todo. Externamente, essa entidade se apresenta como parte de uma superestrutura, que comprehende o conjunto de entidade que intervêm no empreendimento.

Neste modelo, a comunicação funciona como veículo de transmissão de energia — a energia informacional — a qual proporcionaria as forças capazes de promover os movimentos coletivos. Estes movimentos ocorrem toda vez que o julgamento de um acontecimento, propiciando alteração na percepção da realidade, gera mudança do comportamento coletivo, mediante a mudança manifestada, pela Opinião Pública predominante, na coletividade analisada.

As Relações Públicas atuam, nesse caso, junto aos veículos de comunicação, para utilizá-los na transmissão de uma visão global dos acontecimentos, permitindo uma análise dos mesmos, segundo as tendências de cada grupo neles envolvidos.

As Relações Públicas atuam, também, em apoio aos empreendimentos, para proporcionar aos órgãos de direção uma visão realística, ou seja, não só econômica como também social de seu desenvolvimento, ao apresentar as reações dos diferentes grupos aos efeitos resultantes daquele desenvolvimento.

Poder-se-ia dizer que o profissional de Relações Públicas estuda a exequibilidade dos públicos, em relação ao empreendimento, através da divulgação do que seja o empreendimento, isto é, estuda os efeitos do empreendimento nos públicos por ele atingido, como também suas reações àqueles efeitos.

Assim, a opção por esta ou aquela tendência, transmitida pelos veículos de comunicação, seria inerente ao leitor. A direção do empreendimento teria, en-

tão, uma consciência real dos efeitos de sua ação. Nesta hipótese, teríamos recomposto a Opinião Pública na sua autenticidade a respeito do empreendimento, uma vez que os interesses empresariais estariam suficientemente relacionados com os interesses comunitários, e se teria estabelecido as bases de um diálogo eficiente entre a entidade e a coletividade.

Os públicos constitutivos dessa coletividade estariam inteirados do posicionamento da entidade e, em razão dele, poderiam, individual e racionalmente, julgar o empreendimento de acordo com os valores que considerassem predominantes para o seu grupo social.

Admitimos que somente adotando o conceito acima exposto sobre a ação das Relações Públicas, teria o homem possibilidade de ser valorizado em sua individualidade, nesta fase da vida humana, em que os interesses coletivos se sobrepõem aos individuais, a ponto de cercear a capacidade de sentir e desejar individualmente.

Esta posição para as atividades de Relações Públicas é de difícil aceitação no momento presente, visto que não produz renda. Entretanto, estamos certos de que passará a ser atuante e predominante, na medida em que comecem a surgir as reações a este mundo ilusório e irreal, que vem deformando a vida humana e colo- cando o homem à margem das decisões, na solução de seus próprios problemas.



ESTUDO INTERMODAL DO TRANSPORTE DE CARGAS EM UM CORREDOR

Amadeu Henrique Menna de Mesquita

INTRODUÇÃO

O estudo do transporte intermodal de cargas em um corredor analisa a eficiência dos serviços que são oferecidos aos usuários. Quando todas as modalidades em operação num corredor forem eficientes, a escolha racional do usuário deverá ser pela combinação de transportes mais econômicos.

O objetivo da tese é apresentar uma metodologia para a análise da repartição modal em um corredor como reflexo da decisão do usuário no transporte de cargas.

Como uma aplicação, o estudo contém uma análise preliminar da repartição modal no macro-eixo Rio-São Paulo, para cargas diferenciadas, no intuito de levantar algumas conclusões sobre as causas da distribuição modal existente e as medidas de racionalização operacional necessárias com vistas à integração do sistema de transportes no corredor.

O modelo utilizado para explicar a escolha do modo de transporte de carga pelo usuário foi o do estoque de cargas, desenvolvido por BAUMOL e VINOD.¹

Neste modelo, a escolha ótima do modo é mostrada como envolvendo o relacionamento entre fretes, velocidade, confiabilidade e perdas enquanto em trânsito, e que os serviços mais confiáveis permitem uma redução nos estoques que

¹ BAUMOL, W.J. E VINOD, H.D. — "An Inventory Theoretic Model of Freight Transport Demand", Mathematica, EUA, 1969.

o usuário deve manter para regular sua demanda global. Daí, a Teoria dos Estoques²⁾ possibilita uma comparação direta dos atributos sobre os quais a seleção do modo se baseia e conduz a um modelo matemático de escolha racional na demanda do transporte de cargas, baseado em considerações econômicas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE CORREDORES DE TRANSPORTE

Considerações Gerais

Muito se tem falado sobre o papel dos transportes no desenvolvimento, entretanto, é conveniente ao se iniciar uma série de considerações sobre corredores, frisar que o setor dos transportes contribui com parcela bastante significativa para o desenvolvimento econômico, sendo condições necessárias embora não suficientes para que os Objetivos Nacionais Atuais sejam atingidos.

A função primordial do sistema de transportes pode ser resumida em proporcionar acessibilidade e modalidade, reduzindo no espaço e no tempo, a distância entre a origem e o destino das mercadorias e das pessoas.

As diversas modalidades de transporte se ocupam desse mister de aproveitar ao máximo as condições naturais para melhor servir às regiões abrangidas, permitindo maior circulação, igualando as oportunidades e reduzindo os desequilíbrios existentes.

Sob o ponto de vista econômico, os transportes fornecem às cargas duas utilidades – no tempo e no lugar, o que significa a possibilidade de se terem as mercadorias onde e quando se desejar.

Ao selecionar soluções de transportes de cargas é necessária uma visão ampla dos sistemas de transportes. As opções existentes no que se refere aos meios utilizados para a movimentação dos produtos, caracterizam as modalidades de transporte em função dos produtos a transportar, em que quantidades, e de onde para onde apresentam vantagens econômicas relativas. No quadro energético presente, a adoção de modalidade mais eficiente significará benefícios adicionais tanto para o usuário quanto para a economia do país, portanto, a solução a ser encontrada deverá satisfazer a ambos. Considerando-se a demanda agregada como somatória das decisões dos usuários, para uma otimização do sistema, o elemento-chave é sem dúvida o usuário, a quem cabe, salvo outros fatores imponderáveis, a iniciativa de escolher o que é melhor para si.

Considerações Sobre a Integração dos Transportes

O modelo do sistema de transportes de um país é consequência de seu modelo econômico e das relações que mantém com o mundo exterior. O planejamento

2) WHITIN, T.M. – "The Theory of Inventory Management", Princeton, EUA.

mento dos transportes portanto, mesmo a nível setorial, obriga que os planos de outros setores sejam analisados e avaliados sob seu ponto de vista.

No atual estágio da economia brasileira o modelo econômico é preponderantemente exportador, sendo os portos, os pólos extremos dos diversos subsistemas que compõem o sistema nacional de transportes.

A integração das diversas modalidades que compõem um sistema qualquer de transporte é condição fundamental de sua economicidade e almejada racionalização operacional; razão porque, fundamentalmente, por integração, deve-se entender não apenas a ligação física entre os dois segmentos de transporte, mas a conjugação global, tanto das vias, veículos como dos terminais, visando ainda, a coordenação operacional ou a intermodalidade do sistema. Em cada tipo de sistema, há uma forma de integração que melhor responde em termos técnicos e econômicos.

Nas regiões de vida econômica mais intensa onde as redes de transportes no " hinterland" encontram-se bem desenvolvidas surgiram problemas de competição entre as modalidades, desnecessária e onerosa à economia nacional.

É necessário, portanto, um sistema integrado de transporte que permita a utilização adequada de cada modalidade, considerando as vantagens técnico-económicas de cada uma, e onde os modos paralelos complementem-se, reduzindo a ociosidade de modos existentes. A repartição modal ótima, dar-se-á segundo a preferência dos usuários; o que no caso das cargas, será proporcional aos custos globais dispendidos desde a origem até o destino final.

Determinantes Para a Escolha Modal Pelo Usuário

O usuário do sistema do transporte de cargas ao optar entre modalidades diversas levará em conta os seguintes fatores, se não for cativo de alguma modalidade:

- FRETE — correspondentes aos custos de movimentação, taxas, transbordos, terminais e outros, que incidem sobre a ação do transporte entre origem e destino.
- TEMPOS DE VIAGEM — inclusive os tempos de espera, os tempos de carga e descarga, os tempos de manobra e de retenção, e outros tempos que influem na duração total da viagem.
- CONFIABILIDADE — alteração dos horários, perdas e danos, e outros fatores ligados à qualidade dos serviços.
- SEGURANÇA — acidentes, roubos, necessidade de embalagem, e outras despesas correlatas.
- FLEXIBILIDADE — atendimento à variações na demanda, no percurso, na freqüência, e outros fatores não programados e eventuais.
- COMERCIALIZAÇÃO — serviços oferecidos, propaganda, vantagens no retorno, e outros fatores de "MARKETING".

— TECNOLOGIA AVANÇADA — facilidades para manuseio, acondicionamento, operação, e outras que permitem redução substancial dos custos, mas exijam cuidados especiais.

Além dos fatores preferenciais dos usuários, são ainda determinantes da escolha modal os OBJETIVOS da viagem e os aspectos técnico-econômicos intrínsecos a cada modalidade, ligados à CAPACIDADE das vias e dos terminais.

A escolha modal representa portanto uma otimização dos fatores determinantes ressalvadas as restrições operacionais próprias de cada modalidade e visando atingir os objetivos básicos do transporte.

A liberdade de escolha do usuário conduz a que a repartição modal seja então, o reflexo de como o usuário sente o sistema de transportes que lhe é oferecido. Vê-se que para atuar sobre a repartição modal é necessário alterar as condições dos fatores determinantes de escolha.

Aspectos Funcionais dos Corredores

Consideram-se corredores de transporte os segmentos mais carregados de uma rede de transportes, que provocam um direcionamento linear dos fluxos entre os nós extremos dos corredores conhecidos como polos. Face à elevada densidade de tráfego, devem ser tomadas medidas especiais para evitar estrangulamentos que poderiam afetar todo um sistema regional de escoamento de produtos e consequentemente a economia da região.

Como os corredores direcionam fluxos expressivos, a massa em movimento pode exigir o emprego de técnicas de unitização para um melhor desempenho dos transportes. Essas técnicas necessitam aplicações intensivas de recursos, permitindo todavia economias de escala significativas, pela possibilidade de melhor controle sobre os deslocamentos e os preços.

O sistema de transporte regional tem nos corredores as artérias principais, para onde e de onde convergem, através do sistema coletor ou distribuidor, os fluxos de exportação ou importação de mercadorias. A função do corredor é essencialmente permitir o transporte denso com rapidez, segurança e eficiência, não importando qual a modalidade de transporte que cumprirá esta missão. Em virtude de serem os corredores de transporte responsáveis pela movimentação de fluxos bastante elevados, o objetivo básico do sistema deve ser a obtenção de uma total integração dos transportes, seja na interligação física das redes empregadas na coleta e distribuição com o tronco principal, seja na coordenação do sistema como um todo, inclusive terminais, silos e armazéns, ou ainda na utilização de tecnologias intermodais, a começar pela unitização das cargas.

Aspectos da Teoria de Estoques Ligados ao Transporte

As cargas em trânsito podem ser consideradas um estoque sobre rodas, um estoque de capital perfeitamente análogo a cargas no processo de fabricação. Há

também que se considerar o tempo, na relação envolvendo a velocidade do transporte e a teoria dos estoques, porquanto longos tempos de viagem causam problemas ao usuário, sobretudo se houver um aumento na sua demanda, e ainda porque um pedido especial pode demorar a ser atendido. A possibilidade de algum óbice inesperado no trajeto, deve também ser levada em conta. De qualquer forma, seja motivado por uma variação na demanda ou no prazo de entrega, esses problemas são normalmente contornados pela prévia manutenção de um estoque de segurança contra tais contingências. Quanto mais longo e mais incerto o período em trânsito das cargas maior será o nível de estoque de segurança, e consequentemente, maior o custo de sua estocagem no terminal de destino.

Um aumento no estoque de segurança é portanto, a maneira pela qual o recebedor ordinariamente compensa atrasos na liberação da mercadoria. Então, a determinação do nível do estoque em geral, e do estoque de segurança em particular, é crítica para se determinar a vantagem da velocidade.

A Teoria dos Estoques, mostra ainda que o custo mínimo do sistema de estocagem para uma demanda determinística é proporcional ao valor da quantidade demandada, do custo de ordenação do pedido e do custo unitário de manutenção do estoque.

Metodologia Para Análise da Repartição Modal em um Corredor

O método proposto pode ser subdividido em três fases principais:

- Na primeira fase é feito um diagnóstico das condições atuais do corredor, visando identificar as principais mercadorias nele transportadas, os sistemas alternativos e as características técnicas da oferta de transportes, os fluxos de tráfego e a divisão intermodal existente.
- Na fase seguinte são levantados os fretes, os tempos de viagem e os custos de estocagem no corredor, visando determinar uma repartição intermodal ideal em termos do custo generalizado do transporte de cada uma das mercadorias identificadas na primeira fase.
- Na última fase são analisadas as tendências da repartição modal no corredor, considerando os custos generalizados alternativos para os usuários e, inferindo-se com base nos resultados das fases anteriores, as medidas necessárias para adoção de técnicas modernas adequadas, com vistas à integração intermodal no corredor, e são levantadas conclusões evidenciadas ao longo da análise.

A amplitude da análise depende do objetivo a que se destina e do nível do planejamento desejado. Nos corredores, a abrangência é regional e a amplitude limitada pelas contingências da obtenção de dados. Procurou-se compatibilizar a metodologia àquela utilizada pelo GEIPOT nos estudos do transporte de cargas, particularmente no programa dos Planos Operacionais de Transporte e Fluxos de Transporte de Cargas no Brasil.

Diagnóstico do Corredor

Caracterização da Área do Estudo

Sendo o corredor de transportes o segmento mais carregado de uma rede, a sua área de influência abrangeia toda a região onde se originam e para onde se destinam os produtos que compõem o fluxo de cargas do corredor. Entretanto, uma vez que a função essencial do corredor é fornecer escoamento rápido aos produtos cuja densidade de fluxo justificam medidas especiais de operação na infra-estrutura de transportes, a área de influência deve ser limitada aos municípios circunvizinhos aos pólos extremos do corredor e aos que são atravessados pela vias-tronco das diversas modalidades.

a) Descrição da Área

Citam-se os pólos extremos, as principais modalidades de transporte no corredor e as respectivas vias-tronco, os principais municípios atravessados, a população e a área total abrangida, e os principais produtos escoados.

b) População Abrangida

Organiza-se uma relação da população residente estimada e área terrestre correspondente aos municípios das diversas zonas de Tráfego abrangidas, baseada em Recenseamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

c) Aspectos Fisiográficos

É feita uma apreciação geral do relevo, hidrografia, clima e vegetação da área, que influem no sistema de transportes atual ou futuro.

d) Aspectos Econômicos

Realiza-se uma apresentação geral da atividade agrária e industrial na área, que influem no sistema de transportes atual ou futuro.

Modalidades Alternativas da Oferta de Transportes

a) Apreciação Geral do Corredor

Comenta-se a situação atual da infra-estrutura de transportes existente com relação à capacidade das vias e dos terminais no atendimento à demanda das principais cargas do corredor.

b) Estrutura Viária

Levantam-se as características físicas de cada modalidade, que exercem influência na capacidade da via, principalmente as relativas à geometria das vias (seções transversais, curvas e rampas).

c) Terminais de Carga

Investigam-se as características dos terminais de cada modalidade de transporte, particularmente a localização e capacidade de carga.

d) Desempenho dos Veículos

Levantam-se as características da frota dos veículos de carga de cada modalidade que influem no tempo e freqüência de viagens.

e) Operação das Modalidades

Examinam-se as características operacionais da oferta de cada modalidade sob o ponto de vista do usuário, particularmente no tocante à capacidade atual e nível de serviço.

Demandas do Transporte de Cargas

a) Seleção de Produtos

Consideram-se como produtos representativos do corredor aqueles que respondem por um percentual acumulado de pelo menos 90% do fluxo total do corredor.

b) Caracterização das Cargas

Levantam-se para os produtos representativos as formas de apresentação do produto para embarque, segundo técnicas de transporte para o planejamento integrado.

c) Fluxo Modal por Produto

Baseado em estatísticas de produção e consumo de cada produto, determinam-se as linhas de desejo de transporte, que definem as rotas de escoamento das cargas nos "links" dos diversos sistemas. O volume total das cargas no corredor será o somatório dos fluxos de cada um dos produtos representativos.

Em virtude da inexistência de dados diretos sobre os transportes rodoviários de carga, salvo para produtos especializados, é recomendável a utilização de método residual, para a obtenção dos fluxos rodoviários, que consiste no cálculo destes fluxos pela diferença entre as quantidades totais obtidas a partir das linhas de desejo e os fluxos obtidos por estatísticas dos demais órgãos modais.

Repartição Intermodal de Cargas

A repartição deve ser determinada por produto e por tipo de carga, e não apenas por modalidade de transporte.

Para que se possam avaliar as dificuldades encontradas no transporte, devem ser examinados os fatores que asseguram a uma empresa que seus produtos serão entregues intactos no ponto desejado e no menor prazo.

Determinação da Repartição Modal Ideal

Conceituação

Denomina-se repartição modal ideal aquela na qual a distribuição do fluxo pelas diversas modalidades existentes em um corredor se faz com o máximo de eficiência, otimizando os fatores determinantes da escolha modal.

Em virtude da dificuldade em se quantificar a eficiência operacional, neste estudo utiliza-se como medida de eficiência o custo generalizado de viagem,³ que avalia como o usuário sente o desempenho de cada modalidade utilizada para o transporte de uma unidade de carga.

Custo Generalizado de Transporte

Dada a possibilidade de controle nos terminais, a demanda no corredor pode ser considerada para fins de análise da repartição modal como determinística. Tal fato permite aplicar-se o modelo de estoque de cargas para o cálculo do custo generalizado de transporte por modalidade e para cada tipo de mercadoria.

Análise das Tendências e Conclusões

Comparando-se a repartição modal existente no corredor com a repartição ideal calculada, pode-se deduzir a convergência ou não dos resultados, se a situação atual se aproxima ou não da racionalidade operacional, aferida através dos custos generalizados de transporte das modalidades analisadas.

A análise dos resultados poderá ainda revelar quais os produtos que mais se afastam da repartição modal eficiente, e os motivos do evento, verificados através de uma análise de sensibilidade das variáveis intervenientes no modelo utilizado.

O estudo intermodal do transporte de cargas de um corredor é o ponto de partida para o planejamento da adoção de modernas tecnologias adequadas ao caso analisado, como por exemplo, a graneilização e a unitização de cargas.

A análise deve incluir também uma relação das vantagens e desvantagens associadas a cada modalidade de transportes, considerando-se os fatores determinantes para a escolha modal do usuário. De modo genérico, as ferrovias são mais vantajosas na movimentação de grandes carregamentos a distâncias médias e cabotagem, a grandes distâncias, considerada a operação terminal a terminal; enquanto que os transportes rodoviários são mais apropriados para a distribuição

3) BRUTON, M.J. — *Introdução ao Planejamento de Transportes*, Interciência, Brasil, 1978

local e os serviços "porta-a-porta" para carregamentos médios. Tanto a integração rodo-ferroviária quanto a rodoviário-marítima, poderia reunir as vantagens comuns na operação integrada, como nos "piggy-back", "roll-on-roll-off" e outras técnicas modernas de transporte intermodal.

APLICAÇÃO DA METODOLOGIA NO MICRO-EIXO RIO-SÃO PAULO

Apresentam-se a seguir apenas alguns tópicos da aplicação julgados mais oportunos para o presente artigo:

Demandas do Transporte de Cargas

Seleção dos Produtos

Os fluxos rodo-ferroviários no Corredor Rio-São Paulo, acompanham os da região Sudeste como um todo, uma vez que ele interliga os principais centros industriais e populacionais da área, onde se concentra mais da metade da Renda Nacional. O intercâmbio que o Corredor proporciona no sentido Norte-Sul se faz principalmente pelas vias rodo-ferroviárias do Vale do Paraíba e se baseia na troca dos produtos industrializados fabricados no Rio e São Paulo, pela produção agro-pecuária e extractiva das regiões vizinhas e até das mais distantes, onde se faz sentir a influência dessas duas metrópoles de primeira grandeza do cenário nacional.

O deslocamento das cargas mais significativas da região Sudeste se faz principalmente através desse Corredor de transporte, usando como suporte a infra-estrutura rodo-ferroviária existente.

o direcionamento dos principais produtos na Região encontra-se levantado pelo GEIPOT e vem sendo atualizado, por estudos mais recentes que se apoiam fundamentalmente, na política governamental de transferência de carga da rodovia para a ferrovia, visando, não somente uma maior eficiência do sistema de transportes em sua totalidade, como ainda, maximizar a produtividade da tonelagem transportada por volume de combustível usado, devido ao quadro atual de restrições à importação do petróleo.

Como base nestes estudo anteriores, nas estatísticas disponíveis nos órgãos modais e em levantamentos efetuados recentemente, objetivando a localização de novos terminais de carga no Rio de Janeiro e São Paulo, verificou-se que os seguintes produtos são representativos das cargas no Corredor em estudo:

- Minério de Ferro
- Carvão Mineral
- Calcáreo

- Cimento
- Produtos Siderúrgicos
- Derivados de Petróleo
- Adubos e Fertilizantes
- Produtos Industrializados
- Produtos Agrícolas
- Alimentos Industrializados
- Materiais de Construção

Fluxos das Cargas Selecionadas

Fluxos das Cargas Selecionadas

Considerando-se a exigüidade de tempo e de recursos para a coleta e avaliação dos dados necessários de todos os produtos selecionados como representativos do corredor, e tendo em vista os objetivos deste trabalho, apenas duas cargas, de características bem distintas, foram empregadas para exemplificar o uso da metodologia exposta no capítulo anterior; o cimento e o automóvel.

Comparação dos Resultados Obtidos

O quadro abaixo mostra uma comparação entre as repartições intermodais atual e ideal, bem como entre os custos generalizados de transporte em cada situação. Observa-se que à medida em que a repartição modal se aproximar da ideal, haverá um benefício crescente para o usuário.

Comparação entre a Repartição Atual e Ideal no Corredor Rio—São Paulo

Mercadoria	Tr. Total	% Fv Atual	% Fv Ideal	Benefício
Cimento	6.000.000 (ton)	40,0	59,10	251.100 (mil Cr\$)
Automóvel	60.000 (unid)	70,0	74,24	5.600 (mil Cr\$)

Utilizando-se uma taxa de retorno de capital de 12% a.a. e um horizonte de projeto de 20 anos, os benefícios decorrentes de uma melhoria na repartição modal viabilizariam investimentos de:

Cr\$ 1.876.000.000,00 para o cimento

Cr\$ 42.000.000,00 para o automóvel

numa primeira aproximação, isto é, fora os benefícios gerados para outras cargas e outros não considerados.

CONCLUSÕES

Avaliação da Aplicação

A metodologia resumida no capítulo 3 e que serviu como roteiro para a aplicação mencionada, possibilitou uma análise intermodal do transporte de cargas no corredor Rio-São Paulo como reflexo da decisão do usuário. Entretanto, cumpre ressaltar os seguintes aspectos:

- O macroeixo Rio-São Paulo constituiu-se num corredor de transportes atípico, dada as circunstâncias particulares do mesmo, como por exemplo, a falta de terminais de carga adequados; e também, porque ocorrem fluxos de carga intensos fora dos polos extremos, como os de minério de ferro e os de produtos e insumos siderúrgicos.
- No corredor analisado, apesar de terem sido feitas algumas tentativas, não há integração intermodal em funcionamento atualmente.
- A repartição intermodal existente foi levantada para produtos escolhidos dentre os representativos do corredor, sem apoio de uma pesquisa de campo, embora baseada em estudos e estatísticas de órgãos oficiais.
- A repartição modal ideal foi levantada segundo valores médios e informações colhidas em entrevistas diretas com transportadores dos produtos escolhidos dentre os representativos do corredor.

Os valores encontrados para a repartição intermodal atual e para repartição ideal explicam razoavelmente as causas da situação existente no corredor Rio-São Paulo indicando, como medida de racionalização operacional com vistas à futura integração do sistema, que as outras modalidades de transporte devem atingir o nível de confiabilidade atualmente oferecido pela rodovia.

Problemas Evidenciais na Aplicação

Apesar de ter sido empregado um modelo determinístico para aferição dos custos generalizados de transportes ficou evidenciado que existem fatores de difícil quantificação, ligados à confiabilidade no sistema escolhido, e que são responsáveis pela repartição intermodal existente no corredor.

De um modo genérico, o transporte ferroviário não inspira confiança ao usuário, que prefere pagar mais caro para ter a sua mercadoria na hora aprazada e no local determinado sem correr riscos adicionais. Os padrões do sistema ferroviário ainda são inferiores aos necessários para uma segurança de tráfego adequada, ocasionando paralisação ou aumentando demasiadamente a probabilidade de perdas e avarias das cargas.

O obsoletismo do traçado de nossas ferrovias centenárias, aliado à falta de pátios e terminais com capacidade e dimensões adequadas às novas necessidades da atual demanda de transportes, dificulta a formação de trens mais econômicos, pre-

judica a operação de carga e descarga das mercadorias e obriga a uma velocidade comercial muito baixa, que onera excessivamente os custos operacionais. O mais grave ainda é que tudo isso transmite uma imagem de ineficiência difícil de ser reabilitada.

Estes problemas, entretanto, não são insolúveis, e à luz dos resultados obtidos na aplicação do modelo teórico de estoques para o corredor estudado recomenda-se:

- a) Aparelhar as linhas com melhores sistemas de telecomunicações e sinalização, de modo a aumentar a segurança e o controle da operação.
- b) Buscar uma racionalização operacional com a formação de trens unitários, especializando estações e dotando-as de terminais especializados para as "cargas ferroviárias".
- c) Após a melhoria da oferta, com investimentos em material rodante, tração, pátios e terminais, forçar a credibilidade na ferrovia através da propaganda ou de medidas correlatas e, se necessário, pela alteração da legislação, principalmente onde existirem ramais paralelos às rodovias.
- d) Racionalizar o uso do transporte rodoviário de cargas, uma vez que à rodovia cabe importante papel nos corredores, seja como via-tronco de cargas mais apropriadas, tais como passageiros e mercadorias "não-ferroviárias", ou ainda como alimentadora ou distribuidora de cargas em distâncias e tonelagens mais compatíveis com seu custo operacional, principalmente no que concerne à economia dos combustíveis derivados de petróleo.

Proposição de Novos Estudos e Teses

- a) Análise do comportamento de um corredor com auxílio de um modelo probabilístico de estoque de cargas, a partir de um levantamento estatístico de dados e de entrevistas com os usuários.



AMADEU HENRIQUE MENNA DE MESQUITA, M.Sc., é Major OEM – Engenheiro de Fortificação e Construção, formado pelo IME em 1969. Serve atualmente no Centro Tecnológico do Exército e é Professor do IME em tempo parcial. Possui também os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras (1962) e da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1963). Defendeu tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências, em fevereiro de 1980, tendo sido aprovado pela banca examinadora do Centro de Pós-Graduação em Transportes do Instituto Militar de Engenharia.

- b) Estudo de um corredor onde a repartição predominante alcance um número de modalidades competitivas, incluindo, por exemplo, a navegação de cabotagem, para grandes distâncias.
- c) Pesquisa de expressões matemáticas que possibilitem a aferição de parâmetros que exprimam a variável confiabilidade na escolha do usuário por uma modalidade de transporte.
- d) Aplicação do estudo a outras cargas no mesmo ou em outros corredores de transporte, com objetivo de analisar a adoção de uma determinada tecnologia de transporte intermodal.
- e) Estudo intermodal do transporte de cargas sob ponto de vista do transportador, utilizando custos no lugar de fretes.
- f) Estudo comparativo das técnicas matemáticas empregadas para desenvolver modelos estocásticos de comportamento da escolha modal do usuário no transporte de cargas: "análise discriminante", "análise probit" e "análise logit".

CONCLUSÃO FINAL

A realidade energética atual não é condizente com a distribuição modal existente, mas a simples transferência obrigatória de cargas da rodovia para a ferrovia ou para outras modalidades não solucionará o problema. É necessário definir o quanto antes um sistema global e integrado de transportes, pelo menos para as regiões mais desenvolvidas do país e onde ocorrem os maiores fluxos de cargas. Desta maneira, permitir-se-á a utilização adequada de cada modalidade, considerando-se prioritariamente as vantagens econômicas que possam oferecer aos usuários, o que refletirá num sistema de transportes mais eficiente.



A FORMAÇÃO DO CHEFE MILITAR DE HOJE

Gino Pezzopane

General de Brigada (Exército Italiano)

O SIGNIFICADO DE UMA REFORMA

O dia 1 de outubro de 1979 representa para a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Italiano um evento particularmente significativo: terá início o primeiro Curso Superior de Estado-Maior (o centésimo-primeiro na história da Escola), planejado de acordo com um novo currículo e que será freqüentado por 36 oficiais (quadro A).

QUADRO A

— Oficiais matriculados no 101º Curso Superior de Estado-Maior

Oficiais das Armas	Oficiais dos Serviços	Oficiais Estrangeiros
Carabineiros 1	— Técnico de Art 1	— Áustria 1
Infantaria 12	— Técnico de Mat Moto 2	— Bolívia 1
Cavalaria 2	— Técnico de Com 1	— Brasil 1
Artilharia 10	— Intendente 1	— Coréia do Sul 1
Engenharia 1	— Motomecanização 2	— França 1
Comunicações 2	— Administração 1	— Alemanha Ocidental 1
		— Espanha 1
		— Suíça 2
		— EUA 1
Totais 28 8 10

Qualquer reforma gera inúmeros problemas e impõe um profundo reexame das experiências vividas, numa projeção que hoje assume valores de acentuado dinamismo e, ao mesmo tempo, apresenta contínuas dificuldades, cada vez maiores, de previsões a longo prazo. Cada reforma se origina de uma firme vontade de mudança, determinada em parte pela dinâmica evolutiva e, também, pelos desacertos e carencias manifestados no passado.

A reformulação dos Cursos de Estado-Maior e, em particular, a do Curso Superior, originou-se da necessidade de dispormos de uma classe dirigente militar devidamente preparada, porque será cada vez mais difícil, no futuro, o eficaz cumprimento dos deveres militares.

Sob este aspecto, a Escola de Comando e Estado-Maior representa um elemento insubstituível na missão de contribuir para aumentar a eficiência do Exército, mediante a formação dos Comandantes e dos quadros dirigentes.

A importância do tema e o próprio espírito da reforma sugerem que se dê uma ampla divulgação daquilo que ocorre no Estabelecimento de Ensino de maior nível do Exército. Daí as presentes notas que fazem uma visualização do problema e tecem considerações sobre as suas principais componentes.

O CURRÍCULO

Os elementos diferenciadores do atual Curso Superior de Estado-Maior são essencialmente dois: a significativa modificação do currículo e a metodologia didática, ambos voltados, mais que no passado, à formação do Chefe.

A repartição do tempo entre as várias matérias e atividades (quadro B) coloca em evidência que a carga horária destinada ao Emprego das Forças (menos de 1/3 do total) é inferior àquela destinada à área Cultural/Administrativa, que emprega mais da metade do tempo disponível.

Convém ressaltar, também, que algumas matérias, tradicionalmente incluídas na área de Emprego das Forças, tais como, Logística, Apoio Aéreo e Apoio Naval, contêm assuntos que se enquadram na área Cultural/Administrativa.

É esta uma modificação de enorme importância, efetuada em harmonia com o processo de reestruturação das Forças Singulares. A transformação do Exército — antes enfocado sob o ponto de vista quantitativo — numa Força que busca eficiência calcada no critério do moderno desenvolvimento, não pode deixar de encontrar uma resposta imediata na preparação de quadros mais qualificados: em síntese, menos tática e mais organização das forças, no verdadeiro significado da expressão, na convicção de que é melhor empregar unidades eficientes do que confiar na genialidade do líder, desprovido de adequados instrumentos operacionais.

QUADRO B

Matéria	Áreas de Interesse		Área Cultural/Administrativa	Atividades Diversas	Total
	Emprego das Forças				
- Tática e Informações	144		-	-	144
- Logística	122		29	-	151
- Apoio Aéreo	15		10	-	25
- Apoio Naval	20		20	-	40
- Serviço de Estado-Maior					
- Organização e Métodos	-		102	-	102
- Estratégia Global	-		132	-	132
- História Militar	-		62	-	62
- Organização e Legislação	-		104	-	104
- Assuntos de Pessoal e Sociologia Militar	-		70	-	70
- Idioma Estrangeiro (*)	-		66	-	66
- Exercícios (de quadros, de PC, de conduta, de cooperação com Escolas congêneres de outras Forças Singulares e de países aliados da OTAN)	95		37	-	132
- Atividades Diversas (Visitas, reconhecimentos, educação física, viagens ao exterior)	-		-	182	182
- Reajustamento	-		-	22	22
Total	396		632	204	1.232
(*) Curso de manutenção	%	32%	51%	17%	

TÁTICA

O emprego tático dos Grandes Comandos⁽¹⁾ será explorado durante os exercícios diversos, incluindo o de cooperação com outras Escolas de Comando e Estado-Maior de países aliados.

(1) Incluindo, também, os apoios logístico, aéreo e naval.

O primeiro grupo de exercícios, na carta e no terreno, será de defensiva nos níveis TO (através de demonstrações a cargo dos instrutores) e Corpo de Exército⁽²⁾. O terreno escolhido, por motivos óbvios, será o da fronteira norte-oriental italiana.

Seguir-se-á um exercício de defesa do território no âmbito de uma Região Militar.

O segundo grupo de exercícios, também na carta e no terreno, tratará de operações ofensivas nos escalões Corpo de Exército e Divisão e desenvolver-se-á na planície de ROMA.

Esta região não foi escolhida ao acaso, uma vez que se insere no contexto do aprofundamento da área do Mediterrâneo (em conexão com um tema de Estratégia Global) e permite um reexame crítico dos dramáticos acontecimentos vividos pela ITÁLIA, ainda de relevante interesse profissional (em conexão com um tema histórico referente à "Campanha da ITÁLIA, de julho de 1943 a janeiro de 1944").

Este exercício permitirá, também, a aplicação do "anteprojeto do manual de operações ofensivas" elaborado pelo Estado-Maior do Exército, além de possibilitar – no decorrer do exercício de cooperação com a Escola de Guerra Naval e com a Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica – a análise do anteprojeto relativo às "normas de emprego integrado das Forças Singulares Nacionais", elaborado pelo Instituto de Estados-Maiores Interforças.

O Curso Superior de Comando e Estado-Maior participará, também, de dois exercícios de PC:

- um, de âmbito OTAN, englobando os vários Comandos de GU;
- outro para aplicar a conduta de apoio aéreo – o primeiro no gênero – que realizar-se-á no centro didático-operativo da Escola de Apoio Aéreo de GUIDÔNIA.

O emprego tático dos Grandes Comandos desenvolver-se-á, a seguir, em HAMBURGO, durante o exercício de cooperação com a Escola de Comando e Estado-Maior da ALEMANHA OCIDENTAL, com a duração de uma semana.

Finalmente, a aprendizagem desta Matéria será complementada com a exposição dos oficiais estrangeiros, sob a orientação dos instrutores do assunto, a respeito da doutrina tática e logística dos respectivos países, dando-se ênfase aos principais exércitos da EUROPA Ocidental (INGLATERRA, FRANÇA e ALEMANHA OCIDENTAL).

Esta exposição a respeito das Nações Amigas abrangerá, também, outros assuntos (organização, sistema de armas, etc.) com o propósito de propiciar aos ofi-

(2) Nota do tradutor: Não existe o escalão Exército na Força Terrestre Italiana. O Corpo de Exército enquadra um número variável de Divisões e Brigadas independentes, todas com organização fixa.

ciais alunos um meio de comparação e de fazê-los perceber os sintomas de desenvolvimento tecnológico e as inovações doutrinárias e organizacionais que poderão ser, inclusive, aproveitadas pelas forças nacionais.

A preferência pelos países europeus se enquadra numa visão mais ampla, que tende a aprofundar os estudos sobre a unidade européia, num ano particularmente significativo para o "velho continente".

LOGÍSTICA

A cadeira de Logística assumiu uma configuração particular. Em harmonia com esta nova orientação de estudo, a Logística não se limitará a tratar dos problemas de emprego, inseridos nos vários exercícios. Ela estenderá o seu próprio campo de atuação a três setores de relevante interesse.

O primeiro, diz respeito aos transportes, na sua acepção mais ampla, durante o tempo de paz e durante as situações de emergência.

O segundo, se refere à infra-estrutura, problema sempre atual em face de seus reflexos na vida e na eficiência das unidades, e que diz respeito não somente à caserna, mas, também, às áreas de treinamento, campos de tiro, próprios residenciais, serviços militares e respectiva legislação.

O terceiro, finalmente, diz respeito à evolução dos meios e do armamento e dará origem a um exercício de aplicação tendo como tema "os reflexos do desenvolvimento tecnológico sobre a organização e o emprego das forças", referidos aos anos 90. Este exercício representa uma significativa inovação no currículo da Escola, uma vez que:

- introduz o método de trabalho entre várias matérias, algumas das quais não enquadradas na área de Emprego das Forças (o exercício, de fato, interessa, além das cadeiras de Tática e Logística, também às de Organização, Legislação e Organização e Métodos);
- tende a abrir um novo horizonte para o dia de amanhã, incutindo o hábito de prever o futuro, característica fundamental de um Chefe Militar;
- prepara os oficiais alunos para enfrentarem com presteza, ao término do curso, alguns dentre os múltiplos difíceis problemas que interessam aos órgãos da Alta Administração do Exército, para onde serão destinados mais da metade dos diplomados;
- poderá dar origem, em futuro próximo, a uma maior colaboração da Escola com o Estado-Maior do Exército, em termos de previsões e troca de idéias.

SERVIÇO DE ESTADO-MAIOR – ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS

É a matéria do currículo que mais contribui, na área administrativa, para a obtenção da "capacidade empresarial".

Convém assinalar a colaboração já existente entre a Escola de Comando e Estado-Maior e outras Escolas para dirigentes civis, em particular o Instituto de Formação e Aperfeiçoamento de Pessoal, da Empresa Petrolífera Nacional, o Instituto de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, do Instituto para a Reconstrução Industrial e a Escola de Dirigentes da FIAT.

A matéria desenvolver-se-á praticamente através de quatro simpósios (quadro C), que permitirão um maior conhecimento de uma problemática interessante e atual, não somente no meio militar mas, também, nos mais elevados níveis da indústria e da administração pública.

QUADRO C

Temas de Organização e Métodos

1. Modelos de desenvolvimento organizacional.
2. Novas funções do administrador.
3. A problemática dos conflitos e da liderança nos pequenos grupos.
4. Análise custo/benefício e custo/eficiência.

Em particular, com o tema "análise custo/benefício e custo/eficiência", se deseja enfrentar, pela primeira vez, um problema do qual se fala muito em termos quase sempre genéricos e desprovidos de uma real base científica.

Convém acentuar, porém, que no decorrer deste tema não será explorado o aspecto científico, que ficará a cargo de um especialista, mas colocar-se-á em evidência o método, o procedimento de trabalho, o relacionamento e a assessoria que se poderá receber de pessoal qualificado em determinado setor.

As experiências colhidas desta análise serão depois utilizadas no exercício de aplicação "os reflexos do desenvolvimento tecnológico sobre a organização e o emprego das forças", onde as soluções apresentadas não poderão deixar de considerar as relações custo/eficiência.

De igual importância se reveste, também, o tema "novas funções do administrador". Este simpósio, programado para o final do ano letivo, permitirá o levantamento das primeiras impressões a respeito da reformulação do currículo do Curso Superior de Estado-Maior, de sua validade em termos de planejamento e de execução, além de eventuais modificações e sugestões decorrentes desta fase experimental.

ESTRATÉGIA GLOBAL

O programa de Estratégia Global, a par dos tradicionais temas referentes à evolução da estratégia, aos equilíbrios mundiais, às afinidades e antagonismos entre os componentes estratégicos compreenderá, também, Ciência Política e Doutrina do

Estado, além de exercícios específicos de Economia, entre os quais o sistema monetário europeu e os problemas energéticos, de relevante atualidade.

Como aplicação, os oficiais alunos deverão desenvolver quatro temas, também atuais e de notável importância. São temas vastos que permitem apreciações críticas em vários setores: do exame das missões das nossas Forças Armadas no Mediterrâneo aos reflexos da revolução iraniana na crise energética; da importância da iniciativa europeia no setor armamentista às ligações internacionais do terrorismo, como componente da estratégia indireta.

HISTÓRIA MILITAR

O ensino de História Militar se concentra em dois temas.

O primeiro, "a revolução Argelina", será conduzido prevalentemente pelos instrutores e abordará, além do evento histórico, aspectos originais de guerrilha e de contraguerilha vividos por um país europeu vizinho ao nosso, a FRANÇA.

O segundo, "acontecimentos na ITÁLIA desde a queda da TUNÍSIA até ao alcance da Linha GUSTAV", será conduzido pelos oficiais alunos sob a orientação da cátedra. É um tema de extraordinário interesse porque os acontecimentos deste período:

- geraram uma modificação completa no desenrolar da 2ª Guerra Mundial (a queda da TUNÍSIA e a perda de STALINGRADO caracterizam o inicio da derrota da ALEMANHA);
- colocaram em evidência a enorme importância do Mediterrâneo, valor que aumentou consideravelmente no após-guerra;
- constituíram para a ITÁLIA um dos mais dramáticos períodos de sua história, do qual se deve pesquisar as causas, apesar de decorridos cerca de 30 anos, na certeza de que muitos daqueles problemas conservam, ainda, um vivo interesse e, também, uma notável atualidade.

ORGANIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO

O ensino da matéria Organização e Legislação explorará, principalmente, a parte referente à Organização das Grandes Unidades, uma vez que os problemas relativos à legislação de pessoal já foram amplamente tratados no Curso de Estado-Maior.

Os temas principais inseridos no programa desta matéria são quatro (quadro D) e serão objeto de exercícios de aplicação. São assuntos bastante amplos e complexos que permitirão aos oficiais alunos pesquisar aspectos fundamentais das Forças Armadas e adquirir uma adequada preparação para servirem nos Órgãos Centrais do Exército e Interforças.

QUADRO D

Temas de Organização e Legislação

1. Defesa Nacional.
2. Os vértices (político-estratégico e técnico-militar).
3. O Orçamento para 1980.
4. A organização do Exército Italiano, de 1950 à reestruturação. Perspectivas em termos de desenvolvimento.

De particular relevo o tema relativo à organização do Exército Italiano, de 1950 aos dias atuais, período suficiente para avaliar a dinâmica evolutiva dos principais acontecimentos, que caracterizam um trinténio de profundas modificações, onde não faltaram dificuldades e trabalhos decisões.

Através desta pesquisa, os oficiais alunos habilitar-se-ão, como se diz vulgarmente, a "olhar do outro lado da colina"; deverão, outrossim, fazer extrapolações do passado e do presente, visualizando o futuro, porque só assim poderão contribuir, de modo válido, para a evolução da estrutura militar. Em síntese, o ciclo de estudos deste tema abrange um período de meio século: desde as raízes da reconstrução do Exército Italiano (década de 50) ao Exército dos anos 90. É esta uma dimensão digna de um futuro Chefe Militar.

APOIO AÉREO E APOIO NAVAL

A aprendizagem destas duas matérias não limitar-se-á, somente, a um suficiente conhecimento das outras duas Forças Armadas. Através delas, os oficiais alunos deverão, também, se sensibilizar com os problemas fundamentais da Aeronáutica e da Marinha.

A inovação do programa consiste exatamente nisto: apresentar os processos de reestruturação das duas Forças Armadas, expor seus sistemas de armas e os futuros desenvolvimentos previstos, num quadro realístico visto através de um exame crítico dos problemas peculiares de cada Força. Esta orientação decorre da convicção generalizada de que as necessidades das Forças Armadas não podem mais ser examinadas de modo setorial, uma vez que exigem uma visão unitária para a tomada de decisões, a fim de não dar margens a inadmissíveis antagonismos, como já ocorreu no passado.

Pode-se, também, afirmar que esta reformulação no programa de matérias está, ao menos em parte, preparando o terreno para a concretização do almejado Curso Superior único, de nível Interforça.

Esta forte tendência de um exame global dos problemas militares encontrará uma primeira e concreta aplicação durante o exercício conjunto da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, da Escola de Guerra Naval e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

Duas das três semanas dedicadas a esta atividade serão empregadas para o desenvolvimento do seguinte tema operacional, correlacionado ao segundo grupo de exercícios: "O emprego integrado das Forças Singulares Nacionais, na ofensiva, em apoio às operações terrestres conduzidas por outras forças".

A terceira semana será utilizada para a realização das seguintes atividades previstas pelas três escolas de mesmo nível:

- apresentação e discussão do seguinte tema de Estratégia Global: "avaliação geo-estratégica da área do Mediterrâneo";
- desenvolvimento de um simpósio sobre o seguinte tema de Organização e Métodos: "a problemática dos conflitos e da liderança nos pequenos grupos";
- visita ao centro de decisões da cúpula política-estratégica (ROMA).

ASSUNTOS DE PESSOAL E SOCIOLOGIA MILITAR

No que se refere a este grupo de matérias, o programa dá ênfase à SOCIOLOGIA MILITAR, em face do nível de estudos do Curso Superior de Estado-Maior.

Os objetivos educacionais deste grupo de matérias são os seguintes:

- capacitar os alunos a compreenderem as normas e princípios da Sociologia Geral, durante a preparação para o concurso de admissão à Escola;
- durante o curso, enfatizar a aplicação da Sociologia no campo militar;
- complementar a aprendizagem com várias conferências realizadas por especialistas no assunto, explorando, sobretudo, a sociedade italiana e os principais aspectos que a caracterizam.

A aplicação será feita através de três temas (quadro E), entre os quais se destaca, pela importância e atualidade, o relativo aos "princípios da disciplina militar". Este tema está intimamente ligado à vida das organizações militares e permitirá aprofundar e discutir assuntos ainda obscuros e aspectos de interpretação dúbia. Ao término deste estudo, será realizado um painel, a respeito do mesmo tema, com a participação de oficiais alunos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, da Escola de Guerra Naval e da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

QUADRO E

— Temas de Sociologia Militar

1. Co-participação e Co-responsabilidade dos cidadãos e da opinião pública nos problemas da Defesa Nacional e das Forças Armadas.
2. A vida militar como escolha voluntária e como dever constitucional.
3. Autoridade e Liberdade, Disciplina e Democracia, na conjuntura atual e no futuro, segundo os princípios da disciplina militar.

CONFERÊNCIAS

Complementam o currículo 32 conferências, das quais 18 proferidas por especialistas militares e 14 por especialistas civis, a respeito das diferentes matérias do Curso.

É um número significativo: em média, uma conferência por semana, excluídas as empenhadas para atividades específicas e para as festividades de fim-de-ano.

Este planejamento já é tradicional na Escola e, mediante debates de assuntos atuais e de relevante interesse cultural ou profissional, são atingidos vários objetivos: antes de tudo, a ampliação do campo de conhecimentos dos oficiais alunos; em segundo lugar, maior motivação em face do conteúdo dos assuntos, excluindo do ensino os assuntos supérfluos e rotineiros; finalmente, uma integração cultural entre várias correntes de opinião, uma vez que qualquer conferência gera debates e troca de idéias.

VISITAS E VIAGENS DE INSTRUÇÃO AO EXTERIOR

Do currículo constam, também, algumas visitas a organizações militares e estabelecimentos industriais italianos, além de uma viagem de instrução ao exterior, cujas finalidades dispensam, por si só, maiores comentários.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CURRÍCULO

Do que foi exposto em linhas gerais, verifica-se claramente que o currículo elaborado para o Curso Superior é particularmente exaustivo e complexo, seja para aqueles que devem ensinar as diversas matérias, seja para aqueles que devem aprendê-las.

E não poderia ser de outra forma!

O currículo abrange 18 matérias (quadro F), se bem que só existam 9 cátedras: 11 matérias tratam de problemas profissionais e 7 de problemas de cultura geral a nível universitário e de pós-graduação.

Todas as matérias, obviamente, são ligadas por um fio condutor que conduz à preparação de uma "elite" dirigente: é a resultante da convergência de várias direções, interagindo em setores também diversos mas sempre no quadro daquele sistema global que coleta e unifica os fenômenos humanos, projetando-os na dinâmica evolutiva que caracteriza marcadamente a conjuntura atual.

Pelo seu caráter experimental, o currículo exige uma rigorosa avaliação e uma notável flexibilidade de planejamento. É necessário, por conseguinte, ficar em condições de modificá-lo ou melhor adequá-lo, até mesmo durante o curso, não podendo admitir-se, "a priori", que o planejamento seja integralmente válido.

QUADRO F

— Matérias

Profissionais	Culturais
— Estratégia Global	— Ciências Sociais
— Tática	— Ciências Jurídicas
— Serviços de Informações	— Ciências Econômicas
— Logística	— Ciências Políticas
— Apoio Aéreo	— Organização e Métodos
— Apoio Naval	— Comunicação Social
— Serviço de Estado-Maior	— Língua Inglesa
— Organização e Legislação	
— Assuntos de Pessoal e Sociologia Militar	
— História Militar	
— Tecnologia Militar	
Total:	18 Matérias

Existem, ainda, outros dois fatores que devem ser considerados.

O primeiro, diz respeito às matérias que devem constar do concurso de admissão à Escola e aquelas que devem ser ministradas durante o curso. Poder-se-á concluir pela necessidade de uma repartição diversa da atual⁽³⁾, em função dos resultados desta primeira experiência. Por exemplo, os temas de Sociologia, Psicologia e Economia poderiam ser inseridos no currículo do Curso, a fim de possibilitar uma uniformidade de tratamento nos assuntos que tivessem aplicação militar.

O segundo fator diz respeito ao programa interforça (para os Cursos Superiores de Estado-Maior do Exército, da Marinha e da Aeronáutica) no qual se visualiza uma faixa comum de assuntos profissionais e culturais/administrativos, da ordem de 40% do tempo disponível.

É um resultado que se pode considerar excepcional e que permitirá, não somente a preparação homogênea da classe dirigente de amanhã, mas, também, um intercâmbio, uma atividade comum⁽⁴⁾, um relacionamento pessoal entre os oficiais destinados a traçar, juntos, os destinos do futuro organismo militar.

(3) Para as provas orais de cultura geral são atualmente previstos alguns temas de Sociologia e Psicologia Geral, de Geografia Geral e Militar, e de Economia.

(4) A atividade comum poderá ser realizada reunindo, de vez em quando, os oficiais alunos dos três Cursos Superiores para o trato de determinados problemas comuns, procurando otimizá-los, dando origem a um único Curso Superior de Estado-Maior Interforça.

O programa interforça já está integralmente incluído no currículo do 101º Curso Superior de Estado-Maior. Este programa também deverá ser cumprido no ano letivo de 1981/82, quando as três Escolas de Guerra já estarão preparadas, em termos de currículos e de duração, para um Curso Superior unificado.

Em síntese, o currículo foi elaborado levando-se em consideração as possíveis implicações atuais e futuras, de modo a torná-lo suficientemente flexível na aplicação e receptivo a qualquer tipo de melhoria.

OS INSTRUTORES E A METODOLOGIA

Um currículo desse gabarito, realístico, poderá parecer ambicioso, razão pela qual exige para o seu eficaz desenvolvimento um corpo docente altamente preparado. É um requisito que já existe por tradição e que deverá ser conservado com firme determinação, a fim de não se tirar a credibilidade de uma reforma que afeta profundamente a Instituição.

A modificação de enfoque do currículo, da área de emprego para a de organização, com todos os seus reflexos para o conhecimento e a análise da sociedade, na qual o organismo militar vive e se alimenta, cria um problema de redimensionar a proporção entre instrutores militares e professores civis.

A situação atual se apóia num corpo docente militar, cujo trabalho é complementado por conferências integradoras conduzidas por especialistas civis, de máxima docência universitária.

No futuro, é provável que haja uma maior participação destes últimos, para darem continuidade, profundidade e atualidade à aprendizagem de certas matérias. Existe, desde já, uma orientação neste sentido para as ciências sociais, ciências econômicas e ciências políticas, enquanto que a cadeira de Estratégia Global já conta com a participação de um mestre de formação universitária, e a Ciência de Organização e Métodos dispõe de catedráticos vinculados às Escolas para dirigentes civis.

Este processo de osmose entre o Estabelecimento de Ensino do Exército de nível mais elevado e os Institutos Civis, de nível universitário e de pós-graduação, é extremamente válido, não só para adquirir determinadas experiências e valores culturais, mas, também, para transmitir ao público externo as peculiaridades do ambiente militar que, além de permitir uma boa imagem da organização, reforçam o prestígio das Forças Armadas.

Neste quadro de reformulação do currículo, também a metodologia didática se transforma numa componente de relevo, sobretudo pelo aspecto formativo que a reveste.

As diretrizes neste particular são muito claras e devem possibilitar, do melhor modo possível, a autoformação técnico-profissional, além de estimular os debates em todas as oportunidades.

As cátedras e os instrutores terão somente a missão de orientadores da aprendizagem, enquanto os alunos serão os verdadeiros protagonistas do curso, mediante exercícios de aplicação, trabalhos em grupo, debates, seminários, simpósios.

As sessões em sala, reduzidas ao mínimo essencial, desenvolver-se-ão em grande parte pelo método da discussão dirigida, tornada possível pelo estudo prévio dos assuntos, pelos alunos, que receberão, com antecedência, os tópicos para discussão e as referências necessárias à preparação.

A metodologia deverá, também, procurar atingir dois objetivos de significativo interesse. O primeiro diz respeito ao treinamento para a pesquisa individual das fontes de consulta necessárias ao estudo de um problema pouco conhecido e à formulação de um primeiro comentário, sintético, a respeito do mesmo. O segundo, se destina a habilitar os oficiais a exprimirem-se corretamente em situações mais variadas e a serem entrevistados, sem qualquer aviso prévio.

OS OFICIAIS ALUNOS

Seria de pouca valia um currículo bem formulado e um corpo docente exemplar, se não se dispusesse de oficiais alunos bem selecionados, que constituem a terceira componente essencial para um relacionamento harmônico com as outras duas.

É sabido que a admissão ao Curso Superior de Estado-Maior é à base de voluntariado e feita através de rigorosa seleção que considera a folha de serviços do oficial, suas atitudes, o seu desempenho nos estudos (resultados no Curso de Estado-Maior), seu preparo cultural e maturidade de pensamento verificados em cada candidato, através de exame de admissão.

Na realidade, porém, a probabilidade de realizar uma satisfatória seleção dos oficiais alunos depende, de modo determinante, da relação entre o número de requerimentos dos concorrentes e o número de vagas do concurso. Quanto maior for esta relação, maior será a possibilidade de escolha e vice-versa.

Os primeiros concursos, na nova sistemática, não poderão ser considerados integralmente válidos, como indicadores de uma tendência, nem significativos quanto ao resultado, uma vez que vários oficiais, de mesma turma de Academia, já frequentaram a Escola de Comando e Estado-Maior no antigo sistema⁽⁵⁾. Além disso, alguns inconvenientes poderão manifestar-se no futuro e limitar sensivelmente o número de requerentes.

As iniciativas tendem a incentivar, da melhor maneira possível, a participação ao concurso, com o objetivo de permitir uma rigorosa seleção na admissão ao Curso Superior. Este é um precípicio interesse da organização, uma vez que aque-

(5) Nota do Tradutor: No antigo sistema, a admissão à Escola de Comando e Estado-Maior era feita mediante exame e o curso tinha a duração de 3 anos: nos 1º e 2º anos, o Curso de Estado-Maior; no 3º ano, o Curso Superior de Estado-Maior. Atualmente, o Curso de Estado-Maior, obrigatório aos Capitães de mesma turma de formação da Academia, tem a duração de 1 ano. O Curso Superior de Estado-Maior, também com a duração de 1 ano, é privativo de Oficial Superior, mediante concurso de admissão à Escola.

les que conseguirem ingressar no QEMA (31 no máximo, por Curso, entre as várias Armas), estarão todos destinados a ocupar postos de elevada responsabilidade.

INFRA-ESTRUTURA E MEIOS AUXILIARES – ATIVIDADE DE PESQUISA

Para o desenvolvimento do currículo e a aplicação da metodologia didática, a Escola de Comando e Estado-Maior dispõe de uma infra-estrutura e de meios auxiliares compatíveis com um moderno Estabelecimento de Ensino de nível elevado, a par, e em muitos casos, superior, àqueles congêneres institutos nacionais e estrangeiros.

Um circuito interno de televisão permite inúmeras iniciativas de validade didática concreta. É indispensável, naturalmente, saber utilizá-lo para este fim. Isto tem permitido, entre outras coisas, a constituição de uma filmoteca que já dispõe de uma valiosa documentação, especialmente para os problemas que interessam às várias componentes da Estratégia Global.

Semelhante utilidade demonstrou possuir o computador eletrônico, que possibilitará, além do seu uso tradicional, duas iniciativas de relevante interesse es- tritamente relacionadas com o currículo do Curso Superior.

A primeira, diz respeito à utilização do computador como memória das conflagrações ocorridas após a 2ª Guerra Mundial. Um "banco de dados" de tal gênero não existe em qualquer universidade italiana, nem junto a outras entidades. Trata-se de um emprego nobre do computador que poderá, automaticamente, auxiliar na solução de problemas de pesquisa operacional, tão útil à formação "empresarial" dos oficiais alunos.

A segunda iniciativa se refere a uma atividade de pesquisa para identificar o "ótimo" do perfil de um dirigente militar e de fazer uma verificação – através de uma pesquisa científica orientada por assessores especializados civis – da validade dos programas de matérias e do ensino.

Por outro lado, as atividades destinam-se a abrir novos canais de troca com outros institutos e universidades, alargando, posteriormente, os relacionamentos culturais.

ALGUMAS CONCLUSÕES

A Escola de Comando e Estado-Maior é considerada, hoje, como um instituto de preparação e de formação não mais – como no passado – para uma res- trita minoria, mas para todos os oficiais do Exército italiano.

Quem já viveu a experiência didática, antiga ou atual, de alunos de seus Cursos e sabe ser sincero consigo mesmo, tem pela Escola um sentimento de subs- tancial estima e reconhecimento.

A Escola de Comando e Estado-Maior é, assim, hoje ainda mais, um patrimônio comum que se deve conservar.

A sua vitalidade mais genuína encontra fundamento, sobretudo, na participação dos oficiais alunos dos vários Cursos, na vida e nas atividades da Escola. Participação que, com a reforma, só tenderá a aumentar.

Com a reformulação aprovada do Curso Superior, a Escola assume uma das mais difíceis missões de sua longa existência: preparar, segundo novas bases, a classe dirigente militar do amanhã, para que possa dar continuidade e vigor à obra de renovação iniciada com a reestruturação das forças. Isto não significa diminuir o seu prestigioso passado, mas, pelo contrário, dele extrair as experiências e a força para enfrentar um futuro diverso, sempre alimentado pela chama secular da "Alere Flammam", e construído com a firme vontade de contribuir para a maior eficiência do Exército.

(Artigo publicado na "Rivista Militare" italiana e traduzido pelo Ten Cel Art QEMA AGENOR FRANCISCO HOMEM DE CARVALHO, Instrutor da ECENE).



INFLUÊNCIA DA GEOPOLÍTICA NA POLÍTICA E NA ESTRATÉGIA DAS GRANDES POTÊNCIAS

Lewis A. Tambs

O professor Lewis A. Tambs leciona História na Arizona State University.

Tem os graus de B.S. em Engenharia Industrial e M.A. e Ph. D. em História.

É autor de várias publicações sobre Geopolítica, História e assuntos militares. Seu último livro, em co-autoria com Gerald Kleinfeld, é *Hither's Spanish Legion: The Blue Division in Russia, 1941-1944*, Carbondale, Ill., Univ. of Southern Illinois, Press, 1979.

“O padrão político primário superposto à terra é o Estado.” A política exterior e a estratégia nacional são instrumentos por meio dos quais os povos buscam defender ou expandir seus interesses. A política define tais interesses e estabelece prioridades. A estratégia oferece os meios de atingi-los. Em consequência, o guerreiro deve estar submetido ao estadista. Contudo, numa era de nacionalismo, uma era de religião do Estado, quando as forças armadas podem ser a expressão última da vontade popular, o papel do estadista e do soldado pode tornar-se um só. No entanto, o interesse nacional deve ter precedência sobre as lealdades individuais e institucionais, pois o *continuum* é o objetivo supremo dos negócios internacionais.

Os Estados existem somente em relação um com o outro. Não há amigos permanentes, nem inimigos permanentes. Nação alguma barganha com a sobrevivência. Conseqüentemente, a política exterior e a doutrina estratégica dos Estados variam. Mas há certas constantes, além da sobrevivência. População, produtividade, recursos, tecnologia e até mesmo clima e localização relativa podem mudar; a localização absoluta, nunca. As rotas comerciais podem deslocar-se. Os portos podem mudar; a localização absoluta, nunca. Os portos podem ser obstruídos por aluviões. Os impérios podem expandir-se ou contrair-se. As fronteiras podem ser distantes ou próximas. Mas o cerne de uma comunidade, a menos que esta seja extermínada ou dispersa, permanece fixo. Cada povo está preso a um lugar, a uma posição ou a um terreno determinados. Portanto, a geografia é a constante na formulação da política internacional e da doutrina estratégica.

Os estudos que investigam o elemento geográfico das relações internacionais são chamados de geopolítica. A geopolítica é uma arte, não uma ciência. Da mesma forma que a Ciência, a geopolítica prevê. Mas, posto que tantos fatores físicos incomensuráveis — fatores tecnológicos, econômicos, ambientais, geográficos, industriais e militares — têm de ser integrados a componentes humanos em constante transformação, demográficos, psicológicos, filosóficos, sociológicos, históricos e culturais —, a geopolítica, como a direção dos assuntos públicos, permanece uma arte. Contudo, na qualidade de arte, não está limitada à estrutura física dos Estados e à relação orgânica destes com os fenômenos naturais e políticos. A geografia política cobre também problemas afins de fronteiras, limites, migração, governo, transporte, frotas, fortalezas e exércitos. Assim, embora espaço, lugar, dotação e localização sejam de importância capital na análise geopolítica, o fator humano, ainda que talvez limitado ou favorecido pelo ambiente natural, é primordial. Devemos sempre abrir exceção para o heróico. Afinal, somente os homens fazem história. O Estado é uma criação do homem, e a terra, embora fixe o cenário, é apenas o palco onde o drama dos acontecimentos humanos é representado.

O maior recurso natural de qualquer Estado é o seu povo. Toda família, clã, tribo, grupo, povo, comunidade, sociedade, Estado, nação ou império está ligado a um determinado local. As comunidades continentais geralmente estão associadas a vales, planícies e varadouros. A civilização chinesa está arraigada no vale do rio Amarelo; a russa, na ponte terrestre entre o Volga, o Don e o Dnieper; a alemã, na área entre o Elba e o Reno; a francesa, na bacia do Sena; e a espanhola, nos planaltos de Castela. Alguns povos mais jovens, herdeiros de impérios marítimos mais velhos, como os EUA e o Brasil, encontram-se ainda em processo de continentalização. As cabeças-de-praia iniciais — as baías de Massachusetts e Chesapeake, nos EUA, e a baía de Salvador e o vale do rio Tietê, no Brasil — vão gradualmente cedendo lugar a centros interiores — o vale do Missouri-Mississippi, o planalto brasileiro. No entanto, a atração do Atlântico, embora recuando, ainda predomina. Duas outras potências regionais do Novo Mundo, o México e a Argentina, permanecem enraizadas em seu cerne pré-colombiano e colonial, o vale do México e o estuário do Rio de la Plata.

As sociedades insulares e costeiras são geralmente identificadas com estuários, recôncavos e mares protegidos. O Japão começou na planície do Yamoto do mar Interior; a Holanda, no Zuider Zee; a Inglaterra, no Tâmisa; e Portugal, no Tejo.

A localização do território central geralmente expõe os habitantes a forças externas, por vezes conflitantes, ocasionalmente complementares. Na China, a competição foi entre as terras aráveis e as estepes (produtor versus saqueador); na Moscóvia, entre a floresta e a estepe; na Alemanha, entre as planícies polonesas, o Mediterrâneo romano e os campos férteis da França; na França, entre o Reno, o Atlântico e o Mediterrâneo; em Castela, entre o Mediterrâneo, o Atlântico e a África; nos EUA, entre o Atlântico, o Pacífico e o Caribe; e, no Brasil, entre a África, o Atlântico e a América do Sul. A Argentina e o México são quase peninsulares. O México

está dividido entre terras aráveis e o deserto, enquanto a Argentina vive numa tensão entre o mar e o pampa.

As comunidades insulares e costeiras enfrentam um dilema diferente. O Japão e a Grã-Bretanha estão protegidos, mas não isolados, da Eurásia, por um fosso de água salgada. O continente ao mesmo tempo atrai e repele, mas o mar é o seu caminho para a sobrevivência. Para Holanda e Portugal, a ameaça do interior foi sempre uma constante: Alemanha e França, no primeiro caso, Castela, no segundo. O mar também foi a salvação deles.

A emergência da Europa moderna começou com a conquista de Ceuta pelos portugueses, em 1415. Concomitantemente com a invasão lusitana do noroeste da África, uma expedição naval chinesa chegou ao estreito de Hormuz, no golfo Pérsico. Foi o terceiro esquadrão dos sete liderados pelo célebre Cheng Ho, que lançou-se pelo sudeste da Ásia, de Sumatra a Ceilão, estendendo-se para o oeste até Adem, Arábia e África, entre 1403 e 1433. Essas poderosas armadas buscavam impressionar os Estados situados ao longo das rotas comerciais do mar da China, do estreito de Malaia e do oceano Índico, e assegurar o reconhecimento da suzerania e da supremacia do Reino Médio. Tributo e submissão, não intercâmbio e comércio, eram os objetivos, pois a China era essencialmente auto-suficiente e não tinha muita necessidade de importações. Tal atitude refletiu-se mais tarde nas relações da China com os mercadores europeus. Enquanto sua marinha desfilava para o sul e para o oeste, a dinastia Ming (1368-1644) lançava uma série de ataques preventivos por terra, até a Mongólia exterior, a fim de destruir o prestígio de qualquer caudilho táraro em ascensão, em torno do qual os mongóis pudesssem congregar-se. Essas operações cirúrgicas refletem o arraigado temor da China agrícola pelos cavaleiros nômades das estepes desertas. Para reforçar ainda mais a fronteira noroeste, os Mings transferiram a capital de Nanquim, situada no centro do país, para Pequim, mais excentrica, em 1421. A partir desse ponto avançado, os chineses defender-se-iam melhor das investidas mongólicas, ao longo do perímetro setentrional, durante os próximos cinco séculos.

Os três decênios entre 1403 e 1433 cobrem completamente a política chinesa até a era da velha suzerania, mas não soberania sobre o sudeste da Ásia: prestígio, mas não presença, no oceano Índico; um sistema econômico autárquico; e ataques preventivos, combinados com uma vigilância constante contra a ameaça dos mongóis. Somente com a chegada dos navegantes europeus as costas chinesas ficariam expostas. Em consequência, a preocupação com a ameaça que vem do oeste sempre tomaria precedência nas políticas não somente dos Mings, mas também nas de seus antecessores e sucessores, os manchus (1644-1911), os nacionalistas (1911-1949) e os marxistas (1949-). Porque a China somente pode ser invadida a partir do mar ou do deserto de Gobi. O resto está cercado por montanhas. Os manchus, eles próprios bárbaros sinicizados, estenderam as fronteiras do Reino Médio para além do rio Amur, no norte, até a periferia extrema da Mongólia, ao noroeste, passando o Pamir, no oeste, e o Tibete e os altos Himalaias, no sudoeste. Esse planalto seco e desértico pouco se adaptava às técnicas agrícolas bem irrigadas das terras centrais dos Hans. Mesmo assim, as vastas extensões de estepes desabitadas serviam como uma

zona de amortecimento contra outra migração mongólica. Os chineses precisavam dispor de terreno para recuar, pois até mesmo os primeiros manchus entrariam em contato com os herdeiros da Horda Dourada — os russos.

Os povos das estepes da Ásia Central saquearam os bordos da Eurásia durante séculos. Átila, Gengis Kan, Batu, Ulagu, Timur, o Coxo e Babar levaram seus cavaleiros pelos confins da Eurásia, do mar da China ao oceano Índico e, dali, para o Mediterrâneo e o Adriático. Dando preferência à mobilidade e ao poderio militar, e desdenhando as empresas agrícolas estáticas, esses povos pastoriais coagulavam ocasionalmente numa massa compacta, sob o comando disciplinado e centralizado de um líder dinâmico e então explodiam em erupções maciças, porém breves de energia, que os lançava como uma onda da Ásia Central para saquear as civilizações que os cercavam.

A tática dos tártaros varria quase tudo que estava à frente de suas hordas invasoras. A confusão fingida e os movimentos de flanco eram suas manobras típicas; a astúcia, a intriga e a traição eram costumeiras. A mobilidade, combinada à astúcia de enfrentar um inimigo por vez, irradiando suas forças do centro da Ásia antes que os opositores pudessem juntar-se, eram comuns. O emprego de missões comerciais e enviados diplomáticos como espiões, propagadores de boatos e propagandistas, que preparavam o caminho para a conquista através da guerra psicológica, eram técnicas tradicionais dos tártaros.

Mestres da mobilidade e do ardil, os nômades conquistaram e controlaram as rotas das caravanas e as encruzilhadas comerciais que ligavam entre si as sociedades adiantadas das costas do continente. Os russos, herdeiros da tradição tártara, tentariam aplicar essas técnicas no interior da Ásia, sob o czar. Desde 1959, os soviéticos vêm procurando aplicar a mesma estratégia de mobilidade marítima e controle dos pontos de estrangulamento dos sete mares. Pois embora os chineses, os indianos e os persas tenham sido conquistados pelos mongóis, terminaram eventualmente absorvendo-os. Inversamente, os russos foram mongolizados. Desde 1959, os mongóis transferiram-se para o mar e estão aplicando as mesmas técnicas dos tártaros aos mesmos países dos bordos da Eurásia, interditando-lhes as linhas marítimas de comunicação, em vez de assaltarem as rotas das caravanas com os cavaleiros da Horda Dourada.

A Horda Dourada invadiu a Rússia em 1238. As forças da estope triunfaram sobre as da floresta, uniram as duas culturas e passaram, então, a dominar a todo. Sob Gengis Kan, a Horda Dourada completou a conquista da China, Turquésia, Afeganistão, Pérsia e Transcaucásia. Depois de sua morte, Batu, seu neto, marchou sobre a Rússia, conquistando tanto as estepes meridionais, quanto as florestas setentrionais. O domínio político dos mongóis sobre a Rússia duraria somente até 1452, quando Moscou assinalou que havia assumido o papel de sucessor da Horda Dourada ao fundar um principado tártaro vassalo em Kasimov.

A marca mais duradoura da conquista mongólica foi no pensamento político do povo russo. O Estado tártaro estava construído sob o princípio da submissão inquestionável do indivíduo ao grupo, primeiro à clã e, através desta, ao Estado

em seu todo. Esse princípio de colméia passou totalmente ao povo russo e levou a um sistema de serviço universal ao Estado. Os mongóis introduziram um novo conceito do poder do príncipe. O Kan era absoluto e autocrático. A submissão era inqualificada. Os duques de Moscou, na qualidade de sucessores dos Kans, consideravam o povo completamente sujeito à sua vontade. As terras sob seu domínio eram propriedades exclusivas dele, e eram dedicadas aos interesses do Estado.

O período de dominação tártsara da Rússia coincidiu com a ascensão do poder moscovita. Os príncipes de Moscou venceram seus vizinhos e rivais não pelo vigor com que haviam atacado os invasores mongóis, mas por seu êxito em cortejar o favor do Kan. Aqueles príncipes obtiveram, no século XIV, a ajuda dos exércitos tártares contra seus rivais russos, trabalhando como coleto de impostos e agentes policiais dos Kans.

A aquisição desse monopólio lucrativo, ainda que desabonador, permitiu a Ivan Kalita (1325-1341) vencer todos os seus vizinhos e rivais e estabelecer um novo principado central russo na junção entre a estepe e a floresta, as terras altas entre as cabeceiras do Volga, do Don e do Dnieper. Irradiando-se para o leste, o sul, o oeste e o norte, Ivan Kalita iniciou um avanço, à sombra do poder tártaresco, que ganhou novo ímpeto com a mudança do metropolita da Igreja Russa para Moscou, fortalecendo assim as pretensões do Grande Príncipe à primazia tanto em assuntos temporais, quanto espirituais.

Ivan, o Grande (1462-1505), ampliou ainda mais a missão mística de Moscou. Ele assumiu o título de czar (cesar) e o manto dos imperadores bizantinos, junto com a pretensão de Constantinopla a ser Protetora da Cristandade Ortodoxa. "O tema Roma, houve três (Roma, Constantinopla e Moscou), uma quarta nunca haverá" reverberaria pelos corredores do Kremlin, que Ivan construiu. A religião — ortodoxa sob os czares, e marxista-leninista sob os soviéticos — seria utilizada como uma arma de política exterior para alcançar os objetivos nacionais, e também como um instrumento de ordem interna para forjar povos e culturas diversas numa única ideologia. Portanto, à medida em que recuava a ameaça tártsara, uma sociedade autoritária, altamente centralizada, baseada no capitalismo de Estado e na unidade ideológica, começou a evoluir e a expandir-se desde o ponto em que a floresta encontrava-se com a estepe, na Moscóvia.

Os oceanos eram o seu objetivo. O interior da Eurásia, semelhante a um oceano interno, não oferecia obstáculos naturais à expansão. Mas a natureza também não oferecia proteção. Os montes Urais iam de norte a sul, mas eram baixos e fáceis de atravessar. Além, na Sibéria, as cordilheiras corriam do leste para o oeste, formando corredores, como o Kansu, que apontavam para Moscou, em ambos os sentidos. O resto era a estepe aberta, a floresta achatada ou a taiga e a tundra. Para o oeste, era a mesma coisa: as planícies polonesas e a bacia do Báltico. No sul, erguiam-se os planaltos da Mongólia e do Turquestão, fáceis de atingir, mas difíceis de atravessar, e os dois mares, o Cáspio e o Negro, nas extremidades das três estradas fluviais, o Volga, o Don e o Dnieper, correndo diretamente desde Moscou; ao norte, jazia imóvel o oceano Ártico, aberto apenas uma vez por ano, através do mar Branco.

Os corredores mais convenientes para a expansão de Moscou achavam-se ao leste e ao oeste. Somente o espaço poderia fornecer a proteção que a natureza não dava. Se fraca, a Rússia seria meramente campo de parada dos exércitos estrangeiros. As vastas distâncias e o poderio militar seriam suas únicas defensas. O temor de um ataque vindo do Oriente, de uma invasão otomana ou de uma penetração polonesa ou alemã estava profundamente marcado na memória de Moscou. Mas essas três ameaças do leste, do sul e do oeste também ofereciam civilização, comércio e tecnologia. Atraiam tanto quanto repeliam. Também abriam os oceanos.

As águas quentes chamavam. Sempre buscando o mar, os moscovitas, sob Ivan Kalita, Ivan, o Grande, e seus sucessores, Ivan, o Terrível (1553-1584), e os Romanovs (1613-1917), como Pedro, o Grande (1689-1725), Catarina, a Grande (1762-1796), Alexandre II (1855-1881) e Alexandre III (1881-1894), avançaram para o leste, passando os Urais e a Sibéria e chegando ao Pacífico (1637), para o sul, ao longo das estradas fluviais, até os mares Cáspio e Negro, para o oeste, até o Báltico, e para o norte, até o Ártico. Cinco séculos depois de Ivan Kalita, os russos haviam ocupado quase todo o interior da Ásia e estabelecido um império transcontinental que ia de mar a mar. Irradiando-se do núcleo moscovita, a Rússia conquistou as rotas das caravanas da Ásia Central e estabeleceu contato com as sociedades avançadas que ofereciam comércio e tecnologia. Impelida por sua missão, a Terceira Roma, com sua imensa população e sua vasta área, exerceria uma influência cada vez maior nos assuntos mundiais.

Os objetivos não se modificaram depois da revolução de outubro de 1917. O apelo das águas quentes continuou. Também continuou o desejo de dominar as civilizações costeiras do continente. O comunismo substituiu a ortodoxia como pretexto para o intervencionismo e o imperialismo. Internamente, a revolução bolchevista revitalizou o sistema político centralizado e autocrático que havia entrado em decadência sob os últimos Romanovs. O socialismo significava a recaptura pelo governo do sistema econômico que havia começado a passar às mãos dos empresários privados. Assim, Nicolai Lenin (1917-1924) e Joseph Stalin (1926-1953) projetaram-se como equivalentes atuais de Ivan Kalita e Ivan, o Grande, ao restabelecerem a velha ordem a um sistema totalitário, centralizado, de capitalismo estatal, ligado pela unidade ideológica e impelido a expandir-se pelos antigos impulsos herdados das tradições tárteras. A Rússia moscovita, dos Romanovs e dos marxistas, segue à mesma política: proteção através da aquisição de espaço, controle das rotas das caravanas que atravessam a Eurásia; e, que, até a idade da vela, ligavam as culturas costeiras; e, desde 1959, domínio das linhas marítimas exteriores de comunicação, que servem ao mesmo fim. E, acima de tudo, a contenção ou o envolvimento da eterna ameaça que vem do Oriente. Logo tanto o czar, quanto o comissário lutaram pela soberania do interior da Eurásia (heartland), suserania por satelização ou neutralização (finalandização) da linha costeira (rimland), incluindo a China, ou isolamento desta, por envolvimento. Portanto, com a ênfase que dá à superioridade militar, à mobilidade e ao movimento amparados por missões diplomáticas que se dedicam à subversão e à guerra psicológica, a URSS é uma continuação da conquista mongólica e uma substituição racial da Horda Dourada.

A era da Horda terminava por volta do fim do reinado de Ivan, o Grande. Timur, o Coxo, lançou-se do Turquestão e, entre 1380 e 1393, derrotou a Pérsia e a Mesopotâmia, marchou sobre Moscou para forçar a submissão da Horda Dourada, invadiu o norte da Índia e humilhou os turcos otomanos. Morreu quando planejava conquistar Catai. Enfraquecida pelo avanço de Timur, desde Samarkand, a Horda nunca se recuperou, e a Moscovia pôde impor sua independência, em meados do século XV. Enquanto isso, os portugueses avançavam pela costa da África Ocidental.

Portugal foi o pioneiro da expansão marítima européia. Isolados das riquezas do Oriente pelo poderio terrestre do Islã e dos mongóis, ligados ao monopólio comercial de Veneza, os lusitanos propuseram-se rodear essa barreira pelo mar. Quando Vasco da Gama ancorou em Lisboa, em 1497, assinalou que o poderio terrestre na Eurásia havia sido fланqueado pelo poderio marítimo atlântico. No mesmo ano, o mongol Babur — descendente de Timur pelo lado paterno, e de Gengis Kan pelo lado materno — apoderou-se de Samarkand, a Ásia Central. Em questão de 30 anos, o oceano Índico e os portais do Pacífico — o estreito de Málaca e o mar ao sul da China — estariam em poder dos portugueses. Permaneceriam sob o domínio europeu durante mais de 400 anos. Concomitantemente, os mongóis de Babur invadiram a Índia e submeteram o subcontinente durante os próximos três séculos. Havia começado o conflito entre o poder marítimo e o poder terrestre, que ainda não terminou.

A Ibéria surgiu como centro dos dois primeiros impérios marítimos do mundo; Portugal na África, no sul do Atlântico, a protuberância do Brasil, o oceano Índico e o Pacífico Ocidental; a Espanha no Mediterrâneo, no meio do Atlântico, nas Américas e no Pacífico. Um oceano único envolve o mundo inteiro. Mas uma vez fланqueados os caminhos do interior da Ásia e descoberto o Novo Mundo, três mares interiores — o do sul da China, o Mediterrâneo e o Caribe —, e sete pontos de passagem — o estreito de Málaca, o Ceilão, o Chifre da África, o canal de Mocambique, o cabo da Boa Esperança, Gibraltar e o cabo Horn — emergiram, como pontos de estrangulamento, canais ou funis através dos quais fluía a maioria do tráfego marítimo mundial. As Linhas Marítimas de Comunicação (SLOC) circulam o globo. O império espanhol de além-mar estava ligado por uma ponte de navios. Durante o Cativeiro da Babilônia (1580-1640), quando Madri e Lisboa estavam juntas, o poderio ibérico predominava em todas essas 10 zonas estratégicas. Todas as sucessivas potências marítimas — a Holanda, a Grã-Bretanha, os EUA e a União Soviética — buscariam o mesmo.

O poder marítimo é uma frágil plataforma para a grandeza. Uma batalha, uma tempestade, uma administração que não financia a frota, podem tudo em perigo. No entanto, a península ibérica desfrutou de uma vantagem geográfica quando começou a era da vela. A região interior de Castela tinha frentes tanto para o Mediterrâneo, quanto para o Atlântico, e dominava Gibraltar. Portugal, "um balcão para o infinito", projetava-se mais para o oeste, para o Atlântico, do que qualquer outro reino continental. Contudo, à medida em que o centro demográfico e econômico da Europa transferia-se para o norte, em inícios do século XVII, o centro marítimo do continente também passou para lá, deixando a Ibéria rumo ao norte e até mesmo

nos mares da Noruega, permitindo que a Holanda e a Inglaterra florescessem. Os holandeses, próximos da passagem bática do Som e situados no estuário do Reno, podiam controlar, para a consternação dos franceses e dos alemães, grande parte do comércio do interior do continente. Mas, ao contrário da Holanda, a Inglaterra não precisava se preocupar com um perigo às suas costas. As ilhas britânicas, separadas, mas não isoladas da Europa, achavam-se idealmente situadas para interditar as entradas e saídas tanto do mar do Norte, quanto as do mar da Noruega. Além disso, a demografia empurrava os britânicos para o mar. Até a revolução industrial, a Inglaterra somente podia aliviar a pressão do excesso de população através da expansão marítima e da colonização de além-mar.

A península ibérica sempre sofreu de uma desvantagem demográfica. O crescimento populacional não acompanhava o ritmo de seus compromissos mundiais. A França, principal concorrente continental de Castela, desfrutou de uma superioridade demográfica de dois para um em relação à Espanha até meados do século XX. Essa vantagem dos franceses foi de importância decisiva, pois a Espanha e a França estavam geopoliticamente destinadas a ser rivais.

A Ibéria ocupa uma posição privilegiada entre o Mediterrâneo, o Atlântico, a África e a Europa. A África, por certo, não começa nos Pireneus, mas essas montanhas não deixam de delinear um limite natural entre a França e a Espanha. A França, por motivos de interesse nacional, sempre foi hostil com a Espanha. Até a construção de canais de ferrovias, a rota mais fácil, segura e rápida da França mediterrânea à França atlântica ou vice-versa era por água, contornando a península ibérica e passando pelo estreito de Gibraltar. Portanto, desejosa de garantir a comunicação marítima entre suas duas costas, a França sempre preferiu uma Espanha fraca e submetida. Além disso, os franceses olhavam para o leste. As pretensões imperiais da França na Europa centralizavam-se na Itália, na Suíça, na Alemanha e nos Países Baixos. Mesmo satélite, a Espanha, na retaguarda da França, era suspeita. Em consequência, os franceses desejavam uma Castela debilitada, pois esta, no interior, era o núcleo em torno do qual as outras regiões — Andaluzia, Extremadura, Portugal, Galícia, Astúrias, Viscaia, Aragão e Catalunha — giravam. Uma Castela forte significava uma península poderosa. E Castela lutava constantemente para unificar a Ibéria. Em consequência, a política francesa procurava impedir a unificação, interferindo nos assuntos peninsulares. Se, por acaso, a Espanha fosse forte, os franceses contra-atacariam aliando-se com qualquer um — árabes, otomanos, italianos ou portugueses — para desafiar Castela. Inversamente, esta buscava cercar a França, aliando-se com a Alemanha e a Inglaterra. Esse ponto foi marcado pelos reis católicos (1474-1516) e serviu como estrela guia da política espanhola até a ascensão da marinha inglesa, no século XVIII.

A Espanha é quase automaticamente inimiga da maior potência marítima. A menos que ela própria reine supra nos mares, sua situação põe em perigo as Linhas Marítimas de Comunicação (SLOC) de qualquer outra nação marítima dominante. O maciço comércio mediterrâneo da Inglaterra passou durante séculos pelo estreito de Gibraltar. Embora a Grã-Bretanha se tenha apoderado da Rocha em 1704, a segurança das SLOC permanecia à mercê de um corte espanhol. Com a inau-

guração do canal de Suez em 1967, o Mediterrâneo passou a ser também a linha vital da Inglaterra para a Índia. Portanto, a Espanha estava destinada a confrontar-se de uma maneira geral com dois adversários constantes: a França e a potência naval preponderante. Inversamente, Portugal buscava a proteção deles.

Portugal buscava no exterior uma ajuda contra as pressões de Castela. A aliança anglo-portuguesa de 1386 era dirigida contra a Espanha. Essa longa *entente*, que durou até 1961, prefigurava a aliança informal entre o Brasil e os EUA que foi de 1902 a 1977. Aliados à Inglaterra, os portugueses abriram seu século de glórias tomando Ceuta, em 1415. A era terminou em 1521, com a circunavegação do globo. Tendo-se estendido demais, os portugueses foram superados pela Espanha. O receio do poder marítimo superior dos espanhóis, que podia cortar sua SLOC e uma rede de postos comerciais, bases e colônias na metade do mundo, forçou Portugal a manter-se em paz com Castela. O centralismo castelhano, sempre um perigo, dominou Portugal em 1580. Todos os inimigos da Espanha — Holanda, França e Inglaterra — passaram a ser também inimigos de Portugal. Essa combinação desgastou o poderio português na Ásia, na África e na América. Mas cuidou também de restaurar a independência portuguesa. Sem Portugal, a Espanha seria mais fraca. Além disso era o melhor porto entre o estreito de Gibraltar e o canal da Mancha. Quando Portugal recuperou sua independência em 1640, os lusitanos, com a intenção de preservar o que restava de suas possessões ultramarinas, aliaram-se com qualquer nação que controlasse o mar. Uma sucessão de potências navais dominantes encararam Lisboa, e também os Açores, não somente como um porto de escala, mas também como uma cabeça-de-praia peninsular em potencial que podia ser utilizada contra a retaguarda de Castela.

Dois programas nitidamente conflitantes haviam surgido na Península Ibérica. A política portuguesa era de inimizade com Castela e amizade com a principal potência naval, que não somente podia ajudar Portugal a manter sua independência ante as aspirações espanholas, mas também ajudaria Lisboa a conservar os elos com um império marítimo que ela era fraca demais para defender. Enquanto isso, Madri manobrava para juntar Portugal ao resto da península, defendia-se das forças navais hostis e buscava isolar a França através de alianças com a Grã-Bretanha e a Alemanha.

A situação da Alemanha na Europa Central era semelhante a da Rússia na Eurásia. Tanto suas fronteiras orientais, quanto as ocidentais achavam-se expostas. Predominavam as planícies ondulantes. Somente ao sul os Alpes levantavam um muro. As praias baixas do Báltico e a costa aberta no mar do Norte serviam também como avenidas para invasões vindas da Escandinávia. Portanto, o dilema da Alemanha era ainda maior do que o da Moscovia, porque o Ártico gelado não seria, exceto raramente, uma rota de assalto. Faltando à Alemanha, da mesma forma que à Rússia, defesas naturais, ela serviu durante séculos de campo de treinamento para forças estrangeiras, incluindo os mongóis. A analogia com a Rússia prossegue no fato de que, dentro de um palco europeu menor, a Alemanha também buscava força e espaço. O mesmo que Moscou foi para a Rússia, a Prússia foi para a Alemanha.

Inicialmente, ambas olhavam para o oriente: uma, para a Sibéria, a outra, para as terras eslavas da Polônia, da Lituânia e mesmo da Rússia.

A *Drang nach Osten* da Alemanha começou com Carlos Magno (771-814). O avanço acelerou-se com a chegada dos Cavaleiros Teutônicos e a criação da Fraternidade da Espada de Livonius, no século XII. A Prússia, parte da Polônia e a faixa oriental do Báltico foram germanizadas. Outras incursões nas terras eslavas sofreram graves reveses nas batalhas de Lago Peipus (1242) e Tannenburg (1410), e os trabalhos da Ordem foram assumidos pelo Estado secular de Brandenburgo — Prússia, no século XVI.

Apanhada dentro da grande rede de morte lançada pelas guerras religiosas, a Alemanha foi dilacerada. A grande tragédia de Martinho Lutero foi a de que ele não teve nem êxito nem malogro completos. A Alemanha permaneceu dividida entre o sul católico e o norte protestante, e o avanço para o leste marcou tempo durante quase dois séculos. Enquanto isso, a França reinaugurava sua ofensiva para o leste. O cardeal Richelieu (1624-1642) conseguiu iniciar a centralização do Estado, dar um xeque-mate à Espanha, restaurar a influência da França na Itália, Alemanha e Holanda e até mesmo estender a presença francesa à Suécia. A derrocada da coligação dos monarcas católicos — Espanha, Alemanha e Inglaterra — permitiu o predominio francês na Europa durante três séculos.

A política francesa era dividir para governar. Luiz XIV (1643-1715) derrotou Castela e chegou a submeter a Espanha a uma posição quase de satélite que durou até o fim do século XVIII. Assegurada a fronteira meridional, os franceses lancaram-se para o leste. Jogando um principado contra o outro, os franceses impediram a unificação da Alemanha. A Prússia, seguindo política oposta, empregou tática semelhante que chegou ao apogeu sob Frederico, o Grande (1740-1786). Servindo-se da maravilhosa máquina militar do exército prussiano, Frederico lutou por espaço na Europa Central e buscou centralizar a confederação germânica sob seu comando. Seu êxito foi apenas parcial, pois em fins do século XVIII, outras forças entraram em jogo. No entanto, as políticas francesa e prussiana eram bem claras. Paris desejava enfraquecer a Espanha, ao sul, e dividir a Alemanha, ao leste. A Prússia foi campeã da centralização alemã e forjou uma esplêndida força de combate, utilizada para ganhar terreno, com finalidades ao mesmo tempo defensivas e ofensivas. Mas a Europa continuava sendo apenas uma península da Eurásia e dois povos extracontinentais, que personificariam um poderio, marítimo e terrestre, haviam entrado na arena: a Rússia e a Grã-Bretanha.

A Grã-Bretanha achava que nenhum Estado deveria predominar no continente.

Há duzentos e cinquenta anos, pelo menos, o grande fundamento de nossa política externa, o que Sir Eyre Crowe chamou de "uma lei da natureza", tem sido impedir por qualquer meio em nosso poder o domínio da Europa por uma única potência ou grupos de potências. O princípio tem necessariamente o corolário de que apoiaremos as pequenas potências contra as grandes. Esse pronunciamento geopolítico baseava-se no fato de que as ilhas britânicas constitufam uma barreira per-

manentemente ancorada nas proximidades da costa ocidental da Eurásia. Exercendo pouco esforço naval, a Inglaterra poderia interditar as entradas e saídas do Báltico, do mar do Norte e do mar da Noruega. Com um esforço apenas um pouco maior, a baía de Biscaia e o resto da costa ocidental da França também poderiam ser controlados. E, com a captura de Gibraltar e, eventualmente, de Malta (1799), o Mediterrâneo poderia ser dominado. A Europa estava quase totalmente cercada por navios, ao sul, ao oeste e ao norte. E esses navios tinham uma mobilidade que nenhum exército conseguiria igualar. Enquanto a Marinha Real tivesse a supremacia, a Europa Ocidental poderia ser estrangulada. Por isso, os britânicos procuraram manter uma superioridade numérica em vasos de guerra maior do que qualquer combinação continental possível de ser levantada contra eles. Se a frota britânica fosse derrotada, não somente as linhas vitais para as colônias seriam cortadas, mas também a própria metrópole terminaria submetida pela fome. A Inglaterra precisava exportar manufaturas e importar alimentos, senão morreria.

As palavras de ordem da Inglaterra eram a supremacia do mar e o equilíbrio do poder no continente europeu. A frota era o serviço mais importante, e o pequeno exército profissional estava relegado ao papel de força marinha de desembarque, que poderia ser transportada por navios e aplicada a pontos críticos para ajudar os aliados continentais a manterem o equilíbrio do poder. Essa estratégia atendeu bem os interesses ingleses durante mais de dois séculos. Com raras exceções (1776-1783), a supremacia no mar permitiu que a Grã-Bretanha bloqueasse o continente europeu e apanhasse as possessões ultramarinas de outras nações européias, porque, com as rotas marítimas fechadas, essas nações viam-se obrigadas a abandonar suas colônias a seus próprios recursos limitados. Mas foi somente depois das guerras napoleônicas (1789-1815) que a Inglaterra pôde impor uma supremacia que não foi desafiada durante mais de um século.

Trafalgar (1805) resolveu a questão da supremacia marítima por um século. A batalha quebrou a espinha dorsal, ao mesmo tempo, das frotas espanhola e francesa e elas nunca mais se recuperaram. Britânia governava as ondas. A Inglaterra estava convencida de que nação alguma jamais poderia ter um grande exército e uma armada poderosa, ao mesmo tempo: somente a Espanha, entre 1525 (batalha de Pávia) e 1643 (Rocroi), conseguiu essa dupla mobilização. Por isso, os britânicos concentraram-se na marinha. Mas o bloqueio da Europa era meramente semicircular: sul, oeste e norte. Havia uma saída ao leste: a Rússia.

Napoleão marchou sobre Moscou em 1812. Em certo sentido, a campanha da Rússia foi uma continuação da *Drang nach Osten* dos franceses de Carlos Magno, porque a maioria das tropas imperiais era composta de alemães e austríacos. A doutrina russa de defesa através da força militar e do espaço de sobra mais uma vez revelou-se bem sucedida. Em 1815, Londres e Moscou emergiram como os árbitros da Europa. A balança interna do poder havia sido restaurada. A França, a Áustria e a Prússia estavam equilibradas. A Grã-Bretanha e a Rússia permaneciam essencialmente de fora. Mas o czar, utilizando-se das linhas internas de comunicação, atingiu os bordos da Eurásia, pondo em perigo o império econômico dos britânicos ao longo da meia-lua costeira — a China, a Índia, a Pérsia e o Império Otomano que, com os

Dardanelos, detinha a chave do mar Negro para as águas quentes do Mediterrâneo. A Inglaterra começou a entender que a Eurásia era uma ilha e que, da mesma forma que o poder marítimo europeu havia contornado o flanco do poder terrestre asiático no século XV, a introdução das ferrovias no interior da Ásia Central poderia inverter a situação estratégica. Além disso, a Rússia era, ao mesmo tempo, uma potência asiática e européia, estendendo-se de oceano a oceano, do Pacífico ao Atlântico. Portanto, fazia-se necessário não somente um equilíbrio europeu, mas também o da Eurásia. A Grã-Bretanha, aspirando a contrabalançar tanto a Rússia quanto a França — esta última estava construindo o seu império ultramarino na Indochina e na África — passou, na Ásia Oriental, a ajudar o Japão a modernizar-se e, na Europa Central, a estimular a unificação da Alemanha. O Japão colocaria em xeque as ambições czaristas no leste, enquanto a Alemanha bloquearia a Rússia e equilibraria a França, no oeste.

Otto von Bismarck (1862-1890) aliou a Alemanha à Áustria contra a Rússia, em 1879. Mas o chanceler de ferro advogava também "crescente amizade com a Rússia" e negou-se resolutamente a fazer o jogo colonial. Concomitantemente com sua demissão em 1890 pelo jovem *Kaiser* Guilherme II (1888-1918), Alfred Thayer Mahan publicou *A influência do poder marítimo na história*. Essa obra, que marcou época e que analisava e descrevia os assuntos marítimos dando-lhes uma importância decisiva para os movimentos militares, econômicos e políticos, foi logo traduzida para o japonês, o francês e o alemão. Impressionado, Guilherme II começou a construir uma frota de alto mar, deu início a um programa colonial ultramarino e passou a evidenciar crescente hostilidade em relação à Rússia.

O czar começou sua modernização em inícios da década de 1890. A indústria pesada, a exploração do petróleo e a construção de ferrovias estavam na ordem do dia. A construção da estrada de ferro transiberiana começou em 1891, atingindo Vladivostok, no mar do Japão, em 1903. Suas extensões iam rumo ao sul, através da Manchúria, até Port Arthur (Dairem), no mar Amarelo, livre do gelo. A Rússia, estimulada pela Alemanha a afastar-se do mar Negro e dos Balcãs, havia chegado às águas quentes do Pacífico Ocidental. Os moscovitas podiam então passar do Báltico ao mar Amarelo sem permissão da marinha inglesa. As rotas marítimas em torno da Eurásia haviam sido contornadas pelas linhas terrestres que atravessavam o continente.

No mesmo ano em que as ferrovias russas chegavam ao Pacífico Ocidental, Halford Mackinder publicou o seu *Pivô geográfico da história*. Postulando a tese de que a Eurásia era a Ilha Mundial que, se coberta por comunicações, povoada, desenvolvida e organizada, poderia desafiar as meias-luas costeiras circundantes e os países insulares, assim como também os continentes menores ligados pelo mar da Austrália, África e Américas, Mackinder propunha essencialmente um sistema de justaposição do poder terrestre e do marítimo, e seu conceito serviu de base desde 1904 à estratégia anglo-americana, e mesmo da doutrina de contenção posterior à Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Contudo, a Grã-Bretanha já havia começado a conter a Rússia czarista no Extremo Oriente com a aliança anglo-japonesa de 1902.

O Japão ocupa na Ásia Oriental uma posição equivalente à da Inglaterra na Europa Ocidental. Ambos os países estão cercados por um fosso, ambos receberam suas culturas do continente, ambos foram conquistados pelo continente, têm área terrestre limitada, padecem de falta de energia e de minerais, são superpovoados e vêem-se obrigados a exportar gente e produtos. Em consequência, ambos têm de voltar-se para o mar e a tecnologia, a fim de sobreviverem. Mas o Japão, apesar de séculos de vida marítima, ao contrário da Inglaterra, virou as costas ao oceano e impôs a si próprio um isolamento de 1636 a 1854. Depois de abrir-se às influências ocidentais, e no intuito de sobreviver, o Japão modernizou-se, militarizou-se e industrializou-se rapidamente e, sob orientação dos britânicos, reorganizou a Marinha Imperial (1873). Entre as escolhas de permanecer um cliente das potências europeias, aceitar a extinção ante a China futura que despertava, ou tentar lutar por seu lugar ao sol, o Japão preferiu a última opção.

Seus primeiros alvos foram a Coréia e Formosa (Taiwan). A aquisição da Coréia era de importância crítica, porque aquela península aponta como uma plataforma de lançamento para o coração das ilhas nipônicas. De modo geral, a nação que dominar a Coréia, seja ela a China, a Rússia ou os EUA, exerce extraordinária influência sobre o Japão. Formosa estava a cavaleiro das rotas marítimas do sul, bloqueando o caminho para o mar do sul da China e encontrava-se em posição, junto com as ilhas metropolitanas do Japão, de selar, se fosse necessário, quase toda a fronteira marítima da China no Pacífico. O interesse do Japão pela Coréia e por Formosa, colocou-o em conflito com a Rússia e a China. Em 1905, ambos já estavam derrotados, e tanto a península, quanto a ilha içavam a bandeira do sol naciente.

O caminho do Japão para o império estava a oeste e ao sul. Eram necessários alimentos, minerais e energia (carvão e petróleo) para alimentar a população que crescia e a expansão industrial. A Manchúria oferecia *Lebensraum* e recursos. A China, densamente povoada e permeada de uma cultura própria, poderia ser ocupada, mas talvez nunca conquistada. Mas, livre ou satelitizada, era um mercado para as manufaturas nipônicas. As Filipinas, por mais atraentes que fossem, localizadas à beira do mar do sul da China, trariam ao Japão um confronto imediato com outra grande potência do Pacífico, os EUA; o sudeste da Ásia e a Indonésia, sob o controle colonial da França e da Holanda, no começo do século, representavam uma possibilidade melhor. A Rússia que, ao contrário da China, tinha inclinações imperiais próprias, tendia por isso a ser o inimigo constante. O czar e o mikado cobiçavam o mesmo território na Coréia, Manchúria e no leste da Sibéria. Depois, enquanto os anglo-americanos esposam a visão mundial de Mackinder, segundo a qual o Japão e a Alemanha nos bordos, respectivamente, oriental e ocidental da Eurásia, eram tidos como barreiras à expansão russa, o Japão poderia contar com o apoio da Inglaterra, onde estadistas, como Joseph Chamberlain (1836-1914), insistiam consistentemente num Império Britânico unido e numa aliança mundial de povos marítimos — Inglaterra, Alemanha, EUA e Japão.

Este, agindo sob a cobertura dos conceitos de Mackinder, partia para um império ultramarino. A localização das ilhas metropolitanas indicava o seguinte:

mínio ou ocupação da Coréia e de Taiwan; aquisição ou subjugação da Manchúria e da Sibéria Oriental; satelitização ou penetração econômica do sudeste da Ásia e da Indonésia; e exploração da China ou cooperação com ela, a fim de fortalecer os dois países numa aliança contra a Rússia. Esta continuava sendo o inimigo. Mas, em fins da década de 1900, a Alemanha não somente começou a desafiar a Grã-Bretanha na África e nos Altos mares, como também passou a contemplar um império oriental.

A tese de Mackinder apoiava-se no seguinte refrão:

"Quem domina a Europa Oriental, domina a Heartland.

Quem domina a Heartland, domina a Ilha Mundial.

Quem domina a Ilha Mundial, domina o Mundo."

E a Alemanha, como está exemplificado no plano de Otto Tannenberg, de 1912, começou a ter como alvo a Europa Oriental, a Ucrânia e as províncias bálticas. Além disso, o Kaiser começou a avançar através dos Balcãs, rumo à Turquia e ao golfo Pérsico. O plano da ferrovia Berlim-Bagdá, se tivesse sido completado, seria um atalho do canal de Suez, controlado pelos britânicos e contornaria os flancos da marinha britânica no Mediterrâneo e no oceano Índico. Essas atividades nos Balcãs e no Império Otomano também contrariavam as aspirações russas, ao mesmo tempo em que o programa naval germânico, junto com a penetração econômica dos mercados britânicos, enfurecia os ingleses.

A Primeira Guerra Mundial foi a grande aberração da política europeia. Das oito grandes potências que entraram na guerra — Inglaterra, França, Alemanha, Rússia, Japão, EUA, Áustria e o Império Otomano — duas ficariam completamente destruídas. Buscando objetivos essencialmente limitados, essas nações consumiram-se numa conflagração da qual todos os europeus, vencedores e vencidos, arruinaram-se. A França desejava reocupar a Alsácia-Lorena. O kaiser, ansioso ao mesmo tempo pelo império oriental e a expansão ultramarina, indignou a todos. O multinacional Império Austríaco aspirava a deslocar-se para o sul, rumo aos Balcãs eslavos. O czar queria os Dardanelos. O Japão procurava expandir sua influência no Pacífico. A Inglaterra, sentindo aproximar-se o desastre, hesitava. Mas os compromissos anteriores a 1914, junto com a invasão da Bélgica pela Alemanha — Londres sempre havia sido contra a ocupação dos Países Baixos por qualquer potência continental — levaram a Grã-Bretanha à luta.

A Inglaterra cometeu quatro erros capitais durante a Primeira Guerra Mundial. Em vez de concentrar-se na mobilização marítima e no poder naval, os britânicos puseram em campo um grande exército terrestre, em Flandres, território escorlhido pelo inimigo, perdendo a flor de sua juventude e arruinando suas finanças. A Inglaterra abandonou o Extremo Oriente para o Japão, que, já tendo humilhado um exército europeu na guerra russo-japonesa (1904-1905), passou a ocupar os postos avançados dos alemães na China e no Pacífico Central, estimulando mais ainda os povos coloniais subjugados a rebelarem-se contra os seus senhores europeus. A consciência colonial foi despertada ainda pelo fato de que os ingleses abraçaram as aspirações nacionais das minorias dos impérios austríaco e otomano. Essa arma de guerra

ra dos aliados contra as potências centrais, combinada ao encorajamento das ambições japonesas, revelar-se-ia eventualmente o azar dos europeus que venceram em 1918, pois inflamaria o mundo com as guerras de libertação nacional. Esquecendo ainda mais seus interesses a longo prazo, os britânicos, depois de não terem conseguido forçar os Dardanelos, concederam o estreito aos russos, pelo Tratado de Londres (1916) — e somente a revolução bolchevista salvou-os das consequências dessa loucura. E, por último, esquecendo seus próprios princípios de equilíbrio do poder, os ingleses insistiram numa paz punitiva, apesar das ofertas de mediação, que desmembraria a Áustria e desestabilizaria a Alemanha do pós-guerra, eliminando assim, temporariamente, os entraves à expansão dos russos. O mundo havia enlouquecido. A velha ordem ruiu, e a Inglaterra, buscando refazer o equilíbrio, não somente ofereceu aos russos o acesso ao Mediterrâneo, como também convocou o Novo Mundo para salvar o Velho.

Os EUA entraram na guerra em abril de 1917. Geopoliticamente, a medida foi provavelmente motivada pela iminente ocupação da Europa Oriental e da Rússia Branca pelo exército alemão. Pois se havia povo capaz de organizar e explorar a *Heartland* da tese de Mackinder, esse seria o alemão, que teria o talento e a força de vontade para tarefa tão monumental. Os norte-americanos, além de sua afinidade filosófica com os britânicos, também tinham a sua visão de império.

Até 1898, os objetivos norte-americanos eram limitados em ambas as costas por fossos oceânicos, ao sul por extensões ilimitadas de desertos e ao norte por florestas e pradarias quase vazias, os primeiros norte-americanos concentraram-se inicialmente no esforço de continuar suas pretensões ao espaço vazio. A aquisição das terras desocupadas para futuro povoamento e desenvolvimento era primordial. Os fundadores da nação norte-americana, produtos do racionalismo do século XVIII, acreditavam que o ambiente natural de um continente vazio permitiria que a suposta bondade inata da humanidade se desenvolvesse e que o país prosperaria. Foi estabelecido um sistema escolar para ensinar e doutrinar imigrantes e norte-americanos nos princípios do Iluminismo e do nacionalismo norte-americano. Esse conceito induziu os norte-americanos a buscar espaço e não a conquistar populações existentes que seriam difíceis de socializar. Essa atitude está refletida no fracasso do movimento de Todo o México, de 1846-1848, e no desinteresse em anexar Cuba depois da guerra hispano-norte-americana (1898). Em política exterior, esse idealismo sobre a bondade do homem e a crença de que seria possível socializar Estados fora da lei como se fossem indivíduos criminosos, mudando o ambiente e dando-lhes um sentimento de segurança, levou ao apaziguamento e à perda do sentido de realidade estratégica. O apogeu desse idealismo mal orientado evidencia-se nos atuais esforços do Departamento de Estado para socializar os soviéticos. Essa falha quase fatal dos costumes norte-americanos passou a ter relevância depois de 1898, quando os EUA ingressaram na arena internacional. O esforço inicial dos norte-americanos dirigiu-se ao "destino manifesto" de reclamar espaço na América do Norte e estabelecer um império comercial no Caribe.

A experiência norte-americana seria encetada no laboratório sanitário de um território virgem. Por conseguinte, Benjamin Franklin, Thomas Jefferson, Henry

Clay e John Quincy Adams, todos eles filhos do Esclarecimento, formularam uma política destinada a estabelecer uma nação transcontinental que exercesse hegemonia na América do Norte, eliminando as influências européias, o que permitiria ao país controlar o Caribe e, a partir daí, engajar-se na penetração comercial da América Latina. No prazo de pouco mais de um século, todas essas metas já haviam sido alcançadas. Em 1825, os impérios americanos da França e da Espanha já estavam praticamente desintegrados, e os norte-americanos, junto com os brasileiros, começaram a ocupar os lugares ainda não povoados. Em 1867, a Rússia foi eliminada da América pela compra do Alaska. Dois anos mais tarde, depois de terminada a ferrovia transcontinental, a marinha britânica foi primeiro contornada pelos flancos e depois, em 1898, eliminada como perigo pela aquisição de bases em Cuba e Porto Rico, no Caribe, e das ilhas do Havaí, no Pacífico Central. Enquanto isso, entre 1867 e 1898, os EUA, ajudados pelo fato de que eram o primeiro mercado comum continental, com uma vasta área para explorar, sob o seu controle direto, emergiram como um gigante industrial. Inspirados por Mahan e liderados por Theodore Roosevelt (1901-1909), os EUA chegaram então ao Caribe, construíram um canal através do istmo e, com sua nova marinha, investiram pelo Pacífico até as Filipinas.

A ocupação das Filipinas inaugurou uma nova era e um duplo dilema; o arquipélago podia ser considerado um refém contra um Japão potencialmente hostil, e portanto uma desvantagem, ou como uma base avançada para a expansão oriental e, portanto, uma vantagem. De qualquer forma, as ilhas eram povoadas por um povo de cultura e raça diferentes que somente poderia ser assimilado com dificuldade. Atribulado com pressões políticas internas — a política local, regional e nacional nos EUA geralmente tem precedência sobre os interesses de política externa — e dividido quanto às opiniões sobre estratégia internacional, o avanço dos EUA pelo Pacífico marcaria tempo durante quase 40 anos. Nesse entretanto, prosseguiram os esforços no Caribe e no Atlântico.

O mar fechado do Caribe transformou-se num lago norte-americano. O Mediterrâneo do Novo Mundo e o Canal do Panamá eram de importância decisiva para os EUA. Não somente a maior via fluvial do país, o Missouri-Mississippi deságua nesse mar fechado, mas nele também é transportado o grosso da carga mercantil entre as duas costas. A vantagem econômica sobre a passagem do cabo Horn ficou ainda mais acentuada pela facilidade que deu à frota norte-americana para transferir navios de um oceano ao outro. As bases em Cuba, Porto Rico e, eventualmente, nas Ilhas Virgens, foram estabelecidas mais para defender o canal transístmico, que não fora ainda construído, do que para controlar o Caribe. Consequentemente, os interesses estratégicos dos EUA tenderam a encerrar-se na terra firme, enquanto o resto da América do Sul era relegado às principais potências regionais, a Argentina e o Brasil. A importância do Caribe como meio de comunicação entre as costas do Atlântico e do Pacífico e como rota para a penetração comercial da América Latina não pode ser negada. No entanto, a atração do Pacífico era maior do que o chamado do Caribe e o do Pacífico.

Os EUA viraram-se para o Atlântico. Considerações comerciais, culturais e militares, junto com a tese wilsoniana — mais uma vez um erro quase fatal do ide-

lismo do Esclarecimento — de que a missão dos EUA era a de tornar o mundo seguro para a democracia, provocaram a intervenção norte-americana na Primeira Guerra Mundial. Os EUA, que até então haviam sido os campeões do antiimperialismo, aliaram-se às principais potências coloniais — Inglaterra, França e Rússia. Somente o temor de que os alemães dominassem a Europa Oriental, o medo da perda financeira se os aliados fossem derrotados, e a aspiração a substituir a Grã-Bretanha, econômica e comercialmente, senão colonialmente, como a principal potência marítima do mundo, poderiam justificar a entrada dos norte-americanos no conflito. Os EUA queriam levantar uma Heartland no Novo Mundo, para desafiar o Velho.

A declaração de guerra dos EUA, em 6 de abril de 1917, coincidiu com a queda da Rússia. Os democratas sociais, sob Alexandre Kerensky, que tentavam continuar na guerra para não perder o estreito dos Dardanelos, não puderam conter o desbaratamento do exército russo. Empurrando para um lado o governo provisório, os bolchevistas tomaram Petrogrado e pediram a paz.

Os povos submetidos das franjas do império russo, na Transcaucásia, Bessarábia, Ucrânia, no Báltico e na Finlândia, ajudados pelos alemães e, depois, pela intervenção dos aliados, desligaram-se e declararam sua independência. A confirmação veio com o tratado de Brest-Litovsk (1918). A Alemanha governava a Europa Oriental. Mas, na frente ocidental, as novas tropas norte-americanas haviam chegado e, em novembro de 1918, as potências centrais caíram. Relutantemente, o exército alemão retirou-se do leste.

A Rússia bolchevista e a Alemanha socialista eram párias internacionais. Os dois párias juntaram-se em Rapallo, em 1922. Quer fossem comunistas ou socialistas, russos e alemães seguiram as pegadas de seus antepassados. Os soviéticos anexaram Tuva, estabeleceram um satélite na Mongólia Exterior, na Ásia Central, e reincorporaram a Transcaucásia e a Ucrânia. A Alemanha também manteve a Freikorps em campo, depois do armistício, para expulsar os poloneses e assegurar a continuação da existência das repúblicas bálticas e da Finlândia.

O nacionalismo triunfou com a ascensão de Joseph Stalin e Adolf Hitler (1935-1945). Stalin almejava restaurar o império russo. Hitler, atraído pelos conceitos geopolíticos do general Karl Haushofer, sonhava em ganhar o leste eslavo. A ocupação da Europa Oriental e da Rússia europeia coincidia com as teorias de Hitler sobre a superioridade racial. Os subumanos eslavos seriam eliminados ou escravizados e a raça superior alemã governaria. Neste ponto, ele rompeu com Haushofer, que preferia a cooperação com a Rússia, e não sua conquista. E, na verdade, os dois inimigos ideológicos, comunismo e nazismo, continuaram trabalhando juntos, renovando o pacto de Rapallo, mesmo depois de 1933. Contudo, em dois pontos, Hitler e Haushofer concordavam: que a Igreja Católica Romana e o Império Britânico deviam ser preservados em benefício da estabilidade global. A Alemanha governaria a Europa Oriental e a Ilha Mundial; a Inglaterra, as zonas coloniais de além-mar. Mais uma vez, a justaposição do poder naval e do poder terrestre.

Stalin discordou. Encarando os nazistas como a encarnação da *Drang nach Osten*, procurou cercar a Alemanha fazendo alianças com a Grã-Bretanha, a França

e a Checoslováquia. Frustrado em seus esforços para colaborar com os aliados ocidentais, Stalin procurou Hitler.

A Segunda Guerra Mundial irrompeu em setembro de 1939. Essencialmente uma continuação do primeiro conflito, o segundo também formaria a base da Terceira Guerra Mundial. O malogro dos britânicos em preservar o equilíbrio do poder na Europa, apoiando a Itália fascista contra a Alemanha nazista ou respondendo às propostas dos russos, provavelmente porque o grupo *clvden* esperava que Hitler se voltasse para o leste — mas não muito —, precipitaram o conflito.

O pacto russo-alemão de não-agressão de 23 de agosto de 1939 preparou a cena. Com uma penada, Stalin recuperou quase tudo que havia perdido em Brest-Litovsk. Hitler tornou-se supremo na Europa Central. Livre para atacar a França, o *Führer* rumou para o oeste. Paris caiu no ano seguinte. Hitler, um interiorano do continente, não aproveitou a oportunidade de cortar as rotas marítimas britânicas em Suez, e virou-se novamente para o leste. Derrotados numa campanha feroz de quatro anos (1941-1945) para subjugar os eslavos, os alemães foram empurrados de volta à linha Oder-Neisse. Mil anos de conquistas germânicas foram praticamente eliminados. A Rússia soviética governava a Europa Oriental e o interior da Ásia. A seguir, os mongóis rumariam para o mar.

A luta fratricida dos povos marítimos das meias-luas de dentro e de fora chegaram a um clímax entre 1939 e 1945. Pois a Segunda Guerra Mundial cobriu três conflitos diferentes. Um era a guerra colonial entre as potências que tinham colônias, como a Inglaterra e a França, e as que não tinham, como a Alemanha e a Itália. O segundo conflito foi entre a Rússia comunista e a Europa Ocidental; e o terceiro, o combate entre o Japão e os EUA pela posse do Pacífico.

Die Geopolitik des Pazifischen Ozeans, de Karl Haushofer, atraiu atenção imediata quando de sua publicação em 1924. Logo traduzido ao russo e ao japonês, tornou-se a base do plano Tanaka, de 1927, que sistematizou a expansão japonesa. Proclamando "A Ásia para os Asiáticos", e estabelecendo a Esfera Maior de Prosperidade da Ásia Oriental, o Japão ocuparia, nos próximos 15 anos, a Manchúria, invadiria a China e intrometer-se-ia nas Filipinas, Indonésia e sudeste da Ásia. Esse desafio levou os EUA, já extra-oficialmente beligerantes por causa dos esforços alemães para ocupar a Europa Oriental e da ameaça submarina às rotas marítimas na batalha da Grã-Bretanha, a entrar na guerra.

Os EUA declararam guerra ao Eixo logo depois do ataque japonês a Pearl Harbor. Os demais povos marítimos do hemisfério ocidental, na América Latina, aderiram. O Brasil, em particular, que já havia participado ativamente da Primeira Guerra Mundial, enviando uma flotilha naval para patrulhar as rotas do sul do Atlântico, em 1918, juntou-se à peleja em 1942. Os brasileiros, leais aliados dos EUA desde os tempos do Barão do Rio Branco, no Ministério do Exterior (1902-1912), não somente enviaram uma força expedicionária para lutar na Itália, mas também repetiram a façanha de 1918, ajudando na cobertura do cabo da Boa Esperança e patrulhando as rotas entre Natal e Dakar, no sul do Atlântico.

A atração da África e do sul do Atlântico é um tema constante da história brasileira. A América do Sul, cercada por três mares — o Atlântico, o Pacífico e o Caribe, equilibrada por três altiplanos — o Andino, o brasileiro e o Guiano, e atravessada por três rios — o da Prata, o Amazonas e o Orenoco, inclina-se para o Atlântico. O Brasil avança para o leste em direção ao noroeste da África como um gigantesco balão, estrangulando o Atlântico em seu ponto mais estreito, entre Natal e Dakar. Para o oeste, eleva-se a muralha dos Andes, quase eliminando o acesso ao Pacífico. Para o sul e para o norte, o Brasil acha-se quase cercado pelas linhas aquáticas das bacias fluviais do Paraná-Paraguai e do Amazonas-Maranhão. A água, tanto fluvial, quanto marinha, teria de influenciar o país.

Herdeiros dos marítimos portugueses, os brasileiros agarraram-se às costas durante séculos. Algumas colunas, no entanto, marcharam para o oeste. Entrando para o interior segundo duas grandes alas que partiam de São Paulo e de Belém do Pará, os bandeirantes e os caboclos convergiram para o Chaco, o local da prata de Potosí e dos desfiladeiros para o Pacífico. No entanto, apesar dessas expedições, o Brasil continuou sendo um arquipélago.

Uma ponte de navios uniu o Brasil. Como parte do império marítimo português, os elos do Brasil com Lisboa dependiam da aliança anglo-portuguesa e da marinha britânica. Na época da independência, predominavam os interesses econômicos britânicos. Mas, como os ingleses sentiam-se seguros, evitou-se a balcanização do país. Na América Espanhola, a Inglaterra seguiu a política de dividir para conquistar, a fim de facilitar a penetração comercial. Em consequência, a América Portuguesa permaneceu unida, enquanto a Espanhola fragmentou-se. Mas, embora politicamente uno, o Brasil era uma série de ilhas isoladas, dependentes das rotas costeiras e fluviais, até a construção de um sistema integrado de ferrovias e rodovias. A continentalização somente começou depois da construção de Brasília, em 1959. Por isso, o Brasil, durante longo tempo enfeitiçado pelo mar e pelos rios, esforçou-se para ganhar as entradas do rio da Prata e do rio-mar, a fim de abrir comunicações com o *hinterland*. No sul, essa tentativa levou o Brasil a um conflito com a Argentina.

A Argentina aspirava a dominar a bacia do Rio da Prata. Sua ambição de estender-se para o norte foi em parte frustrada por sua posição peninsular, pois as linhas modernas de comunicação tendem a correr de leste para oeste, através dos continentes. A Argentina também encontrou dificuldade para superar a divisão entre oceano e pampa, entre portenho e província. A tensão gerada pela marcha da Argentina para o norte e a do Brasil para o oeste, está, contudo, diminuindo. O interesse mútuo, ajudado pela inovação tecnológica, pela necessidade de energia e pela percepção de um perigo comunista em comum, passaram, desde 1976, a atenuar o confronto. A América Hispânica está começando a entender que a tendência do século XX é para a confederação continental.

Espaço é poder. Tanto a Rússia soviética quanto os EUA são de tamanho quase continental. Ambos vão de oceano a oceano, do Atlântico ao Pacífico. Mesmo a Comunidade Econômica Européia tende à unificação. Para sobreviver às pressões de outras potências, a América do Sul deverá um dia continentalizar-se. Quanto

maior for uma associação econômica ou política, maior a quantidade de recursos naturais que terá à sua disposição. Além disso, uma população maior facilitaria a expansão da indústria e produção em massa, a preços competitivos. Produção em massa significa consumo em massa, o que, por sua vez, significa que a população deve ter poder aquisitivo. A vasta extensão da América do Sul, sua relação favorável homem/terra — não demais, nem de menos — e seu mercado de massa potencial oferecem uma área ideal para a integração econômica continental. E isso pode ser alcançado se a Argentina e o Brasil colaborarem na bacia do Rio da Prata.

Para o oeste e para o norte, os Andes e o Amazonas ao mesmo tempo abrangem e limitam o Brasil. Embora a cordilheira prive o Brasil de uma passagem fácil para o Pacífico, nela também formam-se as fontes do rio-mar, pois os rios correm rumo ao norte e ao leste através de canyons que alimentam aquele rio-mar. Portanto, os dois são complementares, e as nações dos Andes e do Amazonas — Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana e Brasil — participam de um destino comum. Um futuro que foi tornado mais próximo em outubro e novembro de 1979, quando o presidente peruano, Francisco Morales Bermudez visitou Brasília, e o presidente João Baptista Figueiredo, do Brasil, visitou seu colega, Luiz Herrera Campins, em Caracas, ligando assim os pactos Andino e Amazônico.

A ampla bacia do rio-mar quase toca o Mediterrâneo do Novo Mundo. As rotas fluviais correm para o norte através do complexo rio Negro-Caciquiare-Orenoco, até o mar fechado. Cercado por terra firme e as praias da América Central ao sul e ao oeste, ancorado pelas Antilhas, ao centro, e rodeado de ilhas ao leste, o Caribe liga as Américas e funciona como um nexo do Novo Mundo. Há muito um lago norte-americano, o Caribe transformou-se gradualmente, desde 1959, num mar socialista.

O controle norte-americano do Caribe era corolário da aliança Brasil-EUA. A posição da América Portuguesa, junto com a herança histórica do Brasil, postulava o seguinte: um forte interesse na segurança do sul do Atlântico, a fim de manter comunicações com a Europa, a América do Norte, a África e o oceano Índico; um Atlântico aberto, posto que um semicírculo de Estados possivelmente hostis de língua espanhola estende-se para o sul, o oeste e o norte; um espaço maior na América do Sul para servir de zona de amortecimento entre o Brasil e os hispano-americanos, numericamente superiores; a garantia das comunicações marítimas e fluviais com as fronteiras distantes, através do rio da Prata e do Amazonas; o acesso ao Pacífico — o mar do futuro, segundo Haushofer, posto que a orla da bacia do Pacífico, que inclui o oceano Índico, contém 70% da população mundial e cerca de 70% dos recursos inexplorados do mundo — via cabo da Boa Esperança, o canal transistmico do Caribe, ou através do maciço andino; o estabelecimento de uma rede interna de comunicações que suplementaria os sistemas marítimos e fluviais; e a colonização da área vazia entre a costa e a fronteira oeste. Todos esses pontos dependiam, em parte, da amizade com a principal nação marítima e comercial, a Grã-Bretanha ou os EUA, porque o Brasil necessitava de linhas marítimas seguras de comunicação, estabilidade econômica e política global para desenvolver-se e infusões maciças de capital e

tecnologia para modernizar-se. Além disso, os luso-brasileiros tiveram sua própria visão de um "destino" que foi anterior a dos fundadores da nação norte-americana.

O Pe. Antonio Vieira publicou *O quinto império do mundo* em 1658. Essa obra profética reclamava uma nova ordem mundial orientada por um reino cristão, liderado por um novo povo escolhido. O quinto império mundial traria paz e justiça a um mundo multirracial, superando as forças do mal e o caos através dos princípios cristãos. Daí porque o Brasil, por motivos estratégicos, econômicos, ideológicos e teológicos, aliar-se-ia ao Ocidente em três guerras mundiais.

Os EUA saíram de sua fortaleza americana para combater na Segunda Guerra Mundial. Amargurados com as maquinações das grandes potências em Versalhes, em 1919, os EUA retiraram-se para a sua América do Norte, protegida pelo Atlântico e o Pacífico. O isolamento, o desarmamento e a autarquia foram a regra durante quase dois decênios. O choque de Pearl Harbour eletrizou a nação. Quatro anos de combate forçaram os EUA, arsenal da democracia, a saquear um continente para sustentar o esforço de guerra. Os EUA passaram a depender cada vez mais de fontes ultramarinas de minérios e petróleo, ao mesmo tempo em que a destruição da Europa obrigava os norte-americanos a ajudar, comerciar e proteger. Das sete grandes potências que entraram na peleja — Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Japão, URSS e EUA — restavam apenas duas, em 1945.

O mundo bipolarizou-se. O urso russo abraçava metade do mundo, do Yalu ao Elba, enquanto as asas da águia norte-americana protegiam o outro hemisfério. Pousada na plataforma da América do Norte, a águia escudava os povos das orlas ocidental e oriental da Eurásia. Estava também preparada para atacar por cima do polo o urso soviético. A ciência havia revolucionado a estratégia.

As inovações tecnológicas do poder aéreo e das armas atômicas inauguraram uma nova era na guerra. O poder aéreo, especialmente para os seguidores entusiásticos da doutrina de Giulio Douhet da vitória pela destruição transportada através do ar, parecia algo supremo. O *Heartland* da Eurásia, imune ao ataque marítimo, estava aberto ao assalto aéreo de todos os lados. Mahan, Mackinder e Haushofer pareciam superados. A arte da geopolítica, junto com a projeção de mapa de Mercator, pareciam coisas do passado.

Predominava a visão polar. O general Carl Spatz, da Força Aérea dos EUA, projetou uma ofensiva por cima do Polo Norte, contra a URSS, ataque tornado ainda mais destrutivo por causa do armamento nuclear. A força aérea e as bombas atômicas haviam acabado com o Japão, empurrando a fronteira norte-americana no Pacífico até a beira da Ásia Oriental. O Pacífico e o Atlântico eram lagos norte-americanos. A responsabilidade pelas vias marítimas do mundo estava com a marinha dos EUA. A Europa encontrava-se prostrada, seus impérios coloniais ruíram. Os EUA, armados e intactos, preparavam-se para o seu século de supremacia. Mas a outra superpotência sobrevivente, a URSS, também tinha as suas aspirações nacionais e ideológicas. Os EUA buscaram restringir as ambições soviéticas através da doutrina da contenção de George Kennan.

Seguros de sua superioridade aérea, econômica, industrial, naval e tecnológica, os anglo-americanos e os povos marítimos seus parceiros procuraram atualizar a tese de Mackinder e cercaram a União Soviética com uma série de alianças interligadas que passavam pelo *rimland* ou crescente interna da Eurásia — SEATO, CENTO e NATO. A contenção também incluiu o conceito de Mackinder do crescente externo ou insular, que foi incorporado ao sistema de alianças pelo ANZUS e o Tratado do Rio de Janeiro. Portanto, durante a fase da guerra fria da Terceira Guerra Mundial, a URSS e seus satélites, embora poderosos, estavam trancados entre as alianças circundantes e o oceano Ártico. Fora do escudo com que envolviam a URSS e a República Popular da China (RPC), os EUA buscaram promover o progresso político, estimulando a descolonização e a democracia liberal, ao mesmo tempo em que geravam avanço econômico, propiciando o comércio livre e o capitalismo privado nos crescentes tanto interno quanto insular. Contudo, posto que os EUA renunciaram unilateralmente a um primeiro ataque aéreo com armas nucleares contra a União Soviética, a contenção reteve o conceito básico da tese de Mackinder: o poder terrestre *versus* o poder marítimo.

A contenção era essencialmente defensiva. Não assumindo a iniciativa, os norte-americanos esperavam induzir um senso de segurança nos soviéticos que, por sua vez, produziria padrões de comportamento aceitáveis nas relações da Rússia com a comunidade internacional. Essa aspiração dos responsáveis pela política norte-americana indica uma falta de visão histórica do passado russo e também o malogro em compreender que a União Soviética é um império ideológico. Os impérios, como o soviético e o espanhol, não podem tolerar a contestação interna, posto que um ataque à doutrina oficial é também um agravo ao Estado. Também não podem permitir a competição externa, porque a existência contínua de filosofias opostas é teologicamente um anátema e constitui uma ameaça à unidade imperial. Os impérios ideológicos, ao contrário dos econômicos, precisam lutar por tudo, ou tomar no nada. Esquecendo essas diferenças filosóficas entre o Ocidente liberal e o Oriente totalitário, e convencidos de que a economia prevaleceria sobre a política, em vez de o contrário, os EUA prosseguiram com a contenção.

Supremos no ar e no mar e seguros de sua superioridade nuclear, os EUA poderiam responder a quaisquer esforços dos russos para romper o anel das *rimlands*. Mas foi esse o erro fatal da contenção. Basicamente defensiva, deu aos comunistas a opção da iniciativa. Pulando por cima do escudo de segurança, os soviéticos começaram a alimentar guerras de libertação nacional e a penetrar na área do império econômico norte-americano.

Em 1959, a situação estratégica começou a favorecer os soviéticos. Cuba caiu sob o domínio de Fidel Castro. A CENTO desmoronou. Aumentou a insurreição no sudeste da Ásia. Os russos, recordando a crise dos mísseis de Cuba em outubro de 1962, aumentaram sua capacidade de ICBM e aceleraram a construção naval.

Um único oceano envolve o mundo inteiro. Contudo, os pontos marítimos de estrangulamento que surgiram na viagem de Vasco da Gama suportam ainda a maioria do comércio mundial: cinco mares internos — os do sul da China, o Mediter-

râneo, o do Norte, o da Noruega e o Caribe; dois canais interoceânicos — Suez e Panamá; e sete pontos críticos de passagem — os estreitos de Málaca, Sri Lanka (Ceilão), Chifre da África, canal de Moçambique, cabo da Boa Esperança, Gibraltar e cabo Horn. Desde 1959, os russos, inspirados por Mahan, Mackinder e Haushofer, lançaram, sob a direção capaz do almirante Andrei Gorshkov, uma frota de alto-mar e intrometeram-se em todos esses 14 pontos de estrangulamento. Os tárteros foram para o mar.

Dois anos depois que os soviéticos começaram sua preparação naval e nuclear, os EUA deram início ao seu desarmamento unilateral. Em 1964, o secretário da Defesa, Robert Strange McNamara, convencido de que era possível aculturar os comunistas, avançou uma política destinada a desmantelar as defesas norte-americanas. A acomodação, e não a confrontação, tornou-se a base da política exterior norte-americana. A *detente* — segunda fase da Terceira Guerra Mundial — começou. Concomitantemente, como herança residual da guerra fria, os EUA, atendendo compromissos de trabalho, intensificaram a ajuda ao Vietnã do Sul e passaram a envolver-se cada vez mais profundamente no sudeste da Ásia.

O confronto ao longo do Mekong conflitava com a acomodação às margens do Potomac. Imobilizado por políticas contraditórias, os EUA combateram nessa guerra para não ganhar. Enquanto isso, emergia um mundo multipolarizado. Havia passado a predominância bipolar. A aliança sino-soviética cindiu-se. A *Heartland* não era mais inteira. O Japão, na meia-lua interna, e a República Federal da Alemanha, da *rimland*, transformaram-se em gigantes econômicos. O Irã, no crescente interno, e o Brasil, no crescente insular, ergueram-se entre as potências regionais. A Rússia estava cercada por nações hostis e cada vez mais robustas. A República Popular da China (RPC) era potencialmente a mais perigosa. E os chineses eram um inimigo antigo.

A União Soviética resolveu eliminar a RPC. Havia três opções: um ataque cirúrgico convencional, a devastação nuclear ou o isolamento pelo cerco. Foram propostas todas as três. Em 1965, a URSS tentou formar uma coligação com o Vietnã do Sul, a China nacionalista (Taiwan) e o Japão, para conquistar a China comunista. Esse esforço foi frustrado pelo serviço de inteligência naval dos EUA. A segunda opção, a eliminação atômica, também foi contrariada pelos EUA. A terceira, o isolamento pelo envolvimento geográfico, está a caminho. Mas a RPC não é a única inimiga da URSS.

O ponto de vista dos soviéticos é simples. O plano é fazer um envolvimento duplo. Os soviéticos buscam obter superioridade nuclear e naval. Então, sob a cobertura de um inexpugnável guarda-chuva nuclear, cercar a RPC e estrangular as nações industrializadas da Aliança Ocidental — essencialmente os EUA — estrangulando seu acesso aos minerais estratégicos e aos suprimentos de energia. Esse conceito de empregar forças convencionais sob um equilíbrio de terror nuclear é quase uma estratégia pré-atômica, pois a URSS está aplicando os princípios básicos da geopolítica — o cerco, o isolamento e o estrangulamento. O envolvimento é também a terceira fase da Terceira Guerra Mundial.

A Indochina era a chave da estratégia de cerco dos soviéticos. Ajudados pela expansão de seu poderio naval, os soviéticos forneceram as armas mais modernas aos norte-vietnamitas. O apoio chinês ao Vietnã do Norte foi mínimo e principalmente com finalidades de propaganda, para salvar o prestígio da China junto ao Terceiro Mundo. A RPC temia ver um satélite soviético em sua fronteira meridional, área de soberania tradicional dos chineses. Quando o presidente Richard Nixon exerceu a opção chinesa, em 1971, seu emissário, o general Haig, foi informado pelo presidente Mao-Tsé-tung de que a RPC não queria que os EUA perdessem na Indochina. Mas Saigon caiu em março de 1975.

A RPC está cada vez mais cercada pelo poderio soviético. Uma meia-lua de bases, satélites e aliados dos russos, curva-se para o oeste, o sul e o leste ao redor da China continental, do mar do Japão ao mar do sul da China. Shikotam, Sakalina, Sikhote Alin, a República Democrática da Coréia (do Norte), a Mongólia, a Sibéria, o Afeganistão, a Índia e a Indochina formam um semicírculo em torno da RPC que começa no estreito Tártaro e acaba na baía de Cam-Ranh. Somente duas aberturas ao longo desse perímetro hostil, o Paquistão, favorável à RPC, e a Birmânia, que é neutra, oferecem a Pequim avenidas incertas para o oceano Índico e os povos marítimos da Aliança Ocidental.

A fronteira marítima da China comunista no Pacífico está em frente das Filipinas, de Formosa, do Japão e da República da Coréia (do Sul). Esses três arquipélagos e um pedaço de uma península formam uma porção de uma frente cada vez mais frágil contra o outro braço do avanço soviético — o estrangulamento das nações industrializadas.

Todos esses quatro países capitalistas — Filipinas, Taiwan, Japão e Coréia — dependem de energia importada — petróleo e/ou alimentos, e matérias-primas. Estão também todos sob ataque. As Filipinas enfrentam uma insurreição. A China nacionalista, em Taiwan, receia o total abandono dos EUA. O Japão está sob a pressão direta do aumento da presença russa nas ilhas de Shikotam. A Coréia do Sul preocupa-se com a retirada das forças norte-americanas. Buscando sua sobrevivência, os povos insulares e peninsulares do Pacífico Ocidental — filipinos, taiwaneses, japoneses e sul-coreanos — consideram ou a opção nuclear ou a aliança com a URSS. Se algum desses povos marítimos buscar proteção junto aos soviéticos, o cerco da China continental estaria quase completo. A hostilidade dos soviéticos, combinada com a indecisão dos norte-americanos, colocou em perigo a RPC e convidou à desestabilização do mar da China.

O mar do sul da China é uma das cinco vias aquáticas interiores que transportam minérios e petróleo para as nações industrializadas. A maioria dos minerais está localizada na África meridional. A fonte do petróleo é o Oriente Médio. Até 1965, todas as instalações navais da África que orientavam as remessas de minérios às nações industrializadas achavam-se sob a soberania dos povos marítimos. O óleo do golfo Pérsico ia principalmente para o Japão e a Europa Ocidental através do mar do sul da China, do canal de Suez e do Mediterrâneo. Uma quantidade mínima era exportada para os EUA. Mas, a partir de 1965, houve uma revolução no consu-

mo de energia e no transporte de petróleo. O petróleo do Oriente Médio, que era transportado por Suez e o Mediterrâneo até a Europa Ocidental, começou a ser enviado pelo sul, em superpetroleiros, ao longo da África Oriental, passando pelo canal de Moçambique, contornando o cabo da Boa Esperança, passando a subir do Atlântico, por Angola e Guiné-Bissau, até chegar à NATO e os EUA. O mundo virou de cabeça para baixo; o globo foi invertido. Portos de escala hostis substituíram as instalações navais amigas. Mas a terra também mudou de outras maneiras.

O confronto bipolar da guerra fria foi substituído pela *détente* e, depois, pelo duplo envolvimento. A cisão sino-soviética aumentou. O Vietnã do Sul, abandonado pelos EUA, caiu, seguido do Laos e do Camboja. Portugal, junto com a Espanha e o Marrocos, viu-se alvo do plano Orã dos soviéticos, de 1974, e tremeu. Moçambique e Angola vacilaram. À medida que a *détente* enfraquecia e o cerco estendia-se, quatro nações emergentes — o Japão, o Irã, a Alemanha Ocidental e o Brasil — consternados com a derrota dos norte-americanos no sudeste da Ásia e preocupados com a pouca confiança que os EUA inspiraram como aliados, formaram uma coligação para continuar a contenção.

A interdependência econômica mútua e a segurança militar fez desse quarteto do Japão, Irã, Alemanha Ocidental e Brasil uma associação perfeita. O Japão forneceria capital e tecnologia ao Irã e ao Brasil, além de presença do Pacífico Oriental. O Irã forneceria petróleo, agiria como um igualizador no Oriente Médio e projetaria seu poder naval rumo ao sul, no oceano Índico, para proteger as linhas marítimas de comunicação do petróleo para o Japão, no Pacífico, e para a Alemanha e o Brasil, no Atlântico. A Alemanha Ocidental, como o Japão, exportaria capital e tecnologia para o Irã e o Brasil, buscando simultaneamente fortalecer a NATO. A função imediata do Brasil seria fornecer alimentos e matérias-primas e, eventualmente, à medida que fossem entrando o capital e a tecnologia, substituir os EUA numa aliança mundial. Enquanto isso, o Brasil serviria de estabilizador na América do Sul, esforçar-se-ia para defender o sul do Atlântico e para restabelecer a presença dos povos marítimos na região dos minérios da África meridional, ameaçada pela satelitização de Moçambique e Angola pelos soviéticos. Mas essa aliança necessitaria de dois decênios para resultar num instrumento eficiente, e somente quatro anos depois de sua formação, em 1975, o Irã foi desestabilizado, o xá exilou-se no México e a coligação ruiu. O Japão passou a fortalecer seus elos com a RPC. A Alemanha Ocidental, lembrando-se de Bismarck e de Rapallo, reconsiderou a *Ostpolitik*, enquanto o Brasil iniciou uma revisão de sua doutrina estratégica.

O fim da aliança Brasil—EUA já havia acontecido. O rompimento deu-se em março de 1977. Acrescentada à crise de energia de 1973 e à perda do sudeste da Ásia, de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau, em 1975, havia uma lista de supostas violações aos direitos humanos ligada à ajuda militar norte-americana de 50 milhões de dólares. Indignado ante essa intervenção em seus assuntos internos, o governo brasileiro, que chegou a considerar o rompimento das relações diplomáticas, contentou-se com o cancelamento unilateral do acordo de defesa mútua de 1952. Prevaleceram o interesse econômico e as considerações estratégicas. Mas a parceria rompeu-

se. O Brasil virou-se para o Japão, a Alemanha Ocidental e o Irã. Contudo, essa opção evaporou-se com a expulsão do xá. Outras iniciativas foram indicadas.

O fim do Irã pôs em perigo os campos petrolíferos do Oriente Médio. A queda do xá também deixou desprotegidas as linhas marítimas de comunicação do petróleo no oceano Índico para o Japão, Austrália, Nova Zelândia, Brasil, NATO e os EUA. Ao mesmo tempo, o fim da projeção naval proposta pelo Irã, ao longo da costa da África Oriental, desgastou a presença já fraca do Ocidente na zona de minérios estratégicos da África meridional. Até mesmo o Atlântico — âncora da aliança industrializada — ficou desprotegido.

O Atlântico estende-se por quatro dos principais mares interiores do mundo — Mediterrâneo, do Norte, da Noruega e o Caribe. Dois desses, o Mediterrâneo e o Caribe, estão ligados aos dois canais interoceânicos, Suez e Panamá. A entrada no sudoeste do Atlântico é feita pelo cabo da Boa Esperança, enquanto que o cabo Horn oferece uma passagem do Pacífico ao sudoeste do Atlântico. Gibraltar guarda o Mediterrâneo, na borda oriental do meio do Atlântico e, para o norte, as saídas do oceano Ártico são via mar da Noruega, através das aberturas da Groenlândia-Islândia-Faeroes-Noruega e o estreito de Davis, entre a Groenlândia e a América do Norte. Todos esses pontos têm testemunhado pressões soviéticas desde 1969. Enquanto os EUA contentam-se com a acomodação, a URSS, utilizando a *détente* como cobertura, passou ao estrangulamento.

O objetivo dos soviéticos é derrotar as nações industrializadas, não destruí-las. Interditando seus suprimentos minerais e petrolíferos, eles podem forçá-las à submissão, deixando suas indústrias intactas. Então, à maneira dos tártares, os russos exigirão tributos sob a forma de bens e serviços para o seu povo, que sacrificou-se para sustentar a superioridade nuclear e a frota de alto-mar. O ciclo da subjugação será então irreversível, pois os povos marítimos do Pacífico Ocidental, da Europa Ocidental e do Hemisfério Ocidental ver-se-ão obrigados a continuar financiando sua própria escravização ao sistema soviético. A crise atual é no Caribe. Aqui, no Mediterrâneo do Novo Mundo, a Terceira Guerra Mundial está chegando a um clímax.

Aviões russos de reconhecimento fazem missões regulares de Cuba à Guiné-Bissau. Durante os dois últimos decênios, o Caribe viu-se infetado por um câncer que ameaça estrangular os hidrocarbonatos vitais à sobrevivência de uma nação que precisa aguentar pelo menos até o fim do século: os EUA. Para estes, que importam de outras terras 93 dos 95 minérios estratégicos, e mais de 43% de sua energia, o Caribe é de importância decisiva. Para os russos, que se retiraram do Hemisfério Ocidental em 1867, voltando para 1959, e em o Caribe, este é o nexo do Novo Mundo.

O Caribe é um mar fechado. Seu número de entradas e saídas é limitado. As ilhas de Trinidad, Barbados, Windward, Leeward, Virgens e Bahamas cercam o bordo oriental. As Américas do Sul, Central e do Norte fecham o resto. A única passaram para o Pacífico é o canal do Panamá. O centro do círculo é dominado pelas Grandes Antilhas — Porto Rico, Hispaniola, Jamaica e Cuba — que também formam

uma barreira entre as Américas do Sul e do Norte. Somente três canais, Mona, Windward e Lucatam cortam a cadeia de ilhas das Antilhas, que estão em diagonal relativamente às rotas marítimas que ligam os dois continentes. As cálidas águas tropicais banham também a Venezuela e o México, duas das maiores nações exportadoras de petróleo do mundo. Setenta e cinco por cento de todo o petróleo importado pelos EUA — cerca de 30% do consumo total do país — passa pelo Mediterrâneo do Novo Mundo. Assim, os bordos e a bacia do Caribe são um ponto focal para o petróleo.

Através dos canais do Caribe, as passagens das Antilhas e o canal do Panamá, pulsa o petróleo do Oriente Médio, do Equador, do Alasca. O Oriente Médio pode ser a fonte do petróleo, mas seu ponto de saída é o Mediterrâneo do Novo Mundo. Os superpetroleiros que partem do golfo Pérsico e contornam a África, não aportam diretamente nos portos atlânticos ou do golfo do México dos EUA. Esses vastos navios transferem suas cargas em Trinidad, Curaçao ou nas ilhas Virgens para petroleiros de tamanho normal que partem, então, para as costas leste e sul dos EUA. O petróleo venezuelano também viaja para o norte através dos canais Mona, Windward e Lucatam. Nem sempre é óleo cru. Posto que os EUA terminaram uma refinaria em sete anos, muito desse petróleo importado já é um produto acabado, que foi processado em locais próximos às coisas norte-americanas.

O canal do Panamá também desempenha um papel importante no fornecimento de petróleo dos EUA. O óleo procedente do Alasca e do Equador passa pelo oleoduto Pacífico-Atlântico em David, na República do Panamá, ou em petroleiros, pela Zona do Canal. Portanto, quem controlar o Caribe, pode estrangular os EUA, cortando a linha vital do petróleo.

A história passa, mas a geografia continua. É um tema básico da geopolítica. O mar fechado do Caribe tem sido cenário de lutas desde o aparecimento da Europa moderna. Todas as grandes nações marítimas — Espanha, Holanda, Grã-Bretanha, EUA e URSS — lutaram pela supremacia no Mediterrâneo do Novo Mundo.

Cuba sempre foi a chave do Caribe. Fidel Castro atacou os bordos do mar interno entre 1959 e 1965. A República Dominicana, o Haiti, a Venezuela, a Colômbia, o Panamá, Nicarágua, Guatemala e México foram seus alvos. Mas o nacionalismo local, apoiado pelo serviço de contra-insurreição dos EUA, suprimiram esses ataques subversivos. Tendo falhado a ação direta, os comunistas passaram temporariamente a sua outra tática tradicional: a frente popular. Mas, em 1968, foi lançada uma nova técnica: a infiltração nas forças armadas. Os resultados, ajudados pela perda geral de vontade e finalidade dos EUA e por um notável declínio da esperteza dos *Yankees* e de seu senso estratégico, foram revolucionários.

O Caribe havia sido um lago norte-americano. Agora, está passando a ser um mar socialista. A Guiana está indo em direção ao marxismo. O general Omar Torrijos, amigo de Castro, reina na República do Panamá. O presidente Carter, aparentemente seguindo as idéias propostas pelo Instituto de Estudos Políticos em *A conexão meridional*, entregou o canal do Panamá, desestabilizou a Nicarágua e está contemplando devolver Guantánamo e oferecer a independência a Porto Rico. A retirada dos EUA do Caribe e da Zona do Canal, passagem transistmica da qual

dependem não somente os EUA, mas também o Brasil e as repúblicas de língua espanhola das Américas Central e do Sul, para seu comércio marítimo, complica ainda mais a situação. Em meados de 1979, levadas por governos de frente popular e abatidas pela subversão, várias das antigas colônias britânicas das Índias Ocidentais — Granada, Santa Lúcia, Dominica e Jamaica — aderiram ao castrismo. Então, com o acesso ao Atlântico pelas ilhas Windward e a passagem ao Pacífico pelo canal do Panamá ao alcance de suas mãos, os comunistas cubanos e o Partido del Pueblo do Panamá, utilizando-se da Nicarágua, a única outra rota viável para um canal transístmico. A agonia da Nicarágua, exacerbada pelo envio de armas norte-americanas ao Panamá, a fim de serem transferidas aos sandinistas, pela interdição dos EUA às armas israelenses destinadas a Anastasio Somoza e pelo embargo norte-americano às munições para a Guarda Nacional da Nicarágua é apenas o começo da evisceração da América Central.

A Nicarágua é uma cabeça-de-praia para uma eventual conquista dos campos petrolíferos do sul do México pelos castristas. El Salvador está cercado e a Guatemala está sendo visada. Utilizando uma combinação de nacionalismo ardente e lemas socialistas, uma futura República Popular da Guatemala poderá reclamar a devolução das províncias de Chiapas e Soconusco, perdidas para o México em 1882. É questão apenas de chegar o momento certo. A brigada sandinista Simão Bolívar está pronta para a ação. Os soviéticos dispõem de capacidade de transporte aéreo suficiente para transferir as 3.000 tropas de combate russas estacionadas em Cuba a qualquer ponto do Caribe. O debate sobre a data está sendo travado em Moscou, Havana e Manágua. A controvérsia centraliza-se em torno do novo presidente dos EUA. Se um "falcão" tiver probabilidade de ganhar a Casa Branca, a ação em El Salvador deverá ser para breve. Se parecer provável a vitória de um "pombo", El Salvador e Guatemala terão até inícios de 1981 para se preparam. De significação mais imediata é a transferência da Zona do Canal de Panamá à República do Panamá na segunda-feira, 19 de outubro de 1979.

Os tratados estabelecidos entre Carter e Torrijos e as reservas de DeConcini pressupõem a perda do canal transístmico pelos EUA muito antes do ano 2000 como aceita em muitos círculos latino-americanos. O presidente Aristides Royo, em carta de 11 de julho de 1979, a Jimmy Carter, tornou bem claro que existem várias áreas de desacordo quanto à interpretação dos tratados.

Tanto no Panamá quanto em El Salvador, a questão da tomada do poder pelos castristas é posta em termos de "quando" e não "se". A disputa sobre algum ponto de menor importância dos tratados entre Carter e Torrijos pode ser transformada num confronto pré-fabricado entre a Guarda Nacional do Panamá e o exército norte-americano. O Panamá pode nacionalizar o canal, que está sob seu domínio eminente, e convocar seus colegas socialistas da Nicarágua e de Cuba para apoiá-lo — Humberto Ortega Saavedra, Comandante — chefe das Forças Armadas Sandinistas comunicou às autoridades panamenhas, em 22 de setembro de 1979, que suas tropas combateriam junto com a Guarda Nacional panamenha, contra os EUA, "se houver uma agressão imperialista". Diante da luta, os EUA provavelmente recuarão, deixando a resolução do conflito entre os castristas e as potências regionais, Venezuela, Colômbia e México.

O colapso dos EUA no Caribe chamou o Brasil à arena. Até início de 1979, a doutrina estratégica brasileira sempre considerou o Mediterrâneo do Novo Mundo um lago norte-americano. À medida que o império econômico dos Yankees declina, o Brasil, a fim de proteger suas linhas marítimas de comunicação com seus fornecedores de óleo na Venezuela e no México, e suas rotas vitais de comércio com o Japão, passou a agir defensivamente na região, cooperando com outras nações da América Latina.

A cooperação é a chave. A crescente presença brasileira no Caribe é um esforço para transformar o Mediterrâneo do Novo Mundo num "mar continental" controlado não pelos castristas, mas pelos povos marítimos das Américas do Sul, Central e do Meio. Integração é a palavra de ordem. Somente uma América Hispânica adiantada, industrializada e próspera poderá confrontar a intervenção soviética e assumir com êxito sua parcela na defesa da Aliança Ocidental, trabalhando junto com os outros povos marítimos dos crescentes interno e insular — o Japão ligado à República Popular da China, a Austrália, a Nova Zelândia, e, talvez, com o tempo, os EUA reavivados, e mesmo o Canadá. Os hispano-americanos, liderados pela Argentina, Brasil, Venezuela e México, poderão estar criando uma *Heartland* do Novo Mundo para desafiar o Velho e substituir os anglo-americanos, que desde 1964 buscam a acomodação a qualquer preço.

A história passa e a geografia permanece. A China continua ainda seguindo uma política de vigilância contra a ameaça mongólica. A Rússia, herdeira da Horda Dourada e quase dominando a Eurásia, passou a cercar a China e a estrangular os povos marítimos, aplicando a tática tárta de controle dos pontos de estrangulamento e sua interdição, que tão bem serviu aos mongóis nos espaços vazios da Ásia Central. A Espanha e Portugal, pioneiros da Europa, embora já tenham deixado para trás seu apogeu como grandes potências, enfrentam ainda os mesmos problemas: a França e a principal potência naval. Mas deixaram herdeiros no Novo Mundo que, na qualidade de descendentes também de impérios ideológicos, entendem a psicologia soviética e esforçam-se para garantir a segurança do Ocidente. A França, sempre fazendo o seu jogo, está disposta a intervir nos assuntos espanhóis e germânicos e a aliar-se com quem quer que seja que favoreça seus alvos. A Inglaterra, que compreendeu o conceito do equilíbrio do poder, corporificou o poder marítimo durante um século e formulou a tese de Mackinder, é hoje apenas mais uma ilha perto da costa ocidental da Eurásia. Sua progénie anglo-americana, depois de um começo brilhante, com um "destino manifesto", esqueceu a realidade estratégica para seguir um suave ideal do século XVIII, tentando reabilitar os russos e comprar a tranquilidade global traficando com os tátaros. A Alemanha, política e territorialmente dividida, está voltando à *Drang nach Osten*, não através da conquista, mas da cooperação com os eslavos e, dada a presente tendência, o mundo poderá ver em breve uma repetição do pacto de Rapallo. O Japão, sob a cobertura do poderio norte-americano, ressuscitou a Esfera da Co-Prosperidade da Grande Ásia Oriental com um exército de mercadores em vez de militaristas.

A história passa e a geografia permanece. Contudo, somente os homens fazem a história, e a era em que os europeus partiram para dar a volta ao mundo está chegando ao fim. Dadas a crescente capacidade naval dos soviéticos e a dependência dos velhos impérios ultramarinos europeus — Portugal, Espanha e Inglaterra — dos minerais e da energia importados, o realismo individualista dos franceses, a situação geográfica da Alemanha entre a França e as forças do Pacto de Varsóvia, além da *Ostpolitik*, é possível prever a finlandização da Europa Ocidental num prazo de 5 anos. A Europa terá voltado a um período anterior à era da vela, a uma posição de península da Eurásia.

Situação oposta existe no outro extremo da Eurásia. Ali, os povos do Pacífico Ocidental têm uma possibilidade de sobrevivência. O Japão, ligado à República Popular da China, junto com a Austrália, a Nova Zelândia e a área econômica que abrange a antiga Esfera de Co-Prosperidade da Grande Ásia Oriental têm, possivelmente em associação com a América Hispânica, uma chance de existência independente. É possível ainda que os esforços dos soviéticos para cercar a China venham a falhar, porque a China continental, como ficou indicado por seu ataque cirúrgico, ao sul, em início de 1979, na Indochina, está alerta ante o perigo e decidida a sobreviver. E numa guerra, a vontade de vencer é essencial.

A Terceira Guerra Mundial está chegando a um clímax na Ásia Oriental e no Caribe. As duas primeiras fases — a guerra fria e a *détente* — foram sucedidas pela estratégia soviética do duplo envolvimento, o cerco geográfico da RPC e o estrangulamento das nações adiantadas do Ocidente, fechando seu acesso aos minérios e ao petróleo. Enquanto isso, os EUA, até então a peça central do poderio do Ocidente, imobilizados por seu idealismo e hipnotizados por lucros fantasmais, buscam cegamente a acomodação. Mas o interesse nacional deve ter precedência sobre as lealdades filosóficas e corporativas. Pois a continuidade da comunidade é o objetivo final dos assuntos internacionais.

Os Estados Unidos existem somente em relação uns com os outros. Nação, alguma barganha com a sobrevivência, e embora a geografia seja uma constante nas relações internacionais, a política é obra somente dos homens. A política exterior e a estratégia nacional são instrumentos por meio dos quais os povos buscam defender e expandir seus interesses. A política define tais interesses e estabelece prioridades. A estratégia fornece os meios de alcançá-los. Por isso, o guerreiro deve submeter-se ao estadista. Mas, numa era de conflito global, quando a sobrevivência da cultura cristã e da civilização ocidental está em jogo, o papel do estadista junta-se ao do soldado. Ainda há tempo para que os povos marítimos do Pacífico Ocidental, da Europa Ocidental e do Hemisfério Ocidental levantem-se e enfrentem o desafio dos mongóis que passaram ao mar.

Reprodução de texto de conferência pronunciada no Seminário Internacional sobre Política e Estratégia, realizado em São Paulo, entre 13 e 17 de novembro de 1979, sob o patrocínio do grupo CONVÍVIO.

Os agradecimentos ao grupo CONVÍVIO



A PROBLEMÁTICA DA ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO DO EXÉRCITO NA AMAZÔNIA

Virgilio da Veiga

Coronel de Engenharia QEMA, Chefe do Estado-Maior do 2º Grupamento de Engenharia de Construção, Manaus, AM.

Ao processo de desenvolvimento das nações, no Mundo Moderno, a Engenharia Militar tem sido aproveitada, freqüentemente, como instrumento para atuar em programas de governo, em particular naqueles de interesse da segurança nacional e que ofereçam poucos atrativos à iniciativa privada.

São programas de longa duração e, normalmente, desenvolvidos em áreas pioneiras, que permitem, ao Estado, flexibilidade e economia na aplicação dos recursos disponíveis, dentro de prioridades políticas conjunturais, pelo aproveitamento da capacidade ociosa das Organizações Militares de Engenharia, de construção em tempo de paz.

Essa postura atende aos interesses da Organização Militar, porque lhe propicia oportunidade de adestrar, com maior objetividade, seu pessoal e, também, aos do Estado, permitindo-lhe conjugar, de forma vantajosa, os gastos relativos a despesas com segurança, desenvolvimento e ação social.

Tal instrumento tem sido utilizado, no BRASIL, desde tempos coloniais. Através dos Fortes por ele construídos, protegeu-se a Colônia contra tentativas de conquista por outras nações de ultramar, assegurou-se a inviolabilidade das fronteiras e, em torno deles, criaram-se polos de desenvolvimento e ocupação do Território.

Na fase republicana, o emprego das Organizações Militares de Engenharia concentrou-se no sistema viário nacional, inicialmente nas regiões Sul e Centro-Oeste, visando a proporcionar ou a melhorar a articulação do centro político do País com essas áreas — no Sul, em particular, com a construção do Tronco Principal Sul e de trechos da BR-116; no Centro-Oeste, através da ligação telegráfica, feita por RONDON, e da construção de vários trechos rodoviários.

A partir de 1955, as Unidades de Engenharia do Exército passaram a se fazer presentes, também, no Nordeste, realizando obras ferroviárias, rodoviárias e de infra-estrutura destinada a minorar os efeitos climáticos na região, além de atender, em melhores condições, às situações de emergência, periodicamente criadas pelo fenômeno das secas.

No decurso dos anos 60, foram as mesmas convocadas para atender à ligação ferroviária da nova capital com a região Centro-Este e, a partir de 1965, passaram a atuar na AMAZÔNIA, onde hoje concentram seis Batalhões de Engenharia de Construção, cujos trabalhos são coordenados pelo 2º Grupamento de Engenharia de Construção.

SÍNTESSE HISTÓRICA

A constatação de que a extensa rede fluvial da AMAZÔNIA não se constitui no caminho mais viável para sua colonização vem de longa data. Mas somente a evolução técnica dos meios de levantamento topográfico, de terraplenagem e de comunicações poderia promover sua conscientização, caracterizada a partir da construção da rodovia BELÉM-BRASÍLIA. Abria-se, com ela, nova perspectiva à conquista e ocupação da AMAZÔNIA, libertando-a da marginação dos rios a que, por séculos, esteve subordinada e, a partir dela, punha-se em prática ambicioso plano rodoviário, cuja dinamização, por parte dos governos Revolucionários, dentro de sua estratégia de desenvolvimento e segurança, passou a contar com a força de trabalho da Engenharia de Construção do Exército.

Em 30 de julho de 1965, é criado o 5º Batalhão de Engenharia de Construção, em PORTO VELHO, com a missão de implantar a BR-364, no trecho PORTO VELHO – FRONTEIRA BRASIL/PERU, e de conservá-la, no trecho CUIABÁ-RIO JURUENA, logo estendido até PORTO VELHO.

Em 20 de fevereiro de 1966, o grosso do Batalhão chega em RONDÔNIA.

Com o recebimento do acervo e a absorção do pessoal dos recém-extintos 19º DRF e CER-5, torna-se operacional desde logo e cedo adquire notoriedade, sendo suas missões ampliadas e diversificadas. Construção de casas, quartelamentos, saneamento básico, assistência social e valorização humana da população em sua área de atuação somaram-se às suas missões iniciais, além de novas missões de implantação de rodovias — a da BR-425, ABUNA-GUAJARÁ-MIRIM, e a do trecho da TRANSAMAZÔNICA, entre HUMAITÁ, LÁBREA, BOCA DO ACRE e RIO BRANCO.

Na 1ª quinzena de agosto de 1966, restabelece-se o tráfego entre ABUNA e RIO BRANCO; em 17 de setembro de 1969, estabelece-se a ligação PORTO VELHO-GUAJARÁ MIRIM e, em outubro de 1970, conclui-se a ligação de RIO BRANCO com os centros desenvolvidos do País. Em 1971, o Batalhão já podia apresentar a expressiva marca de 1.000 km de rodovias implantadas na AMAZÔNIA.

O êxito de suas ações animou a convocação de novos Batalhões de Engenharia de Construção, para dar prosseguimento à fantástica empreitada atribuída à presente geração.

Em 27 de agosto de 1968, é criado o 6º Batalhão de Engenharia de Construção, em BOA VISTA, recebendo, em 1969, a missão de estabelecer a ligação de MANAUS com as fronteiras da VENEZUELA e da GUIANA.

Em 6 de junho de 1969, é criado o 7º Batalhão de Engenharia de Construção, em CRUZEIRO DO SUL, absorvendo parte da missão inicialmente atribuída ao 5º Batalhão de Engenharia de Construção — a implantação do trecho da BR-364 entre RIO BRANCO e a FRONTEIRA BRASIL/PERU.

Em 28 de julho de 1970, são transferidos, de LAGES, SC, para SANTA-RÉM, PA, o 2º Batalhão Rodoviário, que passa a denominar-se 8º Batalhão de Engenharia de Construção, e, de CARAZINHO, RS, para CUIABÁ, MT, o 3º Batalhão Rodoviário, denominado, agora, 9º Batalhão de Engenharia de Construção. Na mesma data é criado, em MANAUS, o 2º Grupamento de Engenharia de Construção, com a missão de coordenar e dirigir os trabalhos dos cinco batalhões de construção então empenhados na AMAZÔNIA.

Os dois batalhões recém-transferidos trazem, do Sul do País, experiências e tradições que remontam ao início do século.

O 8º Batalhão de Engenharia de Construção origina-se do 5º Batalhão de Engenharia, criado em 4 de junho de 1908. Seu primeiro comandante fora o Ten Cel CÂNDIDO MARIANO DA SILVA RONDON.

O 9º Batalhão de Engenharia de Construção tem sua origem no 3º Batalhão de Engenharia, criado em 26 de dezembro de 1917, tendo deixado, nos estados do Sul, a exemplo do 8º Batalhão de Engenharia de Construção, expressivo acervo de realizações.

A eles é atribuída a missão de, atuando em sentido convergente, partindo de CUIABÁ e SANTARÉM, implantar, no divisor TAPAJÓS-XINGU, a BR-163, a grande longitudinal que vai abrir, ao aproveitamento econômico, vastas áreas de MATO GROSSO e do PARÁ.

Finalmente, em 23 de abril de 1973, é transferido, de CAICÓ, RN, para SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, AM, o 1º Batalhão de Engenharia de Construção, com a missão de implantar o trecho CUCUI-SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, no segmento da PERIMETRAL NORTE que ligará, ao longo da nossa fronteira Oeste, CUCUI a TABATINGA.

É ele também uma Unidade veterana, que atuava no Nordeste desde 1955, realizando obras de grande significado, no contexto das missões do 1º Grupamento de Engenharia de Construção.

Com sua chegada em SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, após percorrer cerca de 4.100 km, completava-se o dispositivo atual do 2º Grupamento de Engenharia (quadro nº 1), o qual, em dezembro de 1978, malgrado o decréscimo de in-

vestimentos do Governo na área a partir de 1976, podia arrolar, entre as principais obras realizadas pelos seus Batalhões subordinados:

— IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS	5.709 Km (BR-163, BR-174, BR-230, BR-307, BR-364, BR-401, BR-425 e Acessos a Aeroportos)
— PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS	103 Km (BR-070, BR-174 e BR-364)
— AERÓDROMOS e CAMPOS DE POUSO	58
— PAVILHÕES DE AQUARTELAMENTOS	154 (54º BIS, 2º BEF, 4º/4ª Cia Fron, CFAR, QG e OM/2º GEC)
— PAVILHÕES DE CONVÊNIOS	09 (Campi Avançados e EMBRATEL)
— CASAS	533 (PNR e Convênios)

A PROBLEMÁTICA DA MISSÃO

O 2º Grupamento de Engenharia de Construção cumpre, através dos seus Batalhões subordinados, dupla missão. Uma de natureza militar, a missão de segurança e de formação de reservistas, comum a todas as Unidades do Exército; outra de construção, em particular de rodovias.

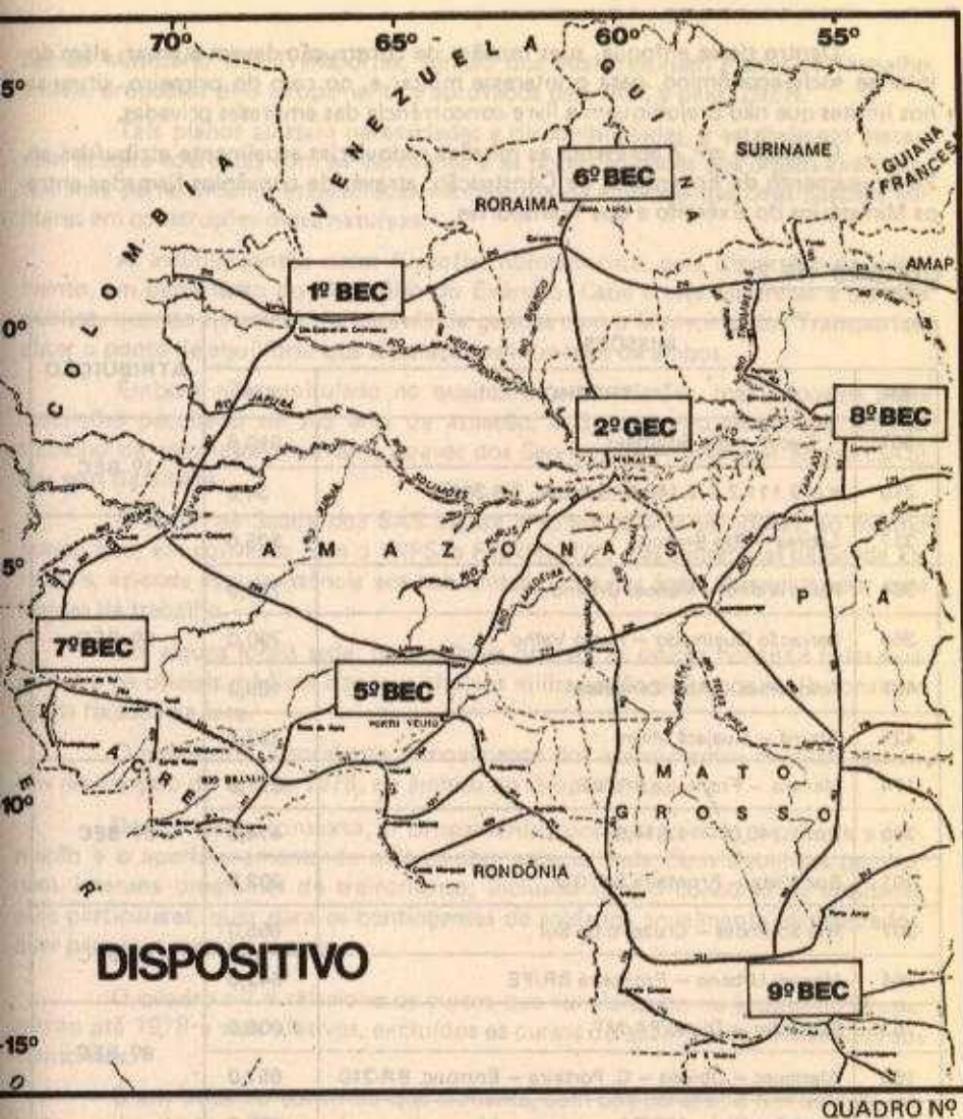
As duas se conjugam e se completam, beneficiando-se, cada uma, das peculiaridades do contexto em que se desenvolvem.

A missão de segurança, em particular a de ação preventiva, no quadro da Segurança Interna, beneficia-se do dispositivo do Grupamento, do desdobramento dos seus batalhões no terreno e de suas ações no campo da assistência social, impostas e patrocinadas pela missão de construção.

A formação de reservistas, favorece-se da objetividade da instrução e do realismo e eficiência do adestramento, em face do treinamento contínuo no desempenho das funções, proporcionado pela missão de construção.

Reciprocamente, a missão de construção beneficia-se da permanência dos batalhões nos locais onde estão sediados, para cumprimento de sua missão militar, permitindo a continuidade dos trabalhos em face de eventuais cortes nos recursos orçamentários, a supervisão técnica cerrada das obras e a redução relativa dos custos.

O Grupamento, para o cumprimento da missão militar, subordina-se ao Comando Militar da Amazônia (CMA) e se adapta às peculiaridades dos comandos com jurisdição sobre as áreas em que estão sediados seus Batalhões. Para o cumprimento da missão de construção, vincula-se à Diretoria de Obras de Cooperação (DOC), órgão do Departamento de Engenharia e Comunicações (DEC).



DISPOSITIVO

QUADRO N° 1

Os encargos a ele atribuídos devem resultar da harmonização dos interesses desses órgãos, acordes com suas respectivas responsabilidades. A localização dos seus Batalhões devem responder ao dispositivo de segurança militar da área e as missões a eles atribuídas devem garantir-lhes a permanência local por prazo compensador.

A missão militar é prioritária. O Grupamento é uma organização militar que também constrói estradas e não uma empresa de construções com encargos militares.

Dentro desse enfoque, suas missões de construção devem atentar, além do interesse sócio-econômico, para o interesse militar e, no caso do primeiro, situar-se nos limites que não prejudiquem a livre concorrência das empresas privadas.

O quadro nº 2 apresenta as missões rodoviárias atualmente atribuídas ao 2º Grupamento de Engenharia de Construção, através de convênios firmados entre os Ministérios do Exército e dos Transportes.

QUADRO Nº 2

MISSÕES		ATRIBUIÇÃO
BR	TRECHO	
307	Cucuí — Rio Solimões	919,6
210	Km 2.111,2 — 2.146,6 (Entranc. BR-307)	34,8
317	Lábrea — Rio Branco	575,0
364	Porto Velho — Manoel Urbano	719,9
364	Barracão Queimado — Porto Velho	790,0
421	Ariquemes — Alto Candeias	109,0
425	Abunã — Guajará Mirim	127,7
174	Manaus — Fronteira BR/VE	971,6
210	Km 1.140,0 — 1.614,6	474,6
401	Boa Vista — Fronteira BR/GU	202,8
307	Rio Solimões — Cruzeiro do Sul	655,0
364	Manoel Urbano — Fronteira BR/PE	542,0
163	Santarém — Divisa PA/MT	1.008,0
163	Alenquer — Óbidos — C. Porteira — Entranc. BR-210	657,0
163	Cuiabá — Divisa MT/PA	770,0
364	Cuiabá — Barracão Queimado	666,0
070	Cuiabá — Cáceres	250,0

O desenvolvimento de tais missões subordina-se aos recursos alocados pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), dentro da política glo-

bal do Ministério dos Transportes, função dos quais resultam Planos de Trabalho anuais, propostos pelo Grupamento e aprovados pela DOC e pelo DNER.

Tais planos ajustam necessidades e disponibilidades, e estabelecem metas, nem sempre coerentes com as aspirações e às potencialidades dos órgãos executantes, mas perfeitamente enquadradas na filosofia de emprego das Organizações Militares em construções dessa natureza.

A incompreensão dessa filosofia, normalmente, gera distorções de julgamento, em detrimento do Ministério do Exército. Cabe a este esclarecer a opinião pública, quando necessário, e, através de gestões com o Ministério dos Transportes, obter o ponto de equilíbrio que satisfaça aos interesses de ambos.

Embora não capitulado no quadro de suas missões, mas impostos pelas condições peculiares de sua área de atuação, o Grupamento desenvolve intenso trabalho de valorização humana, através dos Serviços de Assistências Social (SAS) dos seus Batalhões.

O Setor de Saúde dos SAS assiste a todos os seus servidores, ao mesmo tempo que, em convênio com o INPS, o FUNRURAL e as Secretarias de Saúde Estaduais, estende essa assistência aos habitantes rurais das áreas abrangidas por suas frentes de trabalho.

Em alguns locais sede, os batalhões operam os únicos hospitais neles existentes e os oficiais médicos dos seus efetivos militares são os únicos profissionais de saúde fixados na área.

O quadro nº 3 apresenta o movimento dos atendimentos médicos realizados no período de 1973 a 1978, no âmbito do Grupamento.

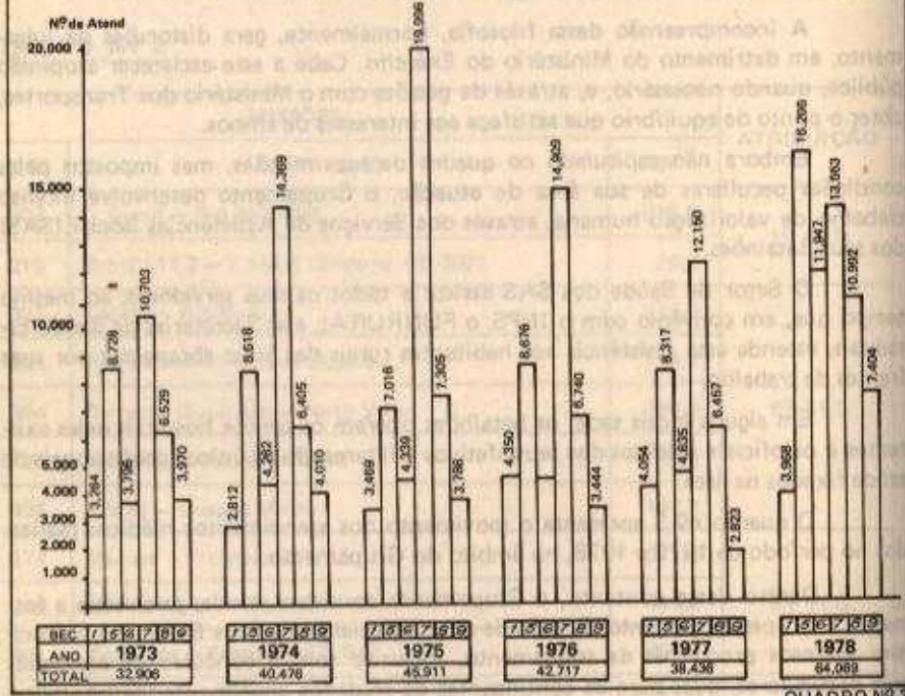
Dentro desse contexto, o Grupamento considera, ainda, prioritária a formação e o aperfeiçoamento da mão-de-obra especializada. Seus Batalhões patrocinam intensos programas de treinamento, inclusive com o concurso de entidades civis particulares, quer para os contingentes de soldados anualmente incorporados, quer para seus servidores civis.

O quadro nº 4 relaciona os cursos que funcionaram no âmbito do Grupamento até 1978 e seus efetivos, excluídos os cursos de qualificação ministrados aos Conscritos.

É um trabalho contínuo que alimenta, com boa parcela, o mercado de trabalho regional. Ao término do serviço militar, seus soldados reingressam na vida civil, munidos de novas habilitações profissionais, ao mesmo tempo que os especialistas por ele formados, em face dos níveis salariais limitados no serviço público, cedo são atraídos pelas empresas privadas.

Papel importante desempenham, também, os Armazéns Reembolsáveis dos seus Batalhões. Fornecendo gêneros de primeira necessidade e medicamentos, garantem o suprimento regular nas áreas mais remotas e funcionam como instrumento controlador dos preços nos incipientes comércios locais.

ATENDIMENTO MÉDICO E ODONTOLOGÍCO



Os Serviços de Assistência Social constituem complemento necessário e, em algumas regiões, imprescindível ao desempenho das atividades fins do Grupamento, em face das carências peculiares da Amazônia. Representam, entretanto, ponderável sobrecarga de atribuições, cujos limites devem ser preservados, na medida do essencial.

A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL

A zona de ação do 2º Grupamento de Engenharia de Construção estende-se até onde se desenvolvem os trabalhos dos seus Batalhões. É uma extensa

QUADRO N° 4

CURSOS

C U R S O	B E C						SOMA
	1º	5º	8º	7º	8º	9º	
Manutenção de Máquinas e Equipamentos	25	40	—	—	15	43	123
Operador de Máquinas e Equipamentos	33	33	23	54	24	16	183
Laboratorista de Solo e Asfalto	—	10	—	—	—	10	20
Torneiro Mecânico	—	09	04	01	—	—	14
Soldador	—	12	03	14	—	—	29
Eletricista Auto	—	11	—	08	16	—	35
Auxiliar de Enfermagem	—	24	06	—	—	—	30
Motorista	—	39	—	26	—	—	65
Gerente de Oficinas	—	17	—	—	—	—	17
Mecânico e Lubrificador (CBT e Compactadores)	—	07	—	—	—	10	17
Mecânico de Viatura Auto	06	50	30	11	36	—	133
Mecânico de Equipamento Pesado	04	03	04	08	16	02	38
Laboratorista de Solos	02	09	08	31	09	—	59
Lubrificador	—	30	04	14	17	24	89
Apropriador	—	—	—	01	13	—	14
Auxiliar de Topógrafo	12	—	—	08	03	—	23
Ajustagem de Motores	—	—	—	—	22	—	22
Chefe de Campo	—	—	—	—	33	—	33
Manutenção de Equipamento e Viatura	02	—	—	—	—	08	10
Mecânico de Motor de Popa	01	—	02	—	—	—	03
Operador Metalúrgico	—	—	09	—	—	—	09
Carpinteiro	—	—	23	—	—	—	23
Auxiliar de Cozinha	—	—	09	—	—	—	09
Eletricista Instalador	—	14	—	—	—	—	14
Construção de Bueiros	30	—	12	—	—	—	42
Mecânico Eletricista	—	—	—	—	—	—	02
Topografia	—	—	04	06	—	—	18
Barbeiro	—	—	06	—	—	—	06
Eletricista de Equipamento	—	01	—	02	—	—	03
Pintor de Obra	—	—	06	—	—	—	06
Trabalhos em Chassis	—	—	—	—	06	—	06
Lanternagem	—	—	06	—	—	—	06
Eletricista e Hidráulica	01	01	—	01	01	—	04
Operador de Manutenção de outros Equipamentos	—	09	—	02	—	—	11
Borracheiro	—	—	02	04	—	12	18
Operador de equipamento de Purificação de Água	—	02	—	01	—	—	03
Rádio Operador	—	—	10	—	—	—	10
Motorista (Mercedes Benz)	—	120	—	—	05	—	125
Datilografia	—	—	15	03	—	—	18
Condutor de Topografia	—	—	—	—	—	03	03
Auxiliar de Mecânico Auto	—	—	—	08	—	—	08
Auxiliar de Mecânico de Equipamento	—	—	—	02	—	—	02
Carpinteiro de Ponte de Madeira	—	—	—	02	—	—	02
Cozinheiro	—	—	—	04	—	—	04
Instalador Hidro-Sanitário	—	—	—	03	—	—	03
Operador de Gerador	—	—	—	03	—	—	03
Manutenção de Pneus	—	—	—	—	07	—	07
Mecânico de Motor Diesel	—	01	—	—	—	—	01
Auxiliar de Laboratorista de Solos	—	07	—	—	—	—	07
Mecânica Geral	—	10	—	—	—	—	10
Mecânico de Motor Perkins	—	14	—	—	—	—	14
Reparação e Diagnose de Motor	—	12	—	—	—	—	12
Eletricista Enrolador	—	01	—	—	—	—	01
TOTAL:	116	485	185	218	222	133	1.366

área que comporta, em seu interior, o Continente Europeu, exceto a RÚSSIA, abrangendo os estados do AMAZONAS E ACRE, os territórios de RORAIMA e RONDÔNIA e parte dos estados de MATO GROSSO e PARÁ.

Inteiramente contido na AMAZÔNIA LEGAL, o Grupamento cumpre sua missão de construção, quase que totalmente no contexto da Selva Amazônica.

Tal circunstância traduz, por si só, os desafios que enfrenta, no dia a dia dos trabalhos.

De um lado, as condições geológicas do solo negam, freqüentemente, o material adequado às rodovias em construção.

A cada passo, os areios, os alagadiços e a dificuldade de encontrar alternativas para contorná-los, em face da robusta vegetação circunvizinha, refletem-se na qualidade de longos trechos, cuja correção definitiva reclama demorados trabalhos de pesquisa e experimentações e se subordina à disponibilidade de recursos financeiros, normalmente escassos.

A ausência absoluta de pedra, a alta concentração de argila do solo e a quase ausência de lacterita em todo o Estado do ACRE, revelam, na proporção precisa, as dimensões do problema.

De outro lado, o regime das chuvas limita e subordina o trabalho efetivo de construção.

A AMAZÔNIA caracteriza-se pela existência de duas estações — verão, em que chove menos, e o inverno, em que chove quase diariamente.

O tempo útil de trabalho dos batalhões, no que concerne a construção de rodovias, restringe-se, praticamente, ao verão e está expresso no quadro nº 5.

Em algumas áreas, a diferença de estações é insensível e o trabalho se divide, em pequenas etapas, durante todo o ano.

QUADRO Nº 5

TEMPO ÚTIL DE TRABALHO

OM	MÊS/ANO	OBSERVAÇÕES
1º BEC	4	—
5º BEC	5	—
6º BEC	4	N. EQUADOR
	6	S. EQUADOR
7º BEC	5	—
8º BEC	6	—
9º BEC	8	—

O quadro nº 6 apresenta a pluviometria na frente Sul do 1º Batalhão de Engenharia de Construção, em 1977.

A situação nele exposta repete-se a cada ano, com pequenas variações, obrigando o Batalhão a manter-se em permanente prontidão operacional nas frentes de trabalho, num dispositivo de expectativa que lhe permita aproveitar cada minuto favorável, diurno ou noturno.

O grau de umidade, aliado às condições geológicas do solo, impõe, em longos trechos da estrada, o trabalho em ponta de aterro, limitando o efetivo empregado, reduzindo o rendimento das máquinas de terraplenagem convencionais e tornando lento o avanço dos serviços.

Ao regime das chuvas, soma-se o elevado índice pluviométrico da área que, atuando sobre estradas pioneiras, de características técnicas inferiores, exige permanente conservação e a restauração de vastos trechos danificados ou destruídos pelas enxurradas.

O fenômeno ocorrido na BELÉM-BRASÍLIA, que teve que ser praticamente reconstituída, repetir-se-á em qualquer rodovia da área, aconselhando, paradoxalmente por medida de economia, a mudança da política de construção de rodovias na AMAZÔNIA, atribuindo-lhes padrões técnicos elevados, inclusive seu asfaltamento imediato, livre de considerações relativas a volume de tráfego.

As condições pluviométricas, com sua ação destruidora, e a própria floresta, com sua reação ao abandono da estrada, reocupando-a de imediato, desaconselham flutuações de prioridades que neguem verbas, pelo menos de conservação, aos trechos em construções ou já construídos.

No dia em que for feito um levantamento dos prejuízos decorrentes da deterioração de estradas na AMAZÔNIA, conseqüentes da falta de alocação de recursos para sua manutenção, chegar-se-á a dolorosos índices de desperdício.

O quadro nº 7 ilustra a problemática das chuvas no contexto da área de atuação do Grupamento, em 1978.

Dentro da problemática ambiental, merecem, ainda, citação, além do dimensionamento do espaço físico em que atua o Grupamento e da Floresta Amazônica em si mesma, o clima e as endemias regionais.

Ambos refletem-se na força de trabalho.

O clima, quente e úmido, torna o trabalho penoso e afeta a produtividade. As endemias, em particular a malária, a leishmaniose e a hepatite, atuam, permanentemente, como causadores de baixas no efetivo humano.

O quadro nº 8 mostra a variação de incidência e as áreas de maior concentração das principais endemias no âmbito do Grupamento, no período de 1976 a 1978.

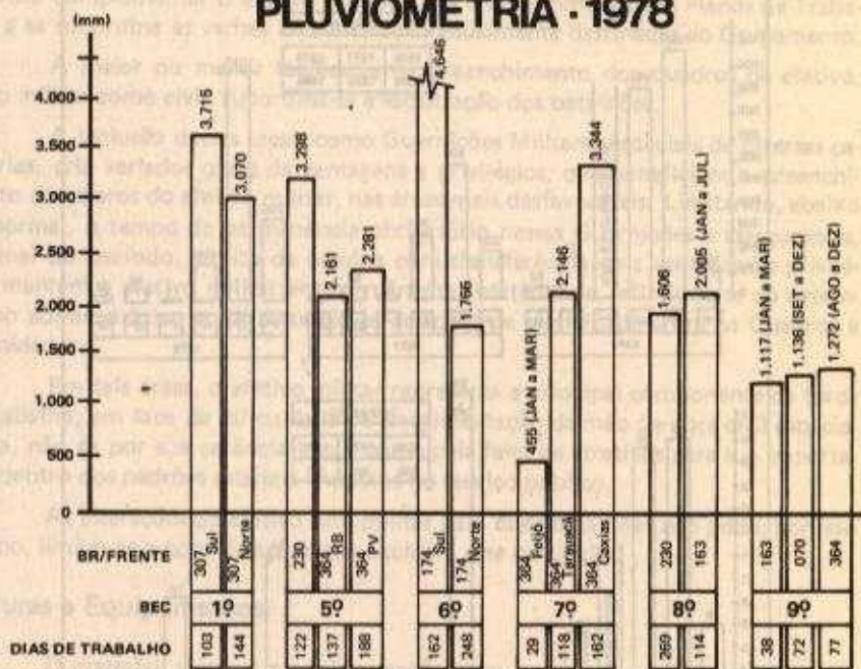
O Grupamento exerce, através dos Serviços de Saúde dos seus Batalhões, cerrado controle sobre as mesmas, mantendo equipes médicas na ponta dos servi-

QUADRO N° 6
PLUVIOMETRIA 1977 – FRENTE SUL

DIAS SEM CHUVA

3.483,7

PLUVIOMETRIA - 1978



QUADRO N° 7

ços, em permanente atuação preventiva e corretiva. As mudanças dos acampamentos, entretanto, decorrentes do avanço dos trabalhos, resultam, normalmente, em retrocesso. É o que pode ser observado no quadro n° 8, particularmente em relação à malária, no âmbito do 5º Batalhão de Engenharia de Construção.

Deve-se, em parte, à problemática ambiental, a modéstia das metas atribuídas a alguns batalhões do Grupamento, motivo comum de polêmicas apreciações.

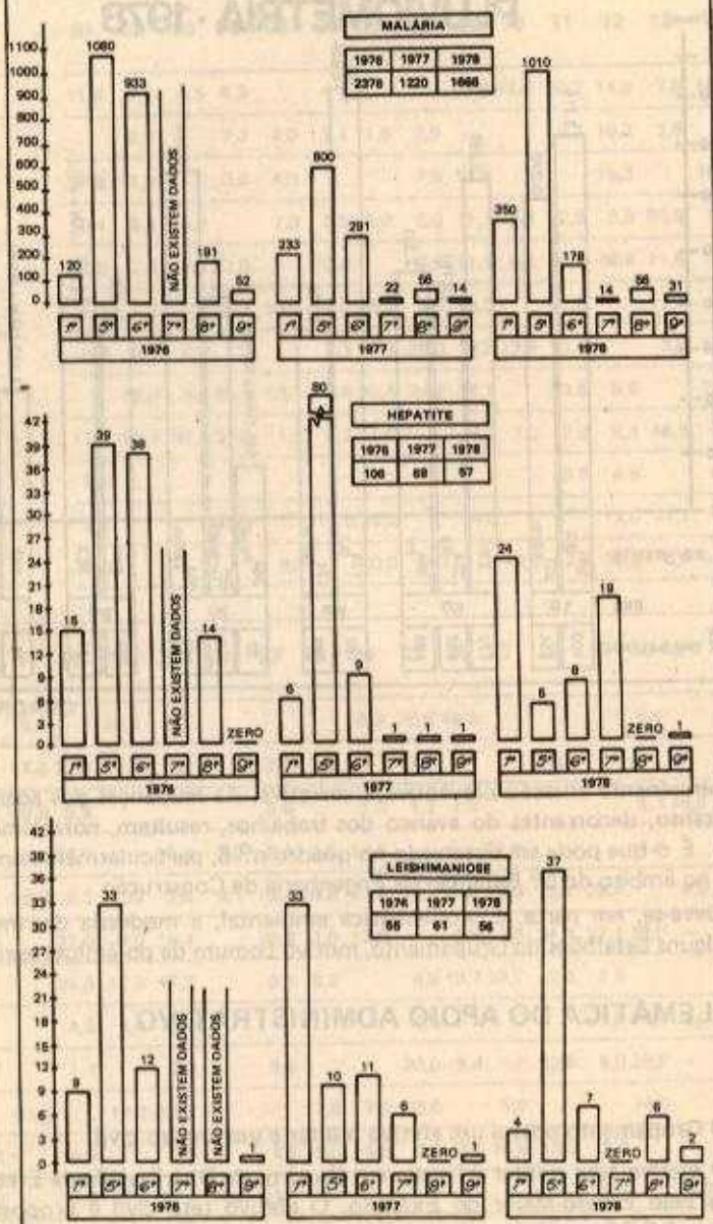
A PROBLEMÁTICA DO APOIO ADMINISTRATIVO

Pessoal

O Grupamento possui um efetivo militar e um efetivo civil.

O efetivo teto militar é fixado em Quadros de Distribuição de Efetivos, estabelecidos pelo Estado-Maior do Exército. O efetivo teto civil é proposto, pelo Grupamento, à DOC e, por ele, distribuído aos seus Batalhões.

ENDEMIAS



QUADRO N° 8

O efetivo militar é dimensionado para atender à organização peculiar de cada batalhão, de acordo com o seu tipo. O dimensionamento do efetivo civil tem em vista complementar o efetivo militar, para o cumprimento dos Planos de Trabalho, e se subordina às verbas de construção anualmente destinadas ao Grupamento.

A maior ou menor facilidade de preenchimento dos quadros de efetivo, tanto militar como civil, subordina-se à localização dos batalhões.

A inclusão desses locais como Guarnições Militares especiais de diversas categorias, cria variados graus de vantagens e privilégios, que beneficiam o preenchimento dos claros do efetivo militar, nas áreas mais desfavoráveis. Limitando, abaixo do normal, o tempo de permanência obrigatório nessas Guarnições e assegurando, ao final do período, direito de escolha para transferência, tais vantagens e privilégios mantêm o efetivo militar em permanente rotatividade, refletindo-se no desempenho administrativo e dificultando as relações de afetividade entre os Quadros e as Unidades.

Em tais áreas, o efetivo militar representa a principal componente da força de trabalho, em face da dificuldade de arregimentação da mão-de-obra civil especializada, não só por sua carência local, como pela falta de atrativos para sua importância, dentro dos padrões salariais impostos no serviço público.

As alterações do efetivo teto militar para esses batalhões não pode, por isso mesmo, limitar-se a considerações que excluem esse particular.

Viaturas e Equipamentos

O material, viaturas e equipamentos, para o cumprimento da missão militar, são fornecidos pelo Ministério do Exército, dentro do seu sistema logístico. Ao Grupamento cabe adquirir os destinados à missão de construção, acordes com as necessidades dos Planos de Trabalho e nos limites das verbas postas à sua disposição.

O quadro nº 9 assinala o efetivo dos principais equipamentos e viaturas do Grupamento destinados à missão de construção.

Acumulados através dos anos, eles representam valioso acervo a ser preservado e emprestado, ao Grupamento, invejáveis condições de operacionalidade, nem sempre bem aproveitada, em relação às missões a ele atribuídas.

Recursos Financeiros

A implementação do Plano Nacional de Viação, no que se refere a rodovias na AMAZÔNIA, vem sofrendo, a partir de 1976, as consequências da Crise do Petróleo.

O quadro nº 10 registra a variação dos recursos alocados ao Grupamento, no quadriênio 74/77 e a depreciação do seu valor relativo.

QUADRO N° 9

VIATURAS – EQUIPAMENTOS

OM	VIATURAS		
	CB	OUTROS	SOMA
QG + CIA C	—	26	26
1º BEC	35	48	83
5º BEC	98	148	246
6º BEC	54	140	194
7º BEC	29	68	97
8º BEC	25	77	102
9º BEC	103	148	251
2º GEC	344	655	999

CB – Caminhão Basculante

MN – Moto Niveladora

MS – Moto-Scraper

TE – Trator de Esteira

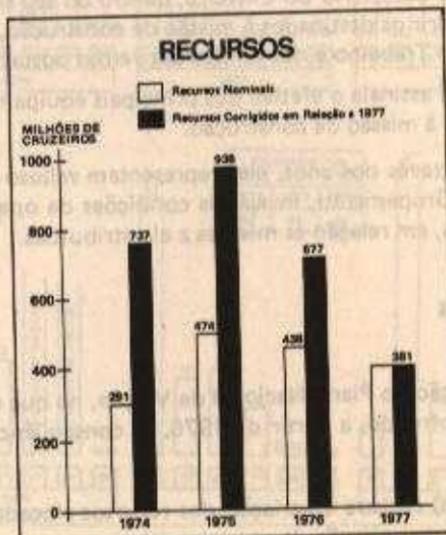
EQUIPAMENTOS								
MN	MS	TE	TA	CR	CE	COMPACT.	SOMA	
—	—	—	—	—	—	—	—	
08	09	21	12	06	02	19	77	
38	23	43	39	17	03	53	216	
24	30	56	21	11	04	36	182	
15	23	31	17	05	01	26	118	
10	14	24	16	05	03	23	95	
37	21	25	22	11	05	42	163	
132	120	200	127	55	18	199	851	

TA – Trator Agrícola

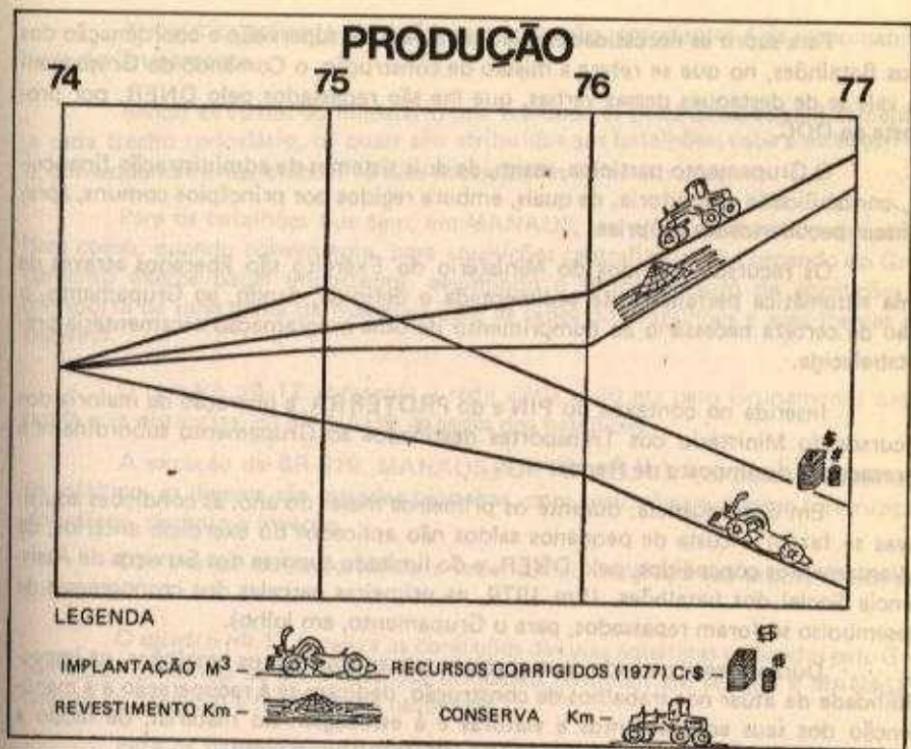
CR – Carregadeira de Roda

CE – Carregadeira de Esteira

COMPACT – Compactador



QUADRO N° 10



QUADRO N° 11

Nos dois anos subsequentes, o Grupamento foi contemplado com quinhentos e cinqüenta e cinco, em 1978, e quinhentos e vinte milhões de cruzeiros, em 1979.

É fácil avaliar os reflexos consequentes na produção.

O quadro n° 12 retrata a situação no período 74/77.

Repartido por uma dezena de trechos rodoviários, atribuídos aos seus seis batalhões, o total de recursos alocados ao Grupamento não oferece atrativos às empresas privadas, nem seria capaz de mantê-las na área.

Para o atendimento às necessidades militares, o Grupamento e seus Batalhões subordinados são contemplados com verbas orçamentárias do Ministério do Exército.

Para atender às necessidades de construção, as verbas são fornecidas pelo Ministério dos Transportes, através do DNER, já repartidas por diferentes trechos rodoviários e com sua destinação definida — implantação, revestimento asfáltico, obras de arte especiais, projeto, conservação, etc.

Para suprir as necessidades relativas ao apoio, supervisão e coordenação dos seus Batalhões, no que se refere à missão de construção, o Comando do Grupamento vale-se de destiques dessas verbas, que lhe são repassados pelo DNER, por proposta da DOC.

O Grupamento participa, assim, de dois sistemas de administração financeira, contabilidade e auditoria, os quais, embora regidos por princípios comuns, apresentam peculiaridades próprias.

Os recursos oriundos do Ministério do Exército são liberados através de uma sistemática perfeitamente sedimentada e definida, dando, ao Grupamento, o grau de certeza necessário ao cumprimento de uma programação orçamentária pré-estabelecida.

Inserida no contexto do PIN e do PROTERRA, a liberação da maioria dos recursos do Ministério dos Transportes destinados ao Grupamento subordina-se à arrecadação do Imposto de Renda.

Em consequência, durante os primeiros meses do ano, as condições ~~aquisitivas~~ se fazem à custa de pequenos saldos não aplicados do exercício anterior, de adiantamentos concedidos, pelo DNER, e do limitado suporte dos Serviços de Assistência Social dos batalhões. (Em 1979, as primeiras parcelas dos cronogramas de desembolso só foram repassados, para o Grupamento, em julho).

Durante esse período, que corresponde ao inverno, os batalhões, na impossibilidade de atuar nos trabalhos de construção, dedicam-se à recuperação e à manutenção dos seus equipamentos e viaturas e à estocagem do material, de modo a obter o rendimento máximo no período produtivo subsequente.

Há, portanto, atividade intensa e, consequentemente, gastos.

A ausência de recursos para aquisições à vista ou à curto prazo e o normalmente aleatório cumprimento dos compromissos expressos nos processos licitatórios, resultam, quase sempre, em condições desvantajosas de preços.

Da mesma forma, o cumprimento incerto dos cronogramas de desembolso e a possibilidade, nunca afastada, de cortes orçamentários, dificultam a implementação de um planejamento econômico-financeiro racional, reduzem a possibilidade de obtenção dos melhores preços e impedem a fuga aos efeitos da inflação.

Logística

A vastidão do espaço físico em que atua o Grupamento, aliado à precariedade das vias de transporte e ao afastamento dos grandes centros produtores, traduz, na devida proporção, as dimensões da problemática logística, na qual avultam os óbices relativos às atividades de Suprimentos e de Manutenção.

No que tange à missão militar, o Grupamento participa do Sistema de Apoio Administrativo do Ministério do Exército, a quem está afeto o atendimento de suas necessidades logísticas.

A logística aplicada à missão de construção, entretanto, é de responsabilidade do Grupamento.

Sendo as verbas do Ministério dos Transportes destinadas, especificamente, a cada trecho rodoviário, os quais são atribuídos aos batalhões, cabe a estes geri-las e, consequentemente, atender às suas necessidades administrativas.

Para os batalhões que têm, em MANAUS, seu principal mercado de apoio, bem como, quando conveniente, para aquisições centralizadas, o Comando do Grupamento exerce papel importante, assumindo o processamento de aquisições e transporte de uma gama de materiais para as sedes dos batalhões e suas frentes de trabalho.

O quadro nº 12 apresenta a rede viária utilizada pelo Grupamento nessa tarefa e as distâncias, de MANAUS, às sedes dos batalhões.

A exceção da BR-319, MANAUS-PORTO VELHO, que possui revestimento asfáltico, as demais são estradas pioneiras, com restrições, e mesmo interrupção do tráfego, durante o inverno.

Daí avultar de importância a rede fluvial, malgrado sua problemática peculiar.

O quadro nº 13 focaliza as condições das vias aquáticas utilizadas pelo Grupamento, contendo as distâncias dos principais terminais em relação a MANAUS, tempos de percurso e limitações à navegação.

Para os batalhões sediados em CRUZEIRO DO SUL e SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA, os rios constituem as vias de transporte economicamente utilizadas, pela inexistência de vias terrestres e pelo alto custo e limitações do transporte aéreo.

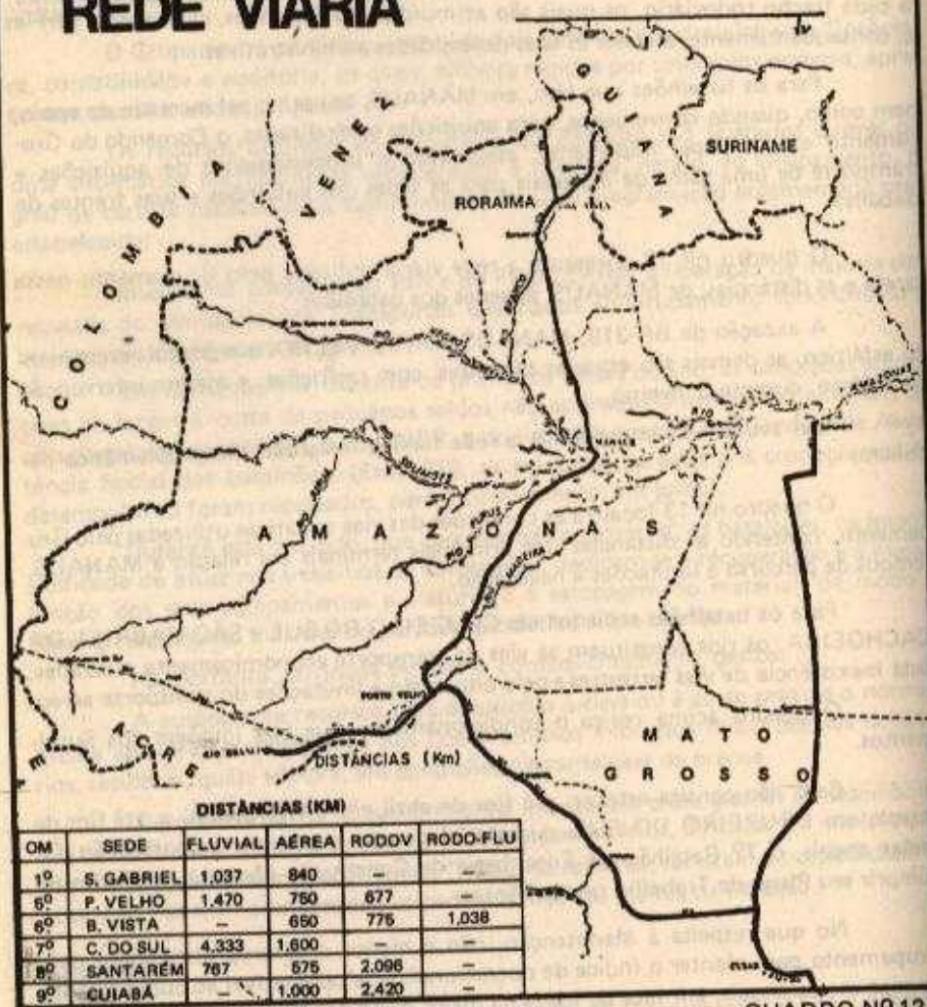
O quadro acima realça o condicionamento que eles impõem aos Suprimentos.

Caso não consiga estocar, até fins de abril em TARAUACÁ, e, até fins de março, em CRUZEIRO DO SUL, o material pesado necessário à consecução das metas anuais, o 7º Batalhão de Engenharia de Construção não terá condições de cumprir seu Plano de Trabalho nessas frentes.

No que respeita à Manutenção, não é menor o esforço dispendido pelo Grupamento para manter o índice de operacionalidade compatível ao cumprimento de suas metas anuais, em face da idade da maior parte dos equipamentos e viaturas, da dificuldade de sua renovação, condicionada aos recursos orçamentários, do desgaste consequente das condições do terreno e da qualidade da mão de obra especializada disponível.

Para fazer face à realidade amazônica, o planejamento logístico requer elevados índices de precisão, para que não se desperdice qualquer minuto do reduzido tempo disponível para o trabalho efetivo de construção.

REDE VIÁRIA



QUADRO N° 12

O GRUPAMENTO E A ARMA DE ENGENHARIA

Implantadas na AMAZÔNIA sem uma reflexão realística em termos profissionais, as unidades do 2º Grupamento de Engenharia de Construção reafirmaram o valor do Soldado de Engenharia, escrevendo uma das páginas mais vibrantes da sua história, mas não promoveram qualquer benefício para a Arma.

QUADRO N° 13**TRANSPORTE FLUVIAL**

MANAUS PARA	DIST. KM	DURAÇÃO: Dias		NAVEGAÇÃO: Balsas	
		IDA	VOLTA	ATÉ 150 T	DE 150 A 300 T
CARACARAÍ	1.018	7	4		MAI/OUT
SGC	1.037	10	5		MAR/SET
CUCUI	1.253	13	8	MAR/SET	MAR/SET
CZS	4.333	30	15		OUT/MAR
TARAUACÁ	3.518	30	15	OUT/MAI	JAN/ABR
R. BRANCO	2.943	22	12	NOV/JUN	JAN/ABR
PVH	1.470	10	6		
STM	787	5	5		
BELÉM	1.713	8	11		

Repetindo fenômeno peculiar à Engenharia, seus integrantes, empolgados pelo trabalho que realizam, quando não se voltam para a especialização técnica, contribuindo para o esvaziamento da Arma, descuidam-se de equacionar seus planos de carreira e se condenam à marginalização profissional.

No caso particular da AMAZÔNIA, a partir do momento em que as condições locais deixam de atender às necessidades familiares, servir no Grupamento ou nos seus Batalhões, por força dos regulamentos, do desejo de participação ou do estoicismo próprios do Engenheiro, representa um ônus de sacrifício. Nessas circunstâncias, a divisão da família torna-se impositiva e as compensações econômicas se anulam, diante da consequente duplicação de despesas, quando não implica em sua completa desagregação.

A partir de determinado grau hierárquico, paga-se para servir no Grupamento e o desequilíbrio econômico resultante, aliado à ausência de perspectivas na carreira, estimula a evasão, em busca de melhores condições no mercado de trabalho civil.

Dentro do quadro atual, o tratamento em igualdade de condições com as demais Armas Combatentes vem conduzindo a Engenharia a um impasse dificilmente superável, a menos que sejam modificados os critérios atuais de ascensão hierárquica ou se adote, para ela, critérios de exceção.

QUADRO N° 13

TRANSPORTE FLUVIAL

MANAUS PARA	DIST. KM	DURAÇÃO: Dias		NAVEGAÇÃO: Balsas	
		IDA	VOLTA	ATÉ 150 T	DE 150 A 300 T
CARACARAÍ	1.018	7	4		MAI/OUT
SGC	1.037	10	5		MAR/SET
CUCUI	1.253	13	8	MAR/SET	MAR/SET
CZS	4.333	30	15		OUT/MAR
TARAUACÁ -	3.518	30	15	OUT/MAI	JAN/ABR
R. BRANCO	2.943	22	12	NOV/JUN	JAN/ABR
PVH	1.470	10	6		
STM	787	5	5		
BELÉM	1.713	8	11		

Repetindo fenômeno peculiar à Engenharia, seus integrantes, empolgados pelo trabalho que realizam, quando não se voltam para a especialização técnica, contribuindo para o esvaziamento da Arma, descuidam-se de equacionar seus planos de carreira e se condenam à marginalização profissional.

No caso particular da AMAZÔNIA, a partir do momento em que as condições locais deixam de atender às necessidades familiares, servir no Grupamento ou nos seus Batalhões, por força dos regulamentos, do desejo de participação ou do estoicismo próprios do Engenheiro, representa um ônus de sacrifício. Nessas circunstâncias, a divisão da família torna-se impositiva e as compensações econômicas se anulam, diante da consequente duplicação de despesas, quando não implica em sua completa desagregação.

A partir de determinado grau hierárquico, paga-se para servir no Grupamento e o desequilíbrio econômico resultante, aliado à ausência de perspectivas na carreira, estimula a evasão, em busca de melhores condições no mercado de trabalho civil.

Dentro do quadro atual, o tratamento em igualdade de condições com as demais Armas Combatentes vem conduzindo a Engenharia a um impasse dificilmente superável, a menos que sejam modificados os critérios atuais de ascensão hierárquica ou se adote, para ela, critérios de exceção.

A pura e simples desativação do Grupamento não produzirá os efeitos desejados nem se apresenta como a melhor solução.

Além de privar o Exército de um Grande Comando Operacional da Arma de Engenharia, o exame das missões e do dispositivo do Grupamento indicam a concepção de um planejamento destinado a durar no tempo.

Dentro da conjuntura econômica atual do país, dificilmente poder-se-á substituí-lo por outro organismo, com a mesma capacidade de produção e de sobrevivência, enquanto as tensões sociais na área não admitirão qualquer retrocesso no seu programa de desenvolvimento.

Haverá o dia em que a AMAZÔNIA poderá prescindir da cooperação da Engenharia de Construção do Exército.

Parece, todavia, que esse dia custará ainda a chegar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fiel às suas tradições, a Engenharia de Construção do Exército realiza na AMAZÔNIA, trabalho relevante, que merece ser divulgado, para a justa apreciação da sua problemática e dos seus frutos.

Mal difundido e interpretado, carece, ainda, do merecido reconhecimento e aceitação, por boa parte do nosso Exército e pelos setores interessados da administração civil e das empresas privadas.

De um lado, a consideração ortodoxa da atividade fim do Exército e, de outro, a natural reação à concorrência ou o polêmico radicalismo contra a estatização das atividades produtivas, exigem constante justificativa concernente aos seus fins.

O presente trabalho representa um esforço nesse sentido.



NOS "PEIXES" DE CAMPOS, PETRÓLEO PARA O BRASIL

Informe Especial da Petrobrás

Garupa, Namorado, Pargo, Corvina, Pampo, Enchova, Badejo, Cherne/Bagre... Nomes de peixe, sim. Mas, para o Brasil, muito mais do que isso, porque se ligam também ao principal elemento de alimentação de seu desenvolvimento, como do de todos os outros países: o petróleo.

É a Bacia de Campos, a mais importante província petrolífera brasileira, onde a Petrobrás realiza um empreendimento sem paralelo no mundo inteiro — até mesmo no Mar do Norte — com relação a uma única empresa.

TERRA E MAR

A Petrobrás usa o que de mais avançado existe no mundo em matéria de tecnologia de petróleo. Por isso, no mar, perfura poços de até 5.500 metros onde a profundidade da água é superior a 300 metros.

No Brasil, os campos terrestres ainda produzem mais óleo do que os marítimos, é verdade, mas a participação dos campos marítimos cresce de ano para ano. Em 1979, representou 34,4% da produção total, e em junho último já alcançou 43% do petróleo produzido no País.

E a Bacia de Campos vai assumindo seu lugar nesse esforço. Atualmente, os campos da plataforma continental brasileira produzem, por dia, 85 mil barris de petróleo. Pois só a Bacia de Campos contribui com mais de 38 mil, ou cerca de 45% do total produzido no mar e 20% da produção nacional geral.

Nesta Bacia, a produção se faz através de sistemas antecipados, tecnologia desenvolvida pela Petrobrás para que os campos descobertos entrem logo em produção, ainda que parcial. E a Petrobrás já começou o trabalho de projeto, construção, instalação e operação dos sistemas definitivos. Delegou esse tarefa ao Grupo Executivo de Desenvolvimento da Bacia de Campos (GECAM), criado em janeiro de 1978.

Mais de 200 técnicos foram recrutados em diversas áreas de atividade da Petrobrás, e com eles o GECAM usa "know-how" da própria Companhia.

A BACIA

A Bacia de Campos é limitada pelos Arcos de Vitória, ao Norte, e de Cabo Frio, ao Sul, tem área total de cerca de 30 mil quilômetros quadrados até a lâmina d'água de 300 metros, e seus campos localizam-se a 70-85 quilômetros da costa, em profundidades de água de 93,5 a 170,5 metros. Até agora, já se descobriram ali 18 acumulações de petróleo. As mais significativas são as dos campos de Garoupa, Namorado, Pargo, Cherne e Bagre, no Pólo de Produção Norte, e Enchova, Pampo e Badejo, no Pólo de Perfuração Sul. Nesses campos já estão sendo instalados equipa-



Transporte da estrutura da Plataforma Central de Garoupa do estaleiro, em São Roque, na Bahia, para a sua locação definitiva na Bacia de Campos.

mentos de produção, enquanto novas descobertas se encontram em fase de avaliação.

O Sistema de Produção da Bacia de Campos prevê a instalação de duas plataformas centrais, uma em Garoupa e outra em Enchova, e plataformas-satélites nos campos de Namorado, Cherne e Pampo.

CURIOSIDADES GEOLÓGICAS

A Bacia de Campos apresenta espessuras de rochas sedimentares que podem atingir até 10 mil metros. Têm ocorrido acumulações comerciais de hidrocarbonetos em rochas com idade superior a 22,5 milhões de anos, a profundidades entre 1.800 e 4.000 metros. O poço mais profundo atingiu quase 5.200 metros e as rochas mais antigas já examinadas têm idade superior a 130 milhões de anos.

Têm sido amplamente utilizados métodos geofísicos, especialmente a reflexão sísmica, na exploração de óleo na Bacia de Campos, por causa de seu baixo custo e de seus bons resultados como ferramenta exploratória. Entre 1968 e 1979, foram levantados, processados e interpretados cerca de 37 mil quilômetros de linhas sísmicas.

As principais acumulações já descobertas ocorrem em arenitos e calcários, ocupando áreas que atingem, no máximo, 20 quilômetros quadrados (campo de Namorado). As pequenas dimensões dos campos até agora descobertos parecem ser representativas para toda a Bacia, o que dificulta os trabalhos de exploração, mas, ao mesmo tempo, prova a eficiência dos técnicos da Petrobrás.

Ao contrário dos países do Oriente Médio, onde foram descobertos campos gigantes em pequenas áreas sedimentares, no Brasil estão sendo localizados, pelos exploracionistas da Petrobrás, pequenos campos em uma área prospectável gigantesca. Por isso não tem sido tarefa fácil, descobrir petróleo em nosso país. Mas a Companhia aceita este desafio. E vai vencê-lo.

Até abril último, haviam sido perfurados em Campos 106 poços pioneiros, 34 de extensão, 15 de desenvolvimento e 4 de injeção. O grosso das perfurações de desenvolvimento virá após a instalação das plataformas fixas de produção nos campos já descobertos.

O índice de sucesso para óleo na Bacia de Campos é da ordem de 17,5% (uma descoberta a cada 5,7 poços pioneiros) — bem acima da média mundial, inferior a 10%. E estimam-se suas atuais reservas em 89,5 milhões de metros cúbicos de petróleo e 11,8 bilhões de metros cúbicos de gás.

SISTEMA DEFINITIVO

Um sistema de dutos submarinos interligará as plataformas-satélites com as plataformas centrais de cada polo, e as plataformas centrais à Barra de Furado, com 530 quilômetros de extensão. Um oleoduto terrestre, com 250 quilômetros de ex-

tensão, levará o projeto e o gás para a Refinaria de Duque de Caxias, também no Estado do Rio de Janeiro.

O projeto prevê uma capacidade nominal, para o oleoduto, de 450 mil barris por dia e, para o gasoduto, de 5,4 milhões de metros cúbicos por dia.

A plataforma central para o campo de Garoupa, que está sendo instalada na Bacia de Campos, pesa cerca de 13 mil toneladas. O projeto preliminar foi feito na Itália, mas a plataforma foi inteiramente construída no Brasil. Essa plataforma tem capacidade para processar 200 mil barris por dia e também pode absorver a produção dos campos de Namorado e Cherne/Bagre.

Dante da urgência da produção de petróleo no campo de Garoupa, instalou-se ali um sistema provisório de produção. Consiste em oito câmaras submarinas, uma estação coletora central, uma torre de processo, uma torre de carregamento e um navio de processo.

Todos esses equipamentos são interligados por dutos flexíveis, que conduzem o óleo extraído dos poços. No momento, a produção está sendo escoada para um terminal por navios petroleiros. Mais tarde, o sistema provisório será interligado à plataforma de Garoupa. Então, as torres e o navio de processo serão desativados. A meta de 45 mil barris por dia prevista em projeto deverá ser superada no segundo semestre após a conclusão do último poço de extensão.

Para integrar o sistema definitivo da Bacia de Campos já foram também contratadas sete plataformas fixas de produção. A de Garoupa (que está sendo instalada em Campos), a de Enchova (em construção em São Roque, Bahia) e a de Cherne 2 (em fase de projeto), contratadas com o consórcio Montreal/Micoperi.

O consórcio Tenenge/RDL-Redpath Dorman Long/Heerema Marine Contractors vai construir em Paranaguá, no Paraná, as plataformas Cherne 1 e Namorado 2, ambas atualmente em fase de projeto, enquanto a empresa Brown and Roots executa o projeto da plataforma Namorado 1A, a única que será construída no exterior (no Texas, Estados Unidos). E em Aratu, na Bahia, a Mendes Júnior vai construir a sétima plataforma, destinada ao campo de Pampo.



PROHASP PODERÁ ELIMINAR DÉFICIT HABITACIONAL

O déficit habitacional dos funcionários públicos civis da União, calculado pelo DASP em 250 mil habitações, poderá ser eliminado até 1985, pela atuação do Prohasp (Programa Habitacional para os Servidores Públicos), que atenderá também funcionários públicos estaduais e municipais, ativos e aposentados. Todas as unidades financiadas pelo programa serão repassadas a preço de custo aos compradores.

A resolução do BNH, que regulamentou o Prohasp, prevê que no cálculo da renda do funcionário poderá ser considerado o benefício fiscal previsto no Decreto-Lei 1.358, entregue a ele a partir do segundo ano de pagamento das prestações de sua casa própria. Esta possibilidade reduz em até 20% a renda exigida pelo BNH para cada financiamento à população de menor poder aquisitivo.

COOPERATIVAS

Para execução do Prohasp serão formadas cooperativas habitacionais dos funcionários públicos, em todo o País, que atuarão como executoras dos empreendimentos, na qualidade de agentes promotores. Esta medida veio ampliar, ainda mais, o acesso à casa própria a uma expressiva faixa de profissionais brasileiros.

Foi no dia 24 de outubro de 1979, durante reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), que o Presidente João Baptista de Figueiredo aprovou a instituição do Prohasp a nível nacional, após apreciar exposição de motivos encaminhada pelo Diretor Geral do Dasp, José Carlos Freire. No documento, é ressaltada a necessidade de criação de um programa habitacional voltado inteiramente para o trabalhador do serviço público.

COMO SERÁ DESENVOLVIDO

Através do Prohasp, o funcionário poderá participar de empreendimento habitacional promovido pelo agente promotor ou ainda poderá obter financiamento através do agente financeiro para: aquisição de habitação já construída; construção da unidade em terreno próprio; aquisição de terreno e construção da habitação e recuperação da habitação subnormal realizada pelo próprio funcionário, para que possa obter o habite-se.

Este programa terá como agentes promotores as cooperativas habitacionais de servidores públicos, constituídas na conformidade da lei nº 5.764; as entidades sem fins lucrativos que representam os servidores credenciados pelo BNH e outras entidades autorizadas, em caráter excepcional, pelo Banco.

Como agentes financeiros, o Prohasp terá, além da Caixa Econômica Federal, outras instituições que já executam esta função para o BNH. Em caso de necessidade de agente para atividades complementares (instituições contratadas pelo agente promotor para assessorá-lo técnica, financeira e juridicamente), sua participação deverá ser autorizada previamente pelo Banco.

O Prohasp será desenvolvido prioritariamente em local onde já exista infra-estrutura urbana (água, luz e esgoto) ou onde o governo estadual ou municipal possa custear as obras de infra-estrutura. O BNH poderá também admitir o financiamento da infra-estrutura através do programa, mas nesse caso, os compradores das habitações terão redução de juros de até 1% ao ano, sobre o montante de seus financiamentos.

CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO

A tabela abaixo assinala alguns casos dos financiamentos do Prohasp:

FINANCIAMENTO EM UPC	RENDAS EM Cr\$	RENDAS EM UPC	RENDAS EM Cr\$	JUROS % a.a.	PRAZO DE AMORTIZAÇÃO
500	273.320	13,00	7.106	5,0%	25 anos
800	437.312	20,69	11.310	6,9%	25 anos
1.100	601.304	31,15	17.028	8,9%	25 anos
1.300	710.632	36,98	20.215	9,2%	25 anos
1.500	819.960	43,77	23.926	10,0%	25 anos

Os prazos de amortização dos financiamentos do Prohasp variam de acordo com o financiamento obtido pelo servidor. Assim, um funcionário que solicitar financiamento até 500 UPC (Cr\$ 312.125,00) terá 25 anos para quitar sua dívida junto ao SFH, além de pagar juros que poderão ser de até 4,2% ao ano e de comprovar renda de 12,28 UPC (7.665,79), incluindo a utilização do benefício fiscal, se a infraestrutura for incidente.

Se, no entanto, o financiamento ultrapassar 1.500 UPC (Cr\$ 936.375,00), o prazo de amortização será inferior a 25 anos e os juros cobrados atingirão 9% ao ano, enquanto a renda exigida deverá ser acima de Cr\$ 22 mil, considerando também a inclusão do benefício fiscal.

Antes da criação do Prohasp, o BNH já pensava em financiar habitações para os trabalhadores do serviço público federal. Assim, a partir de 1967, quando se credenciaram as primeiras entidades associativas destes funcionários para operar no SFH, dezenas de cooperativas habitacionais de servidores se constituíram em todo o País. Resultando, até 1979, um saldo de 27.513 habitações construídas através destas associações, demandando aplicação de recursos do BNH da ordem de Cr\$ 12 bilhões.

BNH AMPLIA ALCANCE DO PROGRAMA INSTITUTOS

Depois de reformulado, o Programa de Previdência Social, do BNH, estendeu a todos os servidores da administração direta ou indireta, tanto dos estados como dos municípios, inclusive aqueles contrata-

dos através da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, a possibilidade de compra de casa própria pelo Sistema Financeiro da Habitação.

Do Programa, que anteriormente não beneficiava aos servidores municipais e aqueles contratados sob regime de CLT, poderão participar todas as instituições assistenciais de direito público integrantes da estrutura administrativa de órgãos civis ou militares da União, estados ou municípios. Este programa, juntamente com o Prohasp (Programa Habitacional para Servidores Públicos), vem fortalecer ainda mais o atendimento ao servidor público.

Com o objetivo de atender a um número maior de funcionários, os institutos de previdência contarão com 10% do total de recursos solicitados em cada contrato para financiamento de imóveis usados. Estas medidas, aprovadas recentemente pelo BNH, têm como finalidade básica ampliar os benefícios do Programa principalmente para os servidores de média e baixa rendas.

OUTRAS OPERAÇÕES

Através do Programa Institutos o BNH pretende conceder financiamentos para produção, pelo Instituto, de conjuntos habitacionais para venda aos seus beneficiários, que também terão direito a financiamentos individuais para: aquisição de unidades habitacionais em construção; aquisição de unidades habitacionais concluídas, com até 180 dias de habite-se; aquisição de terreno e construção de casa própria; construção de habitação em terreno próprio e recuperação e melhoria de unidade habitacional de propriedade do beneficiário.

Existem, atualmente, cerca de 35 institutos de previdência em operação e em fase de implantação de projetos de natureza habitacional com recursos do Sistema Financeiro da Habitação. No ano passado o BNH financiou 14.118 unidades habitacionais através do Programa Institutos, o que já significou uma grande elevação sobre o número de unidades financiadas em 1978, que foi de 1.670. Agora, com seu raio de ação ampliado, o número de unidades financiadas através desse programa está crescendo muito, considerando-se que, este ano, somente até maio, já foram financiadas 3.490 habitações.

O instituto de Previdência é o agente promotor e financeiro desse programa e deverá ser aceito pelo BNH para que possa se responsabilizar pelo crédito desde sua geração até sua extinção.

CONDIÇÕES DE FINANCIAMENTO

O valor médio unitário das habitações financiadas pelo Programa Institutos não deverá ultrapassar 1.350 UPC (atualmente Cr\$ 658.570,00) por contrato firmado entre o BNH e o instituto. Tal limite determina um atendimento a servidores de média e baixa rendas.

Nos financiamentos para produção, pelo instituto, de unidades habitacionais para venda, os beneficiários terão direito a 100% do custo dessas unidades.

Nos financiamentos individuais para aquisição de unidades em construção e concluídas, com até 180 dias de habite-se, os beneficiários terão direito a até 100% do preço de venda das habitações, desde que este preço não ultrapasse a 90% dos respectivos valores de avaliação.

Na aquisição de terreno e construção de unidade habitacional pelos beneficiários, assim como na construção, também pelos beneficiários, os financiamentos serão de até 100% do custo da unidade, desde que este custo não ultrapasse a 90% do respectivo valor de avaliação.

Para recuperação e melhoria, pelo beneficiário, de unidade habitacional de sua propriedade, o financiamento será de até 50% do valor da avaliação da unidade.

PRAZO DE CARÊNCIA

Pelo Programa, o prazo de carência para os institutos será equivalente ao prazo previsto para a realização do empreendimento habitacional, acrescido de até 12 meses, limitado ao máximo de 36 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato de empréstimo.

Com relação aos juros de carência, o instituto pagará mensalmente ao BNH, durante o prazo de carência, juros à taxa nominal de 6% ao ano. Quanto à taxa de administração, o instituto deverá pagar uma taxa de 1% do valor do financiamento, mediante dedução em cada parcela liberado pelo Banco, não podendo transferir esse ônus aos mutuários.

SERVIDORES PÚBLICOS TERÃO 13.300 HABITAÇÕES

Através dos três primeiros convênios do Programa Habitacional para Servidores Públicos (PROHASP), o BNH deverá financiar 13.300

habitações, no valor total de Cr\$ 10,8 bilhões, para atender uma população de aproximadamente 66.500 pessoas, no Rio de Janeiro e em todo o país. Para cada convênio foi aprovado um contrato que corresponde a uma parcela de financiamento do convênio.

Os três convênios e os três contratos foram assinados no dia 10/07, na sede do BNH, no Rio, por: José Lopes de Oliveira, Presidente do BNH; Gil Macieira, Presidente da Caixa Econômica Federal; Jonil Rodrigues Loureiro, Presidente da Cooperativa Habitacional dos Servidores Civis do Rio de Janeiro; Cel. Raymundo Antônio Muniz, Diretor Executivo da Caixa Habitacional da Polícia Militar do Rio de Janeiro e Luiz de Lima Cardoso, Diretor Superintendente do Instituto Portobrás de Seguridade Social (PORTUS).

CONVÉNIOS/CONTRATOS

O convênio entre o BNH, a CEF e a Cooperativa Habitacional dos Servidores Civis do Rio de Janeiro pressupõe a construção de 1.000 habitações em diversos municípios do Estado do Rio, sendo 500 em conjuntos habitacionais e 500 casas em financiamentos individuais. Para estes financiamentos individuais foi assinado um contrato no valor de Cr\$ 408,3 milhões.

Com a Caixa Habitacional da Polícia Militar do Rio de Janeiro, o BNH, através de seu agente financeiro, a CEF, deverá conceder 10.000 financiamentos, dos quais, 3.000 já estão com contrato assinado, no valor de Cr\$ 2,4 bilhões. Tais habitações deverão ser construídas em diversos municípios do Estado do Rio.

O convênio entre o BNH, a CEF e o Instituto Portobrás de Seguridade Social (PORTUS) prevê a concessão de 2.300 financiamentos habitacionais em todo o país. Desses, 800 financiamentos individuais tiveram contrato assinado no valor de Cr\$ 653,2 milhões.

O financiamento médio das habitações contratadas pelo PROHASP será de 1.350 UPC (Cr\$ 842.737,50) por unidade.

INFORMAÇÕES



MÍSSIL ANTIAÉREO

RBS 70 – BOFORS

O sistema de arma antiaérea guiada por telêmetro laser e desenvolvida pela Bofors Ordnance, está sendo adotada por vários países. Os testes de emprego têm demonstrado grande eficiência. Originalmente, o artefato destina-se a cobrir as lacunas deixadas pelo sistema de defesa antiaérea das brigadas a divisões, normalmente insuficiente para cobrir pontos críticos e instalações dos GU.

O ponto alto da eficiência do RBS 70 reside na necessidade mínima de treinamento em simulador de lançamento.



MÍSSIL ANTICARRO RBS – BOFORS

Desde julho de 1979, a indústria bálica sueca, através da firma BOFORS, vem produzindo o Míssil RBS 56 "Bill", um artefato de segunda geração para enfrentar os carros de combate em uso na dé-

cada de 80. Além dos requisitos técnicos de penetração e destruição, o aparelho possui como qualidades essenciais a simplicidade do manuseio, a facilidade do treinamento, além de poder ser operado por um único homem e de ser instalado em qualquer tipo de viatura em uso.



EQUIPAMENTOS DE CRIPTOGRAFIA

Durante a Exposição de Equipamentos Eletrônicos para Usos Militares, MEDE, realizada em fins de 1979, em Wiesbaden, Alemanha Federal, a indústria GRETAG, conhecida no campo da segurança das comunicações, apresentou os mais surpreendentes equipamentos no campo da criptografia, dos quais mostramos, na foto 1, o Criptógrafo de bolso GRETACODER 905, destinado aos escalões Pelotão e Companhia.



Foto 2

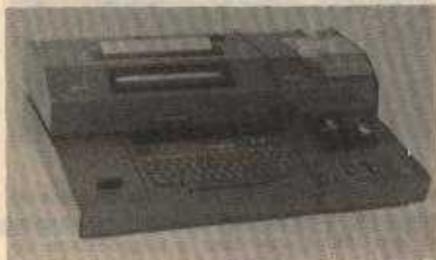


Foto 1

Na foto 2, a unidade criptográfica para telegrafia, telefonia e telex destina-se a Centro de Mensagens de Unidade e Centro de Comunicações, o GRETACODER 805, que pode ser acoplado a qualquer sistema de comunicações de campanha.

Na foto 3, vê-se o GRETACODER 805 P, de uso recomendado para os CMT e Estados-Maiores Pessoais do Cmt, que necessitam deslocar-se com freqüência e utilizar seu próprio sistema de cifra.

A grande e principal característica desses equipamentos reside no fato de poderem ter modificadas as chaves em menos de um minuto, o que lhes permite a mudança diária.



Foto 3



LIVROS

SEGURANÇA DO COMPUTADOR. John M. Carroll. Trad. Waltensir Dutra, Rio — Agents Editores, 1979.

O pesquisador Donn B. Parker, principal analista do Instituto de Pesquisas da Universidade de Stanford, na Califórnia, estudou centenas de possibilidades de fraudes por uso indevido do computador e verificou que esse tipo de delito é extremamente difícil de ser provado. Em CRIME POR COMPUTADOR, lançado no Brasil em 1977 por Agents Editores e rasenado por Coletânea L na sua edição de maio de 1978, ele observa: "Talvez as interferências sejam tão bem feitas que raramente são descobertas. A explicação mais provável, porém, é a de que há meios muito fáceis de se conseguir os dados".

Publicado pela mesma editora, aparece, agora, no Brasil, SEGURANÇA DO COMPUTADOR que, de certa forma, complementa o trabalho de Donn B. Parker. Nele são focalizados, também, casos específicos de atividades ilegais ocorridos com a participação do computador, mas seu objetivo específico é estudar mecanismos de proteção para evitar que esse tipo de crime ocorra.

O computador está se transformando, cada vez mais, num instrumento de criação de valor, de papéis negociáveis e de documentos sigilosos de todos os tipos. Se a isso se acrescentar o valor intrínseco desses complicados sistemas, compreender-se-á imediatamente a sua importância e a necessidade de protegê-los, tal como são protegidas as caixas-fortes dos bancos e das instituições financeiras.

Neste livro, o Dr. John M. Carroll, especialista em segurança, internacionalmente conhecido, examina os pontos vulneráveis dos sistemas de processamento eletrônico e descreve, passo a passo, um programa completo de proteção, desde os aspectos convencionais de segurança até a proteção sofisticada de equipa-

mentos, instalações, programas e sistemas de operações e comunicações.

Inicialmente, apresenta uma visão geral da segurança dos computadores — reconhecida ampla e de largas projeções — delineando os problemas e vulnerabilidades especiais, avaliando as ameaças, enumerando os custos das perdas e definindo os mecanismos defensivos.

Numa série de capítulos, o leitor interessado poderá familiarizar-se com princípios convencionais de segurança para, a seguir, ser introduzido no ponto de maior segurança do centro de computação, ou seja, nos perímetros concêntricos controlados; ali aprenderá a avaliar os riscos dos terminais remotos e tomará conhecimento das mais novas aplicações da criptografia ao processamento eletrônico de dados.

Além desse estudo pormenorizado de um completo esquema de proteção aos modernos centros de processamento eletrônico de dados, o autor analisa, ainda, as medidas administrativas a serem tomadas para assegurar a lealdade e confiabilidade do pessoal técnico que opera essa sofisticada máquina. O ponto crítico desta questão consistiria no fato de que os funcionários desses centros de computação possuem um conhecimento especializado bem superior aos da administração de segurança. Segundo Carroll, uma parte do segredo para conservar a fidelidade profissional desses técnicos, está no pagamento de bons salários. A outra parte consistiria numa aguda percepção da parte dos diretores e supervisores, na criação de uma aura de elite privilegiada, o que muito contribuiria para manter bem alto o moral dessa classe especial de funcionários.

SEGURANÇA DO COMPUTADOR é, portanto, uma obra essencial para todos os que participam da operação e segurança dos onerosos sistemas de computadores. Ao publicá-lo, o Dr. Carroll criou um texto indispensável.

vel para proteger esses centros vitais que constituem a essência, ou o coração mesmo, dos grandes empreendimentos de hoje.

A publicação deste livro é uma valiosa contribuição para aperfeiçoar a segurança dos sistemas de computadores no Brasil, oferecendo aos estudiosos e especialistas do assunto importantes subsídios para melhoria do padrão desses serviços.

COLETÂNEA I.

A TERCEIRA GUERRA MUNDIAL. Gen. Sir John Hackett et alii. Trad. de Heliodora Carneiro de Mendonça. Revisão técnica do Cel. Armando E. Moreira. São Paulo; Melhoramentos, 1979.

Aleitura de qualquer obra sobre o que foi a 2ª Guerra Mundial transporta o leitor aos horrores e aflições de um grande conflito, já passado. O livro "A Terceira Guerra Mundial - Agosto 1985", agora distribuído pela Biblioteca do Exército Editora, conduz o leitor aos horrores e aflições de um futuro terceiro conflito mundial, com a nítida sensação do mesmo já ter acontecido.

O leitor é lançado no ano de 1986 e, com tal realismo se apresentam os fatos, que parece terem acontecido em passado recente. O leitor sente, realmente, "os primeiros golpes", apresentados logo no primeiro capítulo, como se fosse um daqueles jovens oficiais de blindados, um dos pilotos das velozes aeronaves de combate, um dos artilheiros dos mísseis ou dos canhões, que suportaram e sofreram os primeiros empates com o poderoso, mas não invencível, inimigo soviético.

A apresentação do mundo em 1984 é, praticamente, perfeita, exceção feita à posição

do Irã e do Egito. As previsões são impressionantes, tendo mesmo algumas delas já sido concretizadas atualmente, tais como a revolução em um grande país árabe, produtor de petróleo, o tratado de paz egípcio-israelense, o governo inglês nas mãos de uma mulher e a vitória de partidos conservadores nas eleições, em diversos países da Europa.

As alianças, a posição da França, as estratégias, enfim todos os pontos de importância são abordados com tal precisão e verossimilhança, que mal parecem frutos de ficção. O grande conflito de três semanas tem início com a invasão da Iugoslávia, pela União Soviética. Assistimos, neste ano de 1980, à morte do velho Marechal Tito e o Urso Vermelho já afiando suas garras. Seria o prenúncio de invasão soviética? Seria o início da 3ª Guerra Mundial?

A guerra nuclear surge com o bombardeio de Birmingham, na Inglaterra, pelos soviéticos, e a retaliação imediata e arrasadora sobre Minsk, por americanos e ingleses. É o início do fim do terror atômico, perfeitamente sentido pelo leitor.

Os autores, com a autoridade das funções que exerceram na OTAN, atingem seu objetivo. Ao término da leitura, respira-se, com alívio, por não se estar em 1986. Mas fica, no íntimo da alma, a interrogação do que será 1985, já tão próximo do nosso 1980.

A obra do Gen Sir John Hackett e seus companheiros, conselheiros da OTAN, tem, realmente, o suporte de um "best-seller" que é. Os assinantes da Biblioteca do Exército isto poderão comprovar, no término da leitura de "A Terceira Guerra Mundial - Agosto 1985".

ROBERTO MACHADO DE OLIVEIRA

MAFRA

Ten Cel Cav QEMA

Cimento, base de desenvolvimento.

Capão Bonito - SP



A ITABIRA AGRO INDUSTRIAL S/A. é uma empresa do Grupo Industrial João Santos, tendo como finalidade principal a produção de Cimento, da marca NASSAU.

Esta empresa possui duas Fábricas, uma em Cachoeiro de Itapemirim-ES e a outra em Capão Bonito-SP., com capacidade de produção conjunta de 6.000 toneladas/dia de cimento NASSAU. A Fábrica de Cachoeiro de Itapemirim é uma das pioneiras no Brasil. Seu moderno laboratório foi o primeiro no Brasil a se equipar com espectômetro de Raio-X. Esta fábrica no decorrer do 1º semestre de 1979 transformou os 2 fornos de produção por via úmida para a via seca, a fim de obter uma sensível redução no consumo de óleo combustível, derivado do petróleo.

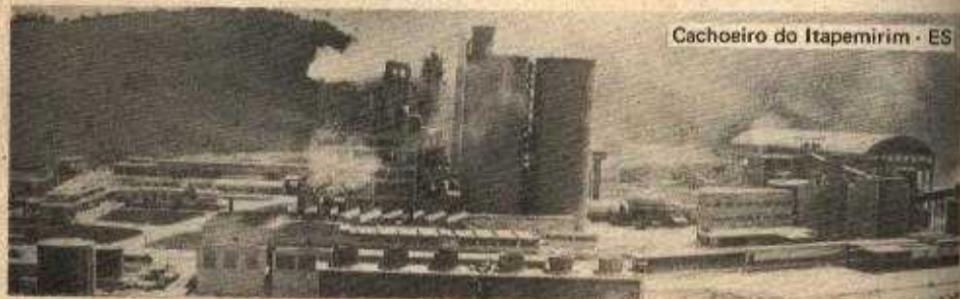
As duas unidades contam com os mais eficientes e modernos sistemas anti-poluição e Quadros Eletrônicos de Comando Centralizado, para todas as etapas do processo.

A Empresa proporciona 1.600 empregos diretos e possui serviços social, médico, dentário e Escola de 1º Grau para os dependentes dos funcionários.

Suas Fábricas comercializam o Cimento NASSAU em todos os Estados das regiões Leste e Sul do país, bem como no Estado da Bahia.

Como se apresenta, sua produção é de grande relevância, garantindo parte do abastecimento de cimento, um produto básico para o setor da construção civil e o desenvolvimento do país.

Cachoeiro do Itapemirim - ES



GRUPO INDUSTRIAL JOÃO SANTOS

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Cachoeiro do Itapemirim — ES

ITABIRA Agro-Industrial S.A. — Capão Bonito — SP